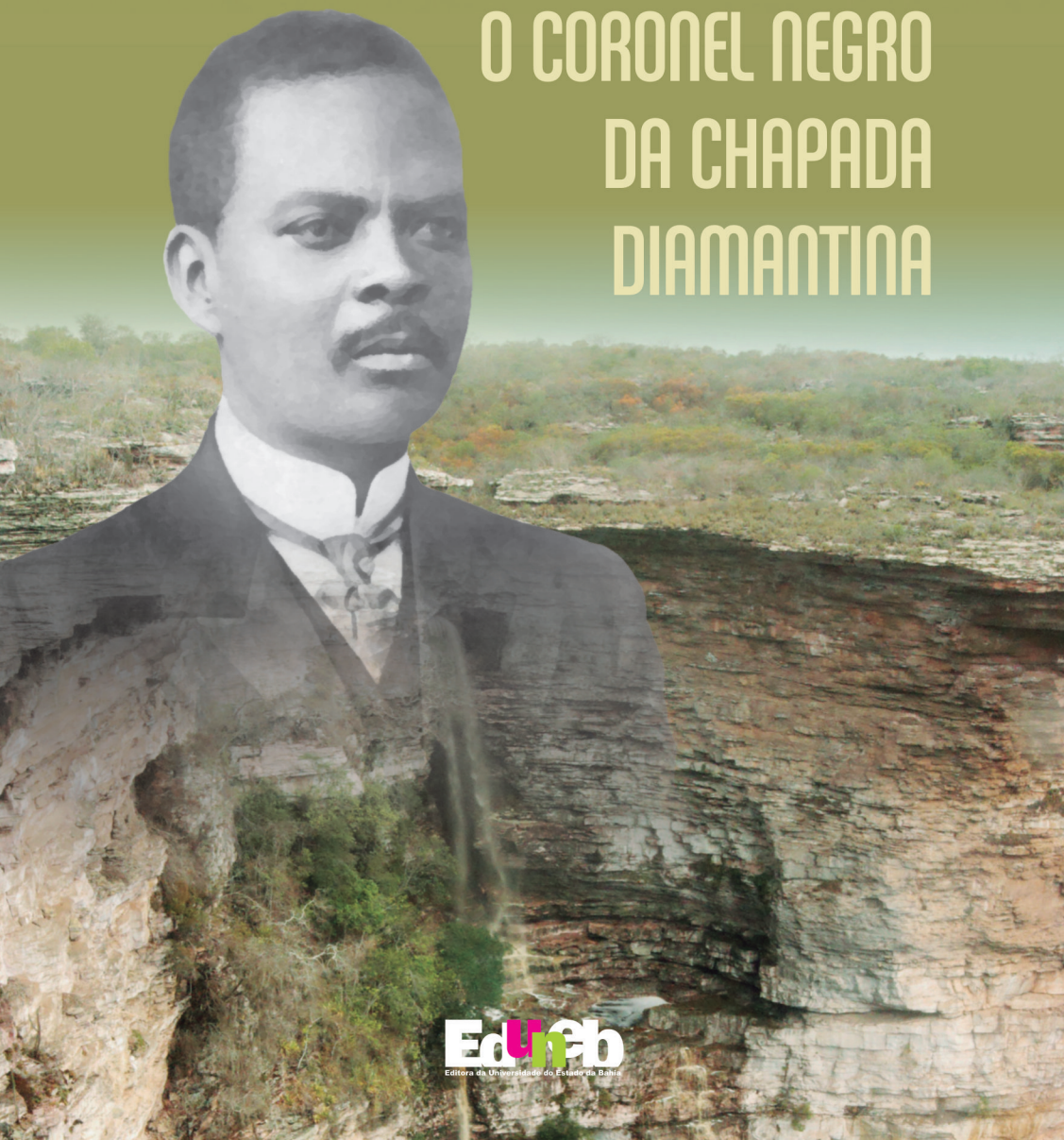
MOISEIS DE OLIVEIRA SAMPAIO

FRANCISCO DIAS COELHO

O CORONEL NEGRO DA CHAPADA DIAMANTINA



EdUneb
Editora da Universidade do Estado da Bahia

FRANCISCO DIAS COELHO

Universidade do Estado da Bahia - UNEB

José Bites de Carvalho
Reitor

Carla Liane N. dos Santos
Vice-Reitora

Editora da Universidade do Estado da Bahia - EDUNEB

Diretora
Sandra Regina Soares

Conselho Editorial

Atson Carlos de Souza Fernandes
Liege Maria Sitja Fornari
Luiz Carlos dos Santos
Maria Neuma Mascarenhas Paes
Tânia Maria Hetkowski

Suplentes

Edil Silva Costa
Gilmar Ferreira Alves
Leliana Santos de Sousa
Mariângela Vieira Lopes
Miguel Cerqueira dos Santos

Moiseis de Oliveira Sampaio

FRANCISCO DIAS COELHO: o Coronel Negro da Chapada Diamantina

Salvador
EDUNEB
2017

© 2017 Autores
Direitos para esta edição cedidos à Editora da Universidade do Estado da Bahia.
Proibida a reprodução total ou parcial por qualquer meio de impressão, em forma idêntica, resumida ou modificada, em Língua Portuguesa ou qualquer outro idioma.
Depósito Legal na Biblioteca Nacional
Impresso no Brasil em 2017.

Ficha Técnica

Coordenação Editorial
Nerivaldo Alves Araújo

Coordenação de Design
Sidney Silva

Diagramação
George Luís Cruz Silva

Criação de Capa
Rodrigo C. Yamashita

Revisão textual e normalização
Susane Barros

Revisão de Provas
George Luís Cruz Silva
Maria Aparecida Porto Silva

Ficha Catalográfica – Sistema de Bibliotecas da UNEB

Sampaio, Moiseis de Oliveira
Francisco Dias Coelho: o coronel negro da Chapada Diamantina/ Moiseis de Oliveira Sampaio. – Salvador: EDUNEB, 2017.
298 p.

ISBN 978-85-7887-317-2

1. História da Bahia. 2. Coronelismo – Bahia.

CDD: 981.42006

Editora da Universidade do Estado da Bahia – EDUNEB
Rua Silveira Martins, 2555 – Cabula
41150-000 – Salvador – BA
editora@listas.uneb.br
www.uneb.br

Esta Editora é filiada à

Associação Brasileira das Editoras Universitárias

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 9

PRIMEIRA PARTE 47

O QUE FOI DITO E O QUE SE PODE DIZER DO CORONELISMO NO SERTÃO DA BAHIA 49

O que foi o coronelismo 51

O coronelismo enquanto fenômeno 52

O coronelismo como sistema 55

O coronelismo pós Leal e Faoro 58

Novos entendimentos sobre o coronelismo 63

AJUSTANDO AS LENTES 81

Povoamento e sentidos do sertão 82

As fronteiras do sertão baiano 88

As fazendas de gado da Chapada Diamantina 96

SEGUNDA PARTE 103

QUEM NASCEU PARA CANGALHA NUNCA CHEGARÁ A SELA? RIQUEZA, POBREZA E MOBILIDADE SOCIAL NO SERTÃO DA BAHIA 105

Os ascendentes do futuro coronel 111

As elites sertanejas da Chapada Diamantina 124

Os vaqueiros da Chapada Diamantina 134

O nascimento e infância de Dias Coelho 141

Os diamantes da Chapada 147

O LADO NEGRO DO CORONELISMO: CONSTRUÇÃO DA IMAGEM PÚBLICA DO Coronel Dias Coelho E A ASCENSAO POLÍTICA DOS NEGROS E MESTIÇOS NA CHAPADA DIAMANTINA 165
O código do sertão 169
A Guarda Nacional e a atuação política das novas elites 170
As primeiras experiências eleitorais do Coronel Dias Coelho 174
As estratégias de domínio de Francisco Dias Coelho 184
A construção da imagem pública de Dias Coelho 191
Alfabetizar para ganhar eleições 196
A propaganda política do partido 199

O GOVERNO DO PARTIDO DOS NEGROS 209
O longo século XIX 210
A conquista do poder político por Dias Coelho 212
A administração dos Coquís 214
Centralização viária do município 218
Reformas na educação 230
Reformas urbanas 235
A morte abrevia o governo de Dias Coelho 250

A MORTE DO HOMEM E O FIM DO MITO 253
As circunstâncias da morte de Dias Coelho 255
Como o jornal da cidade reportou a morte do Coronel 258

O que disseram os jornais da capital 261
O fim do mito 276

CONCLUSÃO 279

REFERÊNCIAS 291

INTRODUÇÃO

Quando o Coronel[1] negro Francisco Dias Coelho faleceu, em 19 de fevereiro de 1919, era o homem mais rico da Chapada Diamantina, território localizado na zona centro-norte do Estado da Bahia, nordeste do Brasil, e, considerado pelo brasilianista Eul-Soo Pang (1979), entre os dez mais ativos coronéis baianos da época (PANG, 1979, p. 246). Sua fortuna, estimada pelo inventário *post mortem*, consta de propriedades urbanas como casas de moradia e comerciais, fazendas, animais e pedras preciosas, avaliada em 211 contos de réis (moeda corrente no Brasil da época), além de valores em moedas estrangeiras como: dólares, francos franceses e marcos alemães, as quais, o avaliador não soube determinar um valor, provavelmente por desconhecimento de câmbio, ou para pagar menos impostos.[2] Comparando com outros inventários da região pode-se

1 Por opção do autor, o termo Coronel será grafado com inicial maiúscula neste texto todas as vezes que se referir ao Coronel Dias Coelho, em outras ocasiões segue a grafia normal em minúsculo.

2 A unidade monetária brasileira de 1833 a 1942 era o "mil réis" cuja unidade se escrevia 1$000. Para valores maiores, um conto de réis, equivalia a um milhão de réis, no caso da fortuna de Francisco Dias Coelho 211:000$000, que de maneira literal correspondia a 211 milhões de réis. O historiador Thomas Holloway estimou a cotação dólar/mil réis na época, e estabeleceu para 1919, um câmbio referencial de 0.26/1, ou seja, 0,56 centavos de dólar para cada mil réis, assim, a fortuna estava estimada em US$ 54.860.000, 54 milhões oitocentos e sessenta mil dólares (HOLLOWAY, 1984, p. 268).

ter uma ideia do poder econômico do defunto; o segundo homem mais rico da região, no período em que o coronel vivia, era quase 15 vezes mais pobre, o que nos dá uma dimensão aproximada do seu poderio econômico.[3]

É importante assinalar, que o inventário estava subavaliado. Em comparação com os valores obtidos em outros documentos da mesma natureza, e relacionando com outras fontes que informavam os valores de produtos constantes no documento *post mortem*, se observa que a fortuna foi estimada com valores abaixo do mercado, possivelmente para pagar menos impostos, como era o costume dos inventários da época. O monte-mor do inventário de Dias Coelho correspondia na época a 7.300 bois em preço de abate, que no documento estão cotados a 28$000 (vinte e oito mil réis), entretanto, no mercado de animais da própria região, um animal do mesmo porte e em condições iguais aos que foram cotados no documento custava 50$000 (cinquenta mil réis), ou seja, quase metade do preço que se comercializava na cidade. Outro índice que se pode levar em consideração para se compreender a dimensão da fortuna do coronel é o salário pago aos empregados do comércio na cidade de Morro do Chapéu no mesmo ano da abertura do inventário. Diários pessoais assinalam que o pagamento de um empregado do comércio era em torno de 30$000 (trinta mil réis) por mês, assim, todos os bens arrolados do coronel correspondem a 586 anos de trabalho de um comerciário. Este dado é interessante, pois, quase 40 anos antes, ele mesmo era um desses empregados com um salário provavelmente similar.

Também é importante lembrar que na data da sua morte, além de extremamente rico, havia se tornado um político habilidoso,

3 Inventário *post mortem* do Coronel Francisco Dias Coelho. AFCA, caixa 1920.

admirado e reconhecido, tanto na sua região de domínio, quanto em todo Estado da Bahia. Prova disso foi o decreto de três dias de luto oficial no Estado da Bahia pelo seu passamento, diversas homenagens foram divulgadas nos principais jornais da capital, vários telegramas de autoridades foram enviados das mais diversas autoridades estaduais com condolências à sua família, as missas de sétimo e 30º dia também foram muito concorridas em Salvador, com a presença do governador, deputados, senadores e os maiores comerciantes baianos da época.[4]

Localmente, a comoção foi ainda maior. Por falecer na véspera do dia de feira livre, quando tradicionalmente uma parte da população do município estava presente tanto para comprar e vender mercadorias, quanto para trocar informações, a notícia se espalhou rapidamente. Como as distâncias eram grandes e os meios de transporte pouco velozes para o período, poucas pessoas vieram de longe para comparecer ao velório, cerimônias fúnebres e o sepultamento no dia seguinte. Um comerciante de gado local descreveu em seu diário que retornara de uma viagem de 40 quilômetros por ter ciência do falecimento do Coronel Dias Coelho, a quem se refere como o "deus desta terra", [5] o que parece ter contado com a presença apenas dos amigos e correligionários que viviam nas cercanias. Entretanto, admiradores ou correligionários que residiam na capital ou localidades mais distantes, que não chegariam em 24 horas contadas a partir da morte, enviaram telegramas e ofereceram missas e homenagens

4 Os jornais: *Diário da Bahia*, *Diário de Notícias*, o *Democrata* e outros noticiaram por quase um mês os eventos que se seguiram desde a morte até as missas em homenagem ao coronel. Estão depositados na sessão de periódicos da Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

5 Diário pessoal de Terbuliano Gabriel de Oliveira. Cópia fotocopiada, arquivada na Biblioteca Pública Carneiro Ribeiro, em Morro do Chapéu.

em suas próprias localidades, que foram prontamente divulgadas em Morro do Chapéu através do Jornal *O Correio do Sertão*.

A riqueza dos seus últimos dias contrasta com as suas origens. Era descendente de negros agregados de um grande proprietário rural, sob o domínio e proteção do qual a sua família permaneceu durante gerações, até que o menino Francisco se tornasse coronel e comprasse parte da fazenda onde ele e sua irmã nasceram. O ramo da família paterna era formado de agregados pobres desde o final do século XVIII, viviam na região como livres, entretanto nunca passaram de pequenos proprietários sem autonomia econômica e social perante o maior latifundiário da região. Os Dias Coelho, tiveram uma ascensão tímida durante mais de um século na região, e, apesar de negros nunca foram escravos, porém, também não eram autônomos.

O ramo materno teve as marcas da escravidão na sua trajetória. O patriarca dos Gomes de Araújo havia chegado ao Brasil como escravo ainda adolescente, fora comprado por um padre e viveu até a morte na Chapada Diamantina, lugar onde conquistou sua liberdade, contraiu matrimônio e filhos, e findou os seus dias como pequeno, embora próspero comerciante, proprietário de casas comerciais, animais e escravos que deixou de herança para as suas duas filhas.

Da união das famílias de agregados Dias Coelho e Gomes de Araújo, nasceu Francisco Dias Coelho. Na data do seu nascimento, as condições não eram tão favoráveis quanto no auge da ascensão econômica do seu avô materno, ou da tímida melhoria de vida da família paterna. Secas e epidemias provocaram dificuldades econômicas na sociedade local, e consequentemente, acirraram contradições nas relações entre os proprietários locais, obrigando os agregados a escolher em qual lado estariam em melhores condições. Normalmente,

qualquer escolha poderia minorar os efeitos da crise, mas não solucionar os problemas, mas muitos agregados foram levados a uma pobreza extrema, e foi nesse momento turbulento e confuso que o futuro coronel nasceu.

Entre o nascimento pobre e a morte plena de riqueza, houve uma trajetória cheia de lutas, superações e desenvolvimento de estratégias políticas, econômicas e pessoais que compuseram a figura pública do Coronel Francisco Dias Coelho. Estava envolvido nas disputas regionais não somente o filho de negros e neto de escravos, ou o apadrinhado de um comerciante de renda mediana com bom trânsito político entre as elites locais. Nele também estava o habilidoso político e administrador, que soube analisar o momento e as condições sociais e raciais para determinar suas estratégias e dominar politicamente a região, depois, administrar a região com práticas e valores até então desconhecidos dos habitantes de uma pequena vila longínqua do sertão baiano. Desenvolveu hábitos burgueses, inspirados em uma burguesia distante, mas que tanto ricos quanto pobres do lugar admiravam; com estratégias de dominação, aproximou-se das elites locais e estaduais sem se distanciar das suas origens e bases eleitorais, o que elevou o seu prestígio entre os dois extremos sociais e econômicos, e com isso, estabeleceu um coronelismo distinto do que dizem os teóricos brasileiros sobre o tema.

A vida desse homem está encravada entre dois extremos, o extraordinário e o habitual. O insólito e o comum se revelam à medida que a redução da escala de observação se aproxima cada vez mais do objeto de estudo, ajustando as lentes para o microcosmo regional, baseado nas relações sociais, econômicas e até pessoais, em uma região interiorana, definida por fronteiras econômicas, sociais e simbólicas. Entender a dinâmica regional, na perspectiva da história

regional, foi de fundamental importância para compreender o coronelismo na Chapada Diamantina.

Como anteriormente dito, Dias Coelho era um negro, advindo das classes subalternas da Chapada Diamantina, em pleno sertão baiano. A ascensão econômica e social de indivíduos nessa condição no período estudado - final do período escravagista e primeiras décadas do pós-abolição no Brasil - era extremamente difícil, ao ponto de alguns estudos tradicionais sobre o coronelismo apontarem como impossível. Apesar disso, nasceu e viveu como muitos dos seus pares, em muitos aspectos a sua vida pode ser considerada como um fragmento do que acontecia comumente com outros descendentes de negros nascidos na região, que viveram e trabalharam nas fazendas e eram agregados dos poderosos latifundiários da região, isso o torna comum entre os moradores da região.

Entretanto, a vida desse indivíduo não se resume ao exposto acima, considerá-lo como insólito, foi por conta da impossibilidade apontada pelos estudos tradicionais de política e escravidão no Brasil. No que concerne às teorias sobre o coronelismo e a ascensão de negros e mestiços no período pós-abolicionista brasileiro, – muito criticadas na atualidade - dizem que era impossível que um indivíduo nascido nessas condições viesse a ascender econômica e socialmente, tornando-se um dos mais poderosos coronéis da Bahia.

No caso estudado – quando se observa a sua infância, como filho e neto de agregados, trabalhadores das grandes fazendas de gado do sertão baiano –, apoiado pelos documentos que descrevem a atuação dos coronéis da Chapada Diamantina, percebe-se um descompasso entre as teorias e as fontes. Enquanto as primeiras apontam para um coronel negro incomum, as segundas demonstram que essas mudanças de classes sociais eram frequentes, ao ponto de serem consideradas comuns.

As fontes encontradas nos arquivos regionais, principalmente no Fórum Clériston Andrade da comarca de Morro do Chapéu, Bahia, onde estão depositados centenas de processos criminais, inventários *post-mortem*, testamentos e registros de compra e venda de terras, animais e escravos, apontam para caminhos diversos do que dizem os estudos tradicionais sobre a temática. Pensando como o historiador inglês E. P. Thompson no caso da divergência entre as fontes e a teoria, é preferível que se privilegie as fontes e se adapte à teoria, pois essa somente serve como um tipo de chave para compreender o que dizem as fontes, e, portanto, não deveriam estar em desacordo (THOMPSON, 2009).

Assim, consideramos o coronelismo da Chapada Diamantina como distinto. A própria existência de Francisco Dias Coelho enquanto Coronel é uma afirmação dessa distinção conforme comprovado pelos registros cartoriais, fotografias, documentos administrativos, que demonstram que ele era negro e coronel. Entretanto, essa não é a única distinção do que se faz sobre o Coronel, era também um grande administrador com múltiplas influências, das quais sabia usar com muita habilidade em seu projeto de domínio, mantendo boas relações com todos os grupos sociais da sua localidade e com políticos e elite de regiões distantes. Era conservador ou liberal quando lhe convinha, utilizava ou não a sua cor de pele quando lhe interessava, e assim, mesmo sem registros de que não se utilizou da força, dominou toda uma região, ainda que por um curto período de tempo, certamente antecipado pela sua morte.

Essas questões podem ser vistas com mais claridade quando se "ajusta as lentes" reduzindo a escala de observação ao regional. Essa redução permite a compreensão do processo histórico da localidade e as relações estabelecidas com o que acontecia no plano estadual, nacional e, por vezes, internacional, ainda que os estudos da história

regional não sejam novidade na historiografia latino-americana, e mais ainda que no Brasil seja uma possibilidade de análise recente, sem um objetivo claramente definido.

Ao compreender o coronel e o coronelismo brasileiro sob essa ótica, observa-se que são possíveis ou imprescindíveis as mudanças na interpretação do conceito de coronelismo, pois, voltando a Thompson, o *corpus* documental, neste caso, não está de acordo com o que é preconizado pela maior parte dos teóricos que escreveram sobre o tema. Este olhar para o regional – que será melhor analisado ao longo deste trabalho – permite perceber que em escala reduzida, observando os detalhes das relações sociais, políticas e econômicas em um lugar, mas restrito, as nuanças se mostram tão visíveis que é impossível compreender os atores sociais da maneira tradicional.

Por isso, a redução da escala utilizando a história regional para o estudo do coronelismo da Chapada Diamantina permite compreender os detalhes de como viviam os moradores do lugar de maneira geral, e não somente como se organizavam as classes ou grupos sociais, mas como atuavam entre si, as alianças, embates e estratégias. Nesse momento, o personagem central deste trabalho (Coronel Dias Coelho) está adaptado ao lugar, conhecendo tanto os aspectos físicos quanto humanos da sua zona, escolhia estratégias para melhor se favorecer e perpetuar-se no poder.

Para a proposta de estudos de história regional, é preponderante o conhecimento do lugar. Geograficamente, a Chapada Diamantina pode ser definida como um altiplano situado na zona de intersecção entre o litoral, que ainda nos primeiros séculos da colonização portuguesa, foi uma importante zona de cria e recria de gado para abastecimento de carne para o litoral, e que pelo posicionamento centralizado, se tornou através dos séculos o centro das

rotas comerciais que ligavam o litoral baiano ao interior do Brasil e às zonas mineiras. Ainda assim, essa região se caracterizou por estar na periferia política e econômica da Bahia, enquanto o litoral se configurava como centro, desde os primeiros momentos da experiência colonial lusitana na América.

Isso foi motivado pela escolha econômica dos colonizadores. Nos primeiros momentos de presença portuguesa no Brasil, o cultivo de cana-de-açúcar foi escolhido como principal produto a ser explorado, justificando o sistema de *plantation,* característico do mercantilismo português da época. Por ser a cana uma cultura muito exigente de clima e solo, as terras favoráveis para a produção em larga escala estavam localizadas no litoral, principalmente, nas capitanias da Bahia e de Pernambuco, nordeste do Brasil, onde se formou o centro político e administrativo da América Portuguesa, fato que se modificou com o passar dos tempos.

Como alternativa para evitar a competição com a criação de gado e a produção de outros gêneros agrícolas com a monocultura canavieira, e ainda assim, manter o abastecimento de carne e animais de tração e carga, o governo colonial estabeleceu um limite de dez léguas a partir do litoral com destino ao interior, para a criação em larga escala de animais. A esta área iniciada além dos limites da cana, denominou-se de "sertão" (NEVES; MIGUEL, 2007, p. 17).

Graças a essa opção de exploração territorial, o Recôncavo Baiano e a capital da Bahia, zona onde estavam a produção canavieira e a administração colonial, ficaram dependentes do gado do sertão. A necessidade ia além da carne seca e das boiadas conduzidas para serem abatidas na capital. O couro era outro produto de origem animal muito empregado no litoral. Vários utensílios, como cadeiras, mesas, baús eram feitos ou forrados de couro, além de

serem largamente utilizados como embalagem para tabaco e algodão, que também constavam na pauta de exportações da Bahia na época. Além disso, a produção de muares e equinos para transporte de cargas e pessoas nas poucas rotas de transportes, como também bois de carga e tração para os engenhos do Recôncavo, reforçavam a necessidade de desenvolvimento dessas atividades no interior (ABREU, 2005, p. 72).

O vigor econômico da Bahia, impulsionado pela cultura canavieira, começou a dar sinais de extenuação nos anos finais do século XVIII, e nas duas décadas iniciais do século XIX. De forma generalizada, esses foram os últimos momentos de grande alento econômico que a província experimentou. A prosperidade estava lastreada em bases muito débeis, seja por depender de boas colheitas com condições climáticas e laborais favoráveis, ou por estar amarrada a um mercado internacional instável e sem previsões (FRAGA FILHO, 1994, p. 13). A informação de Fraga Filho, foi confirmada pela historiadora Katia Mattoso, para quem a Bahia conheceu seu derradeiro período de força econômica durante o intervalo de tempo compreendido entre os anos de 1787-1821. Nesse período foi responsável por exportar cerca de 75% de todo o açúcar brasileiro para a Europa (MATOSO, 2001, p. 608). Durante a maior parte do século XIX, a província da Bahia passou por alguns períodos de recuperações que se mostraram insuficientes, pois, as constantes crises eram sempre aprofundadas pela crescente concorrência no mercado internacional com a produção crescente de outros produtores americanos, principalmente o Caribe, até culminar com a derrocada final na virada do citado século.

A economia do sertão seguia em direção inversa à economia litorânea, no entanto, algumas circunstâncias ainda mantinham as

elites da capital no comando hegemônico da província. Com a transferência da capital da colônia para o Rio de Janeiro (1783) e a posterior vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil (1808), fugindo da invasão francesa a Portugal, como consequência das guerras napoleônicas, e posteriormente a Independência do Brasil (1822), houve a decadência do Recôncavo Baiano enquanto centro econômico brasileiro, ainda que a província atravessasse o seu último período de grandeza. Contudo, a região açucareira permaneceu como centro econômico e político da Bahia durante todo o século XIX. Para isso, a elite litorânea se utilizou de manobras políticas para conter os novos potentados que vinham do sertão, cuja economia crescia no mesmo ritmo da decadência do Recôncavo.

Enquanto a opção administrativa imperial, com relação à província da Bahia, foi a de manter a centralização administrativa e de serviços em Salvador, que resultou durante quase todo o século XIX, em uma estrutura social fechada às mudanças. As elites sertanejas que cresceram e enriqueceram e no decorrer do século também desenvolveram suas estratégias para ascender no domínio político baiano, aproveitando as variações econômicas que lhes eram favoráveis passaram a se imiscuir cada vez mais nos espaços políticos estaduais. Mesmo com secas e epidemias, o comércio de gado se profissionalizou com a melhoria do rebanho, a introdução de novas raças e a iniciação de novas atividades econômicas como: cacau no sul, algodão no sudoeste e diamantes e carbonados na Chapada Diamantina, além da inserção do tabaco, que deixava de ser produzido exclusivamente no Recôncavo, e do sisal na região Centro Norte. Tudo isso proporcionou o acúmulo de riqueza e a possibilidade dos dominadores regionais de se inserirem enquanto elite estadual.

Desde o período colonial, a pirâmide social da Bahia era composta em seu cume pelos senhores de engenho e seus familiares. Como os maiores produtores de riqueza também exerciam o comando político e o poder de nomear, com a aquiescência do governo colonial, os funcionários públicos com funções menores. Com os primeiros anos do Império, poucas mudanças ocorreram, exceto que os cargos públicos antes destinados somente aos portugueses de origem, passaram a ser ocupados pela elite baiana, o que internamente na província, aumentou o poder dos mandatários originários do Recôncavo (FREYRE, 2005, p. 122). Porém, com o avançar do século XIX, elementos provenientes das elites sertanejas começaram a galgar espaços na estrutura social baiana.

A principal instituição que permitiu a ascensão política das elites sertanejas enriquecidas foi a Guarda Nacional. Instituída no Brasil em 1831, a Milícia Cidadã foi inspirada na Guarda Nacional Francesa e Norte Americana. A instituição brasileira atendia a duas demandas das elites com relação ao exército para aquele período. A primeira era a desconfiança das elites no que diz respeito à defesa interna do território brasileiro, já que os influentes do Brasil, mostravam-se desconfiados por conta das origens tanto dos oficiais quanto dos praças. De todos os 44 generais do Exército Brasileiro em 1830, 28 eram europeus, e os 16 brasileiros que compunham o alto oficialato, mantinham vínculos com a monarquia portuguesa. Por outro lado, a soldadesca mal-armada e sem treinamento militar, provinha dos estratos mais baixos da sociedade, em sua maioria ex-escravos, sempre malvistos por sua condição social (CASTRO, 1979, p. 16). A segunda era prover a defesa interna do Brasil com o menor gasto possível para o governo. As despesas com a tropa, mesmo que fosse de segunda linha, como no caso da Guarda, era provida e mantida

pelas oligarquias locais, como consequência imediata, desonerava o governo e institucionalizava os exércitos privados que sempre existiram no país, onde estes mesmos oligarcas se institucionalizaram como comandantes militares, assumindo a patente de coronéis.

Dessa forma, a Guarda Nacional Brasileira surgiu como uma forma de integrar e beneficiar as elites locais mais fiéis ao imperador e reduzir os custos com a defesa das fronteiras internas. Ao mesmo tempo, esses benefícios propiciaram a institucionalização das práticas de poder exercidas pelas elites locais, principalmente dos lugares mais distantes dos centros de poder, de maneira ampla modificando as relações geopolíticas entre as elites.

O prestígio oferecido pela Guarda Nacional ampliou-se aos antigos coronéis dos terços de milícias do interior e dos corpos de Ordenança do litoral, que já mantinham uma íntima relação com o poder instituído pelo governo colonial português. Com a criação da Guarda e a decadência econômica litorânea, os coronéis sertanejos, readquiriram prestígio com o governo imperial e iniciaram a escalada política e econômica para no fim do século XIX, entrar em embates com as elites litorâneas estabelecidas desde os primórdios da colonização.

Para essas elites sertanejas, a Guarda Nacional surgiu como elemento propulsionador do seu poder político. Como dito anteriormente, nesse período a Bahia sofria com a crise decorrente da queda do comércio açucareiro. No entanto, a economia sertaneja despontava como parte importante para as finanças provinciais. Entretanto, isso não significava que os potentados locais fossem representados na mesma proporção que a região. Figurar entre os oficiais da Guarda Nacional demandava aos chefes locais de institucionalização um poder que se manifestava a beira da clandestinidade, pois, devido à ausência das

instituições do Estado, cabia aos chefes locais esta representação. Mas, antes da Guarda era exercido de forma extraoficial, ou como preferem alguns, extralegal, com o advento da Guarda Nacional este poder se torna institucional e legal, e a sua autoridade foi reconhecida para fora dos limites das suas propriedades (SALDANHA, 2006, p. 70). Também na mesma medida em que a economia se dinamizava com novas atividades produtivas, os espaços de poder, eram ocupados pelos coronéis sertanejos, mas isso não ocorria de forma pacífica, alianças eram forjadas e quebradas na mesma velocidade em que modificavam os interesses das elites baianas.

Tudo isso é visível na trajetória do coronel negro. Ele apareceu em um momento em que a Chapada Diamantina estava em seu pleno vigor tanto econômico quanto social, como produtora de gado, ouro e pedras preciosas nos anos finais da primeira metade do século XIX, o que possibilitou o aparecimento de uma classe de comerciantes que tinham claras pretensões políticas, além do domínio econômico regional. Talvez por isso, a região também foi a área onde atuaram os mais influentes coronéis baianos desde os tempos do Brasil Imperial, e que continuaram as suas práticas ao longo de todo o século XIX e parte do século XX, comercializando pedras preciosas e influenciando (por vezes determinando) a política estadual, sendo por isso considerada como a terra dos coronéis.

Um desses influentes coronéis foi o famoso coronel negro Francisco Dias Coelho, que dominou a região de Morro do Chapéu na parte setentrional da Chapada Diamantina por um período de mais de 20 anos, falecendo prematuramente no auge da sua atuação política. Este homem nasceu pobre e ascendeu econômica e politicamente, tornando-se um dos mais proeminentes políticos sertanejos.

Sua trajetória de vida foi cheia de reveses. Ao nascer, em 3 de dezembro de 1864, na mesma fazenda onde os seus ascendentes viveram

como agregados, provavelmente, somente os parentes mais próximos souberam, e mais provável ainda, que somente os pais e a avó materna, que era parteira, estivessem presentes. Para as famílias pobres, e no momento de crise econômica que passava a região por conta de uma forte seca, a ocasião não parecia ser propícia para festejar.

Seu nascimento coincidiu com a emancipação da Paróquia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu, dando início a um novo município que se desmembrava da Vila de Santo Antônio da Jacobina. Antes desse desmembramento, era um dos cinco municípios da Bahia. Nessa época, a divisão territorial, administrativa e judiciária do Brasil seguia "parelha" com a divisão territorial eclesiástica, assim, o desmembramento de uma paróquia também era seguido da criação de um novo município e posteriormente de uma nova comarca judicial.

Suas raízes estavam arraigadas nos mais baixos estratos da sociedade. Dias Coelho era descendente de duas famílias de agregados daquela fazenda. Era filho de Quintino e Maria da Conceição Dias Coelho. As duas famílias de onde vieram os pais de Dias Coelho tinham em comum o fato de serem negras e agregadas do coronel Quintino Soares da Rocha. No entanto, se diferenciavam na condição social e na hierarquia que ocupavam entre os agregados da fazenda.

Os pais de Quintino Dias Coelho, ou seja, a família paterna, segundo os livros cartoriais e eclesiásticos dos arquivos locais, a saber, Simão e Ezalta Dias Coelho, apesar de negros nunca foram escravos, eram agregados da Fazenda Gurgalha desde antes de ser comprada pelo casal Soares da Rocha, permanecendo nela até os seus respectivos óbitos. Tiveram seis filhos e conseguiram comprar uma pequena propriedade nas margens da fazenda. Mesmo que a condição de pequenos proprietários não lhes conferisse total independência com relação à

fazenda de onde continuaram sendo agregados, se diferenciavam dos demais agregados por terem uma possibilidade maior de renda.

O casal também mantinha boas relações com os proprietários. Seus filhos foram afilhados de batismo e casamento dos proprietários ou de parentes próximos, sendo que um deles, Quintino Dias Coelho, recebeu o mesmo nome e era afilhado do Coronel Quintino Soares da Rocha, demonstrando a relação de afinidade, e de proteção que existia entre os proprietários e algumas famílias de agregados no sertão da Bahia.

O avô materno, José Gomes de Araújo, era africano e chegou ao Brasil na condição de escravo ainda muito jovem, com cerca de 11 anos de idade, em 1824, quando foi comprado pelo padre Francisco Gomes de Araújo. Ambos, senhor e escravo foram viver na Chapada Diamantina a partir de 1838, após a instalação da Paróquia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu, onde o seu amo foi o primeiro pároco.

José conheceu sua esposa no cativeiro da Fazenda Gurgalha, onde acumulava as funções de tratador de animais da paróquia com a de vaqueiro e meeiro para o coronel Quintino, até o ano de 1848, quando comprou a sua liberdade. Viveu amasiado com Andrezza Maria do Espírito Santo, de quem comprou a liberdade e manteve como sua propriedade até se casarem em 1853. Deste matrimônio nasceram três filhos, dentre eles Maria da Conceição, a mãe de Francisco Dias Coelho.

É provável que José tenha sido beneficiado com a mudança econômica que houve na Chapada Diamantina a partir de 1841, com a descoberta de diamantes na região. Além dos agregados, que em seu tempo livre na lida com o gado também garimpavam, vieram para a região um grande contingente de migrantes, advindos de outras

regiões da província ou de outros lugares do Brasil. Com isso, a população da pequena Vila de Morro do Chapéu teve um crescimento expressivo. Em 1836, os habitantes da paróquia foram estimados em 1669, sendo que destes 1465 eram livres, 23 libertos e 181 escravos. Dentro deste último grupo, 39 eram africanos e 142 crioulos. José estava entre os 39 africanos listados no censo (VIEIRA FILHO, 2006). O crescimento populacional continuou forte em todo século XIX. No ano de 1856, outro censo foi realizado e a população saltou para 9.190 habitantes. Sendo que 8.450 eram livres e 740 pessoas eram escravas. Mesmo com o imenso crescimento da população escrava, o crescimento foi muito menor que o número de livres, infelizmente o censo não indica quantos destes eram nascidos livres (brancos, negros ou mestiços), e quantos eram egressos da escravidão, também houve um crescimento do número de compra de liberdades por parte dos escravos da região, demonstrando que a mineração era uma das possibilidades de acúmulo pecuniário, para a compra da liberdade.

Quando se casaram e formaram a sua família nuclear, Quintino e Maria da Conceição Dias Coelho continuaram vivendo próximos aos seus parentes, como agregados na fazenda onde nasceram, e faziam parte da órbita de influência do coronel Quintino. Seu casamento se deu quando os dois eram muito jovens, ela com 15 anos e ele com 22, apenas seis meses antes do nascimento do primeiro filho.

O primeiro grande trauma da vida de Francisco Dias Coelho provavelmente tenha sido a morte da mãe em 1871, quando contava com sete anos de idade em virtude das consequências de uma das frequentes secas que assolavam o nordeste brasileiro. Durante a seca de 1868, que perdurou até 1871, as vidas de muitos dos moradores da Fazenda Gurgalha foram ceifadas. Dentre os fatalmente vitimados pela seca estava a sua mãe, fato este que levou o pai

a tomar uma medida drástica, mas comum no sertão em tempos de seca ou de grandes dificuldades econômicas, que era de doar os filhos para viverem com famílias abastadas da vila para realizarem pequenos trabalhos domésticos. Assim, Francisco e sua irmã mais velha, Maria, foram morar na residência do Major Pedro Celestino Barbosa, representante político do coronel Quintino na Vila.

Os pequenos órfãos de mãe viveram com a família adotiva, que não tinha filhos legítimos por muitos anos, até atingirem a maioridade. No convívio com os Barbosa aprenderam a ler, escrever e um ofício. A menina aprendeu as prendas domésticas e foi preparada para o casamento com um dos agregados do Major, enquanto Francisco foi aprendiz de boticário, profissão que carregou consigo durante toda a sua vida, mesmo exercendo outras atividades ao longo dos anos.

Antes de completar 18 anos, já exercia a atividade de tabelião de notas do cartório local, o que era ilegal, haja vista que pela constituição brasileira da época esta atividade somente seria possível aos maiores de 21 anos de idade. No entanto, a região passava por importantes mudanças por conta da atividade de mineração do carbonado, fortemente influenciada pela demanda originária da indústria europeia.

O carbonado é um diamante de baixa qualidade e sem brilho, por causa disso não era útil na lapidação e fabrico de joias, porém, tem a mesma dureza, e, no fim do século XIX, teve as suas propriedades industriais descobertas e aplicadas na Europa. A pedra negra e opaca era conhecida na Chapada Diamantina como "ferrujão". Antes da demanda europeia pela pedra, os mineiros o consideravam como uma pedra satélite do diamante, usando-o para demarcar os campos

de minério. Quando o veio diamantino era encontrado o carbonado[6] era descartado[7] (BRUTON, 1983).

A situação foi modificada graças às inovações tecnológicas da Revolução Industrial europeia com a invenção e utilização em escala industrial da perfuratriz a vapor. Essa máquina, associada à substituição da pólvora negra pela dinamite permitiu um salto na mineração aumentando a extração de carvão, minério de ferro e a abertura de túneis e canais, tanto na Europa quanto em outros lugares do mundo, como por exemplo, os canais de Suez e Panamá, o túnel ferroviário de São Gotardo na Suíça, os metrôs de Paris, Berlin, Londres e Buenos Aires, e as minas de carvão e ferro da Alemanha e França. O maior empecilho para a utilização em larga escala da perfuratriz a vapor era o alto custo das suas pontas de brocas, originalmente confeccionadas com o diamante, que representava um alto custo final nas obras diminuindo a sua viabilidade econômica.

Ainda na década de 70 do século XIX, um engenheiro francês começou a utilizar o carbonado em substituição ao diamante, o que barateou o processo e viabilizou a utilização da perfuratriz. Apesar de mais barato, o carbonado era encontrado em quantidades e preço que justificassem a sua viabilidade econômica em duas regiões do planeta: em Borneou, na Oceania e na Chapada Diamantina, barateando a mineração de grandes empresas europeias, mas impactando e provocando modificações profundas nas zonas produtoras.

6 Ao longo deste trabalho aparecem as palavras carbonado e carbonato referentes ao mesmo produto. Embora o termo técnico seja carbonado, optamos pelas duas formas de escrita, uma vez que os documentos consultados utilizam o termo carbonato.

7 No início da produção diamantina na Chapada, as propriedades industriais do carbonato não eram conhecidas, por isso, os garimpeiros locais consideravam a pedra como um rejeito semelhante ao cascalho, e como isso, o descarte era inevitável. A prática foi modificada depois da sua utilização em pontas de brocas para a mineração, assim o carbonato teve valor maior que o diamante.

A rápida e inesperada demanda por um produto visto pelos garimpeiros da região como dejeto, e consequentemente a repentina valorização, fez com que pessoas que não estavam incluídas entre os membros da elite tradicional da região acumulassem fortuna muito rapidamente, e alçassem o *status* de uma nova elite, composta em Morro do Chapéu e em toda a Chapada majoritariamente por negros e mestiços. Especificamente na face norte da região, Francisco Dias Coelho, foi o principal ator desse processo. No início da demanda pelo produto, acumulava as funções de boticário e tabelião de notas no cartório local. O trânsito entre os garimpeiros e a facilidade de contato com compradores por causa da botica, talvez tenha sido o canal necessário para que ele entrasse na atividade comercial de pedras preciosas. No entanto, é possível afirmar que de meados a fins dos anos 80 do século XIX, já era considerado o maior comerciante de carbonado da Bahia. O dinheiro do minério abriu as portas para que adentrasse em um terreno antes ocupado pelos brancos da região, comprou a patente de tenente coronel da Guarda Nacional, o maior posto da corporação e garantia o comando da 174ª Brigada de Infantaria da Guarda Nacional e com isso o poder institucional sobre os outros coronéis do sertão.

Nos primeiros anos do século XX, já era considerado o 10º homem mais rico do Estado da Bahia, e reconhecido pelas elites estaduais como o comandante de fato dos coronéis sertanejos. Com isso, influenciava diretamente as tomadas de decisões estaduais com o seu apoio, inserindo-se na política regional e se convertendo no poderoso coronel negro da Chapada Diamantina (PANG, 1979, p. 246).

No fim da vida, depois de 54 anos de estratégias cotidianas, conscientes ou não, o Coronel Dias Coelho, nascido em 1864, faleceu em 1919. Sua morte se deu de maneira inversa ao seu

nascimento, ou seja, enquanto nasceu como anônimo, ou somente mais um negro e filho de agregado da Chapada Diamantina, a sua morte teve uma comoção ainda não igualada no sertão da Bahia, produziu um grande volume de documentos que permitiu recontar o fato da maneira a seguir.

Na madrugada de quinta para sexta-feira, mais precisamente às quatro da manhã do dia 19 de fevereiro de 1919, chegava ao fim, em Morro do Chapéu, a vida do Coronel Francisco Dias Coelho. Embora trágica, a notícia não causou muita surpresa, pois, já era esperada pelas informações que corriam na região alguns meses antes. Estavam na casa os familiares e amigos mais próximos, além dos aliados políticos, e, segundo os presentes, o fatídico momento já esperado por todos aconteceu.

A trajetória familiar dos antecedentes do coronel negro impressiona. Saíram da mais absoluta indigência, e passaram de propriedade a proprietários de terras, animais e pessoas. Porém, a biografia do nosso personagem impressiona ainda mais. Graças à sua habilidade e argúcia, conseguiu perceber as mudanças econômicas por que passava a Chapada Diamantina, soube fazer e quebrar alianças em momentos oportunos, tirar proveito da sua cor, quando lhe era conveniente e se aproximar dos antigos opressores para dominá-los. Utilizou-se de estratégias não conhecidas da região para construir a sua imagem pública e tornou-se o que fora dito anteriormente.

Historiograficamente, a trajetória do coronel negro representa mais do que a vida de um negro que ficou rico, mas, as possibilidades históricas de ascensão política e econômica que somente puderam ser vistas olhando-se mais de perto, ajustando as lentes e diminuindo as escalas.

Fernández (2007, p. 31), afirma que:

> [...] boa parte dos estudos considerados de caráter 'nacional' são, necessariamente, análises de realidades ajustados a certos limites. Sua carga retórica em torno de tal perspectiva permitiu que muitos dos seus textos tenham uma sobrevida acadêmica de maior alento que outros escritos que, sem a pretensão de abordar o nacional, estabelecem uma aproximação ás análises históricas partindo de um perfil regional e local.

A afirmação acima descrita é observada nos estudos sobre o coronelismo no Brasil. Nos anos 70 e 80 do século XX, a temática estava entre as preferidas pela academia, e ainda assim, poucos historiadores brasileiros e baianos se dedicaram ao tema ficando a análise e a proposição de teorias sobre o fenômeno majoritariamente a cargo de sociólogos. A maior parte dos estudos sobre a história política do Brasil classifica o coronelismo como um fenômeno historicamente datado da Primeira República Brasileira (1889-1930), iniciada com a queda do Império e finalizada com a ascensão do Presidente Getúlio Vargas. Segundo essa tradição, esse foi um período em que o Brasil transitou de um modelo agro-exportador-oligarca, para um país industrial comandado por uma burguesia, que se consolidou a partir da década de 30 do século XX, onde Vargas concretiza o projeto de modernizar o Brasil.

Os sociólogos contemporâneos e pouco posteriores a Vargas foram os primeiros a analisar o coronelismo. Nesse período, a história como ciência ainda era muito incipiente no país, assim mesmo, as análises provenientes dessa disciplina se consolidaram e permaneceram quase que inquestionáveis até a atualidade, influenciando outras disciplinas, principalmente a história, que foi centralizada nos estudos

sobre o sul e sudeste, ou com as perspectivas desta zona para as outras regiões do Brasil.

Para eles, o coronelismo estaria inserido nesse período transitório, onde o Estado não era mais centralizador e oligárquico como no Império e ainda não era democrático e burguês como no período pós-Vargas, assim os coronéis se fincaram neste vazio de poder de um Estado quase inexistente, onde as forças políticas estavam em transição e mantinham o seu poder na base da familiocracia, fortalecido pelo isolamento das comunidades rurais do interior esquecidas pelo estado e dominadas pela ignorância sempre a favor dos coronéis.

Tendo em vista alguns poucos autores que somente mencionaram o coronel negro bem como a abertura dos arquivos regionais da Chapada Diamantina, ainda suscitava a problemática: o que dirigia a conduta e a dinâmica do coronelismo no sertão da Bahia? Como se davam as relações de poder e raça na Chapada Diamantina no início do século XX? Foram estas as questões que nos levaram ao intento de compreender como um negro, descendente direto de escravos e nascido 24 anos antes da abolição oficial da escravatura no Brasil, conseguiu se tornar o mais influente coronel de toda uma região e exercer influências nas decisões políticas do Estado da Bahia.

Para lograr êxito nesse desígnio, buscou-se analisar através da biografia do Coronel negro da Chapada Diamantina, a sua atuação política e econômica nesta região que denotam aspectos de insólito e comum.

Segundo o historiador inglês Hill (1988), qualquer estudo sobre uma pessoa, por consequência não será apenas a biografia de um grande homem, deverá incorporar os acontecimentos da época em que viveu e que se revelam cruciais para o desenvolvimento do país. Embora o autor inglês estivesse se referindo à biografia de Oliver Cromwell, que foi figura de destaque durante a Revolução Inglesa, o mesmo pode ser dito de personagens menos influentes ou

até mesmo anônimos, mas que, no entanto, permitem compreender um dado momento da sociedade em que viveu.

Este pensamento é corroborado pela historiadora italiana Loriga (1998), não é necessário que o indivíduo represente um caso típico; ao contrário, vidas que se afastam da média levam talvez a refletir melhor sobre o equilíbrio entre a especificidade do destino pessoal e o conjunto do sistema social.

Durante maior parte no século XX, os estudos biográficos no Brasil foram vistos como resquícios do pensamento positivista, principalmente, por parte dos sociólogos e historiadores marxistas – que ganharam força no país desde meados do referido século – e viam na biografia uma maneira de criar heróis e obscurecer as lutas de classe e as organizações coletivas. As críticas somente foram atenuadas e as biografias retornaram à historiografia após a década de 70 do século XX, com a revisão do marxismo, que chega tardiamente ao Brasil, com novas abordagens e a possibilidade de analisar a cultura e a sociedade de um determinado lugar através da trajetória de vida de indivíduos que ali viveram e atuaram.

Nos estudos sobre o sertão da Bahia, as biografias de anônimos ou de elementos com reconhecimento político e econômico na região são uma contribuição a mais para se compreender as relações sociais e a organização de sociedades nas áreas mais distantes dos centros de decisão no Brasil. As respostas às questões locais aparecem quando as trajetórias de vida são analisadas dentro do contexto regional, observando em escala reduzida às relações sociais locais e analisando as contradições com o que se tem estabelecido na história nacional como historicamente consolidado, presentes nas fontes e evidências locais.

Com isso, analisar a biografia de indivíduos dentro de um contexto regional, tendo como aporte uma variada gama de arquivos locais e regionais, cujo conjunto de fontes possibilita novas visões sobre temáticas consideradas esgotadas – do ponto de vista historiográfico tradicional no Brasil –, mas que podem ser revisados a partir da análise regional. Assim, a análise da trajetória do Coronel negro Francisco Dias Coelho – compreendida dentro do contexto em que atuou, utilizando a vasta documentação depositada nos arquivos da cidade de Morro do Chapéu –, permite lançar novas interpretações ao coronelismo, temática que muitos consideram esgotada de análises na historiografia brasileira.

Os estudos sobre a história regional não são novidade na América Latina. Reguera (2007) sustenta que a partir da publicação de *El Pueblo en Vilo*, pelo mexicano Luiz González, em 1968, emergiu uma nova forma de ver a história, a geografia e a população de um país. Desde esse tempo, consolidou-se em vários países, e assumiu as características de cada lugar onde se estabelecia. Para Bandieri (2007), na Argentina, por exemplo, a história regional confirmou-se, mesmo que não tenha sido compreendida, como uma opção metodológica por si própria, pois, se encontra em processo de consolidação. Mesmo que confundida com a micro-história italiana, pois, em ambas, o único elo de concordância é a redução de escala. Ainda segundo Bandieri, a história regional está mais relacionada com a geografia crítica e vinculada à história econômica, preocupada com transformações e continuidades, com processos sociais ocorridos em um tempo e lugar específicos passíveis de se compreender. Dessa maneira, a história regional preenche lacunas deixadas pela macroescala uma vez que se entende a região como um processo de estruturação que articula tempo e espaço.

A afirmação acima coaduna com o pensamento do geógrafo brasileiro Milton Santos. Para ele, o conceito de região apareceu primeiramente no século XIX, originalmente cunhado pela geologia, para se referir ao conjunto de bacias hidrográficas orientadas pelo relevo, e de lá para a atualidade foi sendo apropriado e adaptado por outras disciplinas como a própria geografia, que na era *La Blacheana* entrou no centro de debate de gênero de vida, que se preocupava com a relação entre o homem e a natureza em um determinado lugar, onde a cultura, a política, a economia e a sociedade se formavam a partir das suas necessidades internas conforme a dinâmica característica da própria região. Essa ideia quando expandida para a sociologia e a antropologia, discute os modos de vida e a morfologia social, até chegar à história com a discussão sobre a história regional (SANTOS, 2003).

Ainda segundo Santos, durante um largo período de tempo, a região foi vista apenas como espaço de identidade, sendo assim, as regiões se formavam e se modificavam lentamente a partir da solidariedade orgânica entre os povos e seus territórios produzindo identidades e limites espaciais coesos entre elas e satisfazendo as necessidades internas de cada região. No entanto, a geografia crítica, na sua vertente mais atual, vê a região não mais a partir da solidariedade orgânica encerrada em si mesma, mas como espaço interdependente de outros, partindo das necessidades globais, passando a se constituir por meio de uma solidariedade organizacional, considerando as necessidades globais de produção, circulação e distribuição e consumo (SANTOS, 2003).

A região, enquanto categoria historiográfica, aproxima-se muito do que foi exposto acima, agregando-se ainda que, além dos aspectos econômicos, estão também em questão as variantes jurídicas,

administrativas, e principalmente culturais, que se adequam ou se modificam a partir das condições dadas não somente pelo espaço, mas também pelas relações sócio-históricas, construídas em um determinado lugar ou território. Assim, podemos pensar a região como um território culturalmente ocupado, delimitado por fronteiras "porosas", onde as inter-relações com outras, vão ao longo do tempo conferindo características próprias que não a distingue totalmente do nacional, mas lhe dão unidade ao ponto de ser reconhecida. Isso foi evidenciado na prática, quando Gonzáles (1972, p. 3), ao estudar a pequena San José de Gracía afirma:

> A área estudada não é influente nem transcendente, mas representativa. [...] por ser única, por ser um conglomerado de tantos, por representar uma porção ampla do subconsciente nacional.

Todas essas características próprias de lugares com dimensões reduzidas, diferenciadas das demais por características econômicas, geográficas ou sociais, implicam também em verificar aspectos singulares ocorridos no microespaço em que, por vezes, permitem análises diferenciadas do que se tem como estabelecido na perspectiva macroanalítica, fugindo da ideia enclausurada de região enquanto espaço delimitado por limites jurídicos, eclesiásticos ou administrativos, que nem sempre foram estabelecidos pelas características locais, nessa perspectiva. É reconhecido na história da Bahia que as pessoas que estabeleceram os limites acima citados nunca estiveram ou sequer conheciam as áreas por eles delimitadas. Ainda assim, as regiões foram se conformando com características e demandas específicas que não por poucas vezes obrigaram a redefinir o que fora estabelecido.

O historiador norte americano Young (1991), reafirma o que foi anteriormente dito. Para ele, as regiões ainda são hipóteses por demonstrar, devido à dificuldade em conceituar algo aparentemente simples, como região, mas que, no entanto, ainda não possui uma definição clara de maneira que atenda às demandas das variadas disciplinas como: a geografia, a antropologia, e principalmente, a história. A falta de um conceito universal não invalida os estudos regionais, ao reduzir a escala de observação, as possibilidades de analise se ampliam, considerando detalhes que poderiam estar escondidos dentro de um contexto geral mais amplo. Assim a falta de um conceito exato, não exclui a possibilidade de uma análise pautada na história regional.

Perspectivas distintas sobre a região são apresentadas. Meyer (2007), utilizando uma perspectiva geográfica e cultural, define região como espaço relativamente extenso, com características particulares, que fazem com que uma unidade seja distinta das regiões vizinhas. Young (1991), ainda que admita a falta de precisão no conceito, de maneira mais simplificada, partindo do viés econômico, conceitua como a espacialização de uma relação econômica, delimitada por fronteiras que se por um lado são porosas, por outro são suficientemente congruentes com as divisões políticas e administrativas.

Pelo que se tem analisado da documentação sobre a Chapada Diamantina, poderíamos então definir este espaço regional como um território culturalmente ocupado, delimitado por fronteiras definidas pelas relações estabelecidas entre os indivíduos e que podem ou não obedecer aos limites geográficos, políticos e administrativos, a depender das ligações econômicas e sociais ali constituídas.

Dentre os muitos obstáculos para se analisar regionalmente a história na Bahia, está o fato de ser esse um fenômeno historiográfico

muito recente no Brasil, onde os marcos que balizam a sua ação e intencionalidade ainda não estão claramente estabelecidos (se é que existem). Percebe-se, no entanto, que os elementos que propiciam a pesquisa historiográfica, como arquivos regionais, que somente muito recentemente foram disponibilizados para pesquisas, e o total esquecimento por parte da história nacional, principalmente, no tocante à zona interiorana tanto da Bahia como de outros Estados periféricos do Brasil, evocam na história regional a possiblidade de historicizar fenômenos esquecidos ou considerados marginais pela historiografia e, assim, dar voz a pessoas e lugares marginalizados não somente pela sua condição social ou política, mas pelo lugar onde vivem que foram se distanciando dos centros econômicos durante o último século no Brasil.

Os estudos de história regional centrados na figura do Coronel Dias Coelho, possibilitados pelos arquivos da Chapada Diamantina, apontam para possibilidades opostas ao que se diz sobre o coronelismo brasileiro. A trajetória do político negro, em suas relações familiares e econômicas, desde antes de se tornar um eminente chefe, demonstra o coronelismo como uma forma de poder oligárquica, ocorrida na América Lusitana desde os tempos coloniais, e que se perpetuara no Brasil após a sua independência chegando até próximo dos dias atuais. Expressava o seu mando de diversas maneiras, sempre partindo do local e por vezes expandindo a sua esfera de influência para os níveis estadual e nacional.

Pessoas como Dias Coelho nunca estiveram em voga nos tradicionais estudos sobre o coronelismo, sequer na Bahia, onde pela proximidade dos fatos poderia ter havido uma atenção maior. Os estudos sobre a temática avançaram pouco em sua interpretação até muito próximo da atualidade.

Tanto a morte quanto a vida do Coronel Dias Coelho foram eclipsadas da historiografia baiana por um longo período de tempo. Dentre outros fatores, a falta de fontes e de uma metodologia que permitissem uma análise mais aprofundada no aspecto regional, foram os principais fatores que possivelmente levaram ao não aparecimento de pessoas e fatos que possibilitam outra análise do coronelismo baiano.

A situação começou a ficar mais favorável para os estudos regionais na Bahia com a abertura dos arquivos locais nos primeiros anos do século XXI, isso permitiu aos historiadores baianos acesso a uma grande quantidade de documentos que foram fundamentais para se analisar de maneira diferente a história do interior. Antes disso, o maior arquivo do Estado da Bahia era o seu Arquivo Público, que pretendia reunir documentos de todo o Estado. Evidentemente que isso nunca foi conseguido e centenas de arquivos regionais, entre eles arquivos cartoriais, eclesiásticos e principalmente particulares continuaram fechados aos pesquisadores.

A história da Bahia foi contada com base nos arquivos que estavam na capital e omitiram-se os arquivos locais e regionais que certamente continham uma documentação muito mais volumosa que se referia a essa região e outras regiões. Agregue-se a isso, o fato de que as universidades baianas estavam concentradas na capital do Estado e as vagas para os cursos de ciências sociais e principalmente de história, além de poucas, eram direcionadas, em sua maioria, para os alunos da capital. Com uma documentação preponderante sobre o Recôncavo, aliado aos historiadores profissionais que também eram e pesquisavam a região, é natural que a história da Bahia se resumisse ao Recôncavo e Litoral, ficando o

Sertão, considerado como periférico e atrasado, não somente culturalmente como também nos estudos historiográficos.

Sobre a região de Morro do Chapéu. Os arquivos do Fórum Clériston Andrade, guardam documentos depositados desde 1830, como testamentos, inventários, processos criminais e registros de compra e venda de terras, animais e escravos; o arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu, com documentos que remontam a 1838, guarda, dentre outros, registros de nascimentos, óbitos, casamentos e principalmente os livros de Tombo, considerados de extrema importância, por guardarem registros das informações de toda a paróquia, necessárias sempre que um novo padre assumia. Como os curas da região sempre foram longevos, até 1940, somente três padres efetivos ocuparam a paróquia, e, embora poucos, foram de extrema relevância para se conhecer o passado do lugar. Depois de 1864, Morro do Chapéu foi desmembrada de Jacobina formando um novo município e com isso foram criadas instituições administrativas como a Intendência e o Conselho Municipal. Ambos começaram a produzir documentos administrativos contábeis e políticos desde esta data, e, para concluir o relato de fontes, muitos livros de anotações e diários pessoais e fotografias foram guardados como lembranças pelos familiares. Estes documentos por si só já continham um grande valor sentimental e familiar, adquiriram valor historiográfico quando passaram a ser copiados por profissionais de história e serem analisados de maneira mais metódica.

O tipo de documentação também é determinante para a escolha da metodologia a ser utilizada pelo historiador. Saborit (2005, p. 192), discorrendo sobre história regional, afirma que o tipo de fonte é determinante para a temática e a teoria da história local. Isso pode ser aplicado para o caso de Morro do Chapéu. Diferente das dificuldades

apresentadas em alguns trabalhos sobre a história regional, com relação à pouca quantidade ou diversidade documental, os arquivos locais analisados apresentam exatamente o contrário, além de existir uma grande quantidade de documentos ainda não trabalhados, estes são ainda, de variadas naturezas e propósitos no momento da sua produção. Para essa região, os documentos eclesiásticos, judiciais e administrativos, além dos arquivos e documentos particulares se complementam, oferecendo um mosaico da sociedade sertaneja do século XIX.

Tal proporção de fontes, somente foi possível de ser analisada utilizando-se das facilidades da tecnologia digital. Câmeras fotográficas digitais e scanners possibilitam a "liberação" da presença física do historiador nos arquivos, permitindo que uma variedade maior de documentos fosse analisada em locais mais "confortáveis", e com o tempo não limitado ao período de funcionamento do arquivo, ainda que a colaboração de funcionários tenha sido fundamental. Também é importante anotar que, a digitalização facilita ou viabiliza a cópia de fotografias antigas, que não são facilmente disponibilizadas por familiares que com muito apego às suas relíquias do passado impedem o acesso, ameaçando não mais emprestar para a cópia ou análise. Podendo ser copiadas ainda na posse do proprietário, tornou-se mais fácil o acesso.

Assim, para este trabalho foi recolhido um total de 290 fotografias do período estudado, que vislumbravam aspectos do cotidiano, da política e da sociedade em geral, complementado por artigos de jornais tanto da cidade de Morro do Chapéu quanto de Salvador, totalizando 3.600 páginas de jornais digitalizadas. Além das fontes eclesiásticas, nos livros de tombo, registros de casamentos, nascimentos e óbitos na Paróquia de Nossa Senhora da Graça, desde a fundação da paróquia em 1838 até 1922, que totalizaram

2.000 folhas digitalizadas. Esses documentos dão um perfil demográfico da população uma vez que a Igreja Católica funcionava também como registro civil na época, e que por estes registros foi possível saber das origens, composição e, em vários momentos, ascensões econômicas familiares.

Finalmente, os documentos cartoriais, que registraram quase cem anos de compra e venda de terras, animais, propriedades e escravos, perfazendo um total de 4.200 folhas de documentos. Também entre os processos civis, com 320 testamentos e inventários, cem licenças para casamentos, toda a trajetória econômica e familiar fora documentada. Percebe-se nessa documentação, a mudança de "mãos" das fortunas regionais, as ascensões e decadências, bem como as divergências familiares, econômicas e, não raras vezes políticas, desses indivíduos, que foram complementadas pelos processos criminais. Esses documentos por si só têm a sua peculiaridade porque nas audiências de julgamento, muito da vida pessoal e da trajetória de diversos indivíduos que estavam sendo processados estava ali descrito – ainda que orientados pelos advogados, tanto os de defesa quanto dos acusadores – mostrando versões da verdade sobre a sociedade regional. Ao todo foram 200 processos criminais.

O cruzamento dessas fontes como os documentos dos arquivos do executivo municipal de 1864, quando o município se tornou independente até 1922 (câmara de vereadores e prefeitura), deu o completo panorama político. Os livros de leis mostram quais os interesses e como pensavam os legisladores locais, além das atas de reuniões com muitos dos discursos inflamados permitindo inferir o que pensavam os políticos locais, além das fraudes eleitorais flagrantes nos documentos. Os livros contábeis demonstraram o que se produzia,

quem pagava e quem não pagava impostos e quais os valores das mercadorias e serviços.

Ao todo, formam 40 mil folhas de documentos digitalizados. Evidentemente nem todos foram analisados detalhadamente, o que tomaria um tempo imensamente superior ao prazo determinado para a conclusão da pesquisa. Assim, a maior dificuldade de todo o trabalho foi selecionar o material que seria usado mais detalhadamente, e contar com a colaboração de outros pesquisadores que também estudam a região, com outras temáticas, o que permitiu, com a troca de informações, analisar e observar uma quantidade maior de documentos.

Tal qual San José de Gracia, estudado por Gonzáles (1972), no seu clássico *El pueblo en vilo*, a região de Morro do Chapéu não apresentava grandes diferenciais, ao contrário, era uma zona extremamente comum e se diferenciava muito pouco das outras regiões pecuaristas da Bahia e, com exceção das condições geográficas, também não era diferente de outras zonas do Brasil. Porém, ainda como afirmara Gonzáles, a sua força está na fragilidade, por ser um lugar comum, a parte norte da Chapada Diamantina era um reflexo da sociedade sertaneja do século XIX, e também um fragmento representativo da sociedade baiana, com todas as suas especificidades e contradições, entre uma economia litorânea e agrícola decadente, sendo substituída paulatinamente por uma nova elite pecuarista e ascendente advinda dos sertões.

Entretanto, ao contrário do que se diz, o sertão da Bahia não era isolado e a sua população mais ignorante do que os moradores do litoral. As muitas e movimentadas estradas transportavam pessoas e mercadorias para todas as direções, junto com isso vinham ideias e pensamentos. Para o sertão vieram cereais de Tucumán e carne seca

de Buenos Aires, em momentos de secas e convulsões sociais, mas também, estão na construção dos metrôs de Buenos Aires, Paris e Berlim, os carbonatos da Chapada Diamantina, assim como, foi graças a eles que se construíram os canais do Panamá e Suez, como as minas de ferro e carvão da Alsácia-Lorena, pivô da Primeira Guerra Mundial. Eram os comerciantes da Chapada que negociavam com alemães, franceses e ingleses. Assim, de alguma maneira, a Chapada Diamantina, no sertão da Bahia, estava conectada com a distante economia europeia.

O desenvolvimento dos estudos biográficos e da história regional na Bahia permitiu que novos estudos observassem os mesmos objetos ou temáticas que eram debatidas na macro-história brasileira sob outros olhares, possibilitando então novas interpretações para o que já se considerava historicamente esgotado de novas análises.

A trajetória de vida do Coronel Francisco Dias Coelho, estava descrita nos documentos citados acima. Através deles foi possível recompor a gênese da sua família, desde o patriarca africano chegado ao Brasil como escravo, passando pela formação de famílias escravas no sertão, até a ascensão política, econômica e social de subalternos na Chapada.

É importante salientar que a trajetória familiar se torna um molde do que seria a trajetória pessoal de Dias Coelho, ou seja, em um lapso de três gerações os Dias Coelho saem da mais completa indigência para ocupar os mais importantes cargos da região e do Estado da Bahia. Por si só, isso já seria por deveras interessante, mas para ampliar a discussão, este assunto ainda contrariava os estudos tradicionais sobre escravidão e família escrava, ascensão de subalternos e principalmente sobre o coronelismo brasileiro, que ficaram eclipsados nos estudos macro-históricos que por utilizar uma escala

ampliada, não viram as nuanças produzidas regionalmente e que poderiam questionar o que se havia escrito sobre a cultura política local no interior do Brasil. Documentos depositados em arquivos regionais suscitaram uma abertura metodológica para o regional, e, consequentemente mostraram facetas da cultura política e da sociedade sertaneja que não poderiam ser vistas por uma distância maior. Apesar de parecer insólito, a presença de escravos na pecuária, a formação de famílias escravas estáveis e principalmente, a ascensão de indivíduos subalternos a postos supostamente reservados às elites tradicionais eram mais comuns do que se imaginava. Então entre o insólito e o comum, a história regional descortina elementos para se aprofundar na cultura política e na sociedade baiana e brasileira, abrindo caminhos para o aprimoramento da historiografia brasileira.

Assim, conclui-se então que, mesmo que a história regional ainda seja nascente na Bahia e os seus pressupostos ainda não estejam claramente definidos, os estudos regionais apontam para outros caminhos que não os estabelecidos pelos estudos tradicionais da historiografia brasileira no que concerne à cultura política e mais especificamente ao coronelismo. Tanto os arquivos locais quanto outras fontes, a exemplo de jornais de todo o estado, apontam para o coronelismo como um sistema característico da vida política brasileira com temporalidade que vai muito além do período conhecido como Primeira República brasileira. Além disso, embora o seu caráter seja eminentemente elitista, não se caracteriza somente por uma submissão do poder local às elites estabelecidas desde longa data; as novas elites surgidas com os câmbios da economia local encontraram na Guarda Nacional a brecha necessária para a concretização da sua trajetória política, estabelecendo-se e atuando de maneira a concretizar o seu

poder localmente, mas, com influências que iam muito além dos limites administrativos das suas localidades.

Todas estas conclusões estavam cortinadas sob a análise macro-histórica que, com a redução de escala e a utilização de fontes regionais, levando em consideração a formação e as transformações da sociedade regional da Chapada Diamantina, foi possível analisar e conhecer com maior profundidade, possibilitando a necessidade de modificações de conceitos há muito estabelecidos.

PRIMEIRA PARTE

Para compreender a trajetória do Coronel Francisco Dias Coelho dentro de uma perspectiva regional, que se estende em relações econômicas e políticas para o estadual, e não poucas vezes, ao nacional e internacional, duas categorias conceituais são fundamentais: coronelismo e sertão.

Como chefe político, um fator determinante na sua trajetória foi pertencer à Guarda Nacional, e, ainda que a Guarda não seja necessariamente sinônimo de coronelismo, por vezes se confundem, ou seja, os membros da Guarda Nacional fazem parte necessariamente do coronelismo, mas nem todos os que faziam parte do coronelismo eram da Guarda Nacional. Embora esse não fosse o caso de Dias Coelho, existiam coronéis sem patente, que não pertenciam à Guarda Nacional e alguns deles influenciaram os estudos sobre a temática. Os estudos tradicionais sobre o tema também indicam formas de se ascender politicamente e dominar os redutos eleitorais locais, porém, os modelos adotados não incluem um negro, filho de agregados e neto de escravos nascido à beira da indigência. Assim, entender o coronelismo é uma das maneiras de se compreender Dias Coelho.

O outro conceito em questão é o de sertão. Importa para este trabalho compreender como os fatores regionais influenciaram as ações do Coronel Dias Coelho. O sertão é uma categoria sem definição, diversos autores apresentam muitas análises, por vezes conflitantes, sobre o que significa o termo e como o sertão baiano se insere nessas perspectivas de análise. Interessa-nos neste momento, compreender o que era o sertão da Diamantina, onde viveu, ascendeu e dominou o Coronel Dias Coelho com todas as adversidades, mas que ao que parece não seria possível em outro lugar.

O QUE FOI DITO E O QUE SE PODE DIZER DO CORONELISMO NO SERTÃO DA BAHIA

Mesa, você existe? Esta frase de Thompson (2009), no livro *A miséria da teoria*, que critica a ortodoxia marxista de Louis Althusser, sobrevalorizando a teoria em detrimento das evidências. A crítica de Thompson leva-nos a refletir sobre aspectos no conceito de coronelismo no Brasil, ainda que não estejam relacionados ao materialismo histórico, também supervalorizam os conceitos cristalizados pela historiografia brasileira em detrimento das evidências, observadas nas fontes presentes nos arquivos regionais, que apontam para outras possibilidades analíticas da cultura política brasileira.

Para Thompson (2009, p. 51),

> [...] se introduzimos conceitos, os estamos introduzindo como 'modelos' que nos ajudam a investigar e organizar esses fatos; mas devemos deixar claro que esses modelos existem em nossa cabeça e não na história. E devemos desenvolver técnicas empíricas cada vez mais aperfeiçoadas, livres de valores e preferivelmente quantitativas, para permitir que esses fatos se mostrem tal como realmente aconteceram.

Concordando com a afirmativa de Thompson e acercando da temática do coronelismo baiano, percebe-se um descompasso entre o que demonstram as fontes e os conceitos cristalizados na historiografia desde início do século XX. A possibilidade de um negro, descendente de escravos, nascido em pleno sertão da Bahia, 24 anos antes da abolição oficial da escravatura no Brasil, vir a se tornar um dos mais influentes coronéis baianos e que, em um espaço de tempo de três gerações uma família saísse da beira da indigência e alcançasse o ápice da política regional, tendo ainda como ator social principal um agregado enriquecido com o comércio de pedras preciosas, que, além disso, agiu politicamente formando de partido, cujo lastro social era construído de maneira familiocrática, parece impossível se forem analisados pelos conceitos tradicionais de coronelismo brasileiro.

Aparentemente, existe uma discrepância entre o conceito consolidado e o que demonstram as evidências com respeito a pouco estudada cultura política do sertão baiano e o que se tem como base conceitual para a Bahia e o Brasil. Desse modo, pesquisa histórica recente, contando com novo *corpus* documental, os arquivos regionais do sertão da Bahia, permitem analisar tanto a cultura política, de maneira ampla, quanto o coronelismo de forma mais específica, com a possibilidade de ressignificar ou construir novos conceitos tendo como base as possibilidades metodológicas da história social inglesa e da história regional, surgindo daí novas probabilidades de análise, pois,

> [...] o discurso histórico disciplinado da prova consiste num diálogo entre conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado e a pesquisa empírica do outro (THOMPSON, 2009, p. 57).

Assim, o objetivo deste primeiro momento é analisar a produção historiográfica brasileira, ao menos as mais influentes obras tanto no Brasil quanto na Bahia, para que se verifique a validade conceitual para o coronelismo sertanejo, e a partir de então, verificar junto às evidências documentais e propor modelos alternativos para melhor compreender a cultura política sertaneja, através da trajetória do Coronel Francisco Dias Coelho.

O que foi o coronelismo

O coronelismo foi uma temática bastante estudada no Brasil nas décadas de 60 e 70 do século XX. Nesse período, a historiografia sobre o coronelismo brasileiro está dividida em duas correntes principais, ambas levantadas em meados do século XX, que divergem tanto no conceito quanto na origem, concentrando a análise no sudeste brasileiro como foco central e as outras regiões como periféricas. A primeira dessas correntes considera o coronelismo como sistema político, historicamente datado da Primeira República do Brasil, embora a outra aceite que o coronelismo ultrapassou o limite temporal final, o início do Estado Novo Varguista, pois compreendem essa data como marco inicial da industrialização e consolidação de uma burguesia no Brasil. Com isso, a prevalência e continuidade do coronelismo se restringiam às áreas menos avançadas do país, onde o secular atraso permaneceu sob o domínio dos latifundiários.

A maior parte dos estudos sobre a história política do Brasil qualifica o coronelismo como um fenômeno historicamente datado da Primeira República Brasileira (1889-1930), iniciada com a queda do Império e finalizada com a ascensão do Presidente Getúlio Vargas. Para os sociólogos e historiadores do Brasil, este foi um período em que o país transitou de um modelo agroexportador oligarca, para um

país industrial comandado por uma burguesia nascente, que se consolidou a partir da década de 30 do século XX, quando Vargas concretizou o projeto de modernização do Brasil.

Para esses sociólogos, o coronelismo estaria inserido neste período transitório, onde o Estado não era mais centralizador e oligárquico como no Império e ainda não era democrático e burguês como no período após Vargas. Assim, os coronéis se fincaram nesse vazio de poder de um Estado quase que inexistente nas suas regiões de domínio, eram considerados como forças políticas em transição e mantinham seu poder alicerçado em uma base familiocrática, eram mandatários locais fortalecidos pelo isolamento das comunidades rurais do interior, esquecidos pelo Estado e dominados pela ignorância, cujas vantagens estavam sempre a favor dos coronéis.

Os sociólogos contemporâneos e posteriores a Vargas foram os primeiros a analisar o coronelismo, neste período, a história como ciência ainda era incipiente no Brasil. Isso fez com que as análises provenientes dessa disciplina se consolidassem e permanecessem quase que inquestionáveis até a atualidade, influenciando outras disciplinas principalmente a história que, sobre o fenômeno foi centralizada nos estudos sobre o sul e o sudeste, ou com as perspectivas dessas para as outras regiões do Brasil.

O coronelismo enquanto fenômeno

O primeiro cientista social brasileiro a analisar o coronelismo foi o sociólogo e advogado Vitor Nunes Leal (1986), cuja primeira edição de sua obra, *Coronelismo, enxada e voto*, foi publicada em 1945, em pleno período varguista. Ele considerava o coronelismo como um fenômeno que estava baseado nas oligarquias que dominavam a estrutura agrária do país. Essas elites rurais representavam

as instituições remanescentes do Império apoiadas na Guarda Nacional. Mantinham-se no poder local, inseridas nas esferas de poder hierarquicamente superiores, através da troca de favores com as elites regionais e nacionais, num período em que as instituições republicanas ainda não estavam plenamente estabelecidas. Segundo Leal, havia uma grande rede de relações entre os chefes locais que se subordinavam aos chefes regionais em que trocavam votos, conquistados ou fraudados, e por benesses conquistadas para seus próprios fins e não para interesse público, o que caracterizava uma intromissão do poder privado no domínio público. Na base do sistema coronelista estavam os eleitores, que constituíam o elo mais fraco de toda a cadeia política do Brasil de fins do século XIX e três primeiras décadas do século XX.

Com a proclamação da República e a promulgação da primeira constituição desse período, foram modificados os critérios para se alistar eleitores. Durante o período imperial, as eleições para cargos eletivos eram feitas de forma censitária, somente poderiam ser eleitores os maiores de 21 anos de idade e detentores de renda suficiente para serem eleitores e ainda maior para candidatos. Com a República houve mudanças na maneira como se alistavam; poderiam ser eleitores ou candidatos todo o cidadão brasileiro maior de 21 anos, desde que fosse alfabetizado, sem distinção de renda, a única exigência era fazer uma petição escrita de próprio punho em frente a uma autoridade eleitoral.

Os efeitos das mudanças constitucionais se mostraram ainda mais excludentes. Longe de ser uma democratização das eleições, as mudanças no código eleitoral produziram mais exclusões que democratização. O contingente de alfabetizados era ainda menor do que os de pessoas com renda suficiente, haja vista que educação pública

nunca foi prioridade no Brasil Imperial, e continuou não sendo no período republicano, somado isso ao processo de abolição da escravatura, em 1888, que apenas concedeu a liberdade aos negros brasileiros, mas não lhes deu condições de ascensão social, elevou em muito o contingente de analfabetos e sem perspectivas de alfabetizar-se.

Segundo a análise feita por Leal, os coronéis enquanto latifundiários eram os principais beneficiários do contingente eleitoral reduzido provocado pela constituição republicana. O menor número de eleitores diminuía a necessidade de compra de votos tornando as eleições mais baratas, ao passo que, ainda segundo Leal, os letrados nessas localidades eram membros da parentela dos coronéis. Com isso, ampliava a margem de negociação dos chefes locais – os coronéis – e os chefes regionais que dominavam os cargos de deputados, senadores estaduais e governadores de Estado, que por sua vez negociavam as suas influências dentre os coronéis com os votos para os cargos nacionais de deputados federais, senadores da República e presidentes.

Dessa maneira, a análise de Leal compreende que o coronelismo somente poderia existir em uma região distante dos centros de decisão política, e atrasada social e culturalmente, onde o controle da população se fazia eficiente pelo alto índice de analfabetismo e manipulação das pessoas, e, consequentemente dos seus votos pela ausência das instituições do Estado Republicano que garantisse pleno acesso a todos os cidadãos.

Alguns termos se tornaram comuns nessa análise como: curral eleitoral, voto de porteira fechada e voto de cabresto. A utilização desses termos comparava os eleitores ao gado nas fazendas dos coronéis, e estes, poderiam comercializá-los da maneira que mais lhe conviesse. No curral eleitoral estavam reunidos todos os eleitores no dia das eleições, conduzidos pelos cabos eleitorais pelos "cabrestos"

de pequenos favores, assistência às famílias em tempos de crises – frequentes nos períodos das secas – com pouca ou nenhuma oferta de trabalho, relações de apadrinhamento, e principalmente, ameaças dos jagunços e bandoleiros que estavam a serviço dos chefes locais.

Entretanto, o próprio Leal (1986) assume que não fez pesquisa em arquivos para chegar às suas conclusões, e que levantou todas as suas hipóteses a partir das observações dos coronéis do interior paulista, que foi o seu único universo de análise. Isso nos leva a compreender o motivo da fragilidade das observações com relação ao coronelismo no nordeste brasileiro nesta primeira obra sobre a temática.

Em suma, a análise sociológica do coronelismo feita por Leal representa o espírito de uma época, em que o sudeste do Brasil, recém-industrializado afirma centralidade regional política e economicamente ao tempo em que confere ao nordeste a posição de periferia. Embora seja pioneiro na análise do poder local nos primeiros anos da República, o trabalho de Leal acentua a relação de centro e periferia, não abarcando outras regiões e tornando os coronéis paulistas modelos e referências de análises para todo o Brasil, não admitindo possibilidades que poderiam modificar o panorama proposto pelas suas hipóteses.

O coronelismo como sistema

Pouco tempo depois, as ideias de Leal foram criticadas pelos sociólogos que começavam a aproximar-se das teorias weberianas na década de 50 do século XX, com uma interpretação até então inovadora para a época. O também sociólogo Raymundo Faoro, lançou em 1957, seu maior trabalho, o livro *Os donos do poder: a formação do patronato brasileiro*. Esse autor estava fortemente influenciado pelas ideias weberianas, como dito anteriormente, e tinha como principal

objetivo analisar a formação do Estado burocrático brasileiro, que, segundo Faoro, se consolidou na década de 1930 com o Governo Vargas, semelhante ao que afirmava o autor anterior. No entanto, se diferenciava por seguir a perspectiva teórica, aplicando no Brasil a proposta de Weber com ortodoxia, no concernente às etapas evolutivas da formação e consolidação do Estado.

Mesmo que a intenção primordial do autor não fosse analisar especificamente o coronelismo, Faoro (2004) avança em muitos aspectos. Em primeiro lugar, supera a noção de fenômeno. Considera o coronelismo como um sistema necessário ao momento de transição de um regime imperial, com uma sociedade estamental e agrária, para um regime republicano, urbano/industrial, que consolidava o Estado burocrático forte, sob o comando da burguesia industrial que estava nascendo no Brasil da época.

Segundo essa interpretação, que extrapola a noção proposta por Leal, o sistema coronelista existia desde o Império, justificado pelo caráter estamental da sociedade, que demonstrava as características herdadas do período colonial, e, portanto, não havendo modificações tão profundas no período pós-independência, onde prevalecia um feudalismo tardio, que foi se transformando no decorrer do século XIX. Concomitantemente, com República, havia uma burguesia nascente, que rapidamente impôs os seus conceitos ao Estado brasileiro. Para ele, esse feudalismo chega ao final em meados do segundo quarto do século XX, quando então o coronelismo, que era a sua expressão máxima, deixa de existir por completo, pois, com a efetivação do estado burocrático, as instituições conseguem chegar aos lugares mais distantes do país, fato esse que somente se tornou possível quando a burguesia brasileira, representada pelo governo Vargas, centraliza o Estado burocrático. Com a presença

forte do Estado, a consequência imediata foi a derrocada dos chefes locais, com a imposição do poder estatal sobre as relações de troca de favores que baseavam as relações anteriores à Revolução de 1930.

Ao contrário do autor anterior, Faoro não considera o coronelismo como historicamente datado da Primeira República brasileira (1889-1930). Para ele o coronelismo teve o seu início ainda no período imperial, e se manteve presente durante o momento inicial republicano, quando teve o seu fim. Nesse sentido, embora expanda o período quando começou o coronelismo, concorda com o que fora dito quanto ao seu final.

Os estudos de Faoro foram inovadores para a época, demonstraram um amadurecimento da sociologia política do Brasil, uma vez que os trabalhos de temáticas que não estavam ligadas à questão racial, eram ofuscados pela obra de Gilberto Freyre *Casa Grande e Senzala*. Dessa forma, Faoro analisa o poder político no Brasil de maneira historicizada e generalizante.

Ainda assim, as críticas feitas a Leal podem ser estendidas a Faoro. Mesmo tendo como perspectiva a análise do Brasil como um todo, e citando outras regiões, o que não acontece com Leal, levando em consideração o nascimento e evolução do Estado nacional brasileiro, Faoro tem como base analítica o sudeste brasileiro na década de 1940, as outras regiões e épocas são vistas como complementares e acessórias. Para ele, todas as decisões políticas do Brasil estavam centralizadas no sudeste, mais especificamente no Estado do Rio de Janeiro, na época a capital federal, e em São Paulo, que era o polo industrial do país. Com essa proposta, toma esta região como modelo de sociedade brasileira e o coronelismo dessa zona como parâmetro, mesmo que aspectos e coronéis de outras zonas sejam citados, era apontado como suporte o que fora teoricamente pensado.

O coronelismo pós Leal e Faoro

Depois dos autores citados, os estudos posteriores voltaram ao cenário acadêmico nas décadas de 70 a 90 do século XX, mas não representaram grandes avanços. Percebe-se que nesse período, as análises do coronelismo se restringiam aos marcos referenciais acima descritos,

Um exemplo disso é a produção da socióloga brasileira Maria Isaura Pereira de Queiroz, que publicou em 1969, seu livro *O mandonismo local na vida política brasileira*. Para ela, as características da política brasileira que se manteve desde os tempos coloniais e a República eram a agricultura como base econômica e a autoridade política, econômica e social nas mãos dos proprietários rurais, que depois foram chamados de coronéis. Essas características culminaram em uma organização social apoiada no latifúndio e no paternalismo, que depois foi transformado em patriarcalismo e permaneceu no Brasil até anos posteriores a Getúlio Vargas, pois, na dita Revolução de Trinta, quando a burguesia nascente tomou o poder, somente foi efetivada com a adesão dos chefes locais e com isso a era dos coronéis não se encerrou com o fim da Primeira República no Brasil.

Apesar de concordar com os conceitos básicos de Leal, Queiroz assume uma postura teórico-conceitual de Weber, adotada por Faoro, as ideias de dominação legal, tradicional e principalmente carismática explicavam como os coronéis dominavam a população rural. Além disso, avançou ainda mais que Faoro no distanciamento histórico considerando a origem do coronelismo, que para ela, somente recebe este nome depois da criação da Guarda Nacional, mas que anteriormente existia como mandonismo local. Considera que o coronelismo sob a faceta de mandonismo local, era uma consequência da fragilidade da administração colonial portuguesa e a

característica eminentemente rural do Brasil desde a colônia levou a uma sobrevalorização do poder dos mandões locais.

> As vilas eram pequenas concentrações de população pobre, onde existia a igreja, um pequeno comércio pobre; nela funcionavam a administração pública e a polícia; eram pontos centrais, num largo, a igreja, e a Casa da Câmara (que geralmente tinha dois cômodos especialmente destinados para cadeia); e era seu distintivo de vila o pelourinho. Os colonos não habitavam em geral as vilas; moravam nas suas terras, comparecendo aos povoados para as festas religiosas ou para acontecimentos de vulto, como as eleições da Câmara; e para que estas eleições fossem atendidas com mais facilidade, fez-se que coincidissem com as festas de natal, época em que os colonos habitualmente vinham à vila (QUEIROZ, 1969, p. 11).

Com a Independência (1922) e a instauração do Império, longe de significar uma ruptura com o mandonismo local, houve uma intensificação do poder dos senhores rurais. A criação da Guarda Nacional conferiu uma justificativa institucional ao poder dos mandões locais, que passam a ser coronéis de uma força militar, ainda que de segunda linha, teoricamente a serviço do Estado e o representando, na prática o poder de intimidação pela força das armas e o domínio econômico que foi institucionalizado, os chefes locais foram amparados pela Guarda Nacional, que a partir de então são oficialmente representantes do Estado por um lado, e, por outro, sustentam o seu poder de pressão frente a outras instituições do mesmo Estado que o legitimou.

> A existência da Guarda Nacional em todos os municípios, que reforçava e muito o poder dos chefes locais, tinha ela por fim, auxiliar o exército na manutenção da ordem, defender a constituição, promover o policiamento, [...] os chefes locais de prestígio, automaticamente recebiam os postos mais altos da Guarda Nacional. O posto de coronel era geralmente concedido ao chefe político da comuna. Era uma arma fortíssima nas mãos dos senhores rurais, não só porque legalmente se tornavam chefes militares, como porque em suas mãos estavam a mandar este ou aquele servir o exército; com a Guarda Nacional permanentemente eram ameaçados os revoltados contra o mandão local, os adversários. E como o delegado, para efetuar alguma prisão necessitava do auxílio da Guarda Nacional, que se destinava expressamente a ajudar na manutenção da ordem e promover o policiamento, é claro que não teria força nenhuma contra o mandão local e seus amigos (QUEIROZ, 1969, p. 43).

Ainda que o poder do coronel fosse institucionalizado no período imperial com a criação da Guarda Nacional, foi com as mudanças envolvidas na transição do Império para a República que o coronelismo atingiu a sua maior força. Com as transformações na constituição, os chefes locais dominaram os votos, e mantiveram a prática de trocá-los por cargos e benefícios na estrutura governamental dos Estados com os candidatos a funções eletivas mais importantes. Isso somente foi possível porque a lei eleitoral republicana não abarcou a todos os eleitores indiscriminadamente, somente os alfabetizados poderiam votar, o que diminuiu o contingente eleitoral (QUEIROZ, 1975, p. 75). Segundo Queiroz, somente

pode barganhar quem detém o poder, e nesses casso os coronéis detinham o poder econômico e político institucional.

A relação de centro e periferia na historiografia do coronelismo brasileiro se repete na Bahia. Para os historiadores baianos, essa relação se desloca para litoral e sertão, numa perspectiva regional do que os sociólogos anteriormente citados pensaram sobre o Brasil. Dessa maneira, o litoral era tido como centro das determinações políticas e econômicas da Bahia, portanto, como região mais adiantada cultural e economicamente, estava distante do sertão que representava o atraso e a distância das instituições estatais, e, portanto, propensa ao domínio dos coronéis. Ainda assim, o Estado da Bahia ainda continuava como periferia, quando relacionado ao Brasil corroborando para reafirmar o que já fora dito pelos sudestinos.

Os poucos cientistas sociais que analisaram o coronelismo baiano no século XX, a exemplo de Alírio Fernando Souza, Dora Leal Rosa e Maria Alba Guedes Machado Melo, eram sociólogos de formação e os seus trabalhos se resumiram a dissertações de mestrado, nunca chegando a publicações de alcance mais amplo. Percebe-se que, somente há uma inovação na análise de espaço ao se aproximarem da Chapada Diamantina e sertão do São Francisco, não avançaram nas interpretações do coronelismo em si; na prática, somente aplicaram o modelo proposto por Leal para a Bahia.

A única exceção a esses trabalhos foi publicada em 1979, no livro *Coronelismo e oligarquias*, de autoria do historiador coreano, radicado nos Estados Unidos, Eul-Soo Pang (1979). Fruto de uma tese de doutoramento na Universidade de Stanford, esse brasilianista realizou pioneiras pesquisas nos arquivos da Bahia sobre o tema. Seu trabalho se diferenciava dos demais por utilizar principalmente fontes primárias, depositadas no Arquivo Público da Bahia. Além de

ser o primeiro historiador de formação a estudar o tema, esse autor também inova na maneira de tratar o coronelismo, percebendo que havia outras possibilidades para que indivíduos sertanejos pudessem ascender que não fosse necessariamente a posse de terras e a tradição familiar. O autor ainda classifica os coronéis em grupos de acordo com as suas ocupações como: comerciantes, guerreiros, padres, proprietários de terras, e ainda faz relações do coronelismo do interior baiano com outros Estados do nordeste brasileiro.

No entanto, embora represente um avanço tanto na análise, quanto pelas fontes que utilizou para construir o discurso, Pang repete o modelo proposto por Faoro. Percebe-se uma forte influência da sociologia weberiana, assim como Faoro considera o coronelismo como um sistema transitório – que no caso específico do Estado da Bahia, cujo interior principalmente na zona dos sertões, ainda permanecia atrasado e feudal, foi o principal lócus de atuação dos coronéis –, e, mesmo que não esteja diretamente afirmado no seu discurso, este livro leva a concluir que o coronelismo somente era possível no nordeste do Brasil, por ainda estar em um estágio inferior em relação às outras regiões do país com relação ao Estado burocrático burguês, por isso, o sistema coronelista entra em colapso na Bahia depois da Revolução de Vargas, quando os governadores deixam de ser eleitos e passam a ser nomeados pelo presidente da República, quebrando a cadeia de troca de favores, de onde provinha o poder dos chefes locais.

Quando trata das origens dos coronéis, o autor considera que mesmo que pudessem exercer diferentes atividades, ainda eram membros da elite numa sociedade sertaneja estamental pouco ou não propensa a modificações e utilizavam o seu poder econômico e de influência para manter o controle do seu estamento sobre a

sociedade. Este poder era sobrevalorizado com as relações com as elites estaduais, que mantinham o poder na hierarquia social, que não admitia ascensão de indivíduos advindos de estamentos inferiores, dessa maneira, as tradicionais elites litorâneas se mantinham no domínio sobre as elites sertanejas, que por sua vez dominavam o povo, numa estrutura hierarquicamente rígida e imóvel.

As décadas posteriores podem ser consideradas como o esquecimento do tema, não foi publicado nenhum trabalho que apontasse outras interpretações sobre o coronelismo tanto na Bahia quanto no Brasil, algumas teses de mestrado e doutorado defendidas em universidades brasileiras abordaram o tema, mas a interpretação não se diferenciava muito dos pressupostos acima citados.

Novos entendimentos sobre o coronelismo

A partir da metade da primeira década do século XXI, muitos arquivos locais começaram a ser abertos a pesquisadores no interior da Bahia. Isso, conjuntamente com a expansão das universidades estaduais na Bahia, propiciou o desenvolvimento de várias pesquisas na área de história e abriu espaço para abordagens pouco usuais na historiografia baiana como: a história regional e as possibilidades de biografia de personagens históricas não abordadas pelos estudos tradicionais.

Dentre os arquivos locais disponibilizados estão os da cidade de Morro do Chapéu. Nesses arquivos estão depositados livros eclesiásticos que registram batismos, casamentos e óbitos de livres e escravos desde 1838, quando foi fundada a paróquia, além do livro de tombo, onde alguns padres registraram momentos importantes da vida da paróquia e dos livros contábeis onde está registrada a contabilidade do município com os registros de impostos, orçamento municipal.

Nos livros da câmara municipal estavam as atas de reunião, livros de leis e atas das eleições municipais desde 1864. Mas, o mais revelador foi o Arquivo da Comarca de Morro do Chapéu com processos judiciais, registros de compra e venda de terras, animais e escravos, testamentos e inventários e processos criminais depositados desde 1838. Além do arquivo do jornal local e de inúmeras fotografias em mãos de particulares.

O tipo de documentação é determinante para a escolha da metodologia a ser utilizada pelo historiador. Saborit (2005), discorrendo sobre história regional, afirma que o tipo de fonte é determinante para a temática e a teoria da história local. Isso pode ser aplicado para o caso de Morro do Chapéu. Os estudos que utilizam a redução de escala de observação nas análises historiográficas não são mais novidades. Os estudos de história regional pressupõem um ajuste espacial na observação e prática, tendo como finalidade este espaço reduzido (DALLA CORTE; FERNANDEZ, 2005). Desde fins da década de 70 do século XX, que algumas experiências historiográficas foram bem-sucedidas em diversas partes do mundo, mesmo reconhecendo que existem diferenças entre os estudos com um olhar voltado para o micro entre o que foi realizado na América Latina, principalmente México e Argentina, e na Europa, estes demonstram a viabilidade nesta possibilidade. Para a América Latina, os trabalhos já citados de Gonzáles somados a outros, a exemplo de argentinos, colombianos e peruanos, tem como intencionalidade compreender a formação das nações americanas depois do período pós-independência.

Para a historiografia europeia, mais especificamente a britânica, espanhola e italiana, os estudos em escala reduzida, surgem com outra intencionalidade, esses historiadores estão interessados

em redefinir os limites conceituais, teóricos e espaciais da história regional, o que representou a intenção de se apropriar do passado nos limites territoriais próprios, próximos a quem os escreveu (DALLA CORTE; FERNANDEZ, 2005).

Para a historiografia do Brasil, a experiência com a história regional é muito recente, e a sua finalidade ainda não está claramente definida. Isso tende a ser modificado com a atenção de novos historiadores profissionais ocupando um espaço que antes estava a cargo de memorialistas e amadores e a já citada abertura de arquivos que propiciam novas temáticas a se abordar, e consequentemente, novos métodos a serem aplicados. O problema que ainda persiste, está no pequeno parque editorial, concentrado no sudeste do Brasil, e a pequena quantidade de revistas especializadas no que se refere aos estudos sobre a sociedade sertaneja, o que prejudica em muito a divulgação do pouco que é produzido.

Cabe para o Brasil a observação feita anteriormente, que muitas das histórias nacionais são na verdade história local de uma determinada região, que por ter mais influência socioeconômica ou intelectual, se cristaliza como válido para todo o país (FERNANDEZ, 2007). Assim se deu com o sertão baiano, principalmente em aspectos sobre o coronelismo, quando os próprios autores fundadores do mito dos coronéis, afirmam que tomaram como parâmetro os coronéis do interior de São Paulo e a partir deles generalizaram para todo o Brasil. Por um lado a região de Morro do Chapéu se apresenta como um fragmento da sociedade sertaneja baiana, expondo as contradições econômicas e sociais com o litoral, e por isso, pode ser estudada para compreender a Bahia do século XIX, pois este fragmento não se difere do todo, como já citado acima. Por outro lado, a região foi palco do nascimento e trajetória de um personagem insólito para cultura

política do Brasil de fins do século XIX e início do XX, que foi o Coronel negro Francisco Dias Coelho.

Como será melhor visto ao longo deste trabalho, o Coronel Dias Coelho contraria os pressupostos teóricos correntes no Brasil, o seu próprio nascimento como negro, descendente de ex-escravos, agregado de uma grande fazenda do sertão, nascido 24 anos antes da abolição da escravatura no Brasil, o incapacitaria de ser liderança, numa sociedade onde os negros eram considerados cientificamente inferiores. Ademais, não era proprietário de terras e nem tinha uma estrutura familiocrática que o apoiasse nas pretensões políticas da época.

A biografia deste coronel é uma possibilidade de avançar nos estudos sobre a cultura política no sertão da Bahia. O método biográfico também não é novidade na historiografia, durante o século XVIII, acreditava-se que o destino individual de pessoas ilustres permitia compreender as escolhas de uma nação. Posteriormente, a separação entre biografia e história se tornou mais nítida, passando por um período de descrédito, quando as análises marxistas e estruturalistas estavam em voga. Loriga (1998), afirma que a retomada da biografia como problema levou muitos historiadores a ver o método com reserva e com o temor de haver o abandono da "história problema" e o retorno da história narrativa e cronológica. Uma das grandes críticas era a possibilidade do retorno dos heróis, e da preferência dos positivistas pela narrativa e biografia.

Após o fim do "heroísmo" e a aproximação de espaços menores através da micro-história ocorreu uma mudança de foco. Não mais eram objeto de estudos os grandes nomes ou personalidades. Os trabalhos de Guinzburg (1997), *O queijo e os vermes*, onde o objeto foi um moleiro friulano e Levi (2000), *A herança imaterial*, biografando

um padre exorcista, expressam bem essa possibilidade de biografar pessoas comuns.

Na historiografia inglesa, nem somente pessoas comuns foram biografadas com o objetivo se analisar a sociedade em que viveram. Burke (1994), *A fabricação do re* analisando a construção da imagem pública de Luiz XIV, e Hill (1988) *O eleito de Deus* , onde biografa Oliver Cromwell, em seus trabalhos analisam personalidades da França e da Inglaterra, que apesar de se diferenciarem em suas origens, foram personalidades importantes em seus respectivos países e, através das suas trajetórias de vida puderam observar a sociedade em que viveram em transformação.

No Brasil, os trabalhos com biografia começaram com o jornalista Fernando Morais (2000), um dos precursores com *Chatô, o rei do Brasil*, no qual fala de um magnata brasileiro das telecomunicações dos anos 50 do século XX. Esse livro contrasta tanto em método quanto em linguagem com as biografias produzidas por historiadores no país. Dentre os principais trabalhos estão *As barbas do imperador*, de Lilia Schwarcz (1998), onde a autora analisa a vida do Imperador D. Pedro II, segundo monarca brasileiro e aquele em cujo reinado foi proclamada a República e *O fiador dos brasileiros*, de Keila Grimberg (2002), que trata da vida de Antônio Rebouças, um advogado mulato baiano que chegou a ser deputado do império e conselheiro do imperador. Em ambos os casos, permanece a biografia de pessoas importantes na estrutura política do Império Brasileiro. No entanto, diferente dos trabalhos produzidos por jornalistas, havia um rigor metodológico e um tratamento nas fontes que justificava a abordagem historiográfica dos temas e de certa maneira as críticas, sem muito fundamento, por parte dos jornalistas.

Ainda que seja uma possibilidade de abordagem historiográfica, o método biográfico também traz riscos para o pesquisador. Um deles é a dificuldade de se tratar o indivíduo com múltiplas experiências e opções, que por vezes contradizem com a narrativa, que constrói o "tipo" ideal para aquela sociedade, e com isso retratar o indivíduo não estático, com atitudes imprevisíveis e por vezes incoerentes (LORIGA, 1998). O outro risco, é que muitas vezes se força uma coerência, uma unidade de sentido entre o contexto e o indivíduo, demonstrando virtudes ou defeitos que o indivíduo carregaria consigo durante toda a sua vida, contextualizando, seria como se o coronel, já fosse o mesmo em sua personalidade e valores desde a sua tenra idade (LORIGA, 1998).

Assim, a trajetória de vida do Coronel negro Francisco Dias Coelho, apresenta possibilidades historiográficas de se analisar um indivíduo contrário ao que se tem planteado pelos clássicos do coronelismo. Isso abre caminho para que se pense o coronelismo por outro ângulo, avançando nos estudos e com novas interpretações que acrescenta algo novo à historiografia brasileira no período pós -esquecimento da temática no Brasil. Poderíamos pensar assim em outro coronelismo onde negros e mestiços, mesmo com as dificuldades impostas pela origem econômica ou racial vigentes na época poderiam ascender e utilizar outras estratégias de manutenção do poder local e regional, modificando a ideia que se tem sobre este tema na Bahia e no nordeste do Brasil.

Por outro lado, esse coronel insólito atuou em uma região que como já fora anteriormente dito, contraditoriamente, em muitos aspectos da sua vida foi um indivíduo comum do interior baiano, igual a muitas outras regiões da Bahia e do nordeste, a redução da escala de análise dessa região é uma possibilidade de inserir o sertão na

historiografia da Bahia, também acrescentando novos elementos na discussão sobre centro e periferia e as mudanças econômicas e políticas das elites baianas do século XIX e início do século XX.

Para este estudo, compreendemos o coronelismo como um conjunto de práticas políticas que justificava uma manifestação peculiar de domínio econômico local das elites brasileiras, que se refletiu e influenciou as instituições de poder do país desde o período colonial, sob a dominação portuguesa, mas que se estendeu a períodos posteriores, até a consolidação da República (em algumas regiões para além dessa temporalidade) adaptando-se às transformações econômicas e políticas tanto no tempo quanto no espaço brasileiro, mas sempre mantendo a característica de elite econômica, domínio pelo carisma e, quando necessário, pela força, imiscuindo-se nos processos eleitorais para lograr e utilizar os espaços públicos na manifestação do poder privado. Assim, considera-se que as características marcantes do coronelismo enquanto um conjunto de práticas seriam em maior ou menor grau o paternalismo, o clientelismo e o mandonismo, que ocorriam com maior ou menor prevalência em todas as regiões brasileiras.

Como conjunto de práticas que formavam o sistema, o coronelismo se manifestou de maneira extremamente plástica, adaptando as estratégias de dominação e relações políticas e econômicas, tanto com a população que estava sob o seu domínio, quanto com as lideranças regionais e estaduais com as quais mantinha interesses e troca de favores. Estas relações e estratégias se modificavam de acordo com o período e a região onde estava alocado o coronel, que era obrigado pelos interesses em jogo a ter uma posição mais ou menos agressiva ou tolerante com a população, mas também se refletia na forma como o poder central está organizado no momento

para que isso também fosse modificado. Dessa maneira, ser o mandão, clientelista ou paternalista, se configurava em maior ou menor intensidade de acordo como o coronel atingiu o ápice do seu poder, como eram as relações com a população que lhe dava sustentáculo econômico e político, e como eram as relações com a oposição local, uma vez que poderia ser mais ou menos influentes, mas certamente existiam e não poderiam ser desprezadas, embora o discurso oficial dos mesmos fosse sempre o contrário, e também como eram as relações com as lideranças de situação e oposição com as lideranças regionais ou estaduais, que lhes poderia oferecer mais ou menos apoio em momentos posteriores aos eleitorais no século XX, mas que se manifestava de formas similares em períodos históricos anteriores.

Os coronéis enquanto membros das elites brasileiras, imersos na estrutura do poder local no Brasil foram citados desde o período colonial, e, ao que parece, sempre foram figuras políticas e econômicas presentes em todo o processo de formação do Estado brasileiro. O padre capuchinho francês Martinho de Nantes, que viveu no Brasil no final do século XVII, relata fatos em que fora mediador em uma querela entre o governador da época que era tratado por coronel e os padres jesuítas. Assim, Nantes (1979, p. 91) narra o ocorrido:

> Cerca de seis meses antes da morte do senhor arcebispo, houve uma grande disputa entre o coronel Francisco Dias D'Ávila e os reverendos padres Jesuítas, por causa de uma missão no rio São Francisco, pois que atirara os índios contra os referidos missionários, por meio dos seus emissários, levando os índios a fugir dando-lhes presentes, não querendo que os reverendos tivessem missões nas terras do São Francisco em consequência, os reverendos padres jesuítas apresentaram

> queixas a monsenhor o arcebispo e ao senhor Governador contra o coronel e o fizeram citar perante a Relação que é o parlamento do país.

Dias D'Ávila era um grande latifundiário do Brasil colonial, descendente de uma família de origem portuguesa mestiça com indígenas no Brasil desde as suas primeiras gerações na colônia. Além do domínio de um imenso latifúndio conseguido à custa de favores e boas relações como o governo português, a família D'Ávila foi uma das principais responsáveis pelo adentramento do sertão da Bahia, principalmente na região do São Francisco, onde detinha a maior parte das suas terras.

O latifundiário acima citado era coronel de Ordenança, patente pela qual era tratado tanto pelos moradores dos seus domínios quanto pelas lideranças eclesiásticas e políticas coloniais. Essa patente, legalmente lhe colocava abaixo do governador português, em pé de igualdade com as autoridades religiosas representadas pelos padres jesuítas, que respondiam ao arcebispo, o que foi o motor da disputa entre o poder civil e o eclesiástico. Entretanto, observa-se pela citação acima dentre outras no mesmo relato do padre, que a realidade não era condizente com a legislação do período. A exigência de citar o coronel no parlamento colonial não seguiu a diante e fora demonstrado o poder militar do coronel em defender os interesses coloniais, ainda que os seus próprios interesses estivessem em primeiro lugar. Demonstra ainda que os indígenas tomaram partido do coronel e não dos jesuítas – não se deve desprezar a utilização da força neste embate –, no entanto, os índios o viam como aliado e não como adversário o que pressupõe uma relação de domínio que vai além da força das armas.

Desde os primeiros momentos da colonização, o governo português não se preocupou em formar um exército regular que permitisse de forma oficial defender o território por ele dominado. Ao contrário, o rei delegou aos próprios colonos a obrigatoriedade de possuir armas e se defender.

Lycurgo dos Santos Filho, afirma que a sociedade colonial brasileira era extremamente militarizada, havia um decreto real que determinava que cada colono possuísse armas para defender a si e sua família, como também a colônia dos ataques de indígenas e de estrangeiros que porventura ousassem se apoderar das terras por eles conquistadas. Ainda no século XVII, esses colonos foram organizados em distritos militares, abrigando cada distrito certo número de soldados sob o comando de um comandante superior, que receberia a patente de coronel tendo os seus auxiliares patentes inferiores. A colônia então, era protegida por duas instituições idênticas que se diferenciavam apenas pela região onde poderiam atuar, responsáveis por zelar pela ordem pública, cumprimento das determinações da Justiça e Fazenda reais, e ainda opor-se aos indígenas e inimigos estrangeiros. Os Corpos de Ordenança, do qual o coronel D'Ávila era um dos comandantes, eram constituídos para proteger o litoral e os Regimentos de Milícias para a proteger o sertão. Todos os custos com as Ordenanças e Milícias deveriam ser dos próprios comandantes, e estes seriam escolhidos entre os "homens bons". Isso significava ser homens de posses, moradores nas vilas e nos meios rurais, em todo caso eram senhores de engenho, fazendeiros e criadores (SANTOS FILHO, 1956).

A existência dos Corpos de Ordenança e dos Regimentos de Milícias, se por um lado desonerava o governo português de custos com a formação e manutenção de um exército regular, por outro

lado institucionalizava o poder das elites rurais da colônia. Os seus maiores latifundiários teriam condições de armar uma quantidade maior de homens na formação de exércitos privados, assim os coronéis eram os protetores do governo colonial e ao mesmo tempo os maiores interessados em pressioná-los em favor dos seus próprios interesses. Porém, é interessante notar que os soldados também tinham seus próprios interesses que não conflitavam com os dos coronéis, e, neste momento percebe-se as características básicas de paternalismo, mandonismo e clientelismo para arregimentação e manutenção desses homens sem soldos fixos se manterem fiéis aos seus comandantes.

Para Santos Filho, as altas patentes dos corpos de segunda linha de defesa no Brasil deixaram de ser essencialmente militares e passaram a ser símbolos de importância e título de honraria, justificada pela carta patente emitida pelo próprio rei de Portugal. Assim, a institucionalização e subordinação eram mais de aspecto teórico do que prático, uma vez que, legalmente estavam subordinados à autoridade legal, mas, na prática, principalmente nas regiões mais distantes dos centros de poder de decisão e do Estado propriamente dito, os coronéis exerciam o seu poder livremente. O trecho de uma carta patente abaixo deixa clara a dimensão do poder do coronel na colônia.

> Os oficiais menores e maiores de guerra e milícia desta Capitania o conheçam, honrem e respeitem por tal e o mesmo façam seus subordinados. Cumpram e guardem e executem as suas ordens e o que for pertencente ao real serviço como devem e são obrigado. (SANTOS FILHO, 1956, p. 132)

No período colonial, o elemento proporcionador de riqueza era a posse das terras e a principal forma de aquisição era através

das heranças, não descartando que as relações com o poder governamental garantiam uma expansão desses domínios e a expansão territorial com o adentramento do território. Assim, era natural que os coronéis da época fossem necessariamente os proprietários de terras de tradição familiar como possuidores de latifúndio, uma vez que a posse das referidas propriedades lhes garantia poder de pressão tanto entre os moradores, que se constituem em agregados às terras, quanto com relação aos governadores, uma vez que esses latifundiários eram os defensores contra perigos internos e externos à colônia, isso lhes garantia poder militar e institucional com a manutenção dos exércitos privados, maiores e melhor armados do que as forças oficiais, assim embora subordinados ao governo, mantinham poder de pressão e eram prontamente atendidos.

Após a independência do Brasil em 1822, e consequentemente, a formação do Estado nacional independente, a elite brasileira começou a ocupar mais espaços diretamente na vida política, uma vez que os vazios de poder deixados pelos aliados da corte portuguesa foram ocupados por nacionais convertidos em servos do imperador por convicção ou conveniência desde a primeira hora. Também nesse período, as elites foram paulatinamente deixando de ser necessariamente latifundiárias, isso quer dizer que o poder local ainda era concentrado nas mãos dos proprietários de terras, mas que foram deixando de ser exclusividade destes à medida que avançava o século, chegando ao seu final com uma composição de elite diferente do que se percebe nos seus anos iniciais. Embora se deva salientar que as elites proprietárias ainda eram predominantes e moviam os seus interesses junto ao Estado durante todo o período imperial, cada vez mais pecuaristas, comerciantes e mineradores ocupavam mais espaços na economia e

na política em diferentes regiões do país, o que deu outra feição aos coronéis após a instituição da Guarda Nacional em 1831.

Talvez, tenha sido a instituição imperial que mais tenha impactado as elites locais no período imperial. Os coronéis da Guarda Nacional tinham uma nova configuração embora ainda representassem os interesses elitistas, se configuravam em muitos lugares como uma nova elite, não necessariamente branca e latifundiária agrária, que recebera o poder e as terras por herança.

O novo Governo Imperial, atingido pela abdicação de D. Pedro II, era comandado por Regentes Nacionais que desconfiavam dos remanescentes das elites portuguesas que ainda permeavam por diversas instituições no Brasil. Havia sempre o "fantasma" da recolonização, e tentava-se de todas as formas que os nacionais fiéis ao Império ocupassem postos chaves na administração.

As principais desconfianças e fragilidades estavam na defesa do território nacional, tanto interna quanto externamente. O exército brasileiro era composto basicamente por estrangeiros no seu oficialato, muitos deles mercenários que poderiam mudar de lado caso a oferta fosse mais interessante, quanto à soldadesca, eram todos mal -armados, mal-treinados e recrutados a força sem nenhum vínculo de identidade e fidelidade com o Império. Se a defesa externa inspirava cuidados, a proteção interna gerava ainda mais desconfianças. Os antigos regimentos de Milícias eram comandados pela elite que fora institucionalizada pelo rei português e havia ainda a desconfiança sobre a fidelidade destes proprietários que herdavam tanto as terras quanto o poder dos seus antepassados.

Por essas questões, em 1831 fora criada a Guarda Nacional Brasileira. A nova instituição em essência tinha o mesmo objetivo, proteger o território brasileiro dos inimigos internos além de

manter a ordem e se constituir enquanto força auxiliar de segunda linha. O imperador tinha maior simpatia com a Guarda Nacional do que com o Exército, inspirada nas Guardas Nacionais Francesa e Norte Americana, que traziam em seus estatutos modificações que permitiam admitir outra elite que não tivesse as suas origens nos latifundiários agrícolas.

Segundo Jeanne Berrance de Castro, a Milícia Cidadã, como era conhecida a Guarda Nacional, trouxe muitas inovações que fizeram com que o coronelismo imperial tivesse outra conformação com relação ao período colonial. Ainda era um fenômeno elitista que contava com as mesmas práticas anteriores, no entanto, a Guarda Nacional absorveu membros da nova elite emergente tanto nas suas patentes inferiores quanto nos seus comandantes. Para ela, a instituição foi a primeira do império a assumir uma postura antirracista, diferente dos corpos auxiliares da colônia em que os batalhões eram divididos conforme a cor da soldadesca, em brancos, pardos e negros, a Guarda Nacional colocava todos na mesma condição e serviam juntos, independente da sua origem étnica (CASTRO, 1979).

A Guarda Nacional foi a primeira instituição oficial que fez cessar a distinção de cor, o que a tornou essencialmente nova e moderna ao enfrentar o problema das relações étnicas, num regime que reconhecia a escravidão como legítima (CASTRO, 1979).

A instituição apresentava aspectos dissonantes com o que a sociedade pensava a respeito das relações de cor, e durante o século XIX, fez alterações na forma de recrutar os seus comandantes. A princípio, os comandantes eram eleitos, levando em consideração os aspectos censitários, excluindo-se apenas os libertos da possibilidade de virem a se tornar oficiais comandantes. A presença de mulatos que começava a tornar-se mais evidente, à medida que

estes indivíduos enriqueciam principalmente com as atividades comerciais, levou a que se efetivassem alterações. Na década de 1840, foi modificada a maneira de escolher os oficiais comandantes por nomeações de patentes por parte dos governos provinciais, parecia incômodo para alguns setores das elites tradicionais terem próximos a si mestiços, ou indivíduos advindos de classes inferiores. Entretanto, em 1851, o critério é novamente modificado, as patentes do oficialato da Guarda Nacional seriam compradas, respeitando-se a vacância nas patentes superiores, para que não houvesse um excesso de tenentes-coronéis comandantes. Com isso, a Guarda Nacional toma a sua forma final na eleição dos seus comandantes que não mais será modificada até a sua extinção em 1930.

Novamente o coronelismo se reinventa, os coronéis do império são diferentes dos seus antecessores coloniais. A possibilidade aberta pela Guarda Nacional em se admitir entre os seus subordinados elementos de diversas origens, excetuando apenas os libertos abriu brecha para o questionamento da ordem escravista posteriormente, embora em um processo muito lento, e a mesma aceitação entre os seus oficiais, extinguiu a necessidade de ser a ordem familiocrática uma condição necessária para que um rico proprietário pudesse ser um coronel. Entretanto, as patentes refletiam a importância do indivíduo na sociedade, quanto maior a patente, mais reconhecido era o indivíduo que a envergava. Nesta questão, independentes da cor ou da origem do indivíduo, o que interessava era o elemento de classe, ter posses e prestígio local era condição essencial para os coronéis da época.

Já no fim do século, e com o início do período republicano, o coronelismo atinge o seu auge. Os coronéis republicanos foram o objeto de análise da quase totalidade dos estudos sobre o coronelismo

no Brasil, dadas as questões de como ocorreu a transição de Império a República no país.

A instauração da República foi um expediente elitista, todos os autores concordam que não houve participação popular e o descontentamento das elites por diversos fatores levou à queda do imperador. Nos anos finais do império, o exército estava bastante fortalecido e impregnado das ideias positivistas que chegavam ao Brasil. A Guerra do Paraguai levou a instituição a patamares que ainda não havia atingido. Juntando isso às crises econômicas e a insatisfação de setores das elites com a abolição da escravatura, tornou insustentável a presença do império. Porém, as transformações na legislação eleitoral, como será melhor analisada adiante, favoreceram em muito o poder dos coronéis. Importa lembrar que durante quase toda a história do Brasil o Estado se fez presente nas regiões mais interioranas através do poder local representado pelos coronéis e que levou muito tempo para que o Estado republicano conseguisse tal feito. Assim, mesmo havendo a mudança de regime, não houve modificações substanciais nas relações políticas e econômicas locais que justificassem também a diminuição do poder do coronel, ao contrário, com a República, os coronéis saem fortalecidos.

A frágil democracia republicana necessitava de votos para se legitimar, a total inexistência de partidos políticos que tivessem como base o programa ideológico, favoreceu o controle e a negociação dos votos de maneira vertical, onde na base, eram controlados pelos chefes locais, a saber, os coronéis. Fixou-se a estratégia de troca de favores entre as lideranças regionais e estaduais detentoras dos cargos e obras em nível de Estado ou de nação, e os coronéis que detinham os votos nas suas localidades. Assim o clientelismo se evidencia, quando em troca de votos eram negociados os empregos e as obras

públicas nas localidades, o coronel alinhado aos poderes estaduais estava com a vantagem de colocar os seus correligionários em posições importantes na política e na administração, não somente local, a depender do poder regional que o potentado conseguisse angariar.

Em última análise, os votos locais deveriam ser controlados e negociados e neste momento entram em cena as outras características clássicas do coronelismo desde a sua origem, o mandonismo e o paternalismo. Entendendo como mandonismo a utilização da força por parte da elite dominante em fazer valer as suas vontades coagindo os dominados (QUEIROZ, 1969) e como paternalismo as concessões onde um indivíduo dominante concede sustento ou benesses, em troca de obediência e fidelidade, sem com isso utilizar-se da força física valendo-se do carisma (WEBER, 2003). De maneira geral os coronéis brasileiros utilizavam desses expedientes em maior ou menor grau considerando a temporalidade e a localidade onde agiam.

A trajetória do Coronel negro Francisco Dias Coelho vem comprovar o conceito de coronelismo enquanto conjunto de práticas dentro de um sistema político, que não se tratava de um coronel atípico, ao contrário, era um coronel com todas as características inerentes ao coronelismo justificado pelas fontes regionais.

Assim, com base na documentação analisada, compreende-se que o coronelismo brasileiro era um conjunto de práticas extremamente mutável dependendo do lugar e do tempo onde atuavam os coronéis que somente pode ser analisado com mais profundidade devido à redução de escala observada com as fontes presentes nos arquivos regionais.

AJUSTANDO AS LENTES

No ano do nascimento do Coronel Dias Coelho (1864), a província da Bahia já não era a mais importante zona econômica do Brasil. A transferência da capital para o Rio de Janeiro, com a fuga da família real portuguesa para o Brasil, ainda em fins do período colonial golpeou duramente as elites políticas baianas.

Economicamente, a crise da cultura canavieira iniciada em fins do século XVIII e início do XIX, paulatinamente, fazia decrescer também a importância econômica da província, transformando-a de protagonista a coadjuvante no teatro político e econômico do Brasil do século XIX. No entanto, ainda era considerado o principal expoente político entre as províncias do norte do Brasil, e, detinha influência no tocante às questões nacionais dadas a sua importância nas lutas pela independência do Brasil (setembro de 1822) que somente viriam a ter um desfecho um ano depois do restante do nascente país (julho de 1823).

A crise política causada pela crise econômica em decorrência do decréscimo açucareiro ocasionou internamente, a perda de poder dos senhores de engenho do Recôncavo Baiano e acirrou a contradição entre as elites do litoral e sertão na Bahia, que favoreceu a

aparição na política baiana de alguns personagens antes considerados secundários. Os coronéis do sertão foram, de meados a fins do século XIX, elementos cruciais nas decisões políticas baianas, tanto como apoiadores dos grupos políticos estabelecidos em Salvador quanto pertencentes dessa mesma elite.

Porém, alguns questionamentos ainda permanecem: como esse sertão começou a existir? Como se organizavam as propriedades que deram poder político aos coronéis no início da Guarda Nacional? E principalmente, como viviam os subalternos que ascenderam ao poder econômico e político vindos do sertão que influenciaram a política e a economia da Bahia na época?

Assim, o objetivo agora é compor o cenário da região em que nasceu e viveu o Coronel Dias Coelho; como foram formadas as fazendas do sertão e, tomando como parâmetro a Gurgalha, que era uma das mais importantes propriedades do norte da Chapada Diamantina, como era a vida nas fazendas em que viveram os seus ascendentes, dentre eles um escravo africano, além das possibilidades de ascensão socioeconômica e estratégias de sobrevivência estabelecidas entre os agregados e os patrões.

Esta compreensão foi possível, graças à utilização de fontes eclesiásticas (livros de batismo, casamento e óbito) da Paróquia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu cruzadas entre si e relacionadas com registros cartoriais, principalmente escrituras de compra e venda de terras.

Povoamento e sentidos do sertão

Embora haja questionamentos, a colonização portuguesa na América foi iniciada na Bahia. Logo após o apossamento do litoral, a Coroa Portuguesa se estabeleceu no Brasil através do sistema de

capitanias hereditárias como modelo de administração da colônia. A Capitania da Bahia, que no século XIX, era a Província da Bahia, nasceu do fracasso desse sistema, no caso, as antigas capitanias – São Jorge de Ilhéus, Porto Seguro e Bahia –, com a unificação em 1549, onde foi estabelecida a sede do governo colonial na cidade de Salvador. Isso possibilitou o adentramento dos sertões após a completa ocupação da Baía de Todos os Santos e Recôncavo, com o estabelecimento da lavoura canavieira (NEVES; MIGUEL, 2007).

A estratégia do governo português de não permitir atividades econômicas concorrentes com a cana-de-açúcar a menos de dez léguas do litoral por um lado, aproveitava melhor o território do Recôncavo Baiano dentro dos seus interesses econômicos, pois era essa zona potencialmente propícia para a monocultura de cana-de-açúcar e gerava maiores dividendos à metrópole. Por outro lado, provocava um desabastecimento de víveres necessários para a própria subsistência dos habitantes do litoral, principalmente mandioca e carne seca que constituía a base da dieta alimentar da época, e que ficavam praticamente impossibilitados de serem produzidos na escala necessária a uma população crescente (ABREU, 2005).

Devido também a fatores demográficos, a maior parte dos colonos se fixou e continuou vivendo próximo ao litoral, a densidade populacional brasileira era muito baixa nos três primeiros séculos de presença portuguesa. Segundo a historiadora Keila Grimberg, no final do século XVIII, a população no Brasil era estimada em torno de 1,5 milhões de habitantes. Destes, aproximadamente 277.025 moravam na Bahia, ainda que mais da metade (158.671), vivessem em Salvador e arredores na comarca da capital (Salvador e Recôncavo), portanto, 118.354 habitantes estavam distribuídos nas outras cinco comarcas da Capitania Geral da Bahia (Ilhéus, Porto Seguro, Sergipe

Del Rei, Espírito Santo e Jacobina) (GRIMBERG, 2002, p. 49). Aliado à baixíssima densidade populacional, a necessidade de grandes extensões de terras para a lavoura de cana, praticamente impossibilitava a produção agrícola para o abastecimento do mercado interno. Também inviabilizou a criação de bovinos para o fornecimento de carne, que se tornou um gênero muito caro para a maioria da população da capital e Recôncavo.

Graças aos altos preços alcançados pelo açúcar no mercado internacional e a produção de produtos subsidiados como: algodão, aguardente e tabaco; cresceu ao longo desse período a quantidade de engenhos, e, consequentemente, diminuiu a quantidade de terras destinadas à pecuária. Assim, além da carne seca produzida ainda no sertão e transportada para o Recôncavo e a carne verde com as boiadas conduzidas para serem abatidas na capital, também vinha o couro, que era muito empregado no litoral. Vários utensílios como cadeiras, mesas, baús eram feitos ou forrados de couro, largamente utilizado como embalagem para tabaco e algodão, que também constavam na pauta de exportações da Bahia na época (ABREU, 2005; ANTONIL, 1711). E, para além disso, a produção de muares e equinos para transporte de cargas e pessoas nas poucas rotas de transportes, como também bois de carga e tração para os engenhos do Recôncavo.

A fixação portuguesa na Bahia se deu em torno da Baía de Todos os Santos, a maior do Brasil. Toda essa região, por conta do formato côncavo, típica de uma baía com a reentrância da costa com relação ao mar, ficou conhecida como Recôncavo Baiano. Em princípio, despertou o interesse dos navegadores portugueses devido a sua extensão, 1.052 quilômetros quadrados, com uma penetração de 80 quilômetros para dentro do continente e um contorno litorâneo de

300 quilômetros, ainda apresentava como vantagem a tranquilidade das suas águas por conta da pouca extensão da sua barra, apenas nove quilômetros que fazia da baía um excelente ancoradouro, protegido das águas turbulentas do oceano Atlântico e dos ataques de outras nações europeias como veio a se confirmar mais tarde. Nela foi instalado o porto de Salvador, que no século XVI, foi o maior porto exportador da América do Sul, e levava vantagem sobre todos os outros por ser, na época, o porto mais a leste da América, facilitando a viagem dos veleiros, rumo à Europa e África, e, também por isso, a cidade de São Salvador, se tornou a capital dos governos gerais da Colônia.

O território de contorno era composto basicamente de "Terra Roxa", solo propício para o plantio de cana-de-açúcar, cultura que já era explorada pelos portugueses nas Ilhas Canárias. No entanto, as dimensões da Bahia ofereciam vantagens econômicas imensamente maiores, tornando-a assim o produto de maior exploração e exportação da colônia portuguesa nos séculos seguintes.

Em oposição ao litoral, do século XVI ao início do século XIX, o sertão foi a parte central ou interiorana da colônia portuguesa na América. O Dicionário Aurélio, define sertão como: "Lugar agreste afastado dos pontos cultivados. / Floresta longe da costa. / P. ext. O interior do país. / Bras. (NE) Zona do interior mais seca que a caatinga". Essa noção que foi historicamente construída não difere muito da origem etimológica do vocábulo.

Vale ressaltar que para o dicionarista, a primeira característica do sertão é a sua distância dos locais onde está a produção industrial, destacando-o como uma zona economicamente deficiente e que mantém uma forte dependência com relação à zona produtiva, ou seja, o litoral, demarcando assim uma forte oposição de centro e

periferia. Na segunda característica, além de interior é também desértica, o que merece um comentário um pouco mais aprofundado.

O historiador Erivaldo Neves, apoiado em Bernardo Maria Caneccatim (1804), que elaborou o *Dicionário da língua bunda de Angola*, afirma que o termo original seria de origem africana, "mocetão", que posteriormente seria corrompido para "celtão" e por fim, certão, que se traduziria por *lugar entre terras, interior, sítio longe do mar, mato distante da costa.* Da África para Portugal, fora novamente corrompido e passou a equivaler a "desertão", ou seja, deserto grande, de onde sugeriu o termo sertão (NEVES, 2003, p. 154).

A historiadora Janaína Amado (1995), apresenta outra possibilidade: a palavra sertão ou certão seria derivada do latim *serere*, *sertanum* (trançado, entrelaçado, embrulhado) e *desertanum* (lugar desconhecido para onde foi o desertor).

Contemporaneamente, os filólogos ainda veem controvérsias na palavra, no entanto, poderia ser originária do latim *desertanu*, significando região agreste, despovoada, lugar recôndito, distante do litoral, mas não necessariamente árido; terra ou povoação do interior do país (NEVES, 2003). Como se percebe não se diferencia muito da descrição presente no dicionário.

Seja qual for a origem correta, a palavra sertão já era utilizada em Portugal desde o século II, grafada como sertão ou certão, e utilizada para se referir aos espaços interiores, do nascente Estado nacional português ou para designar os territórios recém-conquistados sobre os quais quase nada se sabia, "para além de Ceuta, até onde alcançam as vistas, estendem-se os sertões [...]" (AMADO, 1995, p. 147)

Tanto a conotação de espaço interior quanto de deserto estão presentes nos relatos dos primeiros chegantes portugueses ao Brasil e também nos relatos dos viajantes. Ainda na chegada das primeiras

caravelas portuguesas, Pero Vaz de Caminha (1500), escritor da carta que descreve a viagem de Cabral, assim relata,

> Pelo sertão nos pareceu (a terra encontrada), vista do mar, muito grande, porque a estender d´olhos não podíamos senão ver terra com arvoredos, que nos parecia muito longa. A frase de Caminha dá a entender que o conceito utilizado para sertão como o que está adiante, o mais para lá de um determinado ponto, neste caso do litoral, que, à medida que a colonização vai se expandindo, esta fronteira também irá se deslocar desde a praia, o mais próximo que o escritor chegou do sertão, até encontrar com as modificações ecológicas, que demarcam a transição entre zona da mata costeira e caatinga que mais tarde seria conhecida como a entrada do sertão. Sair da floresta e adentrar na caatinga provocava um enorme desconforto dado às abruptas transformações ocorridas, o impacto com a caatinga, gerou decepções como: as planícies mais altas são despidas de toda vegetação ou cobertas com alguns pés de cactos e ervas, de uma densa capoeira, ou de árvores baixas. Todas essas plantas pertenciam à formação caatinga, pois durante a seca perdem suas folhas, que de novo se revestem por ocasião da entrada da estação chuvosa.

O termo sertão foi muito utilizado pelo governo português e suas autoridades na colônia até o final do século XVIII. Amado (1995) cita vários documentos da administração portuguesa no Brasil, assumindo ambiguidade de sentidos. Por um lado, se aludia ao interior demarcando a contradição entre sertão e litoral, que até o século XVII, aparece na documentação como costa, e, neste caso, não

se refere somente à praia, mas a toda zona econômica associada ao litoral, como o cultivo da cana na Bahia. E no lado oposto, o sertão se referia a um lugar distante e incivilizado sem fé, lei ou rei.

Assim, durante a colonização portuguesa no Brasil, o sertão teve vários significados, a depender do período e das condições sócio-históricas do momento. Nos primeiros anos da colônia, o sertão significava a fronteira da colonização, a linha imaginária que separava a civilização da barbárie. De um lado estavam os europeus, e do outro os índios. Transpondo a fronteira e levando consigo a civilização estavam os sertanistas e bandeirantes, dessa maneira, a civilização dominaria o deserto pelas armas do bandeirante ou pelas patas do gado. Era expresso de uma maneira ambígua. Se por um lado no sertão estavam as riquezas e, os minerais preciosos, as florestas edênicas, por outro lado, no sertão também estavam os seres mitológicos demoníacos, as doenças e pestes e principalmente, os temíveis antropófagos.

As fronteiras do sertão baiano

Segundo Russel-Wood (2014, p. 280), os governantes portugueses principalmente, e a igreja, logo no início da colonização consideravam o sertão como bárbaro, caótico, não cristão, não civilizado e hostil aos valores e princípios da cristandade portuguesa. As fronteiras que o determinavam eram fluídas, o mesmo autor considera esses limites como uma metáfora, admitindo como fronteira a interação entre diferentes culturas, uma advinda do outro lado do Atlântico e outra que se forma no espaço interior do Brasil. Com características próprias construídas historicamente pelas relações criadas entre os diversos elementos autóctones e estrangeiros (europeus e negros), no entanto, se diferenciavam quando observado o

lugar, por isso, o termo sertão poderia ser utilizado tanto no singular quanto no plural (RUSSEL-WOOD, 2014).

A primeira contradição entre centro e periferia estava definida ainda nos primeiros anos da colônia. No litoral estava a administração colonial com as suas instituições e a presença europeia que garantia a "civilização". Depois das fronteiras civilizatórias, onde o português ainda não havia chegado de maneira definitiva, estava o sertão.

Ainda em fins do século XVI foram abertos os caminhos para o sertão baiano partindo das margens dos grandes rios, primeiramente pela sua localização o Paraguaçu, o primeiro a ser explorado juntamente com os seus afluentes, principalmente do Jacuípe, depois em direção oeste, norte e sul respectivamente com o São Francisco, o Real e o das Velhas. No século seguinte, após a derrota dos holandeses e o total estabelecimento dos engenhos de cana, a conquista do interior se torna mais premente (GOMES, 1952). No primeiro momento as expedições foram formadas com o intuito de procurar índios para serem escravizados e atender a necessidade de mão de obra para a lavoura canavieira e se dirigiram ao norte, pela costa e pelo interior no território compreendido entre os rios São Francisco e Paraguaçu, seguindo os rios Sergipe do Conde, Paramirim, Jacuípe, Pojuca, Sauipe, Inhambupe, Itapicuru e Real. Posteriormente, em busca de minérios, principalmente ouro, e por fim, avançando pelo interior formando currais[8] conduzindo as boiadas, estabelecendo os caminhos que se tornaram responsáveis pelo povoamento de áreas hoje densamente povoadas da Bahia (GOMES, 1952).

Duas famílias assumiram quase que exclusivamente o intento de financiar as expedições que adentram o interior no século XVII,

8 Entenda-se currais enquanto fazendas sem fronteiras claramente definidas, baseadas normalmente em marcos naturais destinadas à pecuária no período colonial.

menos para aprisionamento de índios que para conquista de território para pecuária com a intenção de abastecer o litoral de víveres, principalmente de carne, couro e animais de tração e carga. A Casa da Torre ou família dos Garcia D´Ávila explorou a margem direita do São Francisco, formando currais nos territórios onde hoje estão Estados de Pernambuco, Ceará, e Piauí, além do oeste baiano (ANTONIL, 1711, p. 199). As terras da margem esquerda do São Francisco foram doadas à Casa da Ponte (Guedes de Brito), em 1609, porém, só começaram a ser efetivamente desbravadas com a expansão dos currais seguindo os cursos dos rios, chegando às margens do Jacuípe, em 1655, e do São Francisco em 1658. Em ambos os casos seguindo da foz à nascente, até 1663, já haviam se apropriado de toda a margem baiana estabelecendo os seus domínios das margens do São Francisco às margens do Rio de Contas. Por volta de 1694, foi estabelecida em Morro do Chapéu, próximo à nascente do Rio Jacuípe, a primeira fazenda de gado que se estendia no interstício entre o rio acima e o São Francisco, a princípio denominada Fazenda Gameleira (MELLO, 1989).

A possibilidade de se apossar de enormes extensões de terras, conjuntamente com um mercado consumidor em crescimento com a carência de gêneros de primeiras necessidades, levou tanto a família Guedes de Brito, quanto a Garcia D´Ávila a estabelecer estratégias de ocupação do território e de formação de um grande número de currais que adentraram e povoaram grande parte do sertão.

Segundo Antonil (1711, p. 196):

> Estende-se o sertão da Bahia, até a barra do rio São Francisco, oitenta léguas por costa; e indo para o rio acima até a barra que chamam Água Grande, fica distante a Bahia da dita barra cento e quinze léguas; de Santo Sé cento e trinta

> léguas; de Rodelas por dentro oitenta léguas; das Jacobinas, noventa e do Tucano cinquenta... os currais por parte da Bahia estão postos na borda do rio São Francisco, na do rio das Velhas, na do rio das Rãs, na do rio Verde, na do Parnamirim, na do rio Jacuípe, na do rio Ipojuca, na do rio Inhambupe, na do rio Real, na do rio Vaza Barris, na do rio Sergipe e de outros rios, em que os quais, por informação de vários que correram o sertão, estão atualmente mais de quinhentos currais.

Seguindo os rios num primeiro momento, e, abrindo rotas entre eles num segundo, diminuída as dificuldades de se adentrar na caatinga, foram estabelecidas diversas formas de ocupação e apropriação das terras do interior da Bahia por parte das casas da Torre e da Ponte, a principal delas:

> [...] Com suas boiadas escolhia caminhos apropriados para construir toscos currais, onde deixava, em cada um deles, um casal de escravos encarregados de zelar por dez novilhas, um touro e um casal de equinos (VIEIRA FILHO, 2006, p. 41).

Por um desses caminhos, as boiadas rumavam ao Recôncavo, saídas das terras da Chapada Norte, seguindo o vale do rio Jacuípe, saindo da região de Morro do Chapéu, passando por Monte Alegre, Baixa Grande, Camisão, Feira de Santana, chegando a Cachoeira, onde pouco antes o Jacuípe deságua no Paraguaçu, daí por diante sendo distribuída pela região e Salvador.[9]

9 Respectivamente, as vilas de Monte Alegre e Camisão são hoje os municípios de Mairi e Ipirá.

Para Pedro Calmon, a estratégia dos Garcia D´Ávila, também utilizada pelos Guedes de Britto, possibilitou o povoamento e o posterior desenvolvimento da região, as boiadas rumavam do sertão para o litoral enquanto os comerciantes seguiam o caminho inverso que viam nas nascentes locais de pouso de bois e boiadeiros oportunidade de negócios, propiciando o aparecimento das primeiras vilas.

> Os outros sertanistas se apossavam do país com tropas de guerrilheiros; ele o empalmou, com as suas boiadas. O rebanho arrastava o homem; atrás deste a civilização: ele a inundou de gados, em marcha incessante para o interior. Aqueles animais levavam nas patas os limites da capitania. Dilatavam-na (CALMON, 1939, p. 41).

Assim, o autor considera como fator preponderante da civilização chegar ao sertão, os caminhos abertos pelo gado, e com ele vários outros elementos que se beneficiavam das oportunidades criadas pelo avanço das boiadas. O estabelecimento de núcleos povoadores que não distassem muito de uns para outros facilitava o transporte e possibilitavam os pousos nas jornadas das boiadas para os mercados consumidores do litoral, portanto, não se tratava apenas de estabelecer pessoas, mas, de se formar uma estrutura logística para o transporte e descanso do gado e reposição dos víveres dos boiadeiros em viagens posteriores.

Ao longo do caminho, várias rezes eram perdidas por fugas ou abandonadas por não conseguirem acompanhar o rebanho, devido à debilidade física de algumas, graças à longa jornada diária. Estes animais eram aproveitados pelos moradores das rotas das boiadas que apressavam a sua restauração até que pudessem ser reagrupadas

em algum rebanho ou vendidas a outro boiadeiro, proporcionando oportunidade de rendimentos aos agregados que moravam às margens das rudes estradas.

Dentre todas as vocações econômicas do sertão, a que mais prosperou e que de certa maneira tornou o espaço conhecido nas regiões fora dos seus limites, foi a criação de gado e, consequentemente, a formação das fazendas destinadas a esse fim. A princípio, os acidentes naturais determinavam os limites entre as propriedades, mas com o tempo as coisas foram modificadas por critérios mais objetivos e artificiais como os cercamentos.

As grandes fazendas do sertão baiano e mais propriamente da Chapada Diamantina foram estabelecidas nos intervalos entre os grandes rios, próximas às fontes perenes de água potável, ocupando os extensos "campos gerais", de vegetação típica de cerrado, aproveitando as extensas pastagens naturais resistentes às intempéries características do clima da região para a criação de gado bovino, principal produto da pecuária extensiva da época, mas também, equinos e asnos para a produção de muares (SILVA, 1997).

> Após o estabelecimento dos primeiros núcleos povoadores com população reduzida, encontrados aqui e ali sempre muito pobre e voltados quase que inteiramente à agricultura de subsistência, e o apossamento da terra, era necessário estruturar minimamente a fazenda, estabelecendo os limites, com marcos naturais (SILVA, 1997, p. 30).

Em diversos lugares do sertão, principalmente na Chapada Diamantina, vale do São Francisco regiões típicas de semiárido, a disponibilidade de materiais para se construir a estrutura básica de

uma fazenda era muito restrita. As árvores pequenas e com troncos e galhos retorcidos da caatinga, praticamente impossibilitavam a utilização em larga escala da madeira tanto na construção das moradias quanto na dos currais. Tornou-se normal a utilização de pedra, barro, cipós e varas, além de tiras de couro cru, como material básico de construção. Diante de tais dificuldades o couro foi largamente utilizado no fabrico de diversos utensílios essenciais para o dia a dia das fazendas, como descreve Abreu (2005, p. 73):

> [...] de couro era a porta das cabanas, o rude leito do chão duro, e mais tarde as camas para os partos; de couro eram todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje pra levar comida, a maca pra guardar roupa, a mochila para milhar o cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas das facas, as bruacas e os surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para curtume ou apurar o sal; para os açudes, o material do aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se o tabaco para o nariz.

Depois de estabelecida e preparada a estrutura básica para o funcionamento da fazenda, restava a parte mais dificultosa e onerosa: trazer e acostumar o gado ao pasto, que normalmente exigia mais braços. Para o transporte do gado, indivíduos de origens diferenciadas eram requisitados – negros, brancos, índios e mestiços se incumbiam da tarefa – e com o tempo a maioria desses boiadeiros se tornavam agregados fixando-se em partes da fazenda num contrato de meação com o fazendeiro (ANTONIL, 1711, p. 203). Compunha ainda este quadro social, os valentões ou jagunços, uma população

perigosa e flutuante que realizava o trabalho sujo dos fazendeiros, agindo como mercenários errantes pelo sertão, oferecendo os seus "serviços" a quem melhor os pagasse ou em troca de proteção pelos crimes cometidos em outras localidades contra proprietários rivais, escapando da justiça graças a este auxílio e ao conhecimento do terreno inóspito das caatingas da Chapada (SILVA, 1997, p. 30).

> Os que as trazem [referindo-se às boiadas], são brancos, mulatos e pretos, e também índios que com este trabalho procuram ter lucro. Guiam-se uns adiante cantando, para serem desta sorte seguidos pelo gado; e outros vêm atrás das rezes tangendo-as cuidando que não saiam do caminho ou se amontem (ABREU, 2005, p. 67).

Com o passar do tempo, esses animais eram criados soltos sendo recolhidos em apenas algumas datas do ano, normalmente nas épocas de venda de reposição dos animais e na partilha com o vaqueiro, que se tornava um elemento de essencial importância na propriedade. Embora pudesse o trabalho ser feito por poucos braços, as atividades da pecuária exigiam atenção, cuidado e principalmente habilidade na labuta diária com os animais.

Entre as poucas construções estavam as parcas cercas de pedra, normalmente destinadas aos currais de trato dos animais, normalmente situadas próximas à sede da propriedade, que eram ocupadas poucas vezes durante o ano, mas, de suma importância no trabalho com os animais, na formação das boiadas para envio aos mercados consumidores e o pagamento anual dos vaqueiros, chamado de sorte.

As fazendas de gado da Chapada Diamantina

Provavelmente foi nesse contexto que no final do século XVIII foi formada a Fazenda Gurgalha, onde nasceu o Coronel Dias Coelho. A extensão em si era muito grande, o terreno quase todo de caatinga, típica desta região da Bahia. A sede ficava às margens da antiga Estrada Real, que ligava a vila de Jacobina à vila de Rio de Contas, uma das principais rotas do ouro na época e a poucos quilômetros do rio Jacuípe, ponto de partida da rota do gado para o litoral pela rota do vale do rio acima citado, o cruzamento das duas vias de acesso ao litoral, fazia da fazenda um entreposto e possibilitou o aparecimento do Arraial de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu.

As fazendas eram unidades que beiravam a autossuficiência, quase tudo que se consumia era ali mesmo produzido, desde as roupas mais grosseiras utilizadas no dia a dia até os paramentos de trabalho como jaleco, gibão, luvas, botas e arreios, todos feitos de couro quase sempre confeccionados pelos próprios vaqueiros.

Sempre perto da casa da fazenda existiam os pomares e algumas roças que garantiam o abastecimento da casa do patrão, de quando em vez, assobradada, construída de pedra e coberta de telhas, assim como, nas casas dos agregados normalmente de enchimento, que tinham as suas estruturas montadas com varas atadas umas às outras com tiras de couro crus e as paredes preenchidas com barro (daí o nome de enchimento), cobertas com palha de ouricurí, normalmente feitas pelos próprios agregados com a ajuda dos vizinhos que também eram companheiros de lida. Próximo a casa existiam roças de mandioca, feijão e milho. Nas baixadas, alagadas no período chuvoso, plantava-se arroz, a dieta poderia ser complementada com frutas típicas da região a depender da temporada como umbu, mangaba e cambuí. Carne suína e caprina, de

animais criados no aprisco, normalmente, também ficava perto das casas. Contava-se sempre com uma pequena criação de galinhas e cocás,[10] que serviam para complementar a dieta, mas também para o controle dos carrapatos e outros insetos nos currais de lida.

O trabalho era complementado com o pastoreio do gado vacum, atividade principal da fazenda como um todo. Obrigado a passar parte do tempo fora de casa, à procura de pastos melhores para os animais, além de ter de cuidar do rebanho, cavalgar em busca de animais perdidos na caatinga, frequentarem as feiras da região possibilitava ao agregado um grande conhecimento do território e contatos com várias pessoas, isso permitia também a autonomia em relação ao senhor ou patrão, não poucas vezes o agregado (livre ou escravo) vaqueiro, conhecia a fazenda melhor que o próprio patrão estabelecendo uma relação de dependência mútua, entre proprietários e agregados.

O cotidiano dos trabalhadores da fazenda refletia essa intimidade com o ambiente, mesmo porque após quatro ou cinco anos de trabalho o vaqueiro começava a ser pago com um entre quatro animais nascidos, a habilidade combinada com o trabalho duro nas fazendas de gado poderia proporcionar-lhe em alguns anos o acúmulo de animais que pudesse oferecer uma vida mais confortável, levando em consideração que as boiadas chegavam às fazendas entre cem e 300 cabeças, interessava ao agregado tomar todas as precauções para que esse plantel se multiplicasse (PRADO JÚNIOR, 1976).

> Depois tudo ficava entregue ao vaqueiro. A este cabia amansar e ferrar os bezerros, curá-los das bicheiras, queimar os campos na estação apropriada, extinguir onças, cobras e morcegos, conhecer as

10 Nome dado na região para as galinhas d´angola.

> malhadas escolhidas pelo gado para ruminar gregariamente, abrir cacimbas e bebedouros. Para cumprir o seu ofício vaqueiral, escreve um observador, deixa poucas noites de dormir nos campos, ou ao menos às madrugadas não os acham em casa, especialmente de inverno, sem atender às maiores trovoadas, porque nesta ocasião costuma nascer à maioria dos bezerros e pode nas malhadas observar o gado antes de espalhar-se antes do romper do dia, como costumam, marcar as vacas que estão próximas a ser mães e trazê-las quase como à vista, para que parindo não escondam os filhos de forma que fiquem bravos ou morram de varejeiras. (ABREU, 2005, p. 73)

Segundo Sodré (1998, p. 221):

> O regime pastoril não pôde comportar, nunca, o trabalho escravo. Eram duas coisas que se apresentavam antagônicas e irreconciliáveis. Pela própria natureza do trabalho, no regime pastoril a escravidão seria uma anomalia profunda, seria a negação das peculiaridades que mais notabilizavam a vida que imperava nas fazendas de gado, nos vastos latifúndios sem fim e sem limites, onde não haviam conflito de terras porque a terra entrava quase como elemento de referência, não havendo por ela carinho, afeição ou desejo de posse absoluta.

Ao contrário do que escreve Sodré, havia escravos na pecuária da Chapada Diamantina desde antes da descoberta dos diamantes, pois a região não é propícia para a agricultura, inevitavelmente eles

trabalhavam na pecuária. O que o autor acima não percebe, é que a forma de exploração do trabalho era diferente da monocultura agro-exportadora, os escravos do sertão poderiam ter maiores oportunidades de ter uma vida cotidiana menos vigiada e consequentemente, maiores possibilidades de locomoção e acúmulo de pecúlio. O trato com o gado criado solto nos tabuleiros – onde o escravo vaqueiro por vezes passava dias no encalço, quando o gado quase que voltava ao estado selvagem –, e com os animais longe dos olhos do senhor, possibilitava uma relativa autonomia, o que Vieira Filho caracterizara de autonomias possíveis de escravos e agregados, ensejando o estabelecimento de relações familiares e de solidariedade entre eles próprios e entre estes e os proprietários das terras.

Dada a natureza e a especialização do seu trabalho, os escravos vaqueiros gozavam de certo prestígio com os proprietários das fazendas da Chapada Norte e em todo o sertão baiano. Um bom trabalhador na lida com o gado era garantia de lucro para o fazendeiro, que quando escravos atingiam valores elevados por causa do seu bom desempenho na especificidade da ocupação, e como o trabalho vaqueiral em algumas épocas do ano não ocupava todo o seu tempo, havia a possibilidade de acumular pecúlio com maior facilidade do que os empregados em outras atividades, mesmo no sertão. O fato de ser vaqueiro, não impossibilitava o escravo de exercer outras atividades nas fazendas da região. Além disso, trabalhar com o couro, consertando ou fabricando os apetrechos da atividade diária, possibilitava outras habilidades úteis aos trabalhadores, que poderiam vender o resultado do seu labor para outros empregados ou proprietários da região. Isso ampliava a possibilidade de renda extra.

A Chapada Diamantina de maneira geral e a sua face norte especificamente contava com rios e aguadas bem distribuídos. A pluviosidade

mais regular que outras áreas do semiárido baiano, formaram os grandes campos de altitude, cobertos com pastagens nativas que favoreceram a pecuária tanto de criação como de engorda de animais.

Essa é uma das razões para que os mais importantes, histórica e hidrograficamente, tenham a sua nascente na Chapada como: Jacuípe, Paraguaçu, de Contas e Salitre, que por suas margens permitiram o adentramento do sertão quando foram estabelecidos os caminhos de gado, partindo do Recôncavo Baiano.

A aspereza da localidade e do trabalho nessa região da Bahia, destinada ao abastecimento de carne, animais de tração e transporte para a zona canavieira, levava a constituição de laços de solidariedade entre as famílias de agregados. Enfrentar as duras condições de vida nos tabuleiros se tornava menos difícil quando se tinha com quem contar em momentos de dificuldade, da mesma forma se estabeleciam relações de interesses mútuos entre proprietários, querendo sempre uma maior quantidade de animais para comercializar e de agregados necessitando de ajuda e proteção. Assim, as famílias construíam estratégias de relacionamento, horizontalmente com os seus pares, formando comunidades, e verticalmente com os proprietários das terras.

A exclusividade da pecuária como forma de acúmulo de riqueza na Chapada Diamantina deixou de existir em meados do século XIX, quando a mineração foi descoberta e apareceu outra maneira de enriquecer, não necessariamente com o garimpo propriamente dito, – poucos conseguiam acumular muito dinheiro somente garimpando –, mas com o desenvolvimento do comércio, tanto de pedras preciosas, quanto de outros produtos pouco mercadejados com a pecuária, mas que ganham espaço com o afluxo de pessoas e o desenvolvimento de vilas e cidades da região.

As primeiras informações sobre a exploração mineral na Chapada são de Silva (1835, p. 241), em uma descrição para o governo português sobre a província da Bahia ainda no século XVIII. Nessa obra, o autor retrata entre outras coisas a exploração de salitre por escravos na face norte da região. É sabido que o salitre foi um dos elementos que facilitaram o adentramento português e a conquista do sertão, tanto como suplemento alimentar para o gado, quanto como ingrediente principal para a produção de pólvora, elemento necessário e utilizado na defesa contra animais selvagens, como também na guerra com indígenas não amistosos.

A partir da quarta década do século XIX, foram oficialmente descobertas as minas de diamantes na Chapada Diamantina. Ainda que não representasse muito na economia de todo o sertão da Bahia, para a região houve uma nova possibilidade de aumento de renda. Os garimpeiros, ainda que não fossem uma parcela importante da população, por não representar na região uma atividade laboral especializada, pois, em situações normais também realizavam outras atividades, tinham a mineração como possibilidade de renda. A mineração melhorou a vida de muitas pessoas que acumularam dinheiro diretamente com o garimpo, a exemplo de escravos que compraram as suas liberdades e agregados que ascenderam um pouco comprando terras e propriedades, como também formaram uma rede de pequenos comerciantes uma vez que houve uma circulação maior de dinheiro na região que permitiu a ascensão de indivíduos antes obrigados a trabalhar exclusivamente com o gado, o que será melhor detalhado a seguir.

Durante a sua infância, o Coronel Dias Coelho foi mais um menino pobre, que junto com sua família lutava para sobreviver numa região que tem a sua beleza peculiar, mas que também apresenta

uma série de dificuldades as quais os habitantes, desde muito cedo, aprendem a conviver ou enfrentar, a conhecê-las, tendo como referencial a vida dos familiares durante a infância do coronel, é o que tentaremos fazer na segunda parte do livro.

SEGUNDA PARTE

Nos seus 54 anos de vida, o Coronel negro Francisco Dias Coelho venceu várias batalhas, ainda que não se tenha notícias de conflitos armados.

Na sua infância, na Chapada Diamantina que se dedicava majoritariamente à pecuária, os fazendeiros dominavam a economia e a política. Nessa época, o coronel lutou contra a indigência e o preconceito e os venceu.

Ao chegar à juventude, lutou contra a pobreza e as desigualdades sociais, e, novamente venceu. Na sua vida adulta lutou contra os conceitos e preconceitos nas disputas políticas regionais, e novamente venceu. Mas, ao fim de 54 anos de lutas e vitórias, finalmente perdeu. Não se sabe ao certo as causas do óbito, tudo indica que foi por causas naturais, mas não conseguiu vencer a morte biológica. Depois disso a região voltou à sua normalidade, depois de meio século de incômodo para a elite branca local sendo dominada por um negro e descendente de escravos, nascido pobre. Após falecer veio a morte social e o olvido. A segunda parte deste trabalho trata disso, como viveu e morreu o Coronel Dias Coelho.

QUEM NASCEU PARA CANGALHA NUNCA CHEGARÁ A SELA? RIQUEZA, POBREZA E MOBILIDADE SOCIAL NO SERTÃO DA BAHIA

Durante o século XIX, a Chapada Diamantina passou por intensas transformações econômicas que modificaram a composição das classes sociais, e, consequentemente as relações de poder, como também ampliou as possibilidades de ascensão e decadência econômica para ricos e pobres da região.

Como herança dos séculos anteriores, a pecuária foi destinada ao fornecimento de carne e animais de carga e tração para as zonas mais densamente povoadas da Bahia na época, a saber, a zona mineira de ouro no norte e sudoeste e a zona administrativa e canavieira no litoral a oeste. A cria e recria de animais continuou como o principal elemento de demonstração visível de riqueza e status, entretanto, com a descoberta dos diamantes pós 1840, iniciou o período de alterações na composição e relações sociais e econômicas da Região. Com possibilidade de acúmulo de riqueza em menos tempo e com mais facilidade do que a pecuária no sertão, a mineração de diamantes foi apresentada como possibilidade de substituição sendo a principal

atividade geradora de riqueza e provável substituição da elite econômica que durou até princípios da década de 60 do século XIX.

Fatores internos e externos fizeram com que o breve período de exploração de diamantes fosse interrompido. Ainda que a exploração dessas pedras não tenha cessado, os lucros decorrentes da atividade foram drasticamente diminuídos, pois, tanto a quantidade quanto a demanda internacional pelos diamantes da região diminuíram sensivelmente, os poucos garimpeiros que restaram voltaram a trabalhar como agricultores ou vaqueiros, agregados aos grandes proprietários e somente minerando quando havia tempo disponível. A decadência da exploração dos diamantes deu-se internamente quando a região foi atingida pelas secas e os rios temporários que serviam para a lavagem do cascalho e a separação das pedras preciosas secaram. Externamente, a descoberta de diamantes de melhor qualidade no centro-sul da África, baixou o preço dos diamantes baianos, inferiores em quantidade e qualidade, diminuindo os lucros dos atravessadores e garimpeiros. A atividade mineradora somente retornou com maior impulso em meados da década de 70 do século XIX, não mais com os diamantes. Surgiu então o carbonato como alternativa possível na substituição dos diamantes como elemento principal de mineração da Chapada Diamantina.

O que levou a haver uma procura internacional pelos carbonatos da Chapada foi a descoberta das propriedades industriais aplicadas ao desenvolvimento científico e tecnológico da Revolução Industrial Europeia na segunda metade do século XIX. Depois de 1875, o garimpo e o comércio desse mineral passaram rapidamente a oferecer alta lucratividade e também possibilitaram o acúmulo de rápidas fortunas daqueles que viriam a se configurar como a nova elite sertaneja, que se distanciava dos mandatários anteriores tanto pela sua composição

étnica, quanto pelos objetivos e estratégias de dominação política e econômica da região.

A elite rural e pecuarista, lastreada na posse de latifúndios e no comércio de gado, seguindo o modelo tradicionalmente instalado pela colonização portuguesa, foi rapidamente substituída por outra, esta dedicada ao comércio principalmente de pedras preciosas, mas que também se dedicava a outras atividades, diversificando os investimentos e dominando todas as atividades na região inclusive a pecuária, que neste momento, passou de atividade principal à secundária na pauta de produção local.

Dessa maneira, a tradição familiar e a posse da terra transmitida por herança, em um período de pouco mais de 50 anos, deixou de ser a principal forma de inserção na elite. Em seu lugar, a sorte e a habilidade nos negócios, se tornaram preponderantes para formar novas fortunas como garimpo e posteriormente o comércio de pedras preciosas. Comerciantes e garimpeiros, de origens em estratos menos nobres da sociedade local, passaram a acumular fortuna, dominando as atividades econômicas locais e formando uma nova elite com pretensões maiores do que o controle do comércio local.

Essa classe emergente – destacando-se os comerciantes em detrimento dos garimpeiros – inicia o processo de transformação da ordem social local. No entanto, são os mineradores que produzem a riqueza, que rapidamente muda de mãos e permite a ascensão dos primeiros, assim, a análise de como agiam e em que lugar da cadeia social e política estavam os garimpeiros, possibilita compreender como ocorre a ascensão de indivíduos de variadas origens sociais e de cor, que, coletivamente comporão nova pobreza, em oposição à nova elite sertaneja.

Esse período conturbado, porém, bem delineado, correspondente desde meados do século XIX aos primeiros anos do século posterior, foi amplamente registrado pelos documentos gerados pelas instituições da região. Tanto a igreja católica, quanto os cartórios registraram as relações econômicas e familiares que atravessaram esse período. Famílias ricas e pobres que viveram nas fazendas do sertão da diamantina casaram, registraram seus filhos e faleceram, sempre com relação íntima com a religião. Essas histórias produziram documentos que ficaram depositados no arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu. Também as suas fazendas, gados e escravos, foram comprados, vendidos e herdados, e como resultados ficaram os registros de compra e venda, inventários e testamentos e, também, processos criminais que permitiram observar as modificações e continuidades das relações econômicas e sociais dos agregados, ou seja, a velha pobreza com a sua elite correspondente, isto é, os proprietários de terras.

A nova elite, acompanhada pela nova pobreza sertaneja, também produziu documentos, a priori, os mesmos que serviram de base para os primeiros também serviram para analisar a nova elite. Dada a sua diversificação de atividades econômicas e como o período produziu mais fontes, inclui-se aos documentos anteriormente citados, fotografias, artigos de jornais, peças e partituras musicais, estatutos das associações fundadas por eles, como também diários escritos por particulares que contam como era a vida na região.

Assim, o objetivo desta parte deste trabalho é analisar as transformações econômicas e sociais ocorridas no sertão baiano, no século XIX – que permitiu a formação de uma nova elite econômica formada por comerciantes, em substituição à elite tradicional

pecuarista –, bem como as suas relações com os seus subalternos, tanto da elite ganadeira quanto comercial.

Para lograr êxito no intento, utilizou-se como estratégia, o acompanhamento da família Dias Coelho. Essa família é um exemplo de como eram as relações entre fazendeiros e agregados no início do século XIX, e as possibilidades de ascensão e decadência econômicas no período, tendo como seu representante maior o Coronel Francisco Dias Coelho. Os ramos iniciais da família que deram origem ao personagem condutor da narrativa eram por um lado agregados pobres da Fazenda Gurgalha, de propriedade do coronel Quintino Soares da Rocha, que ascenderam ainda no tempo da pecuária, chegando a possuir pequenas propriedades que lhes davam certo *status* diante dos outros agregados, porém eram livres desde o início do século XIX. O outro ramo, era formado por negros que chegaram à região como escravos em meados do século XIX, estabeleceram-se primeiramente como agregados na mesma propriedade, no entanto conseguiram ascender no primeiro período da exploração de diamantes, conseguindo comprar suas liberdades e até mesmo algumas propriedades na vila de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu. Como visto anteriormente, a atividade agropastoril foi a primeira forma de exploração econômica dessa parte do sertão baiano. Nos dois primeiros séculos de colonização efetiva do interior brasileiro, estabeleceu-se uma sociedade de base eminentemente rural, baseada no comércio de gado para abastecimento das outras regiões. No caso da Chapada Diamantina, pela sua localização privilegiada, enquanto centro das principais rotas comerciais que cortavam o sertão, tanto em direção ao litoral quanto para as regiões mineradoras de ouro nas Minas Gerais e norte baiano, as fazendas de gado estabeleceram comunidades produtivas desde cedo,

formando uma elite e uma pobreza local que chegou ao século XIX completamente definida.

O memorialista Boaventura (1989, p. 44) afirma que:

> No século XVII é que se inicia o definitivo apossamento do sertão, com as entradas e se receberam as sesmarias maiores [...] os caminhos vão mordendo ou ladeando as longas lombadas das serras ou lambendo veloz o velho vale dos rios, por todos os cantos do mapa. Foram as boiadas que rasgaram os primeiros caminhos, à procura de pastagens, os mesmos caminhos que entreteceram o contato do sertão com o mar.

Para o autor acima citado, o início da exploração do sertão que formou os primeiros núcleos povoadores se deu ainda no século XVII, como visto anteriormente, somente veio a se concluir no século XVIII, quando efetivamente as fazendas de criar estão em pleno funcionamento e as terras completamente ocupadas com atividades produtivas de subsistência e com a pecuária para abastecimento das áreas afora (BOAVENTURA, 1989, p. 45). Após isso, inicia-se a chamada civilização do couro, ou da pecuária nos sertões brasileiros que para uns era atividade auxiliar da lavoura canavieira, principal aposta econômica do governo português (PRADO JÚNIOR, 1976), para outros uma sociedade distinta do litoral açucareiro que se desenvolve paralelamente com condições próprias, mas ainda assim integrada ao mundo atlântico português (ABREU, 2005; BOAVENTURA, 1989; RUSSEL-WOOD, 2014).

Os ascendentes do futuro coronel

Simão e Ezalta Dias Coelho eram agregados pobres da Fazenda da Gurgalha na Chapada Diamantina, de propriedade do coronel Quintino Soares da Rocha e sua esposa, também seriam em anos futuros avós paternos de Francisco Dias Coelho. Eram negros nascidos e moradores da freguesia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu, desde antes de 1838, quando fora estabelecida e desmembrada da Paróquia de Santo Antônio da Jacobina.

O primeiro documento em que aparecem foi registrado em 20 de junho de 1839, portanto, um ano após a paróquia ser instalada, batizando a Estanislau, filho legítimo de Leandro Coelho dos Santos e Felícia Quitéria, ambos pardos e que teve como padrinhos José Dias dos Santos e Simão Dias Coelho, pardos, casados e naturais e moradores da freguesia.[11]

Pouco mais de três anos depois, o mesmo Simão, aparece batizando seu filho legítimo Porfírio, que havia nascido a 16 de junho de 1842, mas que somente fora batizado mais de um ano depois.[12] Desta vez aparece o nome da sua esposa Ezalta Dias Coelho, teve como padrinhos Joaquim Manoel de Santana e sua esposa Constância Joaquina dos Santos. No mesmo dia, também foi batizada Porfíria, filha do mesmo casal que havia nascido dez dias antes e teve o mesmo casal como padrinhos.[13] O motivo que levou o casal a batizar seus dois filhos no mesmo dia não foi bem definido, mas era comum na região e também no Brasil do século XIX, batizar seus filhos em

11 Livro de Batismo de 1838 – 1880, p. 9b. Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu.

12 Livro de Batismo de 1838 – 1880, p. 42. Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu.

13 Livro de Batismo de 1838 – 1880, p. 44. Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu.

momentos especiais, segundo as conveniências dos pais ou padrinhos ou em alguns momentos festivos, parece que a segunda opção foi a mais provável. De qualquer forma as duas crianças eram um acréscimo à família Dias Coelho que já contava com uma filha de nome Caetana, que mesmo não aparecendo nos registros de Batismo desta paróquia, por ter sido batizada anteriormente a instalação da mesma, aparece em outros documentos como filha do casal.

Além dos três filhos, o casal Dias Coelho teve mais Quintino, para quem não consta a data de nascimento, mas fora batizado em 25 de dezembro 1845, apadrinhado por Társito Lemos e Josefa de Santana.[14] Leandro, que nasceu em 28 de março de 1847, e foi batizado no ano posterior, e apadrinhado por Francisco da Silva Canário e sua mulher Josefina de Santana,[15] e por fim, Joaquim, nascido em 20 de maio de 1850 e batizado um mês mais tarde, tendo como padrinhos Quintino Soares da Rocha e sua esposa Umbelina Adelaide de Miranda.[16]

Assim, a família Dias Coelho, em meados do século XIX, era formada por oito pessoas, o casal e mais seis filhos, que moravam em uma pequena propriedade que lhes pertencia, nas margens da Fazenda Gurgalha, essa de propriedade do coronel Quintino Soares da Rocha, que fora homenageado com o seu nome em um dos filhos do casal, e que apadrinhou no batismo a outro, junto com a sua esposa. Isso por si só já demonstra uma relação de proximidade junto ao grande proprietário, mas, os Dias Coelho não

14 Livro de Batismo de 1838 – 1880, p. 57. Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu.

15 Livro de Batismo de 1838 – 1880, p. 68. Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu.

16 Livro de Batismo de 1838 – 1880, p. 87b. Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu.

se atinham somente a estes proprietários, havia também uma relação com médios e pequenos donos de propriedades, ainda que não fossem poderosos locais, estavam em melhor situação do que eles e, portanto, na condição, mesmo que menor que a do coronel Quintino, de oferecer favores e em certa medida proteção. Entre as outras pessoas com as quais a família se relacionava com proximidade estava Porfirio Pereira de Souza.

Porfírio era um proprietário da região que poderia ser classificado como mediano a grande, possuía algumas propriedades junto com a sua mulher e até a década de 50 do século XIX, mantinha vínculos econômicos e familiares com o coronel Quintino Soares da Rocha, então, o maior expoente econômico da região, de quem era procurador nas compras e vendas de gado na região e com quem veio a romper por disputas de terras na metade do mesmo século. Esse proprietário, muito embora não tenha apadrinhado nenhum dos filhos, fora homenageado dando nome a dois deles nascidos antes de 1846, enquanto outros proprietários menores eram os padrinhos. As relações com Quintino parecem ter se aprofundado no momento em que o pai da família Coelho, deixa de homenagear os intermediários e faz isso com o mesmo nomeando o seu quarto filho com o nome do proprietário, aparentando certa ascensão social, na medida em que paulatinamente deixa de necessitar de intermediários para comunicar-se com o poderoso do lugar.

Por outro lado, Simão Dias Coelho também apadrinhou crianças. O primeiro foi Estanislau, citado logo no início, os pais são descritos como pardos, o que pode significar que eram negros em situação melhor que outros agregados, moradores da mesma freguesia. No entanto, os seus nomes não foram localizados em outros documentos como proprietários e a mãe não tem o sobrenome

registrado no batismo do filho, o que leva a inferir que eram agregados sem propriedades e ao menos a mãe era liberta pela ausência do sobrenome. O que chama atenção no documento é a não existência de uma madrinha para o menino, o mesmo fora apadrinhado por dois homens. Simão, um dos padrinhos parece ter ligações familiares com os pais, pois, o quinto filho de Simão também tem o mesmo nome, quanto ao segundo, era um proprietário de terras, que apadrinhou junto com a sua esposa muitos outros filhos de agregados, neste caso, parece existir ligações tanto horizontais como verticais entre as famílias.

Não era comum que dois homens apadrinhassem o mesmo menino, na realidade este foi o único caso em todos os livros de batismo da Paróquia de Nossa Senhora da Graça do Morro do Chapéu, o que leva a sugerir que: houve uma permissão especial do padre por se tratarem de pessoas conhecidas e com certo reconhecimento na região, embora não fossem necessariamente ricos, sem o conhecimento da diocese que estava muito distante e parecia não se importar muito com o que ocorria localmente; ou que houve um erro de registro, uma vez que esta é a única vez em que aparece este tipo de registro.

Para além deste, foi também o padrinho, junto com a sua esposa, de Benigno, este filho de Sofia que era escrava de Manoel Barbosa de Souza, em 11 de novembro de 1845;[17] e Clemente, em 26 de dezembro de 1844, este era filho de Manoel Domingos e Constância, escravos de Manoel Joaquim da Silva Miranda, um proprietário mediano da região e foram os padrinhos Simão, já citado, e Andreza Maria do Espírito Santo, sobre esta figura, trataremos posteriormente, pois, foi a primeira vez que os documentos relatam o encontro

17 Livro de Batismo de 1838-1880, p. 56b. Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu.

de familiares do Coronel Francisco Dias Coelho, ou seja, o seu avô paterno com a sua avó materna, isso 20 anos antes do seu nascimento. Assim, as condições de ascensão social para a população negra do sertão da Bahia na primeira metade do século XIX eram dificultadas por conta das atividades econômicas exercidas na região, mesmo que na Chapada Diamantina pecuarista fosse mais fácil para os negros ascenderem economicamente, devido à liberdade de locomoção, diferente do recôncavo açucareiro, por exemplo. Não foram suficientes para constituir uma elite negra na região. Os poucos que conseguiram uma expressão social maior, como pequenos proprietários, não conseguiram autonomia perante os grandes latifundiários da região. Ainda que possuíssem terras, eram agregados a um grande produtor e dependiam dele para o comércio de animais gerando uma dependência econômica que se refletia em uma dependência social como aconteceu com Simão e sua família.

Para Didieu e Windler (1998, p. 214),

> [...] convém lembrar, ainda que também isto seja perfeitamente conhecido, se tem dito que o peso da família sobre os destinos individuais é muito maior, e sobretudo mais explícito, no Antigo Regime do que hoje. A posição social de um indivíduo, em primeiro lugar, fica determinada, até juridicamente, pela sua ascendência: se nasce nobre ou plebeu. Isto não impede a mobilidade social, nem ascendente, nem descendente.[18]

18 "Conviene recordar, aunque también esto sea perfectamente conocido, he hecho de que el peso de la familia sobre los destinos individuales es bastante mayor, y sobre todo más explícito, en el Antiguo Régimen que hoy. La posición social de un individuo, en primer lugar, queda determinada, hasta jurídicamente, por su ascendencia: se nace noble o plebeyo. Esto no impide la movilidad social, ni ascendente, ni descendente" (DIDIEU; WINDLER, 1998, p. 214).

Nos primeiros quartos do século XIX, no sertão da Bahia, isso era perceptível. O fator nascimento e com isso a sua condição jurídica e social, demarcavam, em um primeiro momento, a posição que o indivíduo ocuparia na sociedade. Entretanto, esse posicionamento não era invariavelmente determinado, a depender de condições específicas ocorridas no transcurso da vida desses indivíduos, ou de estratégias familiares estabelecidas, a mobilização social para cima ou para baixo poderia ocorrer, ou ainda a manutenção do *status* ao qual havia sido conquistado por gerações anteriores. Uma das estratégias para manter-se ou mobilizar-se socialmente por parte dos negros da Chapada Diamantina foi a formação de famílias extensas, e, uma das formas de se adentrar nessas famílias era através do apadrinhamento:

> […] a importância de redes de ajuda mútua e de apoio econômico e social que coincidem conscientemente, com laços de um parentesco que se desdobra por todas as partes da família nuclear.[19] (DIDIEU; WINDLER, 1998, p. 217).

As duras condições de vida para os agregados da Chapada Diamantina exigiam que tivessem uma família nuclear organizada e eficiente. À medida que ia decrescendo na pirâmide social, mais forte laços de parentesco tinham de ser efetivados, principalmente em momentos de extrema necessidade como nos casos de seca. Na hierarquia social dos mais pobres da região na época, os escravos não vaqueiros, e livres muito pobres, que viviam do "macaco", ou seja, de trabalhos temporários que exigiam maior vigor físico e não eram

19 "[...] la importancia de redes de ayuda mutua y de apoyo económico y social que coinciden muchas veces, y coinciden conscientemente, con los lazos de un parentesco que desborda por todas partes la familia nuclear". (DIDIEU; WINDLER, 1998, p. 217).

bem remunerados, ocupavam a posição mais baixa; em situação melhor estavam os agregados, mesmo não proprietários, possuíam uma residência fixa, ao menos enquanto durasse a boa relação com os proprietários, independentemente de serem escravos ou livres, trabalhavam e se organizavam de maneira que a família era a unidade básica, a divisão de tarefas entre os familiares proporcionava uma renda maior, e, a contratação de jornaleiros para o "macaco", somente era necessária quando a família não poderia dar conta de todo o serviço da propriedade. Os mais privilegiados eram os agregados que conseguiam conquistar uma propriedade, geralmente muito pequena, porém, ainda que fossem pequenos proprietários e continuassem a ser agregados, o fato de deter um pequeno pedaço de terra, que embora não lhes permitissem independência com relação aos grandes proprietários, lhes favorecia um *status* distinto dos outros agregados conferindo um certo prestígio na região. Este parece ser o caso de Simão Dias Coelho e sua família.

Segundo a historiadora Cacilda Machado, estudando uma região do Paraná, o batismo foi o sacramento católico mais comum entre os escravos, e através dele se multiplicaram os laços de parentesco espiritual, dentro e fora do cativeiro (MACHADO, 2006, p. 2). A documentação presente na Chapada Diamantina, no nordeste brasileiro vem confirmar que também no outro extremo do país essas relações eram presentes.

Para o sertão da Bahia, o batismo funcionava como um fator de aproximação daqueles em condição de serem "protegidos" e os potenciais protetores, estabelecendo assim uma relação de paternalismo, apontada por E. P. Thompson, como um caminho de dupla via, para onde interesses mútuos se convergiam. No caso do batismo católico esse paternalismo era sacralizado, apertando ainda mais os

laços que mantinham as famílias unidas. A escolha do padrinho era algo pensado pelas famílias, o próprio sacramento impunha que o padrinho fosse alguém que pudesse socorrer o seu afilhado em momentos de ausência dos pais. No caso da Chapada Diamantina, além de ser uma homenagem para alguém que se considera importante, não somente no aspecto econômico, era também uma maneira de aproximação ou de reafirmação da lealdade para com os que estão socialmente acima dos pais do batizando, isso também pode ser observado na escolha do nome da criança.

Entretanto, este discurso não era comum para todos os historiadores baianos, ao menos quando se trata de regiões diferentes da Bahia. Gudeman e Schwartz (1988) afirmam que era extremamente raro o apadrinhamento de escravos pelos senhores. Para eles, a escravidão não era compatível com a relação de parentesco espiritual, a intenção dos senhores era manter tanto o batismo quanto a escravidão como instituições distintas .

Para a Chapada Diamantina do início do século XIX, dá-se o contrário, os pais dentro e fora do cativeiro buscavam intensificar os laços de solidariedade com os proprietários, dando os filhos para batismo, ou homenageando-os com os nomes dos filhos como forma também de demonstração social da família com os potentados locais, o que lhe daria *status* e seria um demonstrativo de ascensão social. Os proprietários também ampliavam as redes de proteção e lealdade tendo ao seu lado os novos parentes em momentos de necessidades.

> Dessa maneira, observa-se pelas descrições acima que os padrinhos eram sempre pessoas consideradas pelos pais como pessoas em situação superior à deles e que podem em algum momento socorrê-los, no caso dos cativos, um livre ou liberto já demostrava isso, as relações

> se estreitam à medida que se sobe na pirâmide social, 'a necessidade, num mundo hostil, de criar laços morais com pessoas de recursos, para proteger-se a si e aos filhos' (SLANES, 1997, p. 271).

Os avôs maternos do futuro Coronel Dias Coelho eram José Gomes de Araújo e Andreza Maria do Espírito Santo. Ela era uma escrava mulata nascida na vila de Jacobina, que se mudou para Morro do Chapéu em data incerta, mas que na década de 40 do século XIX, parecia residir na freguesia e manter boas relações com pessoas das mais variadas origens da sociedade da época.

Em 12 de outubro de 1850, uma data comemorativa para os católicos brasileiros por ser o dia de comemoração da padroeira do país, Nossa Senhora Aparecida, a escrava Andreza ganhou a sua carta de alforria.

O texto da carta de liberdade que concede José Gomes de Araújo a sua escrava Andreza Nação mulata, traz informações interessantes conforme descrição abaixo:

> Saibam todos quantos este público que no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e cinquenta, aos doze dias do mês de outubro deste ano, nesta freguesia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu, termo de Jacobina e em meu cartório compareceram José Gomes de Araújo, reconhecido de mim escrivão, e suas testemunhas sabiamente nomeadas e no fim deste instrumento assinadas, perante ao que me deu outorgante, que era senhor e possuidor de uma escrava de nome Andreza Nação mulata, cuja escrava assumiu por compra ao senhor Olímpio

> de Araújo Cambuí, nesta pelos bons serviços que lhe tem prestado e pelo amor que lhe tem à forra, e fosse desde já e para sempre como se nascesse de ventre livre desde já poderá gozar de sua liberdade por vontade própria neste instrumento para que alforriasse de sua própria vontade sem constrangimento ou repressão alguma, expresso inteira validade [...]. Em fé a testemunho da verdade assim outorgou forra, dando assim a declaração que lhe assinasse escritura a seu pedido o Coronel Quintino Soares da Rocha, confirmando tudo o que foi descrito e ante todas estas testemunhas os senhores Cândido José de Souza e Honório de Souza Pereira. A Seu pedido, assina Quintino Soares da Rocha.[20]

Como descrita na carta de alforria, Andreza vivia como escrava na vila de Morro do Chapéu desde muito tempo, não foi encontrada a data em que José Gomes de Araújo comprou a liberdade da sua futura esposa. Ele era um ex-escravo africano, que comprou a sua própria alforria em 1844. Portanto, infere-se que o mesmo a tenha adquirido a consorte como escrava neste intervalo de seis anos, prova disso é que em 31 de dezembro de 1848, nasceu Maria, filha natural de Andreza e ambas eram escravas de José, e que fora libertada na pia batismal e apadrinhada pelo sogro e a esposa do coronel Quintino.[21] Assim, a janela temporal se resume a seis anos citados.

As testemunhas foram dois proprietários rurais de expressão na localidade sendo que um deles, Honório de Souza Pereira também era

20 Livro de Notas – Escrituras de 1849 a 1852, pp. 31b- – 33. Arquivo do Fórum Clériston Andrade da Comarca de Morro do Chapéu Bahia.

21 Livro de Batismo de 1838 – 1880, p 73. Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu.

procurador de Quintino, era irmão de Porfírio, que já fora mencionado anteriormente. E quem assinou a carta de liberdade foi o próprio coronel Quintino, demonstrando mais uma vez os laços afetivos que tinha provavelmente com Andreza, pois, anos depois nasceria a segunda filha do casal, Eugenia, nascida a três de julho de 1845.[22] Alguns meses após a morte dos pais, o coronel Quintino então se tornou tutor das meninas em virtude da proibição legal da mulher gerir um patrimônio, mesmo que isso fosse meramente legal e que muitas mulheres continuassem a ser e agir como proprietárias e a dilapidação do patrimônio pela mãe por conta de dívidas contraídas pela mesma.

No documento, também fica evidente o relacionamento entre o ex-escravo que se tornou senhor e sua escrava que se tornou esposa. A expressão "pelo amor que lhe tem" não foi encontrada em outros documentos da mesma natureza nos arquivos regionais da Chapada Diamantina. Provavelmente eles se conheceram ainda no cativeiro antes de 1844, que culminou com a compra da mesma em época indeterminada, o nascimento de duas filhas e por fim o casamento no leito de morte do ex-escravo africano em 1854.[23]

Mesmo antes da sua liberdade, Andreza era uma mulher que se destacava perante a população negra e pobre da Chapada Diamantina. A sua primeira característica era ser uma mulata, ou mestiça,

22 Livro de Batismo de 1838-1880, p. 73. Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu.

23 Havia outro José Gomes de Araújo residente na vila de Morro do Chapéu e com quem o casal mantinha contato, pois em alguns documentos aparecem juntos, principalmente depois da morte do marido de Andreza, porém casado com outra mulher. Após uma análise acurada nos arquivos percebeu-se que este homônimo era na realidade um dos onze filhos do padre Francisco Gomes de Araújo, que fora proprietário do africano José, e mesmo depois da alforria não romperam laços. Além da declaração de amor feita na carta de liberdade de Andreza, leva-se em consideração o fato de o mesmo ter falecido em 1854, e o outro aparecer em outros documentos posteriores a esta data, e também ao fato do filho do padre saber assinar, o que o diferenciava do ex-escravo.

na sociedade onde a hierarquia social também era baseada na cor da pele e nas origens familiares, ter uma tez mais esbranquiçada tornava a pessoa diferenciada. A segunda característica que também aparece nas fontes era ser uma pessoa com trânsito entre todas as camadas da sociedade. O apadrinhamento através do batismo católico significava *status* para quem se tornava padrinho. O padrinho era alguém que estava social ou economicamente em posição de ajudar o afilhado, ou então que detinha certo prestígio na sociedade que fosse superior ao dos pais biológicos do batizado. Andreza foi madrinha de batismo de algumas crianças filhas de escravos ou de agregados livres, ao seu lado, como padrinhos apareciam também homens de condição social diferentes, por vezes eram agregados, outras vezes proprietários, mesmo antes do seu casamento e, muitas vezes sem a presença do marido, demonstrando que o prestígio inicialmente era originário dela e não emprestado do seu esposo, a maior possibilidade é que ela tenha sido parteira, o que conferia para as mulheres importância e proximidade com as famílias às quais serviu para trazer um dos membros ao mundo.

Assim, ao escolhê-la como companheira, além do aspecto sentimental descrito na carta de liberdade, havia também as possibilidades de ascensão social, por ser brasileira, provavelmente, mais branca do que ele e gozar de algum prestígio na sociedade, o que certamente lhe conferia vantagens adicionais numa relação futura para um negro africano, que conseguira ascender economicamente, porém, a ascensão social naquela sociedade dependia de mais coisas além do acúmulo financeiro.

Economicamente, a união pareceu ser também vantajosa para ambos. José, como descrito anteriormente, havia chegado à Chapada Diamantina como escravo, em companhia do seu

senhor que era o padre daquela paróquia. Se for traçado um paralelo com Simão Dias Coelho, que se destacava da população em geral por ser um pequeno proprietário se percebe as diferenças nas formas de ascender. Simão Dias Coelho ascendeu durante toda a sua vida, provavelmente era filho de moradores da região, por não ser descrito como liberto e os registros de batismo o apontarem como nascido na freguesia. Naquela sociedade e momento, a maneira mais eficiente de ascender economicamente era através do ofício vaqueiral, a profissão representava a ascensão tanto econômica quanto social, no entanto, a ascensão pelo trabalho com o gado levava muitos anos e nem todos conseguiam, dependia da relação com os proprietários e da habilidade com o trato com o gado, além disso, também era determinante para o chefe da família de agregados uma boa administração dos poucos bens que controlava, o que significava a possibilidade de ascender na sociedade. Em contraponto, a ascensão de José foi relativamente rápida. Com apenas seis anos de convivência na região conseguiu comprar a sua liberdade por um valor altíssimo, e iniciar uma nova vida como comerciante, demonstrado nas várias propriedades urbanas que adquiriu, além de animais e alguns escravos, a exemplo da que viria a se tornar a sua consorte.

Para a época, a atividade que possibilitaria uma ascensão econômica tão rápida, já descartada a pecuária, era a mineração de diamantes que se iniciara na região a partir de 1841, portanto, três anos antes da liberação de José. A habilidade no garimpo junto com as boas relações construídas em conjunto com o seu senhor, o vigário da paróquia, permitiam boas oportunidades de negócio, porém, a rapidez em acumular dinheiro também trazia desconfiança tanto dos seus iguais quanto dos hierarquicamente superiores. Assim, a

relação marital entre o ex-escravo e a provável parteira, seria proveitosa para ambos. A capacidade comercial do africano junto com as boas relações da mulata, faziam deles um casal promissor, ser o marido da parteira e ter algum dinheiro o beneficiaria socialmente.

Inicialmente, a relação entre ambos, sob o ponto de vista da ascensão social parecia funcionar bem, José passou a apadrinhar algumas crianças junto com a sua esposa, o que denotava aumento do seu prestígio, pois, mesmo sendo acompanhante do padre e, portanto, conhecido na região, não lhe havia sido concedida a honraria sem a presença da sua companheira.

Entretanto, não quis o destino que a união fosse mais adiante. Em 1854, José adoeceu gravemente, e no seu leito de morte presenteia a sua companheira, grávida da sua segunda filha, casando-se com ela, e fazendo as pazes com a igreja. A partir de então, iniciou o declínio da família negra Gomes de Araújo. Problemas climáticos afligiram a região gerando uma grave crise econômica, os bens que foram deixados por José começaram a ser vendidos ou hipotecados judicialmente pela sua viúva, e, somente não chegaram a ser totalmente perdidos por conta da intervenção do coronel Quintino que foi nomeado tutor das meninas lhes assegurando os bens deixados por seu pai, até que se tornassem civilmente capazes ou se casassem.

As elites sertanejas da Chapada Diamantina

A história das elites sertanejas da Chapada Diamantina no século XIX pode ser periodizada em dois momentos distintos, motivados pelas transformações econômicas que passou esta sociedade no referido momento. Com essas transformações, também são modificadas a maneira como se organizou a sociedade e consequentemente as estratégias de dominação.

Os anos compreendidos entre meados do século XVII e princípios do século XIX, formam o primeiro período de construção efetiva da sociedade sertaneja na Chapada Diamantina. A elite formada nesse primeiro período era necessariamente branca, formada pelos descendentes dos aventureiros que ousavam adentrar e colonizar as terras doadas aos primeiros sesmeiros, mas que efetivamente nunca tomaram posse das terras. Esses primeiros fazendeiros que se estabeleceram neste primeiro momento se especializaram na exploração do gado, seja na cria, ou na recria e engorda de animais que vinham de lugares ainda mais distantes do sertão e que tinham a Chapada Diamantina como ponto obrigatório de passagem, para abastecer o centro econômico da colônia localizado no litoral de carne e outros víveres.

Politicamente era uma elite subserviente aos interesses dos litorâneos, que se situavam a margem do processo político baiano, somente aparecendo em poucos momentos e como coadjuvantes das decisões sempre tomadas pela e para os interesses da capital. Embora, alguns membros dessa elite conseguissem certo destaque, a exemplo do coronel Quintino Rocha, que recebeu uma menção do Imperador Brasileiro D. Pedro II, não representaram ameaças ao poder da elite litorânea, permanecendo sempre como mandatários locais sem maiores pretensões.

O segundo momento se caracteriza pelas profundas modificações ocorridas no fim do terceiro quarto do século XIX, marcado pela evolução da mineração e pelo aparecimento do carbonado que atingiu valores muito altos no mercado internacional e possibilitou o aparecimento de uma nova classe de comerciantes na região, que além de interesses comerciais e políticos locais, almejavam também uma maior participação no cenário político estadual, uma vez que

este mesmo período constitui também a decadência da cultura canavieira, consequentemente o ostracismo dos antigos senhores de engenho do Recôncavo Baiano que se viam ameaçados pelo enriquecimento dessa nova elite sertaneja.

Esses novos elementos se diferenciavam da elite anterior tanto nas suas origens quanto nas suas aspirações. Os novos ricos, comerciantes de pedras preciosas, tinham entre si uma identidade formada não somente pela atividade econômica, mas também pelas suas origens étnicas. Eram, em sua maioria, negros ou mestiços que aproveitaram uma brecha social e ingressaram no comércio lucrativo que possibilitou fortunas rapidamente. Além de riqueza, essa nova classe se organizou politicamente, o que frontalmente lhes diferia da elite anterior. Eram influenciados pelas ideias positivistas que possivelmente adentraram no sertão baiano no encalço do comércio com europeus que não trouxeram simplesmente divisas no comércio de carbonado, mas também influências artísticas, e, principalmente, novas ideias políticas e científicas. Enfim, o positivismo chegou ao sertão.

Entre os dois, encontra-se um período intermediário e mal delineado, que perdurou de 1844, com o surgimento das primeiras jazidas diamantinas, até os primeiros anos da década de 70 do século XIX. Foi neste interregno que as transformações mais substanciais na sociedade da Chapada Diamantina aconteceram, transformando por completo as instituições e possibilitando o aparecimento de novas classes sociais e grupos políticos que passaram a se configurar como as novas elites sertanejas. No decorrer do confuso século XIX, na Chapada, antigas famílias negras de escravos e/ou agregados passaram a ser a elite dominante na região com fortes influências na província enquanto as famílias de proprietários conheceram

a decadência política junto com a falência econômica ocupando os espaços que um dia pertenceram aos seus subalternos.

No início do século XIX, as fazendas eram o centro das relações sociais e econômicas do sertão na sociedade pecuarista do interior baiano, ainda que houvesse algumas poucas cidades, algumas vilas e inúmeras aldeias de camponeses, algumas até desenvolvidas para a época, levando em consideração todo o contexto da Bahia, estas se caracterizavam por serem espaços da vida política e administrativa, além de manter um pequeno comércio que abastecia as propriedades daquilo que não poderia ser produzido pelos próprios moradores da Zona Rural.

A elite proprietária rural vivia nas fazendas, onde as suas residências mantinham a mesma estrutura das moradas dos agregados, embora com diferenças nos materiais de construção e tamanho. Apesar das diferenças de posse, pouco se diferiam as condições de vida cotidiana entre os proprietários e seus subalternos levando-nos a ter certa dificuldade em se aplicar corretamente um conceito de riqueza para a região na época. Entretanto, alguns escritores, a exemplo de Boaventura, nos dão uma pista de como diferenciar os ricos de pobres: "[...] o prestígio social do título de fazendeiro nascia da fortuna no criatório. Era o gado que dava importância ao dono da fazenda, ao homem do Sertão" (BOAVENTURA, 1989, p. 33).

Esse certamente era o elemento definidor de riqueza e *status*, pois os proprietários também se diferiam entre si, na posição em que ocupavam na sociedade a depender da quantidade de terras propícias ao criatório e do número de animais que mantinham e comercializavam em suas fazendas. Assim, percebe-se uma hierarquia dentre a elite proprietária onde os maiores fazendeiros determinavam também além da economia, a política, estando eles

mesmos à frente dos cargos políticos ou através de subordinados escolhidos entre os proprietários menores de sua confiança. No entanto, essa hierarquia não garantia a tranquilidade nas relações, são variados os processos criminais originários nas disputas de terras entre proprietários. O que não causa espanto é que a maioria das querelas judiciais eram ganhas pelos maiores fazendeiros, o que pode demonstrar também uma intromissão destes proprietários na atuação da justiça, sendo que os juízes também eram, em sua maioria, proprietários na região.

Os testamentos e inventários dos arquivos locais apontam que para que uma pessoa fosse identificada como um grande fazendeiro não era necessariamente ser o maior possuidor de terras, mas aquele que tivesse condição de ter a maior quantidade de animais, a cargo de agregados dentro dessas terras. Esses documentos apontam também, que não era raro agregados terem pequenos pedaços de terra, o que certamente os diferenciaria entre os elementos da sua classe, no entanto, não eram suficientes, em sua maioria, para que se tornassem independentes de seus patrões.

O historiador inglês Thompson (2001), caracteriza classe como uma categoria histórica descritiva de pessoas numa relação no decurso do tempo e das maneiras pelas quais se tornam conscientes de suas relações, como se separam, se unem, entram em conflito, formam instituições e transmitem valores de modo classista. Se delineia segundo o modo como homens e mulheres vivem suas relações de produção e segundo a experiência de suas situações determinadas, no interior do "conjunto de suas relações sociais" com a cultura e as expectativas a eles transmitidas e com base no modo pelo qual se valeram dessas experiências em nível cultural (THOMPSON, 2001, p. 277).

Entretanto, a sociedade não estava polarizada entre patrões e empregados, ou simplesmente fazendeiros e agregados. Entre os maiores fazendeiros e os menores agregados estava uma sorte de pessoas que nasceram ou enriqueceram com o gado, empobrecidos pelas partilhas familiares das terras através das heranças e negócios malsucedidos devido à falta de habilidade com a administração das fazendas, além de secas e catástrofes naturais, que levavam a uma rota financeira descendente. O caminho inverso também era possível, habilidade no trato com o gado, boas relações com os fazendeiros, sorte nos períodos de pujança e casamentos, poderiam ser alguns dos elementos que levavam famílias de um extremo a outro na pirâmide social local.

A posição geográfica privilegiada, por se situar no centro da maioria das rotas comerciais do sertão da Bahia, como citado anteriormente, aumentou os lucros e consequentemente os investimentos na produção. No entanto, não houve muitas transformações para este momento na estrutura social dessa parte do sertão. Apesar do florescimento de novas vilas e arraiais, a exemplo da própria vila de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu, que deixara de ser apenas um povoado, e se constituiu administrativamente enquanto vila com uma melhora nas condições políticas conquistando uma relativa independência da Vila de Santo Antônio da Jacobina – que era o primeiro passo para a emancipação política e autonomia, que viria a acontecer na segunda metade do século XIX –, a vida cotidiana da Chapada continuava a ser rural e baseada nas fazendas, apenas com o incremento das vilas enquanto ponto de encontro político e de circulação de mercadorias e informações, a rigor, nos dias de feira livre quando os habitantes viriam comprar o que não poderia ser produzido nas fazendas e vender o seu excedente, mas

também para se inteirar das notícias em outros lugares e exercer as suas atividades políticas.

A estrutura básica das fazendas pouco mudara nos últimos 200 anos de exploração pecuária. As fazendas ainda tinham uma dimensão muito grande, e, embora alguns agregados conseguissem uns poucos torrões, ainda não eram suficientes para lhes possibilitar autonomia frente aos grandes fazendeiros a quem continuavam ligados econômica e afetivamente, gerando para este momento pouca mobilidade social constituindo duas classes distintas, porém interdependentes, que viviam e produziam na Chapada. Proprietários e agregados estavam unidos nas condições de sobrevivência e na cultura, porém separados pelas condições de vida.

Em um processo criminal resultante da disputa por terras entre dois grandes fazendeiros da região foi produzida a documentação que nos ajuda a compreender como era a arquitetura funcional das fazendas do interior da Bahia.[24]

A arquitetura organizacional das fazendas do sertão era extremamente simples e funcional, desenvolvida desde a formação das primeiras ocupações de terras no interior do Brasil para a criação de gado. Buscava-se otimizar o espaço e aproveitar ao máximo os recursos naturais como as pastagens nativas e a disponibilidade de água para a criação extensiva, levando em consideração as frequentes secas que sazonalmente assolam a região nordeste do Brasil.

Os 17.000 hectares da Fazenda Gurgalha são um exemplo do que frequentemente ocorria enquanto forma de se administrar as propriedades rurais sertanejas no século XIX. Considerando suas dimensões e ainda acrescentando que não era a única propriedade

24 Processo de Luiz Malaquias de Miranda contra Quintino Soares da Rocha e outros, 1870 - 1875. APBa, Seção Judiciária, caixa 47/1664/8.

do casal Soares da Rocha – algo comum entre os fazendeiros locais de se possuir mais de uma propriedade, e nem sempre eram próximas umas das outras –, desenvolveram estratégias de se melhor administrar para que fossem as mais produtivas possíveis para as condições do período.

As fazendas em geral, eram divididas em pequenas unidades para serem exploradas por uma família de agregados, em troca de um percentual na produção agrícola ou um pagamento em dinheiro. Nessa relação de trabalho estava isento o pagamento pelo trato com o gado que constava de um contrato verbal à parte, pago diretamente ao vaqueiro. Essas pequenas unidades eram chamadas de roças ou sítios, e, embora ainda fossem parte da fazenda e de propriedade do fazendeiro dava relativa autonomia aos agregados. O tamanho e a localização dependiam das relações com os proprietários com quem mantinha além de relações laborais e empregatícias, também de afinidades e apadrinhamento.

Tanto a sede da fazenda, chamada de "sítio do patrão", como os sítios ou roças dos agregados seguiam a mesma estrutura básica. Eram compostas por uma casa de morada e logo próximo um curral para apartação dos animais prenhes e em lactação, cujos bezerros ainda pequenos necessitavam de cuidados especiais. Era também o local onde era recolhido o leite que compunha a dieta básica das famílias durante parte do tempo, com o aproveitamento dos derivados. Na parte do patrão existia um curral maior e mais reforçado, normalmente feito de pedra, onde eram recolhidos uma vez ao ano os animais criados pelos agregados para serem entregues aos boiadeiros para serem vendidos nos mercados consumidores da capital ou das zonas mineiras. Como os bovinos eram o objetivo econômico principal das fazendas pouca carne bovina era consumida, somen-

te em momentos festivos ou especiais costumava-se abater bovinos para consumo da família, no geral havia uma criação de gado de pequeno porte como caprinos, ovinos e suínos para a produção de leite, carne, óleo e couro para o consumo familiar. Os apriscos e pocilgas localizavam-se um pouco mais distantes das casas de morada. Para controle de pragas e parasitas que atacavam o gado havia sempre a criação de aves, galinhas, perus e galinhas d'angola, que viviam soltas próximas aos currais, além de fornecer ovos e carne.

A agricultura de maior rendimento destinada ao comércio não era praticada com regularidade. As terras eram em sua maior parte destinadas ao gado e o restante, normalmente em terrenos íngremes ou próximos das residências, eram destinadas ao abastecimento da família, o que não impedia um pequeno excedente que era comercializado nas feiras livres das vilas ou aldeias adjacentes. Próximo ao curral existia uma plantação de palma, uma leguminosa de origem centro americana, que se adaptou muito bem às condições de clima e terras do sertão nordestino. Essa planta servia de suplemento alimentar para o gado nas épocas de maior dificuldade de alimento nas pastagens nativas e também para o consumo humano em épocas de dificuldades nas secas. Além disso, havia o pomar próximo à residência com frutíferas e leguminosas destinadas ao consumo familiar com plantas nativas e outras introduzidas que se adaptaram bem à região. O feijão andú e mangalô, por exemplo, eram leguminosas de alto poder nutricional, de grande produtividade e resistentes à seca, além de nativas do sertão, ou seja, havia uma variedade alimentar que não se restringia unicamente à carne seca e farinha como dieta alimentar básica, mesmo estes elementos não desaparecendo da dieta tanto das famílias mais ricas quanto das pobres.

Para complementar, havia também uma pequena produção de algodão, a partir da qual eram fiados e tecidos nos próprios sítios e utilizados no fabrico de tecidos mais grosseiros que dava maior autonomia para as fazendas relegando a necessidade de se deslocar para as vilas e aldeias apenas para a compra daquilo que não fosse possível fabricar nas fazendas.

O diferencial entre os proprietários e agregados nas condições cotidianas de vida, estava na propriedade e em alguns materiais de construção das suas residências, com casas feitas de pedra ou tijolo e cobertas de telhas, enquanto os agregados mais pobres tinham casas de barro e cobertas de palha. Os inventários e testamentos não demonstram ostentação e riqueza aparente nas joias e móveis da casa, chegando ao ponto de residências de agregados serem muito próximas em termos de construção e arquitetura às dos patrões.

Esse tipo de relação aproximava muito os trabalhadores dos patrões, embora se mantivessem as suas respectivas diferenças e funções dentro da sociedade. Havia famílias de agregados que moraram por gerações dentro da mesma propriedade, no entanto, tinham a consciência de que eram agregados e sabiam como negociar as suas aspirações para melhorias nas condições de vida, aspectos observáveis nas relações paternalistas da região.

Para Thompson (1998, p. 29), em sua análise sobre a obra de Weber, o termo patriarcalismo, por se apresentar como "severo" e mais adequado às sociedades medievais, poderia ser substituído por um "termo mais fraco" como o paternalismo, que o historiador inglês define como "uma concentração de autoridade econômica e cultural", baseada no poder de estabelecer relações de concessão, e assim "negociar" mandos e obediências. Assim, percebe-se essa sociedade como eminentemente paternalista, entendendo-se que a

autoridade partia sempre do pai de família, seja entre os proprietários ou entre os agregados, no entanto, é também visível o papel feminino de organização e centralização das famílias de ambos os lados. O que diferencia o papel feminino entre as classes sociais, e daí justificar a escolha por paternalismo em oposição ao patriarcalismo, embora ambos pudessem ser utilizados, era a autoridade exercida pelas mulheres de elite com relação aos homens escravos e agregados. A autoridade feminina não era desprezada, mesmo que a mesma estivesse legalmente proibida de exercer funções administrativas no Brasil, os inventários do coronel Quintino Soares da Rocha e de sua esposa Umbelina Adelaide de Miranda demonstram isso. Depois do falecimento do esposo, foi ela quem administrou a fazenda, inclusive rechaçando tentativas de invasão por parte de fazendeiros rivais do esposo, os documentos demonstram também que houve um aumento na produção de gado quando do seu período à frente dos negócios familiares. Isso posto, analisa-se pela ótica que não era por ser mulher que a administração de uma fazenda seria desastrosa, ao contrário, a autoridade feminina se manifestava em diversos ambientes, onde os mais sucedidos proprietários mantinham uma administração compartilhada com papéis definidos por funções e não por hierarquia rigidamente formada. Isso foi também analisado em outros lugares da América latina, como no caso mexicano estudado por Steve Stern (1999).

Os vaqueiros da Chapada Diamantina

O ofício de vaqueiro talvez fosse o que mais dava liberdade ao trabalhador no sertão. Em primeiro lugar porque independia de condição social e de cor, existiam vaqueiros tanto brancos e negros quanto escravos e livres. Em segundo, por exigir um imenso conhe-

cimento técnico e da região para que o seu próprio trabalho fosse realizado com maior rendimento, proporcionava também autonomia em relação aos patrões, o que no caso dos escravos vaqueiros era algo de extrema importância ao ponto de ser uma das vias mais eficientes para a compra das suas liberdades, o que também proporcionava algumas aberrações no sistema escravista, quando um vaqueiro era escravo e os seus ajudantes eram livres.

Diferente de alguns outros lugares da América, onde os animais eram mais caçados do que criados (SLATTA, 1992), o gado do sertão da Diamantina era efetivamente criado, exigindo do vaqueiro habilidade e conhecimento tanto da técnica de criação do animal quanto da região. Essa parte da Bahia era uma área de recria e engorda principalmente, isso significa dizer que a maior parte dos animais da Chapada não eram originários da região, e, devido às condições climáticas a vegetação se exauria exigindo dos tratadores que procurassem novas pastagens à medida que a estação das secas atingia o seu rigor máximo, e isso significava também passar mais tempo fora de casa.

A estação das chuvas coincidia também com a época da reprodução, não por coincidência, as pastagens estavam mais próximas de casa e a rotina cotidiana dos vaqueiros era mais tranquila. O mesmo não ocorria com a época das secas, quando o vaqueiro tinha de procurar pasto e água cada vez mais distantes do seu lugar de residência, às vezes passando semanas longe de casa em vigilância constante contra predadores, animais e doenças.

A indumentária do vaqueiro era inteiramente funcional, ficava coberto de couro dos pés à cabeça com botas, perneiras, jaleco, colete, luvas, gibão e chapéu. A vestimenta não se restringia somente ao cavaleiro, o seu cavalo normalmente também contava

com relativa proteção com peitorais e protetores de olhos. Com todo o aparato pronto, o cavaleiro estava preparado para adentrar na vegetação fechada espinhosa e irregular da caatinga nordestina. Boaventura (1989) afirma que a vestimenta reflete o processo do trabalho, e que no Brasil, o trajar do vaqueiro se diferia do trajar das atividades canavieiras ou mineiras. A afirmação quanto ao modo de trajar dos trabalhadores com o gado foi também objeto de estudo de Slata (1992), tanto com relação aos gaúchos no sul da América (uruguaios, argentinos e no sul do Brasil), quanto também em todo o continente, desde os cowboys norte americanos e canadenses até os trabalhadores com o gado no México (vaquero), Venezuela (llanero) e Chile (huaso) (SLATTA, 1990, p. 55).

Em toda empreitada, os vaqueiros levaram sempre consigo o alforje, que, na prática, eram duas bolsas de couro ligadas por uma tira também de couro que se levava no lobo do cavalo logo após a sela. Em uma das bolsas se carregava farinha, carne seca e sal, na outra se levava chumbo, pólvora e fumo, elementos fundamentais da dieta do vaqueiro quando longe de casa, tanto para a sua alimentação quanto para a sua proteção e do rebanho. O aparato era complementado por armas de fogo, punhais e facões.

Toda essa indumentária era necessária para enfrentar as condições de clima e vegetação da região. As caatingas sertanejas da Diamantina tinham como vegetação básica plantas arbustivas e espinhentas – a exemplo do calumbí e unhas-de-gato, ambas, arbustos muito comuns com espinhos pequenos, mas afiados e resistentes –, que facilmente rasgavam a roupa do vaqueiro nas incursões pelas matas atrás de animais fugidos, o que além das vestimentas exigia, para o melhor trabalho, um cavalo que fosse ágil e rápido.

Essa imagem do vaqueiro, com mais outros detalhes já mencionados anteriormente, correspondia ao trabalhador com o gado, independente da sua condição social, ou seja, tanto livres quanto escravos podiam ser vaqueiros e ambos usavam os mesmos equipamentos. Assim, distanciavam-se do estereótipo do escravo criado pelas fazendas de cana no nordeste e café no sudeste, além do ofício vaqueiral ser uma atividade familiar exigindo a existência de famílias estáveis e numerosas que pudessem dar mais segurança e melhorar os ganhos com a ajuda dos filhos. O vaqueiro era também o responsável por uma pequena empresa familiar contratando e gerindo auxiliares, que muitas vezes eram brancos ou mestiços e livres. Tais condições levaram muitos teóricos em história colonial no Brasil a afirmar que era impossível haver escravidão na pecuária do sertão, devido à incapacidade de se vigiar e controlar os escravos vaqueiros. No entanto a farta documentação mostra que existiram e que foram bastante frequentes na região da Diamantina.

Normalmente o aprendizado do ofício se dava na transmissão familiar, os meninos se acostumavam ao trato com os animais desde pequenos no convívio com os pais. Quando entravam na puberdade já eram encaminhados a pequenos trabalhos como auxiliares até tornarem-se vaqueiros experientes como os seus pais, o que não impedia que indivíduos de outras localidades, caracterizados como "chegantes", a exemplo dos escravos comprados de outras regiões viessem a se tornar vaqueiros, mas sempre começando como auxiliares (fábricas).

Muito frequentemente a função de fábricas era exercida pelos próprios filhos dos agregados, que sempre com proles numerosas diminuíam as despesas, uma vez que os auxiliares deveriam ser pagos semanal ou quinzenalmente se esta tarefa fosse realizada pelos

próprios filhos algumas das despesas poderiam ser diminuídas. A maneira de manter a unidade familiar era a dos casamentos endógamos, frequentemente primos se casavam para manter os bens e propriedades dentro das famílias, e com frequência, os novos casais fixavam residência próximas da morada dos pais do noivo, assim o aumento no número de pessoas não representaria um peso, ao contrário, seriam mais braços para o trabalho com o gado.

Poderia ocorrer que na falta de filhos suficientes em idade de trabalho, ou em épocas de intenso trabalho, o vaqueiro necessitasse de mais ajuda com o gado. Nesse caso, os fábricas eram contratados dentre trabalhadores livres locais ou escravos com tempo disponível depois do trabalho para os seus senhores, o contrato se fazia por jornada e era pago em dinheiro de acordo com as especificações feitas por ambos.

Para que houvesse ascensão econômica de agregados na Chapada Diamantina, era necessário que houvesse uma estrutura familiar estabelecida e funcional. De maneira geral, as mulheres sertanejas ocupavam um papel extremamente relevante na administração doméstica, cuidando da casa e dos filhos, mas também da estrutura familiar, que não se resumia somente à família nuclear.

Com frequência vê-se o estereótipo do sertanejo enquanto miserável e violento e as mulheres como submissas, alheias a todas as transformações e totalmente dependentes dos maridos. Esses estereótipos foram frequentes não somente na Chapada Diamantina, mas em vários lugares de economia rural e pecuarista na América, desde a Argentina até o México, como afirmam os historiadores Slatta (1992) e Stern (1999). O que ambos perceberam para os locais das suas respectivas pesquisas e que também pode ser percebido no sertão da Bahia, é que o papel feminino não é somente a subserviência

cega ao marido, mas de controle doméstico, que era de grande valia para a ascensão familiar.

Além dos cuidados com a casa, era função feminina manter em ordem todo o andamento do sítio enquanto o marido estava fora (o que acontecia frequentemente). Controlava não apenas a dispensa, na prática era a mulher que controlava todas as finanças internas para que não faltassem alimentos para todos. Cuidar das plantações, ainda que de subsistência e dos filhos menores representava o espaço de poder feminino ao ponto de o marido sequer ter direito de escolha da própria dieta alimentar, tudo era controlado pela matriarca da família, desde o cardápio (não muito variado) até as quantidades que cada membro da família deveria ingerir.

A organização das finanças domésticas era importante pois, os vaqueiros eram pagos anualmente, quando reuniam todo o gado no curral da sede para fazer a partilha do gado em ponto de serem transportados para as zonas consumidoras para o abate. Os animais sem um padrão racial definido chegavam a este ponto de comércio por volta dos cinco a seis anos de idade, quando o vaqueiro recebia a sua parte que ficava entre 10 e 30 por cento dos animais que chegavam a ser encurralados para serem entregues aos boiadeiros; a este pagamento chamavam de "sorte", por vezes o valor era pago em espécie comprando o gado do vaqueiro no mesmo momento da partilha. A quantidade de animais destinados pela "sorte" aos vaqueiros dependia das relações que mantinham com o proprietário, quanto mais antigo e experiente fosse o vaqueiro maior era o percentual por ele recebido das boiadas que variavam entre 100 e 300 animais. Durante a maior parte do ano o pouco dinheiro que adentrava nas finanças internas era oriundo das poucas trocas comerciais vindas

do comércio de excedente nas feiras livres, que por certo desafogava as finanças, mas não era o suficiente para enriquecer a família.

Mesmo o proprietário tendo que pagar um percentual maior a esses vaqueiros mais experientes, ainda assim era mais lucrativo do que um percentual menor a um novato, o que explica-se pela maior produtividade que estas famílias de agregados conseguiam e pela experiência e confiança depositada na relação entre ambos. Um vaqueiro experiente valia muito no mercado regional e muitos permaneciam na fazenda por gerações, muitos fixavam residência nas propriedades e chegavam a constituir patrimônio, porém poucos abandonavam o ofício.

Na camada mais baixa de toda a sociedade estava uma massa mal delineada composta por elementos de diferentes origens, embora a maior quantidade fosse de negros, recém-egressos da escravidão e sem uma posição definida na sociedade. Havia também entre essa massa pobre, brancos e mestiços que não eram proprietários de terras e nem agregados, os que não caíam na marginalidade ou na prostituição nas pequenas vilas e aldeias do sertão da Bahia, viviam de pequenos trabalhos, remunerados por jornada diária que os sertanejos chamavam de "macaco". Trabalhar de macaco era uma das mais ofensivas formas de se discriminar alguém, em um processo criminal que descreve uma disputa entre dois proprietários, um se refere ao outro com o desejo de "que ainda o verei trabalhando de macaco". Essa frase por si só demonstra o que as camadas mais pobres e dependentes de tudo na sociedade passavam.

Dessa maneira, seja como forma de ascensão social ou para manter a sobrevivência em tempos difíceis, os casamentos de jovens filhos dos agregados eram estimulados formando famílias extensas, devendo a mulher juntar-se à família dos maridos, como aconteceu

com a junção da família Gomes de Araújo e Dias Coelho que viriam a ser os pais do futuro Coronel Francisco Dias Coelho.

Assim, a vida do vaqueiro começava bem cedo, segundo Boaventura (1989), mal saía da adolescência e já se casava formando uma família nuclear, que iria compartir o mesmo sítio que a família extensa criada pelos seus antecedentes, vivendo em comunidade familiar facilitaria os rigores do clima e da economia ganadeira local.

O nascimento e infância de Dias Coelho

Retornando aos Dias Coelho, o círculo familiar se fechou no início dos anos 60 do século XIX, finalmente o filho dos Dias Coelho se casou com a filha dos Gomes de Araújo, as duas famílias que apareceram juntas em outra situação no início deste texto se juntam e dão origem a duas crianças, Maria e Francisco Dias Coelho, em um momento de transição econômica e social da Chapada Diamantina onde uma nova elite começa a se firmar.

A união oficial das duas famílias de agregados se deu no ano de 1863, ele aos 25 anos e ela aos 17, quando um ano antes já havia nascido o primeiro filho do casal, uma menina, batizada como Maria Dias Coelho, e, um ano depois nascia o seu segundo filho, esse nomeado de Francisco. Não se tratava apenas da união de dois jovens no interior da Bahia, mas de duas famílias de agregados que embora tivessem as suas peculiaridades, apresentavam aspectos bastante comuns a todos os agregados. Ele, filho de pequenos proprietários negros, mas que por terem uma família extensa e pelas possibilidades agrícolas ainda eram presos afetiva e economicamente ao coronel proprietário das terras. Do outro lado, estava uma jovem, ainda na adolescência, que era órfã de pai, que era escravo e agregado da mesma fazenda, em comum, a ligação com o coronel.

Depois da morte de José, a legislação brasileira da época impedia a viúva de administrar os próprios bens, cabia a um parente mais próximo ou alguém ligado à família ser nomeado como tutor dos bens dela e garantir a segurança dos filhos menores. No caso da família Araújo, embora a documentação possa demonstrar que havia uma boa relação com o padre, antigo senhor do patriarca, a opção foi feita pelo coronel Quintino Soares da Rocha – o que comprova uma ligação muito próxima com ele ou com a sua esposa – para administrar os poucos bens constituídos e, em momentos, acionar a justiça para defender os direitos dos órfãos.

Aparentemente, os primeiros anos do matrimônio não foram de plena tranquilidade. O início dos anos 60 do século XIX, foram traumáticos para a região, logo nos primeiros anos uma seca que durou dois anos assolou a região, as uniões familiares eram imprescindíveis para a sobrevivência, assim o casal vivia sob a proteção da família do marido e contava ainda com a ajuda dos proprietários com pequenos serviços executados nesses períodos de estiagem, como forma de preparação para o período chuvoso que sempre seguia as secas. Normalmente se necessitava de muita mão de obra para a limpeza dos pastos, aceiro nas bordas das pastagens e a limpeza e aprofundamento de aguadas secas. Com essas medidas, os anos posteriores à seca seriam melhor suportados até que o ciclo se completasse e novamente viesse a nova estiagem, que de fato aconteceu no ano de 1868.

Os efeitos dessa seca foram mais devastadores que a anterior, com o longo período de estiagem que durou três anos, muitos animais e pessoas vieram a morrer. Não somente a fome era o flagelo mas, as doenças e a violência em decorrência das condições de vida criadas pela seca também ceifou a muitos. Dentre os mortos no ano

de 1871, estava Maria da Conceição Dias Coelho, a mãe das duas crianças anteriormente citadas, aos 24 anos de idade.

A solução para os problemas imediatos da família Dias Coelho foi a de buscar auxílio do coronel Quintino. E, através deste enviar as duas crianças para morar na vila de Nossa Senhora da Graça do Morro do Chapéu; a distância da fazenda para a vila era curta, assim mesmo, ajudava a diminuir o número de bocas a alimentar na pequena propriedade da família, além de atenuar os riscos para as próprias crianças, que teriam melhores condições de vida, estariam relativamente longe do flagelo da fome. E o mais importante, estariam convivendo com um casal, cujo marido, o major Pedro Celestino Barbosa, era o boticário da vila, o representante político do coronel, e, além disso, era também seu amigo, o que facilitou os laços.

Os irmãos conviveram com o casal Barbosa até a fase adulta, com quem mantiveram contatos amistosos por toda vida ou quase. A menina foi educada segundo os costumes da época nas prendas domésticas até se casar com o filho de agregados da mesma fazenda onde nascera. Já o jovem Francisco teve outro destino, desde cedo começou a ser ajudante na botica do padrinho, profissão que se identificou durante toda a vida. Embora a família Barbosa fosse tão escravista quanto todas as outras, inclusive convivendo os Dias Coelho com os escravos e seus filhos, nas relações familiares os preconceitos pareciam mais de condição social, entre escravos e livres, do que de cor, por serem negros. Foram alfabetizados e educados segundo os costumes daquela região naquela época, e de certa maneira adotados como filhos do casal, o que a documentação demonstra que ocorreu até a morte dos padrinhos. Já no início do século XX, o velho major faleceu como inimigo do afilhado, com excelentes relações com a menina, o mesmo não ocorreu com a sua esposa, ampa-

rada por Dias Coelho na velhice, o nomeou seu inventariante, e lhe deixou de herança muitos bens de valor sentimental, demonstrando a relação de afetividade criada com o tempo de convivência, que não se deteriorou com as desavenças políticas.

As vilas e aldeias do sertão da Bahia eram extensões das fazendas, nelas, eram exercidas as atividades políticas, que, por vezes, já estavam decididas nas reuniões realizadas nas sedes das fazendas dos coronéis, na prática era para as vilas que convergiam os interesses políticos e as decisões tomadas no ambiente rural, lá estavam situadas as instituições do Estado, escolas, cadeia pública, e os edifícios administrativos, e onde funcionava o pequeno comércio destinado a abastecer as propriedades de artigos finos, um dos poucos luxos da elite sertaneja, e daquilo que não fosse possível produzir nas fazendas, além da massa de desempregados que sobreviviam de jornadas ou diárias para os proprietários e agregados.

A Vila de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu era constituída na época (1864) por nove ruas, três praças e 450 casas. Na praça principal, estava localizado um barracão, onde os tropeiros se instalavam trazendo mercadorias de outras regiões e comprando outras que deveriam ser levadas para outros lugares, não por acaso, era nesse lugar que funcionava todo sábado a feira livre da vila, para onde se convergiam os moradores das fazendas e os poucos moradores fixos da vila para a compra e venda de artigos semanais indispensáveis e também para a troca de informações e notícias. Também estavam na praça do comércio as principais ou poucas casas comerciais entre elas, o "Bazar Morrense", uma loja de tecidos e miudezas como linhas agulhas e ferramentas indispensáveis ao trabalho ou o cozimento nas fazendas, e a botica da vila, onde os medicamentos eram comercializados sob a receita do farmacêutico prático, dada

a pouca quantidade de médicos na época e que em sua maioria fixavam residência em Salvador ou nas grandes cidades do Brasil da época. Ambas as casas comerciais eram de propriedade do Major Pedro Celestino Barbosa, que também era membro do Conselho Municipal e principal representante do coronel Quintino na vila.

Barbosa também era o padrinho de adoção dos irmãos Dias Coelho quando de saída da Fazenda Gurgalha e também era proprietário de uma fazenda, embora não figurasse entre as maiores propriedades, a fazenda de Barbosa o colocava entre a elite proprietária da Chapada Diamantina da época da pecuária. O citado cidadão, junto com a sua esposa, era um dos poucos proprietários que fixaram residência na vila, fazia parte da sua morada, o casal, que não teve filhos, escravos domésticos e alguns afilhados, entre eles os irmãos. Os outros proprietários mantinham casas na vila, no entanto residiam nas suas propriedades. A maioria dessas residências estava nas áreas principais, próximas à feira e edifícios públicos, que além de facilitar o encontro com pessoas das mais variadas origens era o lugar de maior *status* do local. Durante a semana, enquanto os proprietários não ocupavam suas casas, elas eram cuidadas por empregados ou escravos, a depender da necessidade nas fazendas, ou pelos filhos dos mesmo que porventura estudassem nas vilas.

Durante o período de ocupação e colonização da região, algumas famílias ascenderam com a pecuária, mesmo que fossem poucos e que as pequenas propriedades como sítios e residências nas vilas não lhes conferissem a independência financeira dos grandes proprietários, algumas famílias de agregados possuíam casa na vila. Isso representava *status*, para o agregado que foi bem-sucedido e se diferenciava dos demais, o "ter onde ficar", nos dias de feira ou eventos na vila representava um pouco de poder com relação aos

proprietários, mais ascensão econômica e social perante os outros agregados. Ter residência significava também a oportunidade de se inserir na sociedade local, como participantes das festas religiosas e encontros políticos, que certamente lhes diferenciava dos outros agregados.

Ao mesmo tempo em que essa ascensão era possível, desgraças familiares também poderiam acontecer com as famílias. Ao falecer em 1855, o ex-escravo José, havia deixado para a sua família, além de uma pequena propriedade, três casas na vila de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu, sendo uma delas de natureza comercial, no entanto, por fatores não bem explicados em processos criminais, depois a família estava novamente reduzida à condição de agregados sem bens na Fazenda Gurgalha, sob a tutela do coronel Quintino, e os seus netos, sendo obrigados a ser acolhidos por uma família frente às dificuldades da época.

Mais afastado do centro e formando a periferia da vila estava a camada mais pobre da sociedade. Nestas ruas mais afastadas residiam aquelas pessoas que não possuíam trabalhos fixos ou escravos que não conseguiam a condição de vaqueiros, normalmente mulheres com seus filhos, de pais ignorados ou na marginalidade, viviam em péssimas condições de vida, as casas eram cobertas de palha e o mobiliário reduzido apenas ao necessário. Esses moradores da periferia trabalhavam como diaristas ou jornaleiros e, diferentes dos agregados das fazendas, mesmo aqueles mais pobres, dependiam da necessidade de trabalhos nas fazendas a serviço principalmente nos sítios dos agregados, cujos filhos não davam conta do trabalho em determinadas épocas do ano.

Os diamantes da Chapada

Depois de 1840, com o início do garimpo diamantino na região, além dos habitantes da região que se dedicavam ao garimpo, houve um afluxo grande de pessoas que tentavam mudar de vida com a sorte nas regiões mineradoras. Junto com estes vieram para o Morro do Chapéu uma camada social que começa a se formar na periferia, também conhecida como Rua da Palha. Era um lugar de construções precárias, a maioria construída com barro e cipós e cobertas de palha de Ouricuri, quando não eram construídas totalmente de palha. Moravam nessas áreas, além daqueles já descritos, uma comunidade mal delineada e perigosa composta por forasteiros e garimpeiros que se misturavam aos vagabundos, alcoólatras, e desocupados, aos quais se juntavam as prostitutas, compondo o mosaico social. Esses ambientes eram pouco frequentados durante os dias de atividade comercial, mas muito movimentados aos sábados e domingos, quando se reuniam para gastar o dinheiro ganho durante a semana.

Os diamantes da Chapada Diamantina começaram a modificar o conceito que o próprio Brasil tinha da região. É importante salientar que este mineral, não era exclusivo da Chapada Diamantina e nem tampouco eram os melhores do país, mesmo assim provocou intensas mudanças sociais na zona.

Antes da descoberta dos diamantes no Brasil, a Índia era o principal fornecedor de gemas a serem lapidados na Europa. Os diamantes aluviais indianos eram conhecidos desde a antiguidade, no entanto, somente com o renascimento comercial e urbano europeu que houve uma intensificação do comércio de pedras entre o subcontinente indiano, e a cidade de Amsterdam, principal centro de lapidação e comércio da época (GRIMBERG, 2002, p. 25). Apesar de gerar uma grande margem de lucro para os comerciantes, esses diamantes

eram conhecidos por sua qualidade, mas não por sua quantidade, o que pode ser explicado pela forma como era minerado (PRADO JÚNIOR, 1976, p. 62). Por ser garimpado na aluvião,[25] era explorado junto com o ouro, exigindo uma quantidade grande de mão de obra, nas regiões de Kollur, ao sul do reino de Golgona, centro-sul da Índia, onde era explorada por comerciantes locais e pagavam impostos ao governante, ao tempo em que os trabalhos eram desenvolvidos de maneira ritual, segundo códices religiosos (BRUTON, 1983, p. 26).

Apesar de não haver certeza de quando realmente foram descobertos os diamantes no Brasil, pois antes de ser anunciada a descoberta, havia a possibilidade de contrabando e o não pagamento de impostos para o Governo Colonial, há certo consenso que o anúncio oficial da descoberta tenha sido entre 1725 e 1729, na região mais ao centro-oeste, tomando como referência a zona da costa do Rio de Janeiro. Essa área já era conhecida como Minas Gerais (PRADO JÚNIOR, 1976, p. 62). O geólogo Eric Bruton (1983), conta que um oficial português que esteve na Índia conheceu por lá os diamantes, ele os reconheceu quando da sua estada no Brasil, quando enviou alguns exemplares para Lisboa e posteriormente para Amsterdam, onde foram lapidados e classificados como tão bons quanto os indianos. Vale lembrar que antes da colonização inglesa na Índia, havia um intenso comércio dos indianos com os portugueses desde o século XVI.

Os diamantes das Minas Gerais foram descritos por geólogos no início do século XIX, como semelhantes aos que ocorriam na Índia. Os brilhantes brasileiros também ocorriam nos aluviões, e encontravam-se misturados ao cascalho nos leitos dos rios que

25 Geologicamente, as aluviões são formações recentes pouco compactadas, formadas por calhaus, cascalho, areia e lodo.

atravessam camadas de itacolomita (arenito flexível). Nesse tipo de terreno, os cristais são encontrados no solo ou em poucos metros de profundidade, porém dada a fragilidade, não permite a abertura de galerias, então, os garimpeiro permaneciam escavando nas margens dos rios ou próximos, daí vem a ideia dos estudiosos sobre o tema, de que as pedras foram descobertas enquanto os mineiros buscavam ouro (PRADO JÚNIOR, 1976).

Como estratégia de controle e cobrança de tributos, a Coroa Portuguesa instituiu para os diamantes a mesma forma de cobrança que existia para o ouro, ou seja, a livre extração com o pagamento do "quinto", 20 por cento do que era retirado deveria ser pago como imposto. Com isso, o Brasil se tornou o maior fornecedor de pedras preciosas para a Europa no século XVIII e primeiros anos do século XIX, superando a Índia (PRADO JÚNIOR, 1976, p. 63). No entanto, era muito difícil calcular e cobrar o imposto, tendo em vista a diversidade em tamanho e qualidade das pedras. Como as descobertas foram muito pontuais no território brasileiro, o governo em 1772, declarou a exploração diamantina monopólio real e decidiu por isolar a área, criando o distrito Diamantino. Nessa área, era permitido o acesso restrito de pessoas.

Segundo as anotações do viajante Bávaro Carl Frederich Spix, essa área ficava sob a administração de um intendente que respondia diretamente ao rei e possuía amplos poderes, além de cobrar os impostos devidos, os poderes desse funcionário iam até o confisco de todos os bens de um acusado e decretação de pena de morte. A população nessa zona chegou ao máximo de cinco mil almas no fim do século XVIII, em sua maioria escravos empregados na exploração. Como as funções do intendente estavam na esfera administrativa,

eram dadas concessões para exploração a particulares que pagavam uma quantia fixa anual (PRADO JÚNIOR, 1976, p. 63).

Diante da ineficiência administrativa do Governo Português nessa área, a exploração diamantina nunca foi concorrente com o ouro, demonstrou um desinteresse nos investimentos e praticamente extinguiu a exploração em nível comercial de grande volume, culminando na abolição do distrito diamantino com a Independência do Brasil em 1822. Mesmo com estas deficiências, o Brasil foi o maior fornecedor de pedras preciosas para a Europa no século XVIII e primeiros anos do século XIX, superando a Índia (PRADO JÚNIOR, 1976, p. 63).

A região da Serra Geral Mineira tem características geológicas muito parecidas com a zona central da Bahia. O distrito diamantino estava localizado numa altiplanície a 1200 metros de altitude em relação ao nível do mar, cortada por gargantas e vales, e tem o seu final ao norte numa parede montanhosa próximo ao território da Bahia.

A região onde foram descobertos se assemelha muito à Chapada Diamantina. Os diamantes foram descobertos no Brasil ainda em princípios do século XVIII, quando os exploradores que buscavam ouro encontraram cristais entre o cascalho nos rios que circundavam ao Arraial de Tejuco, atualmente Diamantina em Minas Gerais.

Os diamantes na Chapada Diamantina foram oficialmente descobertos por volta de 1841, suspeita-se que já eram explorados muito tempo antes disso, porém, pelos motivos acima citados, foram omitidos das autoridades imperiais. Primeiramente descobertos nas Lavras de Aroeiras, em Xique-Xique, teve um significativo impacto econômico e demográfico na região no século XIX. Naquele mesmo ano descobriu-se que a pedra preciosa também existia em Morro do Chapéu e na serra da Chapada Grande. Dois anos depois, começou a exploração de diamante na Serra do Sincorá, e em 1844, em vários

outros lugares da Chapada como em Santa Izabel do Paraguaçu, Perdizes, Andaraí e Lençóis (CATARINO, 1970, p. 21).

Num primeiro momento, a atividade mineradora começou a proporcionar uma alternativa de renda para pequenos agricultores da região. O tempo livre, não utilizado na agricultura de subsistência ou na pecuária era investido no faiscamento de diamantes.[26] Em pouco tempo, houve forte migração para a região, pessoas de várias regiões foram atraídas pela promessa de dinheiro fácil devido ao boato de abundância de diamantes. Muitos garimpeiros se agregaram à população local, levando a um aumento significativo da mesma.

Uma característica dos diamantes da região de Morro do Chapéu é a baixa qualidade das pedras, também chamadas de *xibius,* com grande quantidade de refugo e uma pedra satélite que os garimpeiros da região chamavam de ferrujão. Embora tenha proporcionado um afluxo populacional para a região, a intensidade de mineiros vindos de fora não foi tão grande. Nos 30 anos de exploração diamantina na Chapada, a atividade permaneceu como alternativa para aproveitamento dos dias ociosos nas lavouras e de menos necessidade na pecuária, assim, aqueles que se ocupavam de cuidar do gado e da agricultura de subsistência em momentos onde a força de trabalho era dispensável e as condições climáticas favoreciam, aproveitavam para garimpar e dessa maneira acumular algum dinheiro extra, que, para a população mais pobre poderia fazer a diferença.

Foram encontrados em diversos inventários equipamentos de mineração como bateias e picaretas, principalmente nos documentos de pessoas de origens nas camadas mais pobres da população,

26 Faiscamento era o termo que se referia "à garimpagem de pequena quantidade de diamantes, usando materias básicos como bateias, peneiras, picaretas e pás utilizados pelos garimpeiros da região, ou seja, era uma forma mais artesanal de mineração.

que conseguiram um pouco de ascensão, para logo voltar as suas atividades originais como agregados com algumas posses ou pequenos proprietários e comerciantes na vila que largavam de vez a vida nas fazendas. Entretanto, não foi encontrado nenhum caso, nesse período, de enriquecimento que pudesse transformar um agregado em fazendeiro, mesmo de menor porte para a região. A família do ex-escravo José era um desses casos. Além da compra da própria liberdade, foi deixado para os seus herdeiros casas de moradia e um ponto comercial bem localizado na Vila de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu, ainda assim, a sua família continuou como agregada da Fazenda Gurgalha, sob a tutela do coronel Quintino Soares da Rocha.

As distâncias entre a vila de Morro do Chapéu, a fazenda e os locais de garimpo eram relativamente curtas. A mineração poderia representar uma fonte extra de renda para os agregados, à medida que estes, não necessitariam se ausentar dos seus trabalhos na fazenda para se dedicar apenas à garimpagem e se deslocar à vila para comercializar os diamantes.

Também proporcionou a ascensão econômica de algumas famílias, que saíram da indigência e passaram para a pobreza, em alguns casos, conseguiram se tornar pequenos comerciantes nas vilas e mesmo assim continuaram a garimpar. Para estes, tornar-se pequenos proprietários de residências comerciais ou pequenos lotes de terras, embora não significasse a independência dos proprietários, diminuía a dependência e lhes colocava nunca categoria intermediária entre os agregados melhor sucedidos e os jornaleiros e diaristas, era o germe da classe social que nasceria pouco depois com o carbonato. Também foi com os diamantes que a minúscula vila de Nossa

Senhora da Graça de Morro do Chapéu ganhou ares mais urbanos, até ser emancipada da vila de Santo Antônio da Jacobina em 1864.

Com a chegada de migrantes para a Chapada Diamantina, motivada pelos boatos de riqueza fácil com a mineração começou a nascer a nova elite comercial e junto com ela a nova pobreza composta por indivíduos que não obtiveram o sucesso estimado. Além de não enriquecer, muitos perdiam o pouco que traziam.

Entretanto, a exploração diamantina não foi suficiente para consolidar essa nova classe social, continuando a Chapada Diamantina a ser dominada, pelo menos até o fim dos anos 70 do referido século, pelos proprietários de terra e gado, tendo a seu serviço a massa de agregados e desocupados, aumentada por um efetivo de garimpeiros malsucedidos, seja por não ter a sorte de encontrar pedras, ou por não saber administrar o que ganhavam, continuando na indigência e se pondo a serviço dos coronéis do gado. Porém, eram transformações irreversíveis que irão tomar corpo e modificar estas relações como veremos a seguir.

Ainda no final dos anos 70 do século XIX, a extração de diamantes, que havia se tornado um vetor de modificações econômicas na sociedade sertaneja da Diamantina, começava a dar sinais de desgaste. Esse produto, ainda que não pudesse concorrer em importância e volume com a pecuária, havia possibilitado algumas mudanças. No entanto, fatores internos e externos contribuíram para que em um curto período de tempo o garimpo de diamante entrasse em colapso e fosse rapidamente substituído por outro produto emergente.

Internamente, como já fora citado, os diamantes da região eram encontrados nas aluviões, ou seja, misturados ao cascalho dentro e nas margens dos rios. Para retirá-los era necessário lavar o cascalho para separar as pedras preciosas do pedregulho e da areia

grossa, em bateias de cobre e com picaretas. Essa ação demandava uma quantidade considerável de água, sem a qual a atividade se tornaria impossível.

Como é sabido, a região passava periodicamente por períodos de estiagens anualmente, principalmente nos meses de maio a agosto, período de inverno, quando as temperaturas caíam e a pluviosidade diminuía chegando a secar alguns dos rios. Ocorre que entre os anos de 1868 e 1870, houve um prolongamento da estiagem, a mesma que provavelmente vitimou a mãe do futuro Coronel Dias Coelho. Uma crise na pecuária e na agricultura e, como não poderia de deixar de ser, também no garimpo, foi desencadeada pela falta de água. Sem água para lavar o cascalho, e com a falta de comida e outras formas de trabalho na região, o número de garimpeiros diminuiu sensivelmente.

Externamente, o interesse dos principais países compradores na Europa também diminuiu. Nesses anos, a França, a Alemanha, a Holanda e a Inglaterra, não mais comprariam os diamantes brasileiros no mesmo volume e preço principais que vinham comprando. Isso ocorreu por conta da descoberta dos campos diamantinos do Transvaal, na África do Sul, que possibilitaram o domínio da União Sul-Africana no comércio de diamantes. Os diamantes sul-africanos eram superiores em qualidade aos brasileiros, se tornaram os preferidos dos lapidadores ingleses e holandeses, provocando uma baixa no preço internacional do produto brasileiro, já prejudicado pela inconstância na produção levada pela seca. Para completar, a deflagração da Guerra Franco-prussiana, fez diminuir o volume comprado pelos comerciantes franceses e alemães. Isso fez com que o preço do diamante caísse no mercado internacional, os comerciantes então

mudaram de mercado e a economia da Chapada Diamantina entrou em crise.

Com a crise econômica, muitos produtores e comerciantes locais preferiram investir na nascente cultura de cacau do sul da Bahia, onde os rendimentos com menos riscos equivaliam aos diamantes no auge da exploração. A saída do capital desses produtores dificultou ainda mais a situação dos agregados na Chapada como um todo (MELLO, 1989, p. 45).

A última parcela dos moradores da vila, embora pouco numerosas, mas expressivas era composta pelos meninos de recados e pelas graxeiras. Normalmente este grupo vivia uma situação intermediária entre os empregados e os membros da família. E podem ser incluídos neles os irmãos Dias Coelho que no ano de 1871 são entregues pelo pai, após o falecimento da mãe para viverem com o casal Barbosa.

Essa situação era bastante recorrente. Em situações de extrema necessidade os filhos menores eram entregues aos padrinhos de adoção para serem criados dada a total incapacidade dos pais. Essa situação poderia ser temporária ou permanente a depender da relação entre pais e padrinhos, "[...] era induzida pelo reconhecimento do potencial de um padrinho como abonador e protetor" (RUSSEL-WOOD, 2014, p. 295). Esta situação é posta como intermediária, pois, se por um lado essas crianças exerciam algumas atividades laborais e futuramente acabavam por se transformar em empregados dos padrinhos, não eram remunerados por isso e conviviam no ambiente destinado à família e não aos empregados e escravos. Os meninos eram instruídos a trabalhar nas atividades dos padrinhos, fazendo pequeno favores, e ajudando no trabalho além de colocar água em casa dada a inexistência de rede

de abastecimento doméstico de água no lugar, por isso, chamados de meninos de recados, enquanto as meninas eram instruídas no trabalho doméstico e na preparação para o casamento, preferencialmente com filhos de agregados melhor sucedidos, o que lhes era propiciado pelo *status* de viver com a família dos seus padrinhos, o que lhes diferenciava das outras famílias tão miseráveis quanto às suas. Assim que chegavam, os meninos tinham os cabelos cortados e, em muitos casos raspados, já as meninas seguiam a vida doméstica nas cozinhas, o contato com a "graxa" obtida do óleo animal, principalmente de origem suína, lhes dava um brilho de pele e odor característicos, e por isso eram chamadas de "graxeiras".

Isso foi o que aconteceu com os irmãos Francisco e Maria Dias Coelho enquanto viveram na casa dos Barbosa. Ela preparada para o casamento, o que de fato acontece com o filho de um agregado da mesma fazenda em que nasceram, quanto a ele, foi preparado para ser um pequeno comerciante ou empregado do padrinho. Porém, com o aparecimento da mineração de carbonato toda a configuração social da região foi modificada, e o pequeno órfão ficou muito rico.

Assim era composta a sociedade rural da Chapada Diamantina até os primeiros anos do século XIX. Uma sociedade aristocratizada rural, onde a hierarquia social tinha o seu ápice nos maiores proprietários rurais e seus rebanhos bovinos, cuidados pelas famílias de agregados que reproduziam a estrutura a que eram submetidos aos seus familiares e jornaleiros.

Paulatinamente, com as possibilidades econômicas permitidas pelos diamantes essa sociedade começa a se transformar, e passa por um período intermediário, onde as transformações embora definitivas ainda não fossem suficientes para modificar todo o quadro social. Porém permite uma perturbação da ordem, quando novos

indivíduos começam a se imiscuir com o dinheiro ganho com o garimpo nascente no início da quarta década do citado século. Ainda que houvesse ascensões familiares no período ganadeiro, essas não eram suficientes para transformar as classes sociais, estando muito próximos do conceito de forças sociais proposto por Davis (1990, p. 12), mas que será profundamente modificado no período a seguir.

Percebe-se que neste momento a ascensão assume características individuais, de acordo com as habilidades e possibilidades, indivíduos conseguiam ascender econômica e socialmente na região, que mesmo não formando uma nova elite, possibilitaram o lastro geracional para que isso acontecesse na segunda metade do século XIX, com a elite negra dominando o comércio de carbonatos.

Ao mesmo tempo em que o garimpo do diamante entra em crise na Chapada Diamantina, a demanda por outro produto abundante na região começou a despertar interesse na Europa. No entanto, essa recuperação não foi instantânea, levando à bancarrota muitos dos antigos membros da elite local. O carbonato surgiu como alternativa econômica, num momento em que as oportunidades eram escassas para a população pobre da região.

O carbonado é um diamante de baixa qualidade e sem brilho, por causa disso não era útil na lapidação e fabrico de joias, no entanto, tem a mesma dureza e no fim do século XIX, teve as suas propriedades industriais descobertas e aplicadas na Europa. A pedra negra e opaca era conhecida na Chapada Diamantina como "ferrujão", antes da demanda europeia pela pedra, os mineiros o consideravam como uma pedra satélite do diamante, usando para demarcar os campos de minério. Quando a ocorrência de diamante era encontrada o carbonado era descartado (BRUTON, 1983).

Catharino (1970, p. 57), advogado trabalhista baiano, num livro sobre direitos trabalhistas de garimpeiros na Chapada Diamantina, assim descreve o carbonato: "*é uma espécie de carbono puro (carbon* = diamante negro) não diamantino nem adamantino, sem clivagem, não lapidável, sem finalidade santuário (sic)". Ou seja, é uma pedra negra e fosca, semelhante ao diamante, mas o carbonato é também carbono puro, possui uma dureza até maior que o diamante. Esta pedra pela sua constituição molecular, não pode ser lapidada e também não pode assumir alguma forma de joia, por isso não era utilizada na confecção de adornos.

A situação foi modificada graças às inovações tecnológicas da Revolução Industrial europeia com a invenção e utilização em escala industrial da perfuratriz a vapor. Essa máquina, associada à substituição da pólvora negra pela dinamite permitiu o salto na mineração aumentando a extração de carvão, minério de ferro e a abertura de túneis e canais, tanto na Europa quanto em outros lugares do mundo, como por exemplo, os canais de Suez e Panamá, o túnel ferroviário de São Gotardo, na Suíça, os metrôs de Paris, Berlin, Londres e Buenos Aires, e as minas de carvão e ferro da Alemanha e França. O maior empecilho para a utilização em larga escala da perfuratriz a vapor era o alto custo das suas pontas de brocas, originalmente confeccionadas com o diamante, mas que representava um alto custo final nas obras diminuindo a sua viabilidade econômica.

Ainda na década de 70 do século XIX, um engenheiro francês começou a utilizar o carbonado em substituição ao diamante, o que barateou o processo e viabilizou a utilização da perfuratriz. Apesar de mais barato, o carbonado era encontrado em quantidades e preço que justificavam a sua viabilidade econômica em duas regiões do planeta: em Borneou, na Oceania, e

na Chapada Diamantina, barateando a mineração de grandes empresas europeias, mas impactando e provocando modificações profundas nas zonas produtoras (CATARINO, 1970; MATOSO, 2001).

O começo da demanda de carbonato como substituto ao diamante na confecção de ponta de broca, se deu em importantes obras: abertura do canal do Suez (1859-1869); o túnel ferroviário de São Gotardo na Suíça (1881); e a ampliação do uso do transporte ferroviário com trens movidos a vapor, e com isso a demanda por carvão mineral na Europa. O auge do consumo de carbonatos se deu com o metrô de Paris, inaugurado em 1900, com o metrô de Berlim, em 1902, e, com a abertura do Canal do Panamá, em 1905. Nesse meio tempo, grandes construções internacionais reforçaram a necessidade de crescente do carbonato. A partir do fim da primeira década do século XX, o carbonato passou a ser utilizado também na indústria mecânica para usinagem e polimento de peças.

Há notícias de um francês que, em Andaraí, teria sido a primeira pessoa a se interessar pela compra do carbonato, então denominado de ferrujão. Mas só a partir de 1860, quando o engenheiro Leschot descobriu as suas propriedades industriais, é que o carbonato, já conhecido como tal, começou a despertar o interesse dos compradores (CATARINO, 1970).

Moraes (1983, p. 37), biografando o coronel Horácio de Matos, afirma que do "[...] começo da exploração dos diamantes, até 1871, o carbonato foi ignorado e, por isso, não teve o mínimo valor comercial".

Após essa data, o minério passou a ter valorização sempre crescente. Uma informação de Gonçalo de Athayde Pereira, escrita em 1905 e citada por Catharino, ajuda a compreender o início do ciclo do carbonato na Chapada.

Antigamente não se conhecia o carbonato e por isso era atirado como pedra imprestável.

> Anos após a descoberta das Lavras, sei que um francês, que residia em Andaraí principiou a comprar certas pedras, às quais dava o nome de ferrujão (ferrugem grande) chegando a comprá-las a 160 réis a oitava ou 17,5 quilates [...] o tal francês seria A. Chabaribere. (CATARINO, 1970, p. 108).

Não foi possível apurar qual a atuação do dito francês. Nem mesmo se ele realmente existiu. O fato é que o carbonato alcançou altos preços no mercado internacional e despontou como excelente oportunidade de negócio. Os primeiros atravessadores do comércio logo adquiriram fortuna, entre eles encontrava-se Francisco Dias Coelho.

A rápida e inesperada demanda por um produto visto pelos garimpeiros da região como dejeto, e consequentemente, a repentina valorização fez com que pessoas que não estavam incluídas entre os membros da elite tradicional da região acumulassem fortuna muito rapidamente, e alçassem o *status* de uma nova elite, composta em Morro do Chapéu e em toda a Chapada, majoritariamente por negros e mestiços.

O comércio de diamantes e carbonato da Chapada atingiu seu auge em 1905, segundo o *Diário de Notícias*, o valor do carbonato era de 70$000 por grama, enquanto que o gado vacum era de 30$000 por cabeça.[27] Um grama de carbonato equivalia a quase duas cabeças e meia de gado bovino. Os garimpeiros recebiam no máximo 10% do que era minerado ficando o atravessador, com praticamente 90% do valor produzido.

27 Diário de Notícias, Salvador, 08/01/1905 p 7.

Em fins da década de 1880, quando o comércio de carbonatos se intensificou, Francisco Dias Coelho trabalhava como tabelião de notas no cartório local. Provavelmente, aproveitando os contatos estabelecidos na botica, iniciou as atividades como atravessador no comércio de pedras no sertão mantendo relação comercial com a empresa Levy, de Paris. A empresa citada era a principal compradora de carbonatos na região e o Coronel era o principal fornecedor do produto na Chapada, comprando dos faiscadores e vendendo aos franceses. Francisco Dias Coelho se tornou, no final do século XIX, segundo o historiador Pang (1979), o maior comerciante de pedras da Bahia e um dos dez mais influentes coronéis do Estado.

Assim, ficam diferenciadas as forças sociais propostas por Davis (1990), das classes sociais defendidas por Thompson, pelo caráter coletivo do primeiro em detrimento da consciência individual planteada pela segunda, com isso pretende-se compreender que a gênese de uma classe emergente no sertão da Bahia aparece em primeiro lugar da consciência individual de comerciantes que surgem com o comércio de gado, e que posteriormente, assumem caraterísticas coletivas construídas através da experiência de classe com o crescimento econômico da região e as novas possibilidades advindas com o comércio de pedras preciosas.

Com a exploração dos carbonados, a sociedade sertaneja da Diamantina assume novas feições. Os valores percebidos pelos sertanejos advindos da nova atividade mineira superam em muito o que eles mesmos estavam acostumados a arrecadar, fortunas são formadas e perdidas em pouco tempo, e uma rede de comerciantes e mineradores se forma, dando corpo à classe social que começou a se gestar com os diamantes, somente em termos comparativos, um grama de carbonado equivalia em

1906 a três bois em ponto de abate, o que lhe leva a imaginar a retirada das pedras em grande escala.

A peculiaridade nessa atividade no sertão da Diamantina é que os primeiros a investir na nova atividade são negros e mestiços, comandados pelo Coronel Negro Francisco Dias Coelho, que se tornou o maior comerciante de pedras preciosas da Bahia. Este era o representante comercial das empresas europeias que negociava com a Chapada Diamantina, cabia a ele comprar de outros comerciantes menores e dos garimpeiros para transportar para Salvador e daí então enviar a mercadoria para a Europa.

Agindo em conjunto, os negros e mestiços que dominavam o comércio diamantino, fundam associações e começam a comprar patentes da Guarda Nacional, primeiro como prova de *status* social, e segundo como ascensão política, uma vez que o coronel da Guarda Nacional equivalia ao posto de maior prestígio na localidade. Segundo Santos Filho (1956), o coronel era um título nobiliário que dava mais *status* e poder social ao detentor do que uma patente militar.

A ascensão social dessa nova classe, que tinha como diferencial do que já existia anteriormente as origens econômicas, de condição social e de cor, somente foram possíveis quando a produção diamantífera foi substituída pelo carbonado, bastante procurado pela indústria europeia graças às transformações advindas das revoluções tecnológicas, das técnicas e maquinarias de mineração e construção civil que permearam a Europa desde o início do citado século.

De posse do poderio econômico, a nova elite sertaneja composta pelos comerciantes de pedras preciosas despontou para a política. Já eram ricos, dominavam as patentes mais altas da Guarda Nacional, no entanto eram subordinados politicamente às antigas elites economicamente decadentes. A fundação de um partido

político e a construção de uma imagem pública que lhes permitissem ganhar eleições e dominar a política regional é o que trataremos adiante.

O LADO NEGRO DO CORONELISMO: CONSTRUÇÃO DA IMAGEM PÚBLICA DO Coronel Dias Coelho E A ASCENSAO POLÍTICA DOS NEGROS E MESTIÇOS NA CHAPADA DIAMANTINA

Na última década do século XIX, a elite negra e mestiça da Chapada Diamantina, enriquecida com o comércio de pedras preciosas, começou a desenvolver um rápido processo de ascensão política. Lideradas pelo Coronel Francisco Dias Coelho, então o maior comerciante de pedras preciosas da Bahia (PANG, 1979), e influenciadas por ideias positivistas, que foram trazidas a pouco tempo para a região pelos europeus que a frequentavam em busca de contratos comerciais com as elites locais, e, interpretadas localmente pelo "*Ghost Writer*" dos comerciantes locais, o professor de primeiras letras Antônio Gabriel de Oliveira. Essa elite, formou um partido político e disputou as eleições locais para os cargos de Intendente, Conselheiros Municipais e Juiz de Paz para o Município de Morro do Chapéu, em 1899.

Para este momento, compreendemos o partido político na Chapada Diamantina, como um agrupamento de pessoas com interesses políticos eleitorais em comuns, constituído para lograr êxito nas disputas eleitorais pelo poder político e institucional na região. Essa forma de se organizar por meio de agremiações reunidas em torno de um projeto de poder de um chefe político ao invés de propostas ideológicas e programáticas, foi muito comum no Brasil, e principalmente, na Bahia da Primeira República brasileira (SAMPAIO, 1975).

O que ocorreu na Chapada Diamantina, foi um reflexo direto do que se passava com todo o Brasil, a legislação que foi promulgada no início do período republicano brasileiro não se preocupou com a formação dos partidos políticos, por isso, os agrupamentos políticos em todo o Brasil se formaram de acordo com os interesses individuais (em sua maioria) dos chefes locais ou regionais que detinham poder de influência desde o período Imperial. Segundo Sampaio (1975), bastava que alguma liderança política e/ou econômica de prestígio decidisse, e conseguisse arregimentar outros líderes de menor importância que ela, mas, igualmente influentes ao seu lado, que o partido passaria a existir.

Esses partidos eram formados às vésperas das eleições, e modificavam as suas siglas de acordo com os interesses das elites no momento do pleito, nestes momentos a presença dos coronéis era imprescindível para os resultados. Na prática, a depender da situação, somente as siglas eram modificadas, continuavam os mesmos líderes e as mesmas propostas, embora com outro nome que representasse melhor os interesses dos chefes locais frente às lideranças regionais ou estaduais. Isso em parte se devia à necessidade dos representantes das elites estaduais, que queriam votos para os cargos

majoritários, governadores, senadores estaduais e deputados, negociavam cargos e vantagens e não por poucas vezes dinheiro, para que as lideranças locais os apoiassem.

Dessa maneira, tanto local quanto regionalmente, o domínio dos coronéis que comandavam os partidos locais era superdimensionado, os votos conseguidos nos "currais eleitorais" fossem sob a forma de comando ou por fraudes, "azeitavam" a máquina eleitoral do período dando prestígio para quem pudesse oferecer mais votos. Os currais eleitorais funcionavam de duas maneiras principais, a primeira controlando os eleitores locais para que fossem direcionados ao candidato predileto do chefe, também chamado de "voto de cabresto", onde os eleitores eram conduzidos a votar e demonstrava a relação dos coronéis com os seus eleitores mais próximos, e a segunda era o voto de "porteira fechada", uma alusão às vendas de fazendas no interior do Brasil, onde o proprietário vendia a propriedade com tudo o que tinha dentro. Nessa relação com os candidatos a cargos regionais ou estaduais o coronel comprometia os votos do seu município integralmente, demonstrando desta vez, a relação com os chefes estaduais (LEAL, 1986). Com isso, os coronéis de maior prestígio eram aqueles que não somente conseguiam controlar de maneira mais eficiente os eleitores da sua localidade, mas, que também tivessem o poder de organizar em torno de si um maior número de lideranças, se tornado um chefe regional de prestígio junto aos potentados do Estado que não tinham o contato direto com os votantes locais (PANG, 1979).[28]

28 Em 1906, o Coronel Dias Coelho atingiu o seu apogeu como líder regional, ao ser mencionado em um jornal de grande circulação do Estado da Bahia, pelo governador da época, como um dos responsáveis pela continuidade do grupo político no governo estadual com a sua liderança junto aos outros coronéis do sertão. Fato que será melhor analisado mais adiante.

Percebe-se que a fidelidade dos eleitores não era em relação ao partido e sim ao chefe, que dependendo do seu poder de carisma e como fora construída a sua imagem perante a população poderia ser incondicional e vitalícia. Em essência, esses partidos se organizavam para enaltecer as virtudes do seu chefe, formando um amálgama de interesses de setores dominantes localmente (SAMPAIO, 1975, p. 19).

Na Chapada Diamantina, as siglas partidárias foram substituídas por apelidos jocosos por parte de adversários, assim, a antiga elite de proprietários decadente se transformou em Mememés, onomatopeia referindo-se aos bodes brancos, animais usados para ridicularizar os brancos empobrecidos. Em oposição estavam os Coquís, em referência a um pássaro preto, abundante na região que era utilizado de forma pejorativa para se referir aos negros. Depois de um tempo a população se identificou com as referências antes pejorativas e passou a se assumir dessa maneira e os partidos começaram a se defrontar, não poucas vezes chegando às "vias de fato", onde venciam aqueles que melhor fraudassem ou intimidassem os adversários (MOREL, 1999).

Dessa maneira, o objetivo é analisar a evolução política da Chapada Diamantina, desde que surgiu uma nova classe social, composta de negros e mestiços, com características burguesas e de um pensamento inclinado ao positivismo interpretado localmente, e a sua organização em um partido político que atuava econômica e eleitoralmente na região. Essa zona que ganhou destaque nacional e internacional com a mineração de carbonato em fins do século XIX, e tornou conhecido, os principais comerciantes de pedras preciosas, entre eles o Coronel Francisco Dias Coelho, que investiram na política regional e estadual. É então de fundamental importância compreender as estratégias de poder e a construção da imagem pública do

chefe do partido formado por negros e mestiços, em uma escala de observação reduzida, para então visualizar como se davam as relações em espaços maiores compreendendo a cultura política da Bahia no início do século XX.

O código do sertão

Alguns autores que analisam o Brasil como Franco (1983), Lins (1960), e Roniger e Eisenstadt (1984), concordam entre si ao afirmar que a sociedade interiorana do Brasil e não somente o nordeste brasileiro, como se difunde na literatura, era uma sociedade violenta. A ausência do Estado, que por sua vez, ainda que de forma indireta delegasse poderes aos chefes locais, entenda-se os coronéis, levou à consolidação, na cultura local, de um código não escrito de leis que regulavam a sociedade, conhecido no interior como "Código do sertão" (RONIGER, 1991). Nesse códice sertanejo, os indivíduos que Lins (1960, p. 48) considera como "gente de sangue no olho", celebravam a coragem pessoal e a disposição por resolver as disputas pela força como algo louvável.

> Para o sertanejo a dignidade pessoal era um valor fundamental e qualquer agravo a honra de um indivíduo ou família, deveria ser reparado imediatamente e não poderia ficar impune. (RONIGER, 1991, p. 25, tradução nossa).

Cabia ao coronel trazer para si a função de mediador das contradições na sociedade sertaneja. A sociedade o via como representante legítimo para resolver problemas que iam desde brigas de famílias até disputas entre grupos rivais, e exercia o seu poder diretamente, quando os queixosos iam pessoalmente a ele, ou

indiretamente, favorecendo os seus apadrinhados em questões de difícil solução que poderiam ser de ordem familiar ou econômica (LINS, 1960). Um exemplo da intervenção direta do Coronel nas disputas internas na sociedade pode ser visto nos processos criminais da comarca de Morro do Chapéu, onde se percebe um volume considerável de processos antes e depois do domínio do Coronel Dias Coelho na região, o que não ocorre com tanta frequência no período em que a dominou, encontradas apenas questões criminais de pessoas alheias ao município ou disputas entre dois dos seus correligionários onde era mais interessante que mantivesse a neutralidade cabendo ao juiz decidir, o que não quer dizer que não tenha influenciado nas decisões.[29]

A Guarda Nacional e a atuação política das novas elites

As transformações na economia local, com os paulatinos câmbios, quando a pecuária extensiva para o fornecimento de carne para o litoral e zonas mineiras foi substituída como principal atividade geradora de riqueza, pelo comércio de carbonatos e pedras preciosas, provocou também mudanças de elites dominantes. A política e o exercício da força antes desempenhado pelos fazendeiros passaram às mãos dos comerciantes.

À medida que o comércio de diamantes se dinamizava, em detrimento da pecuária, como nova atividade econômica e "motor" de riquezas regionais, houve também a institucionalização do poder dos indivíduos que chefiavam a nova modalidade econômica,

29 Os processos criminais estão depositados no arquivo do Fórum Clériston Andrade de Morro do Chapéu, encontram-se em bom estado de conservação e percebe-se uma quantidade muito grande de processos criminais antes de 1903 e posterior a 1917, o que não leva a inferir a intervenção do coronel que é corroborada pelas lendas locais da sua atuação na sociedade, que será melhor discutido posteriormente.

e, como forma de se autoafirmar como elites se engranzaram nos quadros da Guarda Nacional. As patentes ocupadas pelos comerciantes seguiam a mesma hierarquia do comércio de diamantes da Chapada Diamantina, ou seja, os postos de comando na instituição eram ocupados por ordem de importância e influência dos comerciantes locais, que então rivalizavam e pouco depois destronaram os antigos comandantes, que representavam a elite decadente dos fazendeiros. Dessa maneira, os espaços de poder tanto na localidade quanto na região e no Estado, eram ocupados pelos coronéis sertanejos, mas, isso não ocorria de forma pacífica, alianças eram forjadas e quebradas na mesma velocidade em que modificavam os interesses das elites baianas.

De posse do domínio econômico na região, os comerciantes ingressam na política e iniciam uma nova ascensão com a formação de um partido político sertanejo. O novo partido seguia a mesma hierarquia do comércio de diamantes em ordem de riqueza e importância na atividade, assim, coube a liderança ao Coronel Dias Coelho, então o maior de todos os comerciantes e com maior influência na cidade. A inovação estava por conta da contratação de intelectuais e artistas locais para lhes auxiliarem no novo intento. Eram auxiliares dos comerciantes na construção tanto dos projetos partidários quanto da própria imagem pública do seu líder, constituíram uma espécie de *staff* multidisciplinar que era composta por jornalista, fotógrafo, poetas e professores, cujos interesses, como podem ser vistos a seguir, iam além do eleitoral e incluíam um projeto de poder.

Como afirma Weber (2003, p. 51):

> Em quaisquer associações políticas [...], nas quais os que exercem o poder são eleitos com periodicidade, a empresa política assume a forma de uma organização de interesses. Isso significa que um número relativamente pequeno de homens interessados na vida política, isto é, para participar do poder escolhe adeptos, apresenta-se ou apresente os seus protegidos com candidatos a cargos eletivos, reúne recursos financeiros exigidos e põe-se à rua à procura de votos.

O partido dominante que até a chegada dos comerciantes ao cenário político, dominava sozinho até as eleições de 1998, surgiu com os espaços políticos criados ainda no processo de colonização lusitana no sertão, composto e dirigido pelos proprietários de terras e criadores de gado, formou uma oligarquia pecuarista no sertão e manteve a imobilidade política e econômica na região.

Para o partido dos comerciantes de pedras preciosas, a trajetória político-partidária fora diferente. A nova elite comercial sabia que a origem do seu poder econômico era o comércio urbano, e que era impossível manter a mesma hierarquia partidária da elite anterior. Com as primeiras eleições em 1898, o que será melhor detalhado adiante, o partido aprendeu que não era suficiente o domínio econômico se não houvesse também a posse da dinâmica eleitoral e, consequentemente, o controle do destino dos votos. Isso já era praxe na legislação do Império, e continuou nos primeiros 30 anos da República.

Um reflexo disso estava na legislação eleitoral dos primeiros anos do período republicano no Brasil. De maneira geral, os brasileiros sentiram muito pouco as transformações advindas com a República. Longe de parecer um ato revolucionário que abrangeu a todo

o país, a mudança de regime não mobilizou grande parte da população. José Murilo de Carvalho cita que a população do Rio de Janeiro, no dia da proclamação da independência, imaginava que seria mais um desfile militar que uma mudança de regime de governo no Brasil (CARVALHO, 1997).

Para o interior do Brasil poucas modificações foram sentidas, salvo no caso do emblemático Canudos, que envolveu outros fatores e não somente o domínio dos coronéis, e que também não figura entres os objetivos deste trabalho. Não houve contestações no sertão ao novo modelo republicano, principalmente por parte das elites locais, e, na política da Chapada Diamantina, as alterações eleitorais não foram tão profundas ao ponto de se manter as antigas elites no poder, e impedir que novos grupos se apresentassem nos pleitos.

Segundo Sampaio (1975), os partidos políticos da Bahia do final do século XIX, não tinha nenhum compromisso ideológico, bastava uma liderança despontar e não ser acolhida dentro dos grupos já consolidados que fundava uma agremiação partidária e ingressava nas eleições para os diversos cargos. Para Weber (2003), os que atuam na política, aspiram ao poder como motivo para atingir outros fins, abstratos ou individuais, ou como poder pelo poder, para desfrutar da sensação de status que ele proporciona. O Coronel Dias Coelho apresenta estas características, os seus objetivos políticos não parecem ser necessariamente financeiros, pois, ao fundar a agremiação política tanto ele quanto os principais membros do partido já dominavam financeiramente, embora o controle da política pudesse ajudar não na ascensão, mas na manutenção do poder econômico. Ao que parece, para indivíduos advindos de camadas baixas da sociedade, estabelecer-se no topo da pirâmide social poderia demonstrar

também satisfação pessoal em dominar todos os espaços possíveis, que antes eram negados aos que vinham da sua etnia.

As primeiras experiências eleitorais do Coronel Dias Coelho

O que aconteceu na Chapada Diamantina, quando o Coronel Dias Coelho lançou as bases da sua agremiação, foi que não havia programa de corrente ideológica. O dito Coronel despontou socialmente assim que foi consolidada a classe social dos comerciantes de pedras preciosas, formou em torno de si o partido que fora apelidado de Coquís.

O partido político comandado pelo Coronel Dias Coelho disputava pela primeira vez cargos eletivos, desde que foi concebido enquanto associação política, representando o braço político da classe de comerciantes de pedras preciosas que emergiram na Chapada Diamantina após a expansão do comércio de carbonado nesta região. As principais lideranças do partido tinham em comum as origens entre estratos baixos da sociedade e a ascensão econômica e social, assim como a cor da pele. O chefe do partido e seus principais membros eram negros ou mestiços, que embora nunca tivessem sido escravos, conheceram as máculas e os efeitos da escravidão da sociedade sertaneja brasileira de meados a fins do século XIX, por conta disso, foram denominados pelos seus adversários políticos de forma pejorativa de "Coquís", que se referia a um pássaro negro de bico grande e bastante ruidoso, comum na Chapada Diamantina, era também a maneira de se tratar pejorativamente os negros dessa região do sertão.

O partido adversário era formado pela elite tradicional, proprietários de terras e gado, mas também, dos antigos senhores de escravos dos tempos da escravidão. De igual modo, recebiam uma

alcunha pejorativa por parte dos rivais, os "Mememés", uma onomatopeia que fazia referência aos bodes brancos criados na região, também chamados de "ladrões" por não respeitarem as áreas de lavoura e não se detinham aos espaços de pastagens as quais deveriam ser confinados, frequentemente ultrapassavam ou destruíam as cercas que limitavam as propriedades devastando as propriedades de vizinhos.[30] Para o interior do Brasil era comum na época apelidarem de forma jocosa os grupos políticos opostos, normalmente como nomes de animais, o que ficou conhecido como zoologia política (MOREL, 1999).

Antigos dominados se tornaram dominadores, assim como também, foram quebradas as velhas alianças de subalternidade e, o partido dos Coquís se lançou em sua primeira disputa eleitoral, rompendo as barreiras da cor, da cultura política e dos vínculos pessoais. No caso do Coronel Dias Coelho, particularmente, há um rompimento que vai além do político. O partido adversário era comandado pelo seu antigo padrinho, em cuja convivência ficou desde os sete anos de idade, e com o qual mantinha uma relação quase filial. Essas rusgas permaneceram durante muitos anos, algumas delas nunca mais voltaram a ser como antes.[31]

30 As informações a respeito da composição dos membros dos partidos e das suas respectivas ocupações laborais foram conseguidas graças ao cruzamento dos registros eleitorais depositados no Arquivo da Câmara de Vereadores de Morro do Chapéu, dos livros contábeis e de recolhimento de impostos da Prefeitura Municipal, depositados no Arquivo Público Municipal e dos registros de propriedades no Cartório de Registro de imóveis do arquivo do Fórum Clériston Andrade, todos na cidade de Morro do Chapéu.

31 No testamento do Major Pedro Celestino Barbosa, Dias Coelho é excluído da partilha, embora já fosse imensamente mais rico do que o padrinho, entretanto, a sua irmã, que também fora criada com a família Barbosa e que não tinha filhos, foi herdeira de bens de valor sentimental. No testamento da sua esposa, anos depois, Dias Coelho não somente foi inventariante e testamenteiro, como também teve o seu quinhão nos bens de valor íntimo para eles, demonstrando que a mágoa ficou com o Major e não com a esposa. Ambos os testamentos e inventários estão depositados no Arquivo do Fórum Clériston Andrade de Morro do Chapéu.

Os resultados não foram os esperados pelos comerciantes, mas reverteram-se em aprendizado e mudanças de atitudes. A primeira experiência eleitoral dos Coquís se deu no fim do século XIX, apenas dez anos após a instalação da República. O pleito de 1899, ainda estava no período de adaptação das pessoas e instituições com as transformações advindas com a República, ainda que poucas, provocaram alterações profundas na maneira como as elites se relacionavam com a população. O recém-formado partido político ainda era inexperiente na dinâmica eleitoral do Brasil, ainda que a sua oposição também não estivesse muito acostumada com as transformações resultantes da recente legislação republicana promulgada. No entanto, a elite pecuarista da região já havia comandado os processos eleitorais na localidade em tempos imperiais e se aproveitaram da sua experiência. Talvez disso venha o resultado pouco animador dessa aventura eleitoral, como veremos a seguir.[32]

A apuração dos votos das eleições municipais de 1899, iniciou-se 15 dias depois do pleito, no dia 20 de novembro de 1899, às 11 horas da manhã. Nessas eleições estavam em disputa os sete postos de conselheiros municipais, órgão responsável na época pelo poder legislativo local, o de intendente da junta de administração, correspondente ao executivo e o de juiz de paz, este cargo fazia a intermediação entre o executivo e o judiciário, pois, nesse período a quantidade de juízes, promotores públicos e advogados de formação era muito reduzida, cabendo aos cidadãos locais que gozassem de boa reputação ou boas relações a ocupação de tais funções.

A comissão apuradora dos votos foi formada de maneira mais ou menos igualitária para ambos os lados, e a sua própria composição já

32 As informações sobre as eleições de 1899, foram colhidas do Arquivo da Câmara Municipal de Morro do Chapéu – Bahia. Livro de atas de 1899 a 1915, p. 12.

demonstrava a qual classe e partido pertenciam os membros, pois, estavam representados de acordo com as suas ocupações. Havia a contradição entre os fazendeiros e os comerciantes, no entanto, também estavam camufladas sob as ocupações as características étnico-raciais presentes nas atividades naquele momento na Chapada Diamantina. Os fazendeiros representavam a elite tradicional de proprietários de terras e gado, eram brancos e ex-proprietários de escravos, que ainda mantinham em suas propriedades muitos ex-cativos que naquele momento trabalhavam como agregados em condições não muito diferentes das que existiam antes da abolição da escravidão. Eram os seus representantes na mesa apuradora os cidadãos Marcolino Alves de Andrade, (coletor federal e fazendeiro); Quintino Francisco de Britto (fazendeiro); Pedro Antônio de Queiroz (fazendeiro), para presidência da mesa apuradora foi escolhido o Tenente João Ferreira da Silva Reis. Como se pode ver, todos eram fazendeiros dedicados à criação e comércio de gado, antigos aliados do coronel Quintino Soares, que havia falecido no ano de 1880, e permaneceram no partido que representava a elite proprietária comandado pelo major Pedro Celestino Barbosa, que fora antigo padrinho e protetor de Dias Coelho.

Os comerciantes de pedras preciosas por sua vez também estavam representados, porém em número reduzido. Apenas dois partidários dos Coquís se faziam presentes como membros. Essa representação, também refletia as caraterísticas de cor e classe presentes. Eram os mesários oposicionistas: Antônio de Souza Benta, um mestiço que migrou para Morro do Chapéu vindo da cidade de Santa Isabel do Paraguaçu, localidade mineira situada na outra extremidade da Chapada Diamantina, ele era comerciante de pedras que estabeleceu-se na vila ainda no início

da exploração de carbonato, um pedrista, termo utilizado para se referir aos comerciantes que compravam diamantes e carbonatos para revendê-los aos capitalistas, que eram os comerciantes maiores que enviavam as pedras a Salvador para serem exportadas através das filiais das suas empresas de exportação. Benta tinha muita influência entre os garimpeiros e, junto com Horácio de Matos, configuravam como braço armado do Coronel Francisco Dias Coelho, e ainda na década de 80 do século XVIII, adquiriu a patente de coronel da Guarda Nacional.

O outro representante dos Coquís, que assumiu a função de secretário da mesa apuradora de votos, foi Francisco Nery Batista, um negro, filho de agregados da mesma fazenda em que nasceram e passaram a infância os órfãos Dias Coelho. Pela proximidade de onde morava em sua infância e pelas ligações de trabalho com os outros agregados é possível afirmar que os Nery Batista e os Dias Coelho se conheciam de longa data, é também possível que tenham mantido relações laborais, intensificadas com a união das duas famílias através do casamento de Francisco e Maria Dias Coelho, irmã do Coronel Dias Coelho. O novo casal não era próximo ao chefe do partido somente por questões familiares, Francisco Nery era também sócio em vários empreendimentos comerciais, inclusive na empresa de compra e venda de diamantes e carbonados chamada Coelho & Nery Cia. de Exportação. Ao casal também era responsabilizada a administração de fazendas do Coronel, dentre elas grande parte da Gurgalha, que foi a propriedade onde nasceram e que mantinham relações ancestrais. A esposa de Nery Batista, irmã do Coronel Dias Coelho, era também uma espécie de relações públicas do irmão quando este ainda era solteiro, realizando as atividades de assistência social do grupo e representando e

patrocinando as festas religiosas. Essa atividade não cessou quando o mesmo se casou, inclusive é creditada a ela, a introdução da festa de São Benedito na região, que teve uma grande importância simbólica e política para o seu partido político.

A primeira Constituição Republicana do Brasil fora promulgada em fevereiro de 1891, e trazia em seu bojo, mudanças no princípio eleitoral e de cidadania. Segundo as novas leis eleitorais, para se habilitar como eleitor o indivíduo deveria ser maior de 21 anos, não ser praça de pré (posto mais baixo na hierarquia militar) e nem pertencer a nenhuma ordem religiosa, além de ser alfabetizado, regra geral esta última era o maior impedimento para que uma quantidade maior de eleitores fosse admitida. Estima-se que a principal mudança no código eleitoral, que foi a substituição do voto censitário pelo voto universal, tenha diminuído o computo geral de eleitores.

No entanto, as informações presentes nas fontes, principalmente em processos criminais e nas próprias atas eleitorais nos levam a concluir que havia uma distinção entre escolarização e alfabetização. Quando nos referimos à escola situada na vila, entendemos que somente 28 eram escolarizados, mas isso não reflete a quantidade de pessoas que eram alfabetizadas e tinham acesso à leitura por outros meios, prova disso são os candidatos a cargos eleitorais pelos Coquís. À exceção de Souza Benta, que era mestiço e oriundo de outra parte da Chapada Diamantina, conforme dito anteriormente, os outros eram negros e autóctones, mas ainda de trajetórias diferenciadas.

Francisco Dias Coelho já vivia na vila de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu desde os sete anos e conviveu com uma família branca de fazendeiros que liderava o partido então no poder, porém, seus pais e avós parecem ter sido alfabetizados, como demonstram processos criminais e registros de poucas propriedades, embora a caligrafia

demonstre certa dificuldade no trato com a escrita do próprio nome, o que devia se refletir também na leitura. O mesmo se dava com Nery Batista, seu cunhado, que até antes de casar com a irmã do Coronel vivia na Gurgalha como agregado.

Em comum a esses dois negros, e diferente dos seus antecedentes, estavam a caligrafia – de traços rápidos e firmes e com poucos erros de ortografia e gramática, demonstrando a familiaridade com a leitura – e as regras da língua portuguesa da época, algo que dificilmente seria adquirido com indivíduos meramente alfabetizados que tendiam a repetir na escrita a mesma forma da língua falada pelas pessoas de baixa renda e origens na escravidão, que se diferia do português elitista aprendido na escola.[33]

Embora as regras eleitorais mudassem pouco durante o período inicial da República, quando isso acontecia em alguns pontos, era de modo a beneficiar quem estivesse no poder no momento. Os casos omissos deveriam ser analisados pela mesa apuradora e mais especificamente pelo seu presidente, que tinha o poder de aceitar ou não o voto de determinado eleitor, isso dava uma margem de poder muito grande ao presidente da mesa, enquanto ao secretário cabia apenas a função de anotar o que ocorrera no pleito (FERREIRA, 2005).

Nesta eleição, a maioria dos membros da mesa apuradora era partidária dos Mememés. Dentre muitas questões que levaram à derrota dos Coquís neste pleito, vale assinalar que não somente a

33 A análise caligráfica de ambos foi possível graças a grande quantidade de documentos redigidos e assinados por ambos nos diversos arquivos locais, nos documentos utilizados com canetas de pluma, onde a ponta metálica que era mergulhada na tinta e usada para escrever demonstra uma rapidez no traço, ou seja, eles demonstravam toda a tinta da pluma sem ter que parar entre as palavras ou no meio delas o que deixaria uma marca de tinta mais escura e mais forte do que no restante do texto, além de demonstrarem a caligrafia muito semelhantes àquelas observadas nos manuais caligráficos. O que aponta que eram pessoas acostumadas a escrever, instruídas na língua portuguesa pela pouca quantidade de erros. Embora não se tenha encontrado registro de nenhum deles em escolas da região.

quantidade reduzida de eleitores, alistados com critérios subjetivos e fáceis de fraudar, mas também a condução do processo eleitoral, extremamente confuso e difícil de apurar os votos, deu uma vantagem aos detentores de maioria na mesa. Cada eleitor deveria votar em sete candidatos, então, tanto o eleitor como os seus votos poderiam ser desconsiderados, por conta da caligrafia ou de possíveis erros no momento da votação, que seriam aceitos ou não como votos válidos, a depender da vontade da maioria da mesa. Dessa forma, a grande vantagem dos fazendeiros começou ainda na escolha dos eleitores e se desenrolou durante todo o processo, e assim, deter a presidência da mesa, que certamente foi determinante para os resultados.

A vila de Morro do Chapéu não se diferenciava dos outros lugares do Brasil, o número de eleitores decaiu da mesma maneira que em outros lugares, chegando a um contingente de 561 eleitores. Essa quantidade representava uma parcela muito pequena da população que ainda carregava consigo a tradição rural e pecuarista. Como a mais importante condição para alistar como eleitor era o fato de ser alfabetizado, essa por si só já se considerava uma característica de pequena parte da elite sertaneja. Imagina-se que quase a totalidade dos eleitores fossem originários dessa elite, registros oficiais confirmam que existia somente uma escola na vila com 28 alunos matriculados na época, então, salvo alguns poucos alfabetizados que não fossem dessa elite da sociedade local, e que de alguma maneira conseguiram se alistar como eleitores, a maioria dos votantes era de fazendeiros brancos , portanto, não era de se estranhar o resultado do pleito.

Ao fim do dia das eleições, já deviam imaginar os resultados, os votos foram guardados durante 15 dias no prédio do Conselho Municipal até que a junta apuradora fosse instalada e começassem

as apurações, era estranho acontecer isso, pois, nas atas de eleições anteriores e posteriores as apurações iniciavam logo após o pleito, e como a quantidade de votantes não era tão grande, os resultados poderiam ser conhecidos ainda no mesmo dia. Não existem indícios de fraudes, o que não quer dizer que não ocorreram. As fraudes eleitorais no primeiro período da Primeira República Brasileira, pelo contrário, eram muito comuns, inclusive em eleições com disputas mais acirradas pelos cargos de governadores de Estado ou presidência da República, ganhava quem conseguia fraudar melhor e sair impunemente, e não necessariamente quem tinha a maior quantidade de votos. No entanto, a quantidade de votos para a Intendência Municipal, deixava pouca margem para se pensar em resultados pouco honestos, o Coronel Francisco Dias Coelho, chefe de partido do lado dos Coquís obteve 76 votos, e amargou uma fragorosa derrota, frente ao seu adversário e antigo padrinho e protetor, o major Pedro Celestino Barbosa que recebeu os votos de 495 eleitores.

Os votos para Juiz de Paz seguiram a mesma trajetória. O candidato dos Coquís não obteve êxito. Para as sete cadeiras do Conselho Municipal o resultado foi semelhante, foram eleitos cinco fazendeiros contra dois comerciantes, curiosamente, todos os eleitos também faziam parte da mesa apuradora o que aponta para um acordo velado entre os grupos ou um maior controle dos primeiros sobre os segundos dentro do processo eleitoral.

O número de eleitores que compareceu no dia da votação era desproporcional em relação ao contingente de habitantes no município. Segundo o censo de 1872, cerca 27% da população sabia ler e escrever, além disso esse percentual estava distribuído em todas as camadas da população e não necessariamente na elite. No momento da eleição de 1899, os eleitores alistados estavam majoritariamente

entre os fazendeiros e foram eclipsados os lavradores, agregados e garimpeiros que compunham a maioria da população. Assim, mais de 70% dos habitantes que eram possuidores da linguagem escrita continuaram de fora do processo eleitoral e se constituíram um "nicho" eleitoral para as próximas votações dos Coquís.

Como foi dito anteriormente, não existem elementos para afirmar que houve fraudes diretas no processo, ainda assim, é melhor afirmar que não foram percebidas em vez de admitir que não existiram. Porém, a utilização da legislação em favor dos fazendeiros, somada à pouca experiência dos comerciantes em processos eleitorais, parece ter sido determinante para os resultados. Assim, concluise que não era somente dinheiro ou prestígio que determinavam os destinos políticos de um partido no sertão da Bahia do século XIX, o conhecimento da dinâmica eleitoral era fundamental para o êxito nas campanhas eleitorais tanto para incluir eleitores, quanto para excluir os votos indesejáveis, lição essa que foi aprendida a duras penas na fragorosa derrota dos Coquís em sua primeira experiência eleitoral e que foi aprendida nas eleições seguintes.

No entanto, a trajetória eleitoral era o ápice de uma ascensão econômica que já se desenvolvia desde anos anteriores, com as transformações econômicas que modificaram a sociedade da Diamantina de meados a fins do século XIX. Somente puderam enfrentar as elites tradicionais a partir do momento que os negros e mestiços da nova classe de comerciantes se tornaram elite também e isso ocorreu com a ascensão do comércio de carbonado como veremos a seguir.

Essa ascensão econômica não garantia prestígio político suficiente para reunir em torno de uma liderança um séquito que lhe permitisse alçar uma ascensão política. Para isso, era necessário que o pretenso líder se imiscuísse também nas instituições que lhe dessem prestígio

junto à população. Então, o caminho mais rápido e eficiente, embora não fosse o mais econômico, era de se tornar tenente coronel da Guarda Nacional.

As estratégias de domínio de Francisco Dias Coelho

A construção de uma imagem pública com finalidades políticas foi discutida pelo historiador inglês Burke (1994), em seu conhecido livro A fabricação do Rei: a construção da imagem pública de Luís XIV. Para este autor, mesmo sendo um rei absolutista, o monarca francês se utilizou de vários estratagemas na construção da sua imagem com o objetivo tácito de manutenção do poder. Esse livro serviu de referência para a compreensão do que aconteceu na Chapada Diamantina nas primeiras décadas do século XX.

Os resultados das eleições de 1899 demonstraram aos Coquís que necessitavam modificar as suas estratégias. Em primeiro lugar, as origens étnicas e sociais das elites do partido dificultavam o processo eleitoral, pois, quase a totalidade dos poucos eleitores alistados eram brancos e proprietários de terras, não se viam representados politicamente por negros e mestiços em um período tão próximo ao da abolição da escravidão no Brasil. Em segundo lugar, o domínio da economia local não garantiria necessariamente o domínio político eleitoral; em terceiro, era necessário conhecer a dinâmica das eleições para obter êxito nos próximos processos eleitorais.

A primeira das decisões foi a de organizar o partido de maneira mais orgânica e eficiente, definindo claramente os objetivos e as maneiras de agir na sociedade, diferente do que tradicionalmente faziam os seus adversários. No período de ascensão dessa nova elite, muitas transformações científicas e ideológicas estavam se processando na Europa. O contato comercial tanto com as elites da capital,

quanto com os comerciantes estrangeiros permitiu, também, o contato com livros e ideias inovadoras para o sertão da Bahia na época.[34]

Essa elite comercial sertaneja era ávida por livros e novidades, provavelmente trazidos pelos comerciantes europeus com os quais tinham contatos, assim, o partido político dos Coquís fora organizado de maneira a combater seus opositores de forma cientificizada, de garantir não somente chegar ao poder, mas também manter-se nele.

A liderança do partido estava nas mãos dos membros que faziam parte das fileiras da Guarda Nacional. A referida instituição fora um instrumento de institucionalização do poder das elites locais. Estar entre os oficiais da Guarda Nacional, promovia, além de poder militar –, incluso nas funções a eles determinados –, também *status* e demonstração de força econômica, uma vez que as patentes eram compradas e quanto maior a posição ocupada, mais caro, obviamente, era o valor desprendido. Cabe lembrar que tornar-se coronel, mais alta patente da Guarda, correspondia a comandante de brigada e era limitada a somente um ou dois por região. Ser coronel então, era demonstração não somente de poderio econômico, mas também de prestígio junto aos políticos e comandantes militares estaduais. A hierarquia partidária seguia a mesma do comércio de carbonato. Por isso, os maiores comerciantes de pedras da região da Chapada Diamantina, também ocupavam os cargos mais altos

34 Ainda existe no acervo da Biblioteca Pública de Morro do Chapéu, parte dos livros lidos pelos partidários e, em alguns deles, anotações feitas nas margens das páginas. Entre outras coisas, estão ainda livros de literatura principalmente de renascentistas e iluministas, poesias, legislação eleitoral e civil da República, o *Manual da Guarda Nacional* e muitos livros de História, cujas frases, de autores declaradamente positivistas, como o historiador português César Cantú, relativas ao positivismo, foram utilizadas em discursos proferidos por Dias Coelho tanto em jornais quanto no Conselho Municipal.

da Guarda Nacional, cabendo a patente de coronel ao "capitalista" Francisco Dias Coelho.

O Coronel Dias Coelho era nessa época o homem mais rico da região, pois, era o maior comerciante de pedras da Bahia e comprava de intermediários menores para enviar o carbonato para a Europa. Era também o comandante da 174ª Brigada de Infantaria da Guarda Nacional na Chapada Diamantina.[35] Além disso, era proprietário de fazendas e casas comerciais tanto no município de Morro do Chapéu quanto de filiais em outras vilas da Chapada e em Salvador, capital da Bahia, para onde viajava frequentemente para encontros de negócios e reuniões políticas. Assim, era natural que fosse o líder do partido local e o nome em torno do qual se construiu a imagem pública destinada a dominar politicamente a região.

Os auxiliares diretos do líder do partido também estavam ligados ao comércio de pedras preciosas na Chapada Diamantina. Os comerciantes Horácio Queiroz de Matos e Antônio de Souza Benta, eram mestiços, originários da parte sul da Chapada Diamantina, distante 150 quilômetros da sede do município de Morro do Chapéu e atuavam como pedristas no referido município.

Assim como no comércio de diamantes, ocupavam um lugar imediatamente abaixo do Coronel, ou seja, como pedristas compravam os diamantes e carbonatos dos intermediários menores (capangueiros) e de garimpeiros e vendiam ao capitalista para enviá-los para a Europa. Até o final do século XIX, ocupavam patentes inferiores da Guarda Nacional, posição que se modificou com a reestruturação da instituição no início do século XX, quando ambos alcançaram a patente de coronel, sem no entanto, oferecerem resistência ao líder, tanto na instituição quanto no partido, até que em 1910, o coronel

35 O *Manual da Guarda Nacional* que está na Biblioteca Pública de Morro do Chapéu contém a referência escrita na contracapa de pertencer ao Comandante em Chefe Coronel Francisco Dias Coelho, emitida pelo Comandante da Guarda Nacional na Bahia.

Horácio de Matos deixa a cidade para atuar politicamente na sua região de origem, enquanto o coronel Benta permaneceu e sucedeu Dias Coelho após o seu falecimento em 1919.

Por atuarem economicamente com os garimpeiros, mantinham uma relação muito próxima com as camadas marginais da região, eram conhecidos por serem chefes de jagunços e cada um sustentava "exércitos" particulares, disfarçados ou institucionalizados pela Guarda Nacional. Exerciam na liderança do partido, tanto a parte de segurança do chefe como a de serviços "menos limpos" – intimidação e caso necessário eliminação de adversários, por exemplo – sempre mantendo a imagem do Coronel Dias Coelho isenta de todas essas ações como será visto adiante. Também eram grandes captadores de votos, dado o carisma que mantinham com a população de mais baixa renda, resolvendo problemas extrajudiciais ou na assistência social.

Embora os dois nomes acima citados fossem alfabetizados e, ao que consta na documentação, tivessem o costume de ler, e fossem adeptos a atividades artísticas de cunho erudito, não contavam com a mesma imagem de pacifista que foi conferida a Dias Coelho. Em contradição ao chefe, forjaram para si a imagem típica do coronel nordestino, preconizada pela literatura e parte da historiografia chegando ao ponto de Horácio ser considerado por estudiosos posteriores o modelo de coronelismo e o mais estudado dos coronéis brasileiros, chegando alguns a afirmar que o coronelismo começa a definhar após a sua morte em 1931.[36]

O partido contava com um "*Ghost-Writer*", o professor Antônio Gabriel de Oliveira. Esse foi um personagem emblemático na política da Chapada Diamantina. Era um ex-seminarista e também ex-desafeto do

36 O coronel Horácio de Matos foi seguramente o mais estudado chefe local do Brasil. Para a Bahia são poucos os trabalhos que não lhe fazem referência. No entanto, apenas Pang (1979), e Chagas (1982) muito rapidamente falam da sua passagem por Morro do Chapéu, sem no entanto analisá-la.

Coronel Dias Coelho, para o qual perdeu um cargo de escrivão em concurso público e acusava de ser preterido por não ter apadrinhamento na época, pelo que aponta a documentação, pode ser verdade. Dominava a gramática da língua portuguesa além de latim e francês. Era também um adepto das ideias positivistas que chegavam ao sertão da Bahia, difundindo estes princípios tanto entre os membros do partido político na confecção dos discursos do Coronel quanto nas escolas de primeiras letras onde atuava na cidade, como preceptor ou mestre-escola dos filhos das famílias que o pudessem pagar na cidade.

A princípio parece ter sido contratado pelo Coronel como tradutor de francês para suas atividades comerciais, mas com o passar do tempo, assumiu a função de conselheiro do partido desenvolvendo as estratégias e construindo a imagem pública do chefe, e, logo após assumirem o poder, ocupou cargos próximos ao líder e desenvolveu as estratégias de poder administradas pelos Coquís enquanto estavam administrando o município.

Para auxiliar o professor, fora designado o seu primo Honório de Souza Pereira. Ambos eram descendentes de uma família de proprietários empobrecidos da região e antigos desafetos do coronel Quintino Rocha, já citado anteriormente. Talvez, isso tenha servido para estreitar os laços com o partido que faria oposição à antiga elite ganadeira. Pereira era um pequeno proprietário de terras pouco produtivas, vivia na vila exercendo a profissão de sapateiro e era o panfleteiro do grupo. Logo no início do século XX, periodicamente eram lançados papéis divulgando as ideias dos Coquís e denúncias contra os adversários, nem todos eram escritos pelo "jornalista", no entanto, ele assumia a autoria. Durante a primeira década do século XX, alguns jornais de periodicidade quinzenal foram lançados, principalmente nos períodos eleitorais por ambos os partidos, até que em

1917, financiado pelo Coronel Dias Coelho, surgiu o *Correio do Sertão*, um jornal local, com maquinaria comprada em Salvador, provavelmente dos grandes jornais que melhoravam o seu parque gráfico e descartavam os equipamentos obsoletos, vendendo para os jornais interioranos de menor circulação, e assim criou-se um instrumento regular para a imagem pública de Dias Coelho.

O jornalista também era influenciado pelas ideias positivistas, que chegavam distorcidas quando publicadas no seu jornal. Era um árduo defensor dos ideais católicos, e admirador dos princípios científicos da "Eugenia", o que lhe deixava numa posição incômoda, quando cientificamente considerava os negros como inferiores e, ao mesmo tempo trabalhava para eles tendo que exaltar as suas qualidades. Era uma figura de menor destaque no grupo, embora com a fundação do jornal, tentava dar a si próprio uma importância maior do que realmente tinha, mas nunca ocupou nenhum lugar de destaque na sociedade local.

Com o passar dos anos e adentrando no século XX, os métodos de construção da imagem do partido, as ações governamentais e até mesmo a construção da imagem pública do Coronel foram se refinando. Foram contratados artistas e intelectuais para trabalhar na cidade reforçando as ideias, funcionando como "intelectuais orgânicos" a serviço do líder partidário.

O primeiro deles foi Eurícles Barreto, fotógrafo itinerante que percorria todo o sertão da Bahia, oferecendo os seus serviços. Em Morro do Chapéu fixou residência e passou a registrar o cotidiano do município, as suas ruas e pessoas e principalmente os membros do partido, mais precisamente o Coronel Dias Coelho. Ainda existe um grande acervo fotográfico de Barreto que conseguiu chegar até os dias de hoje, fornecendo um panorama de como era a cidade e quais

as estratégias de construção da imagem através dela. Após chegar a cidade assumiu o cargo de funcionário público e continuou a realizar os ensaios fotográficos do líder do partido.

Para complementar, depois do primeiro quartel do século XX, foi fundado o Grêmio Literário na cidade. Essa instituição era formada por uma biblioteca pública, uma orquestra filarmônica com uma escola de música e um teatro com uma companhia de atores amadores locais, onde também, por vezes apresentavam-se atores profissionais. Sob a direção do professor Oliveira, foi contratado o maestro e instrumentista Cícero Lemos.

Além de professor de música e regente na Orquestra Filarmônica Minerva, Lemos também era arranjador, compositor e multi -instrumentista, foi dele os arranjos ou composição dos dobrados entoados pela orquestra nos dias de festas religiosas, carnavais ou nas festividades do aniversário do Coronel, incluindo o dobrado Dias Coelho, composto em sua homenagem, que era entoado sempre nas festividades.

O *staff* do partido era composto em ocasiões especiais, que aconteciam com frequência pelo pirotécnico local João de Deus, sobre quem pouco se sabe além do que era dito sobre as suas intervenções com fogos de artifícios nas festividades locais. Era um negro, originário de uma das distantes vilas do município que se radicou na cidade com o oficio de fogueteiro. Como a tecnologia da fotografia da época utilizada na região, não permitia registrar os seus eventos, estes ficaram somente na memória dos moradores locais.

Ao contrário do que deveria pensar o jornalista local e entusiasta da eugenia, os brancos do partido eram meros auxiliares, contratados para prestar serviços em busca do domínio político local e projeção regional. A liderança e projeção ficavam a cargo dos negros

e mestiços que souberam agrupar elementos e utilizá-los para seus objetivos, valendo-se de estratégias, misturando política e economia.

A partir de então, decidiu-se por duas estratégias principais: a primeira era construir uma imagem pública que pudesse apresentar candidatos com características que os aproximassem dos valores cultivados por aquela sociedade, de cultura erudita elevada, honestidade e valores católicos e éticos, de acordo com o que pensavam também aqueles eleitores e identidade com as diversas camadas da sociedade. A segunda foi aumentar o número de eleitores, uma vez que daquele contingente de votantes, onde perderam com mais de 490 votos de diferença em um universo de apenas 561 eleitores, seria muito difícil reverter, a solução seria ampliar o número de pessoas aptas a votar pela alfabetização que era o requisito básico para se tornar eleitor.

A construção da imagem pública de Dias Coelho

Para a construção da imagem pública do Coronel Dias Coelho, visando o domínio político, foram definidas as estratégias e recursos que lhe permitissem aparecer como um membro das elites, mais culto e melhor relacionado com as elites estaduais que os cidadãos comuns e, ao mesmo tempo, sem perder a identidade com a massa negra e mestiça da qual viera e que poderia ser o potencial eleitoral e mantenedora do seu domínio.

Como maior negociante de pedras preciosas, mantinha boas relações com os garimpeiros e a população mais pobre, no entanto, esses comerciantes não gozavam de boa reputação dentre as elites, por causa do envolvimento com disputas por campos de garimpos e negociações nem sempre bem resolvidas, que por vezes acabavam em extorsões, e não raro em mortes. Era do conhecimento de todos

o envolvimento dos pedristas com jagunços e pistoleiros, a exemplo dos comerciantes Horácio de Matos e Antônio de Benta.

Para Dias Coelho fora construída a imagem de um pacifista e diplomata sertanejo (CHAGAS, 1982). Havia boatos na cidade que o coronel negro resolvia os seus problemas com adversários da mesma maneira que os outros, ou seja, à base da violência e da perseguição, quando não por meio da coação, utilizando-se de jagunços, no entanto, sempre que apareciam estes casos, e que não poderiam ser encobertos eram atribuídos aos dois comerciantes citados, Benta e Matos, e em determinados momentos havia a reprimenda pública de atos violentos que se diferenciavam no ambiente privado. Com isso, criou-se o mito de um coronel que não dispunha de jagunços para defender os seus interesses, e que, além disso, também exercia o papel de conciliador das questões locais, fato que pode ser confirmado pela pequena quantidade de processos criminais durante o período que se manteve adiante dos destinos da cidade. Além de poucos, os processos do período de mando de Dias Coelho são de menor gravidade, ou quando ambos os adversários eram seus aliados, para não tomar partido e acabar perdendo prestígio de um dos lados, deixava que a justiça resolvesse os problemas.

A segunda parte da imagem construída de Dias Coelho tem a ver com a religião. Desde que se tornara rico, fora reconhecido com um bom católico, sempre recebia em sua residência os padres em missões pela cidade, oferecendo-lhes as condições necessárias de conforto e de trabalho para realizarem as suas atividades religiosas, além de ser o principal financiador das festas religiosas. Em troca, as autoridades eclesiásticas faziam questão de lembrar do seu nome nas festividades e missas, além isso, era o principal promotor

de festas em datas importantes como as comemorações cívicas e o aniversário do líder local.

Alguns memorialistas retratam a presença do coronel também nas festas populares do município, dentre elas, a mais importante na cidade era a festa de São Benedito. A festa foi instituída a partir de 1901, por dona Maria Coelho Nery, irmã do coronel, e casada com um dos representantes do grupo político do irmão no Conselho Municipal. Desde os primeiros momentos, as festividades adquiriram um caráter popular. Realizada alguns dias após a festa do Divino Espírito Santo, era frequentada principalmente pelas elites. As festividades em louvor a São Benedito eram realizadas fora da Igreja, com feiras, quermesses e leilões, em prol da paróquia. Essas comemorações tinham um caráter profano, mais claramente identificado do que as outras festas religiosas da cidade. Durante a novena, havia missas e procissões, onde sempre era escolhido um menino negro trajado de São Benedito, acompanhado de orações e ladainhas. Durante a noite, após a parte religiosa, vinha a parte profana com as festas na rua.

Desde o período colonial, o padroeiro oficial da paróquia era Nossa Senhora da Graça, para quem havia uma festividade com a presença das elites e era realizada dentro da igreja matriz, sempre no dia oito de setembro. Com a ascensão econômica e política de Dias Coelho e o seu financiamento das festividades da Igreja, foi instituída a festa de São Benedito, único santo negro da Igreja Católica cultuado no Brasil da época, esse santo, tinha um importante elemento simbólico que interessava ao partido dos Coquís. A cor da pele do santo coincidia com a do líder e da maioria dos líderes, mas, também era a mesma da maioria dos fiéis, que se identificava com o santo e por associação com o patrono da festa, por isso, as festivida-

des tinham um cunho essencialmente popular, eram realizadas fora da igreja, com barracas, quermesses e novenas, com caraterísticas mais profanas, sempre animadas pela orquestra filarmônica, regadas a bebidas e não por coincidência, patrocinadas pelo Coronel Dias Coelho. No ápice do domínio sobre a igreja, o coronel conseguiu a permissão do padre para colocar a imagem do santo negro no altar mor da igreja matriz, contrariando as determinações eclesiásticas da época, que somente permitiam as imagens relativas a trindade e o santo padroeiro da paróquia no local. Mesmo sem ser o padroeiro de nada na cidade, o seu dia de devoção era feriado municipal e a imagem permanecia incólume junto às santidades brancas.

Com o aparecimento e a popularização da fotografia, os coronéis da Chapada viram uma forma de veicular a imagem do seu chefe para zonas mais distantes do município. Presentear correligionários com uma fotografia era demonstração de presença física e interpretado por quem recebia como demonstração de estima e consideração, o que também ficava registrado nas dedicatórias escritas nos versos.

No final do século XIX e início do século XX, tornou-se comum entre as pessoas abastadas a distribuição de fotografias aos familiares e amigos mais próximos. Os Coquís estenderam este costume aos correligionários e às famílias das camadas populares e aproximaram a figura do coronel das pessoas que tinham a possibilidade de vê-lo, e que não receberiam retratos de amigos ou parentes ricos. Essa atitude era compreendida pelo recebedor da fotografia como um ato de grande apreço e amizade.

No final do século XIX, e princípios do XX, o uso da fotografia era muito caro para quem residisse no sertão. A cidade de Morro do Chapéu se distanciava 500 quilômetros de Salvador, e mesmo

que parte do trajeto pudesse ser feito por trem, ainda assim era uma viagem custosa e demorada, além de cansativa. Por isso, somente as fotografias mais elaboradas eram feitas em estúdios fotográficos em Salvador e reproduzidas em grandes quantidades. As fotografias realizadas por fotógrafos itinerantes nesse período, não tinham a mesma qualidade e ainda assim eram demoradas por conta do processo de revelação e muito caras, restando para as elites locais apenas registrarem uma vez ao ano, e em datas específicas, como final de ano, comemoração de aniversário e festividades religiosas. Quanto aos políticos, a busca de qualidade foi paulatinamente substituída por quantidade e novas estratégias.

Nas fotografias, as imagens apresentadas eram diferenciadas a depender da camada social à qual eram dirigidas. Para os mais pobres, eram distribuídas fotografias envergando a farda da Guarda Nacional, assentado na cadeira que se assemelhava a um trono, com o semblante tranquilo e imponente. Talvez a intenção fosse aproximar a população pobre do chefe político, como se um dos negros e pobres pelo nascimento, estivesse ali representado. Nessa fotografia há elementos importantes a serem destacados: primeiro, a imagem não foi tratada na revelação do negativo para demonstrar traços físicos mais próximos de uma pessoa branca; segundo, o enquadramento da fotografia feito de maneira a exaltar toda a imponência da farda da Guarda Nacional, mostrando os seus detalhes como botões, ombreiras, cinturões e punhos.

Para a elite, a fotografia era outra. Ele aparece com um terno, aparentemente bem ajustado, com uma gravata alinhada, também demonstrando tranquilidade, com um semblante mais grave e solene, mas, em nada lembra a fotografia da farda, exceto o personagem fotografado. Para o destinatário dessa foto, a imagem transmitia que

o personagem retratado era um dos seus, também culto e rico, embora a fotografia não negasse a sua cor.

Para o Coronel Dias Coelho, não era interessante negar suas origens, sua base política estava construída sobre a ideia de que era um subalterno que havia ascendido economicamente, pelo poder da sua inteligência e relações pessoais e políticas, para este momento, era mais importante exibir-se como um negro que ascendeu do que a negação da sua cor.

As longas distâncias e o tempo dispendido para se produzir fotografias em quantidade eram obstáculos para a difusão da fotografia como meio de veicular a imagem do coronel mais intensamente. Porém, ainda nos primeiros anos do século XX, houve a necessidade de contratar um fotógrafo fixo para residir em Morro do Chapéu. O fotógrafo e poeta Eurícles Barreto, além de fotografar o cotidiano do lugar, que depois seria utilizado politicamente, fotografou as festividades tanto religiosas quanto profanas que evidenciavam o caráter elitista do lugar, além das festividades políticas e inaugurações que pudessem enfatizar o domínio político do partido em questão.

Alfabetizar para ganhar eleições

A segunda deficiência do partido, já mencionada anteriormente, e que contribuiu para a primeira derrota nas eleições de 1899, foi a pequena quantidade de eleitores. O universo de votantes era de apenas 562 pessoas, em sua maioria comprometidas com os proprietários de terras. Estabeleceu-se como estratégia de domínio também eleitoral a alfabetização em massa da população, principalmente das camadas mais pobres, quase sempre excluídas da educação pública na época. Sabia-se que a maioria dos votos do tradicional colégio eleitoral local se modificaria por conta dos seus

interesses e compromissos, surge daí, a necessidade de ampliar o número de votantes.

A ideia de alfabetizar e "criar" um eleitorado fiel aos princípios estabelecidos pelo partido dos comerciantes foi eficiente junto à população em dois aspectos principais. Primeiro, elevou a quantidade de eleitores a níveis que permitissem uma disputa efetiva com os proprietários de terras, quando o efetivo de votantes chegou crescer mais de 250%, em sua maioria pobres e comprometidos com os Coquís. Esse comprometimento era visto pelos eleitores não somente pela identidade étnica que assumiam com relação ao chefe do partido, visto pela massa pobre e mestiça como um dos seus que ascende e os representa, mas também, como um favor provindo do seu benfeitor, que por pensar única e exclusivamente nas camadas mais pobres e querer apenas o bem comum e o progresso do município possibilitou a alfabetização a todos.[37]

Em segundo lugar, identificou esses novos eleitores com uma relação de favor com a qual não estavam acostumados. Até então, com grande parte da população baiana e brasileira analfabeta. Além disso, não havia distinção entre homens e mulheres sendo alfabetizados, o que indica que havia um plano mais amplo, baseado em princípios exógenos à região que será melhor analisado posteriormente, na proposta de governo do partido político.

A presença de dois dos membros do partido foi crucial para implementação do plano de alfabetização em volume institucional, embora já o existisse de maneira privada patrocinada pelo partido através dos cabos eleitorais. Pouco tempo após a posse no Conselho Municipal, Francisco Nery Batista, cunhado e sócio do coronel, assumiu a presidência. No Conselho, os Coquís se empenharam em

37 Discurso no Conselho municipal de Morro do Chapéu, publicado também no *Correio do Sertão*.

obras de melhorias estruturais na cidade como reforma de estradas, conservação de ruas, abertura de asilos para órfãos, e, o mais importante para eles naquele momento, abertura de escolas nos maiores distritos e no contrato de mestres-escolas.

Como já dito, para se alistar e ser eleitor no início do século XX, era necessário fazer uma petição de próprio punho na presença de um Juiz eleitoral. Ser alfabetizado era determinante para alistar-se como eleitor. Então, os 562 eleitores de Morro do Chapéu em 1899, eram remanescentes dos eleitores do período Imperial. Através de uma brecha na constituição eles foram considerados eleitores ex-ofício.

Os eleitores da primeira eleição que foi disputada pelo coronel, em sua maioria, eram partidários dos Mememés ou pessoas de elite que não enxergavam em Dias Coelho uma alternativa de liderança para o município. Muitos dos 76 votos dos Coquís possivelmente teriam vindo de pessoas das camadas populares que de alguma maneira foram alfabetizadas sem contar com a ação de Estado, por isso, fora importante para os Coquís manter membros ativos no Conselho Municipal, possibilitando a inserção de novos eleitores no colégio eleitoral do município, e isso seria possível com a abertura de novas escolas e com a intensificação da imagem do coronel.

Os resultados dessas primeiras ações já puderam ser vistos nas primeiras eleições para a intendência após a derrota de 1899. Nas eleições de 1903, o número de eleitores subiu de 571 para 842, um percentual de aumento no colégio eleitoral de mais de 30%. Fora eleito para a intendência Antônio de Souza Benta, dos Coquís. Na mesma eleição o grupo conseguiu também a maioria dos membros no Conselho Municipal.

Como estratégia eleitoral, o Coronel Dias Coelho não se candidatou nessas eleições, houve a preferência de participar ativamente do governo exercendo outra função que não a de intendente, para isso, fora indicado pela intendência e aceito pelo Conselho Municipal, por unanimidade, para tesoureiro e contador da Intendência Municipal. Estava consolidado o grupo político e comprovada a eficácia das suas ações na ocupação dos espaços no município de Morro do Chapéu. Restava somente ao Coronel Dias Coelho conquistar um cargo eletivo, o que não o impediu de agir politicamente na cidade.

A consolidação do partido político com as primeiras vitórias eleitorais abriu espaços políticos para novas conquistas. A eleição de um correligionário desde os primeiros momentos demonstrou a força política que o partido havia conquistado e evitou desgastes desnecessários caso os mesmos não houvessem logrado êxito. Nesse caso, a estratégia era de, em caso de derrota, ser atribuída ao grupo ou a fraqueza do próprio candidato, em caso de vitória os méritos seriam do próprio Coronel Dias Coelho, como de fato aconteceu.

A propaganda política do partido

Após os resultados destas eleições onde os partidários do coronel negro se estabeleceram localmente, e sendo eleito um dos seus membros como intendente municipal, compondo a maioria dos membros do Conselho do Município, intensificou-se também massiva exposição da imagem do Coronel Dias Coelho envolvendo atividades e recursos públicos e privados.

Inaugurações de obras públicas, muitas vezes com recursos estaduais e municipais, eram sempre acontecimentos locais, contando com a presença festiva da orquestra filarmônica local e os discursos dos membros do partido, sem deixar de faltar as falas do coronel –

além de intensamente registradas pelo fotógrafo local –, cujas cópias eram enviadas aos correligionários de outras partes do município, incentivando a prática de propagandear as ações da administração de maneira que a imagem do coronel, que figurava sempre em destacado em todas as fotografias, alcançasse todos os lugares da região dominada por ele, mesmo que oficialmente não ocupasse nenhum cargo na administração local.

Em 1902, junto com o professor Antônio Gabriel, Dias Coelho fundou o Grêmio Literário de Morro do Chapéu. O Grêmio era composto por uma biblioteca, um salão de jogos e uma orquestra filarmônica, que também era escola de música. Oficialmente, o Grêmio Literário era aberto a todas as pessoas, na prática, o acesso era para a elite local que se interessava pela cultura erudita. Aos pobres, o acesso era restrito à escola de música, que tinha como uma de suas funções formar músicos para animar as festas religiosas e seculares da cidade. Em 1906, o Grêmio Literário foi desmembrado em uma biblioteca pública e na Orquestra Filarmônica Minerva. No entanto, os pobres viam nessa possibilidade, uma forma de ascensão, tocar na filarmônica, significava uma oportunidade também de ser alfabetizado, uma vez que teria de aprender a ler partitura e para isso saber a ler e escrever.

O coronel patrocinava a festa de Nossa Senhora da Graça, santa da qual se dizia devoto. Essa festa era realizada sempre no mês de setembro, também com novena, mas dentro da igreja, apresentava apenas o lado religioso e a participação da filarmônica se resumia às cantigas religiosas. O caráter elitista da festa, na prática excluía a população pobre, em contraste com a festa de São Benedito.

As camadas sociais da população de Morro do Chapéu comemoravam na mesma data o carnaval. Porém, essa festa também apresentava

duas facetas, uma no clube social, animado pela filarmônica, outra nas ruas e nos povoados onde a população pobre festejava. O coronel sempre se fazia presente nas duas, aproximando-se de ambos os lados.

A data cívica mais comemorada na cidade era o Dois de Julho, dia em que, segundo alguns memorialistas, eram realizados desfiles com a Guarda Nacional e escolas do município. O Coronel Dias Coelho, na condição de Comandante Superior da Guarda Nacional, envergava a farda de gala e comandava o desfile.

No âmbito pessoal, o dia Três de Dezembro transformou-se em um feriado não oficial na cidade, o dia do aniversário era comemorado, com o patrocínio do próprio aniversariante. Todos os setores da sociedade participavam das comemorações.

Essas aparições em eventos públicos proporcionavam ao coronel uma visibilidade muito grande perante a população, numa época em que os meios de comunicação eram precários, e, no caso de Morro do Chapéu, chegavam a ser inexistentes. Estar com os pobres e com as elites, mesmo que algumas vezes em eventos distintos, proporcionou ao Coronel Dias Coelho a proximidade necessária para que todos os setores da sociedade local o vissem como líder e exemplo a ser seguido.

Ao final de 1906, o partido e suas práticas estavam consolidados, e dois anos depois, finalmente o Coronel Dias Coelho se candidatou a Conselheiro Municipal. A partir deste momento, oficialmente fazia parte dos munícipes eleitos pela população local para representá-los. A eleição não despertou surpresas, com maioria no Conselho, os partidários dos Coquís dominam a política local.

Finalmente, em 1909, Francisco Dias Coelho assumiu interinamente a Intendência do Município com a elevação da vila à cidade e o afastamento, por motivo de doença, do então intendente. Dois

anos depois foi eleito intendente com quase totalidade dos votos. Neste pleito, ao que aparece na documentação, o maior temor não era a derrota nas urnas, mas as fraudes eleitorais. Aparentemente, o excesso de cuidados para não serem derrotados por fraudes, os levou a trapacear nas urnas. Mesmo com todo o trabalho de construção de imagem e de alfabetização que haviam feito, aumentando sensivelmente a quantidade de votantes que lhes era confiável, causa estranheza que a quase totalidade dos eleitores tivessem votado no coronel para intendente. Uma análise mais detalhada nas atas eleitorais do Conselho Municipal de Morro do Chapéu revelou detalhes pouco perceptíveis de fraude eleitoral.[38]

Ao folhear o livro de atas chama a atenção o fato de que a Ata de resultados eleitorais está escrita antes da ata de votação, por um ato de desatenção do secretário do Conselho Municipal, o professor Oliveira, partidário dos Coquís. Além disso, na ata de apuração dos votos, existe uma lacuna nas datas, que fora preenchida com uma tinta de cor diferente da do restante do texto. Ou seja, todo o texto da ata de apuração fora escrito antes da votação e o resultado já era previsto, como somente as datas foram preenchidas com tinta diferente. Porém, como já dito antes, as fraudes eram comuns e, ao que parece, os comerciantes aprenderam rapidamente como fazê-las.

Mesmo antes de administrar oficialmente o município de Morro do Chapéu, o Coronel Dias Coelho já exercia o mando na região, sua ascensão vai além dos limites da sua cidade como pode ser visto a seguir.

Nos primeiros anos do século XX, os Coquís comandados pelo Coronel Dias Coelho haviam se tornado referenciais de lideranças políticas no sertão da Bahia. Sabendo que dominava a Chapada

38 Livro de Atas do Conselho Municipal de Morro do Chapéu, 1890-1915, p. 32-40.

Diamantina, mas que a sua influência se estendia a todo o sertão, Dias Coelho começou a estabelecer relações com esferas mais amplas do poder estadual e fixou aliança com o governador da Bahia à época, José Marcelino de Souza. Era formado em Direito e conhecido como um político conservador. Embora originário do Recôncavo Baiano, proprietário de uma usina de açúcar e representante da classe agrária na Bahia, mantinha relações com as principais forças políticas do sertão, dentre elas, o Coronel Dias Coelho (PANG, 1979, p. 89).

As primeiras referências do coronel negro com os líderes estaduais foram em 1905. Até este ano, os principais líderes políticos baianos, José Marcelino e Joaquim José Seabra, estavam unidos, dominando um partido único da Bahia, por onde convergiam todas as lideranças do interior. Havia entre eles, um acordo que, aquele que não estivesse no poder, indicaria o próximo governador do Estado, evidentemente, alguém que o representasse visando os cargos no governo federal. Nesse ano, a aliança fora rompida e ambos se movimentaram no sentido de buscar as alianças regionais que mais lhes favorecessem. Seabra aliou-se aos proprietários rurais do Recôncavo, enquanto Marcelino buscou aliar-se aos coronéis do sertão, liderados pelo Coronel Dias Coelho.[39]

O nome escolhido por José Marcelino, então governador, foi o de Araújo Pinho. Mas esse não tinha o apoio da ala do partido comandada pelo Senador Severino Vieira, então Senador Federal e com boas relações com o Presidente da República, Rodrigues Alves. Vieira também era aliado do Ministro de Estado Joaquim José Seabra. Juntos promoveram uma divisão no partido, propondo o nome do Monsenhor Inácio Tosta para concorrer nas eleições ao cargo de governador. As elites políticas se dividiram. Do lado governista estavam Ruy Barbosa, Miguel Calmon e os

39 Diário de Notícias, Salvador, 15 e 16 de abril de 1907.

coronéis do sertão. Na oposição, Vieira, Seabra e a maioria dos coronéis do Recôncavo.

Alguns dias depois de noticiado o apoio do Coronel Dias Coelho ao candidato do governador, foi anunciado, no mesmo periódico, obras para Morro do Chapéu, inclusive um ramal da estrada de ferro Leste Brasileiro, que segundo o jornal, já estava orçado. Essa promessa também fora feita por Marcelino na ocasião do seu discurso anual na Assembleia Legislativa. Ramal este que nunca chegou a ser construído devido a mudanças políticas posteriores.

Os votos em Tosta, ainda que numa quantidade muito pequena, pode representar uma tentativa da oposição local de retomar o poder, através da aliança com Severino Vieira. Nesse caso, não teria surtido efeito, pois representava uma elite local que perdera poder, porque se aliou a uma elite estadual também decadente. Entretanto, poderia significar também, uma estratégia do Coronel Dias Coelho, para evidenciar ao governador que o seu apoio era de fundamental importância no processo eleitoral em futuras eleições.

Durante a efêmera existência do regime de partido único na Bahia, o Coronel Dias Coelho se firmou como liderança política de Morro do Chapéu junto aos líderes estaduais, o ponto de partida da sua influência estadual aconteceu em 1907. Foi confirmado nas urnas com votação expressiva o candidato da sua preferência, o deputado Araújo Pinho. No resultado das eleições para governador, no período compreendido entre 1899, quando os Coquís perdem as eleições para a Intendência Municipal, e, 1906, quando Araújo Pinho foi eleito governador com o apoio em Morro do Chapéu dos Coquís, o número de eleitores mais que dobrou. Isso reflete a eficiência da construção da imagem do Coronel Dias Coelho, que proporcionou 80% dos votos a um candidato ao governo do Estado que nunca passara

pela cidade. Comparando com os humilhantes 76 votos conseguidos pelo coronel nas eleições de 1899, houve um crescimento expressivo, demonstrando a consolidação de Dias Coelho como líder regional.

Quatro anos depois, as promessas de Marcelino não foram cumpridas, e o coronel reverte a situação criticando os seus antigos aliados e se reconciliando com os opositores na campanha eleitoral de 1912, quando a oposição chega ao poder através dos votos também dos coronéis do sertão, outra vez liderados por Dias Coelho. As alianças políticas no Brasil não eram tão firmes quanto os interesses das lideranças, para mudar de lado bastava uma oferta melhor que lhes favorecesse junto ao eleitorado local que era a sua base.

Assim, no final da primeira década do século XX, o Coronel Dias Coelho já tinha a sua imagem pública consolidada localmente, a população o via quase como um santo. O diário pessoal de um pequeno proprietário de Morro do Chapéu, por ocasião da morte do coronel, faz referência ao mesmo como o "deus dessa terra", confirmando como ele era reverenciado pela população local. Fora da sua região de mando, era visto como uma liderança inconteste, que governava com habilidade, de uma maneira diferente dos outros chefes. O médico Américo Chagas (1982, p. 10), que residia em outra localidade da Chapada Diamantina, em um livro de memórias, qualifica o coronel como "diplomata negro" da Chapada Diamantina. Sua influência se estendeu por todo o Estado da Bahia, o historiador coreano/estadunidense Pang (1979), o considera como um dos dez mais influentes coronéis baianos da sua época.

As estratégias eleitorais dos Coquís nos 20 anos em que o Coronel Dias Coelho esteve à frente do partido, desde as primeiras eleições até o falecimento do seu líder em 1919, demonstraram ser eficientes. Promoveram a imagem do Chefe local e regionalmente, e

garantiram o domínio sobre a região de Morro do Chapéu por um tempo que ultrapassou o período de vida do coronel. Porém, com a morte do coronel, o partido deixou de ser reconhecido pelo jocoso apelido de Coquí e não se fazia mais referência à cor dos membros da agremiação, além disso, as estratégias eleitorais e de dominação foram modificadas.

As outras maneiras de tratar das suas imagens nem sempre reproduziram os resultados obtidos pelas antigas estratégias do coronel. Diferente do Coronel Dias Coelho, os outros integrantes do grupo, talvez influenciados pelas informações vindas da capital, começam a diminuir a influência da cor, se colocando em fotografias cada vez mais "embranquecidos" para que parecessem mestiços ou brancos ou evidenciando o ser "sertanejo" dando um sentido de identidade regional, e diminuindo o caráter étnico das suas propostas.

Outro exemplo foi utilizado pelo já coronel Horácio de Matos, também pertencente aos Coquís de Morro do Chapéu, mas que em 1910 se retira para assumir cargos eletivos na região mais ao sul da Chapada Diamantina. Mesmo à distância, Matos manteve uma relação de amizade e reciprocidade com Dias Coelho e, de certa maneira, ainda levou para a sua região as práticas de construção de imagem adquiridas em Morro do Chapéu. Seguindo uma linha de pensamento semelhante à do filho de Dias Coelho, Matos resolve intensificar a ideia de regionalidade e pertencimento nos eleitores, assumindo-se enquanto sertanejo como todos os outros que lhe seguissem.

As estratégias assumidas posteriormente obtiveram resultados ambíguos. Algumas não pareceram ser tão bem-sucedidas, como no caso do sucessor e filho do Coronel Dias Coelho, o Dr. Deusdedith Dias Coelho, que teve vida curta e ocupou somente a intendência municipal por dois anos, quando faleceu repentinamente de causas

desconhecidas. No seu curto período de mandato, não conseguiu manter a imagem nem o controle do partido político, que se esfacelou sob várias lideranças desaparecendo após a década de 30 do século XX.

Quanto a Matos, se revelou como liderança política da Chapada Diamantina, porém, enquanto Dias Coelho era visto como pacifista, Matos era tido como guerreiro, e, os estudos sobre a sua atuação política reforçaram o estereótipo de violento e incivilizado para o sertanejo (PANG, 1979). Obteve mais sucesso na década de 20 do século passado, do que o filho do seu antigo correligionário. Decidiu ele mesmo ser candidato a cargos eletivos de maior expressão e dominou toda a Chapada Diamantina por quase uma década, sempre beligerante, foi considerado pelo historiador Pang (1979) como o "super-coronel" da Bahia. Faleceu assassinado em Salvador, em 1932, quando exercia o mandato de deputado, em uma trama atribuída ao governador nomeado por Vargas após o golpe de 1930, e a instituição do Estado Novo no Brasil.

Em suma, a ascensão política do Coronel Dias Coelho se funde com a efêmera duração do partido dos Coquís. Mesmo que somente tenha existido por um período de 30 anos, 20 deles sob o comando do Coronel Dias Coelho, depois da morte do mesmo não conseguiu se sustentar e foi esquecido. Entretanto, foi o mais longevo dos partidos no poder na região da Chapada Diamantina e, teve o seu falecimento decretado com as modificações eleitorais e partidárias, quando, os coronéis foram obrigados, outra vez, a modificarem as suas estratégias para continuar existindo.

Os Coquís de Dias Coelho foram um exemplo de como uma organização política formada e dirigida basicamente por negros e mestiços, em um período muito próximo ao período escravista,

onde a sociedade demonstrava o racismo tanto científico quanto cultural, funcionou. O partido político foi criado e pensado para agir funcionalmente em busca de um objetivo claro, que era a tomada e a manutenção do poder local. Fizeram isso com eficiência, sabendo se valer da cultura e da economia local, construindo um mito que serviria para alcançar seus objetivos imediatos e até algumas metas que talvez não houvesse pensado, como influenciar em níveis mais amplos a política baiana.

A construção da imagem pública de Dias Coelho seguiu parâmetros definidos, ideias importadas misturadas com a cultura local. Utilizando-se do que havia de mais eficiente na tecnologia de imagem e informação da época, souberam contratar artistas e intelectuais para forjar a imagem de um coronel negro, culto, democrático e diplomático, quando estes ainda eram valores distantes da política estadual na Bahia. Governaram de modo a preservar essa imagem como será visto no capítulo a seguir.

O GOVERNO DO PARTIDO DOS NEGROS

O município de Morro do Chapéu no final do século XIX tinha uma extensão de pouco mais de 40.000 quilômetros quadrados, o que corresponde a quase um quarto da extensão do Uruguai, por exemplo. Dessa área, cerca de 20.000 quilômetros estavam na Chapada Diamantina. Além da sua grande extensão territorial, o seu posicionamento na zona central da Bahia lhe conferia certa importância enquanto ponto de encontro de rotas comerciais, embora isso não se refletisse em crescimento econômico, principalmente na parte que ficava na Chapada Diamantina, que ocupava toda a parte norte da região, e que lhe conferiu nesse período a importância econômica aproveitada pelos Coquís.

Até o terceiro quarto do século XIX, a principal fonte de riqueza era o gado. Dessa forma, a elite sertaneja desse lugar era formada pelos latifundiários, que também eram os maiores criadores e comerciantes de animais. Com a descoberta das propriedades industriais do carbonato, após a década de 70 do citado século, uma nova elite, formada por negros e mestiços envolvidos no comércio de pedras preciosas e carbonatos, influenciada por ideias europeias, assume o poder econômico na região e com o tempo também se

afirma politicamente, determinando uma nova maneira de administrar, até então não vista no sertão da Bahia. A partir desse momento, profundas modificações políticas e sociais seguem o mesmo ritmo das transformações econômicas e inicia-se o processo de modernização da Chapada Diamantina.

Após o surto de varíola, a cidade ganhará ares de modernidade com teatros, filarmônica, biblioteca, pavimentação e iluminação à gás. Isso tudo já ocorria nos grandes centros urbanos do Brasil, o diferencial é que a cidade contava com dezesseis 16 ruas e três praças. Com essas mudanças na infraestrutura urbana, montada sob a administração de Dias Coelho, a cidade estava sendo preparada para crescer e se tornar centro regional, o que de fato nunca veio a acontecer.

As fontes utilizadas para a análise do período em questão foram documentos oficiais como os livros de atas e de leis do Conselho Municipal, além de fotografias e depoimentos colhidos em pesquisas anteriores. Com isso, buscamos compreender como se deu o governo municipal na perspectiva de progresso do coronel negro em Morro do Chapéu. Assim, aqui se tem como objetivo analisar o governo dos Coquís sob o comando do Coronel Dias Coelho em Morro do Chapéu, iniciado após as eleições municipais de 1903, quando foram eleitos para a Intendência e para o Conselho Municipal Antônio de Souza Benta e Francisco Nery Batista, respectivamente. O enfoque foi a identificação de estratégias e influências do governo do partido dos negros e mestiços ao trazer ideias estrangeiras para modernização de uma pequena região do interior da Bahia.

O longo século XIX

Historiadores como o britânico Eric Hobsbawn consideram que o "longo século XIX", por conta das modificações que foram impostas

à sociedade, principalmente europeia, se prolongaria de 1798 a 1914. Marcado por rupturas e descontinuidades, teve como principais balizas as Revoluções Francesa e Industrial, que, com as suas caraterísticas próprias demarcaram a hegemonia burguesa na política e também o seu domínio econômico com o desenvolvimento científico e tecnológico que foi se efetivando ao longo desse período (ORTIZ, 1991, p. 13).

A consagração da propriedade privada, como o fim dos direitos feudais, do monopólio das corporações de ofícios e dos privilégios das manufaturas, no *laissez-faire*, contextualizado com as inovações científicas e tecnológicas da Revolução Industrial – com a introdução de novas formas de energia, mecanização das fábricas, crescimento da metalurgia e disseminação das estradas de ferro –, levou a Europa a buscar formas mais eficientes de utilização das suas reservas tanto energéticas quanto minerais, bem como novos materiais e técnicas que possibilitassem melhorias nas formas de produção. Isso levou também a mudanças nos costumes e conceitos anteriormente consolidados como espaço e tempo (ORTIZ, 1991, p. 14).

Com isso, de meados a fins do século XIX, com a utilização em escalas nunca antes imaginadas de ferro e carvão, obrigou os engenheiros europeus a buscar novas técnicas de mineração e aumentar a demanda por esses minerais. Isso se tornou um "ciclo virtuoso", na medida em que as novas técnicas impunham novas formas de produção e distribuição dos minérios e, evidentemente aumentavam a produção. No entanto, com mais minerais disponíveis, a imaginação dos arquitetos e urbanistas pensava novas formas de construção e organização dos espaços, que novamente aumentariam a necessidade pelos minerais.

Um dos marcos para essas transformações na maneira de se minerar, talvez tenha sido a invenção da dinamite pelo sueco Alfred Nobel, em 1867, combinado com a utilização da perfuratriz a vapor,

que utilizava brocas com pontas de diamantes, o que modificou a técnica de mineração. Isso permitiu uma maior produção nas minas de ferro e carvão, com uma menor quantidade de perda de vidas e de condições de trabalho para os mineiros, sem com isso dizer que acabaram as mortes e exploração do trabalho tal qual descrito por Emile Zola em seu clássico "Germinal".

Para o historiador Carlos Antônio dos Reis , na virada do século XIX para o XX, as ideias de modernidade, civilização e evolução, ganharam ares de metas a serem atingidas pelo Brasil, diante de um cenário de modernidade eminente e necessidade de progresso (REIS, 2012, p. 54). As elites brasileiras da época, tanto econômicas quanto intelectuais, de pronto absorveram essas teorias que chegavam ao país. O pensamento positivista de Comte, com a ideia de progresso e evolução da humanidade era complementado por ideias menos confortáveis para as elites mestiças ou emergentes, como o Conde Gobineuau, Agassis ou Martius, que preconizavam a hierarquia das raças e consequentemente a inferioridade dos brasileiros, ideias estas que tiveram que ser "abrasileiradas" e remodeladas para parecerem mais realistas para a análise do Estado e nação brasileiros.

A conquista do poder político por Dias Coelho

O pensamento modernista também chegou ao sertão brasileiro na mesma época. Provavelmente, o contato direto com comerciantes europeus, a exemplo de ingleses, franceses e alemães, tenha influenciado diretamente os comerciantes mestiços sertanejos a ponto de expressarem essas ideias não somente nos seus escritos ou pronunciamentos, mas também, nas práticas administrativas que se descortinaram nas fontes analisadas.

As reformas urbanas de Morro do Chapéu em 1910 consolidaram um projeto administrativo que vinha se desenhando desde o início do século XX, com a chegada dos Coquís ao poder municipal. Mesmo que não fossem pioneiras no Brasil, o foram na Bahia, demonstrando ainda que o tão propalado atraso motivado pelo isolamento do sertão não existia, e mais, como adaptar ideias modernistas que também pregavam o racismo científico para uma região onde o mandatário e administrador da época era um negro e descendente direto de escravos.

Liderados pelo coronel, os Coquís permaneceram no poder das citadas eleições até 1919, e perderam a força após o falecimento de Dias Coelho, que governou o município de fato a partir de 1904, e de direito, a partir de 1909, quando fora nomeado intendente interino, até 1919.

A chegada efetiva ao poder municipal se deu em 1903, quando Antônio de Souza Benta, elegeu-se intendente pelo partido dos Coquís. Não está muito claro o motivo de o Coronel Dias Coelho abrir mão da candidatura em favor do seu correligionário. Entretanto, pode se supor que havia uma estratégia política eleitoral dentro do grupo, na tentativa de preservar a imagem do líder em caso de uma possível derrota.

Benta era aliado desde muito tempo do Coronel Dias Coelho, era o segundo comerciante de pedras preciosas na região, tinha um grande trânsito com os garimpeiros de quem era um dos representantes comerciais junto a Dias Coelho e com Francisco Nery Batista, que também era conselheiro municipal desde 1898. Ambos já representavam o coronel no Conselho desde o início do século XX, quanto o primeiro foi eleito intendente e o segundo reeleito para presidente do Conselho, cargo que já exercia desde a legislatura anterior.

Ao assumirem a Intendência Municipal, em 1903, os Coquís nomearam o Coronel Dias Coelho para chefe do tesouro municipal e contador da Intendência. Mesmo não concorrendo a nenhum cargo, o coronel participou ativamente do governo dos Coquís nos primeiros anos, tendo total controle sobre as finanças municipais. Implantaram um plano de desenvolvimento regional na perspectiva de levar o progresso ao município de Morro do Chapéu, ao menos era o que dizia nos seus discursos.[40] Seus planos eram: reestruturar as vias de acesso dos distritos e vilas à sede do município e deste para as principais cidades do seu entorno – como: Jacobina, Lençóis e Mundo Novo, bem como, ao Recôncavo Baiano, para onde era enviada a maior parte da produção local; promover uma alfabetização numa proporção ainda maior do que acontecia anteriormente; melhorar as condições urbanísticas da sede municipal, vilas e arraiais.

A administração dos Coquís

O Coronel Dias Coelho ingressou de fato e de direito na administração pública ocupando um cargo eletivo em 1909. Isso se deu com a elevação da vila sede do município à condição de cidade, em agosto de 1908. Com isso, duas novas vagas foram abertas para o Conselho Municipal. Dias Coelho ocupou uma delas. Um ano depois, assumiu interinamente a Intendência Municipal, com o afastamento de Deocleciano Barreto, também dos Coquís, os livros de atas do Conselho Municipal não explicam o motivo do afastamento, até ser eleito Intendente em 1911.

40 O termo "progresso" encontra-se em diversos momentos do livro de atas das reuniões do conselho, demonstrando que se tornara um jargão no meio deles. Arquivo da Câmara Municipal de Morro do Chapéu – Bahia. Livro de atas de 1898 a 1915, p. 120.

No momento da sua eleição para intendente, o coronel já ocupava interinamente o cargo, por ser presidente do Conselho. Entretanto, as atas demonstram que havia certo temor de não ser reconduzido ao cargo de intendente por via das eleições. Talvez de forma preventiva como reflexo do costume de fraudar eleições, os Coquís fizeram o mesmo. Na documentação existe uma fraude grosseira, aproveitando as falhas no sistema eleitoral e a não fiscalização do pleito, é evidente nos documentos. A eleição se deu no dia 21 de março, entretanto, ao verificar o livro, chama atenção o fato de que o registro da posse foi redigido, assinado e aprovado pela comissão eleitoral antes da ata de eleição, embora tenha data posterior; na ata de eleição também consta uma lacuna no lugar da data, que fora preenchido com tinta diferente do restante do texto. O mecanismo da fraude pode ser explicado pela incerteza dos membros do grupo quanto à data do pleito a ser realizado, por causa da vacância na intendência, a eleição foi extraordinária. Todavia, não ficam claros os motivos, todos os membros do comitê eleitoral eram partidários do coronel, inclusive o presidente e secretário da mesa apuradora, respectivamente seu correligionário e seu cunhado. Em 1910, a cidade passou por um surto de varíola. Quando Dias Coelho assumiu interinamente a intendência, as transformações passaram a ser aceleradas, interveio diretamente tanto no espaço urbano público, quanto nos costumes da população, imprimindo o seu personalismo que garantiu que as reformas na cidade ocorressem com certa tranquilidade. A epidemia foi combatida com um novo código de posturas, que se coadunou com a modernização da cidade dentro de uma ideia de progresso que foi implantada pelo coronel no município de Morro do Chapéu. A cidade foi reconstruída no modelo já aplicado na Europa e em grandes metrópoles brasileiras.

O centro das decisões do município de Morro do Chapéu era a vila de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu. Desde o seu surgimento, às margens do Rio Jacuípe, quando se desenvolveu um pequeno núcleo urbano, que exercia a função de pequenas trocas comerciais, principalmente, daquilo que não pudesse ser produzido nas fazendas através das feiras e como pequeno centro de decisões políticas até 1838, quando se efetivou a paróquia e o arraial foi elevado à categoria de vila.

Da fundação, até a emancipação política do município, tendo a vila de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu como sede, o crescimento demográfico não parece ter sido expressivo, de acordo com o censo de 1836, descrito por Raphael Rodrigues Filho, em sua tese de doutorado, portando, dois anos antes da instalação da Paróquia. A vila contava em sua estrutura urbana com cinco quarteirões, melhor definindo, três ruas e uma praça, este mesmo censo não detalha a quantidade de casas, mas a população foi estimada em 1.669 habitantes, sendo que destes, 1.465 eram livres, 23 libertos e 181 escravos (VIEIRA FILHO, 2006).

A população acima descrita, embora estimada como vilã, não parece ser de todo moradores da vila, dentre eles muitos eram proprietários que também mantinham casas na vila para estudos dos filhos ou participação nas atividades políticas, e ainda, para a realização de negócios nas feiras semanais, ou seja, embora residissem de fato nas fazendas, a maioria desses habitantes, principalmente os livres, mantinha suas residências na vila. O mesmo não pode ser afirmado com tanta exatidão em relação aos escravos, embora não fossem tão numerosos, e ainda menos preciso sobre os libertos. Assim, acredita-se que dentre toda a população estimada no censo, apenas uma fração era residente exercendo atividades comerciais,

esse raciocínio é apoiado nos registros de compra e venda e nos processos criminais que apontam para o período uma pequena quantidade de casas comerciais.

Já no final do terceiro quarto do século, observa-se que a vila havia crescido, embora os números não fossem tão representativos, é importante salientar que este recenseamento foi mais profundo e que deu um panorama mais exato da população naquele momento. Foi recenseado que a vila estava naquele momento com 7.100 moradores, distribuídos em 1.420 residências. Nesse dado observa-se uma discrepância, a densidade populacional por residência era de cinco pessoas por casa em média.[41]

Essa densidade contrasta com o tamanho das famílias encontradas nos testamentos e inventários para a vila, em média de seis a oito filhos por casal, então com famílias que seguramente chegariam ao dobro da estimativa no censo, o que nos leva a inferir que no ano de início da exploração do carbonato,– pois o senso foi publicado um ano depois da coleta dos dados –, embora a população houvesse crescido, as caraterísticas continuavam as mesmas, ou seja, uma vila rural, que era o centro político e econômico, mas que a maioria das residências eram ocupadas ocasionalmente pelos proprietários rurais.

Com a descoberta das propriedades industriais e a intensificação do comércio de carbonatos, a vila assumiu outras características e começou a ser o centro de decisões, não mais do município somente, mas elemento influenciador para toda a região da Chapada Diamantina. Mais casas comerciais foram abertas, e no fim do século XIX, a vila já tinha características mais urbanas do que rurais.

Como liderança, o partido político dos negros e mestiços era formado por comerciantes, todos mantinham residência e casas

41 Recenseamento do Império do Brasil em 1872.

comerciais na vila, ainda que alguns deles não morassem todo o tempo. O mesmo não acontecia com os adversários, excetuando o major Pedro Celestino Barbosa, padrinho do Coronel Dias Coelho e líder do partido dos brancos, este, era também o boticário da vila, numa época em que o atendimento médico era precário, e, não poucas vezes inexistente. Também era proprietário do Bazar Morrense, uma loja de miudezas, que vendia todos os produtos essenciais, mas que não podiam ser fabricados nas fazendas, como tecidos mais finos, linhas, agulhas e coisas afins. O restante dos residentes da vila, era de fazendeiros que tradicionalmente moravam e obtinham renda das suas propriedades. Esse fato demonstra as contradições entre comerciantes e pecuaristas não somente na economia, como na política e na administração do município.

Centralização viária do município

Ainda houvesse certa pujança econômica no município de maneira geral, isso não acontecia indistintamente para todos os arraiais e povoados, alguns continuaram com a produção pecuária, porém, dessa vez a produção era destinada ao consumo interno do município, com a demanda crescente de alimentos nos povoados que se dedicavam à mineração, um deles, o Arraial do Ventura, era maior que a própria vila sede do município. Esste lugar fora fundado em meados do século XIX, e tinha como vocação a extração diamantina desde 1844, quando foram descobertos os diamantes na região. Apesar de obter um rápido crescimento demográfico, não se constituiu como centro de distribuição da riqueza produzida, e, em pouco tempo, os comerciantes da vila sede apressaram-se em criar estabelecimentos comerciais e ainda assim mantiveram a vila de Nossa Senhora da Graça como centro distribuidor.

Politicamente se instaurou um centro e uma periferia claramente estabelecidos, que geravam conflitos, pois, os maiores distritos administrativos, ou arraiais mais desenvolvidos situavam-se mais próximos a vilas-sede de outros municípios, gerando os impostos aos vizinhos, o que demandou uma reestruturação viária de todo o município.

Além de centro político, a sede do município era o centro geográfico de toda a região norte da Chapada Diamantina. Estava situada no vale onde nasce o rio Jacuípe, que foi, no período colonial, uma das principais rotas de adentramento ao sertão.

A maior renda da sede provinha dos garimpos de carbonato, próximos à cidade e no Arraial do Ventura. O que era produzido nos garimpos era ali mesmo comercializado entre os garimpeiros e capangueiros, os últimos vendiam as pedras aos donos das casas comerciais de compra e venda de carbonatos e diamantes, e por fim, estes comercializavam com as empresas europeias que exportavam para a Europa. Pertenciam aos Coquís essas casas comerciais e, ao maior comerciante da cidade e de todo o Estado da Bahia: o Coronel Dias Coelho.

O Arraial do Ventura ficava a leste da vila. Apresenta uma vegetação típica de caatinga e um solo extremamente pedregoso e seco. Era cortado pelo rio Ventura, que permanecia seco na maior parte do ano. Tudo isso, impossibilitava tanto a agricultura, mesmo de subsistência, como a pecuária de animais de maior porte. O arraial tinha uma economia mais dinâmica do que a sede do município. Era o local da Bahia onde mais se produzia carbonato. Não por coincidência, os capangueiros eram partidários dos Coquís e a casa comercial mais expressiva era a Coelho & Nery, de propriedade do Coronel Dias Coelho e do seu cunhado Francisco Nery Batista.

Em vários momentos, no início do século XX, as lideranças políticas do Ventura, contrárias aos Coquís, tentaram a sua emancipação, o que de fato nunca veio a acontecer. Não era interessante para os partidários do Coronel Dias Coelho a emancipação e a tomada do poder de Ventura, por um grupo contrário. Morro do Chapéu perderia a sua maior fonte de receita em impostos.

Ao sul e nordeste da vila ficavam respectivamente, os distritos de Riachão de Utinga e Brejinho. O primeiro distava da vila 80 quilômetros e ficava na fronteira com o município de Lençóis, comandado por Clementino de Matos, que por volta de 1910, após a sua morte, passou a ser administrado pelo seu sobrinho, o coronel Horácio de Matos, este havia iniciado a sua carreira na Guarda Nacional e na política em Morro do Chapéu, e permaneceu como aliado do Coronel Dias Coelho, de quem era amigo e correligionário até que este morresse, em 1919. O distrito de Brejinho ficava a pouco mais de 60 quilômetros da sede, estava na fronteira com Jacobina.

Esses distritos possuíam as maiores reservas de água e os campos de altitude propícios para a pecuária, depois das áreas de garimpo eram os locais de maior importância econômica para o município com a criação de gado. Com a mudança da principal atividade econômica da Chapada Diamantina, da pecuária para o garimpo, as terras perderam muito do seu valor e muitas das grandes propriedades foram desintegradas por má administração ou por distribuição de heranças. Essas terras fragmentadas e na sua maioria com pastagens degradadas, foram compradas pelos emergentes enriquecidos pelo garimpo.

O gado funcionava como reserva viva, poderia ser vendido como forma de conseguir dinheiro rápido em caso de emergência. Era um bom negócio, mesmo não propiciando os mesmos lucros

de antes. Possuir muitas propriedades no sertão não era tão importante como a posse de gado. Eram reconhecidos como ricos, aqueles homens que possuíssem uma grande quantidade de animais, evidentemente, que os rebanhos exigiam maiores quantidades de terras e de agregados.

Na direção sudoeste e noroeste, ficavam as terras mais desprezadas do município. Eram os distritos de Canabrava do Miranda fazendo fronteira com Iraquara e Campestre (hoje Seabra) e Caraíbas cujo território compreendia até próximo de Xique-xique e Sento Sé, já às margens do São Francisco. As terras de barro amarelo eram as mais férteis do município pelas seguintes características: pluviosidade intensa nos meses de novembro a março e muito baixa no restante do ano; altas temperaturas médias anuais –- clima e vegetação típicos de caatinga rasteira. Como estas áreas do município de Morro do Chapéu não tinham vocação para pecuária, e no seu subsolo não existiam pedras preciosas, destinavam-se exclusivamente à agricultura. Devido à dificuldade de escoar a produção que não era muito expressiva, eram as propriedades de menor valor no município.

Com a ascensão de uma nova elite econômica e política do município, houve também um reordenamento fundiário. Os antigos pecuaristas, que também representavam o grupo político decadente, foram paulatinamente afastados para as áreas do município de Morro do Chapéu com vocação exclusiva para a agricultura. Ou seja, à medida que a pecuária extensiva deixava de ser a principal atividade econômica da região, muitos proprietários se afastavam das fazendas abandonadas, as pastagens e as construções se degradavam. Essa mudança se deu mais intensamente com a seca que atingiu a região de 1898 a 1900. Nesse período, tanto a atividade agrícola como a pecuária foram duramente atingidas, "[...] *diversas*

fazendas foram abandonadas pelos donos, à procura de melhores climas e solos mais abençoados [...] verdadeiro êxodo" (GONÇALVES, 2000, p. 154, grifo nosso). Com a "fuga" das pessoas das fazendas para as cidades, uma parte da população fora transferida para Salvador, à custa do governo estadual. Sem a ajuda do governo para se sustentar, os flagelados se transformavam em sem tetos e mendigos na capital (GONÇALVES, 2000, p. 154).

Com o declínio da atividade criadora em toda a região, os proprietários que não tinham uma fonte de renda auxiliar eram obrigados a abandonar ou vender as propriedades. Ao mesmo tempo em que perdiam o poder político para um grupo de comerciantes emergentes, enriquecidos com o garimpo, também lhes vendiam as terras mais economicamente rentáveis. Por razões de *status*, além dos investimentos em mineração, tais emergentes envolviam-se também com a pecuária, que embora não rendesse lucros tão grandes como o garimpo, aumentava o prestígio, ampliando ainda mais a sua esfera de influência. Em suma, o grupo do Coronel Dias Coelho dominava politicamente o município, tendo como Intendente Municipal em 1903, um dos seus partidários e também a maioria dos conselheiros municipais, inclusive o presidente. Economicamente ainda se constituíam um grupo de emergentes que dominava o comércio de diamantes e carbonatos.

Devido a sucessivas secas e epidemias, a pecuária não concorria com a mineração como atividade econômica principal. Os endividamentos com a atividade e as terras fragmentadas por heranças, aumentaram a oferta de terras à venda, principalmente no entorno de Morro do Chapéu e nos distritos mais propícios à pecuária. Tais terras foram compradas pelos comerciantes de pedras que já dominavam praticamente todo o comércio do município. As mais dis-

tantes do município, que, coincidentemente também eram as mais distantes da sede, tinham vocação apenas para a agricultura que, como já se sabe, tinha pouca viabilidade econômica para o município com uma produção escassa e quase que totalmente destinada à subsistência. Essas terras continuaram pertencendo às antigas lideranças, que ficaram isoladas política, econômica e quiçá geograficamente do centro de decisões.

No ano de 1910, o Coronel Francisco Dias Coelho assumiu interinamente a Intendência Municipal em Morro do Chapéu. No seu discurso havia um jargão, que já utilizava, em atividades oficiais anteriores, e que continuou a usar sempre em suas aparições oficiais. "*O meu programa político, tem por fim desenvolver a instrução e o bem coletivo de meu município*". A frase utilizada com frequência nos discursos do coronel não tinha somente um recurso de oratória, refletia também a ideia de progresso que tinham os sertanejos da época e, foram colocadas em prática no início do século XX, com as reformas, e a implantação da modernidade sertaneja.

A noção de progresso para o município encampado pelos Coquís, principalmente quando o Coronel Dias Coelho se tornou intendente municipal, era a de integrar todos os distritos de uma forma concêntrica, de maneira que o acesso à sede do município fosse mais efetivo, e com isso, houve uma facilitação na circulação de pessoas e mercadorias, dinamizando as áreas mais distanciadas do município, mas sem perder a centralização do poder tanto econômico quanto político na sede de Morro do Chapéu.

> A noção de progresso impressa na Europa, principalmente na Franca, passava, em um primeiro momento por uma questão prática de se diminuir o tempo exigido para se cobrir as distâncias, seja para o transporte de matérias pri-

> mas ou de produtos manufaturados destinados aos mercados consumidores. Entretanto, o transporte de pessoas também foi atingido, com melhorias nas estradas entre as cidades, e o tempo e a distância passaram a ser contados de maneira mais precisa, os relógios que somente tinham ponteiros de horas, passaram a ter ponteiros de minutos e logo após segundos, os jornais franceses passam a ter edições diárias, e com a invenção do teléegrafo, notícias traspunham barreiras imensas como o oceano atlântico. Com isso, na modernidade da Belle époque, espaço e tempo que eram grandezas absolutas passaram cada vez mais a ser relativas (ORTIZ, 1991, p. 256).

Não se sabe exatamente como essa ideia chegou ao sertão. Várias especulações podem ser feitas, como: o contato dos comerciantes de diamantes e carbonatos com importadores estrangeiros que constantemente visitavam a região, provavelmente possibilitou o acesso necessário trazendo-lhes informações sobre o que ocorria nos centros difusores de cultura mundial como Londres e Paris. Essa especulação pode ser verdadeira, pois, no próprio inventário do Coronel Dias Coelho, havia dentre outros bens, somas em moedas estrangeiras como francos, libras e marcos, além de dólares, o fato do coronel no momento da sua morte contar com quantias destas moedas em sua residência pode demonstrar que os contatos não se resumiam somente a um comprador de um determinado país, mas que havia ligações intensas com vários lugares.

Outra relação que pode ser feita é da percepção que o próprio coronel teve da modernidade que ocorria naquele momento através da leitura de livros e jornais. Ainda estão na biblioteca de Morro do

Chapéu, alguns livros que eram utilizados na época. No acervo encontram-se livros de literatura clássica, inclusive da época do Iluminismo, livros técnicos de administração e de direito e principalmente livros de história e sociologia. O que tem todos estes em comum é a defesa da posição teórica ligada ao positivismo da época.

Mesmo que não se possa determinar de onde veio o projeto reformista e com claras influências positivistas na ação dos Coquís, é claro que as reestruturações e reformas ocorridas no município se assemelham muito com o ocorreu na França em um período anterior, antecipando até reformas urbanas em centro maiores e, portanto, mais fáceis de disseminar a cultura estrangeira. Ainda assim, vale lembrar que Paris era ne época a "vitrine" da modernidade europeia e modelo a ser seguido por vários outros lugares do mundo, e , por mais insólito que possa parecer, no sertão da Bahia, uma região localizada no centro do Estado, um coronel negro tenta imitar o que acontecia na metrópole do mundo da época.

No final do século XIX, houve em todo o interior baiano uma expansão dos canais de comunicação com a ampliação das linhas telegráficas, chegando a Barra do São Francisco no extremo oeste do Estado, na confluência do rio Grande com o São Francisco, e os estudos de reconhecimento de terreno para a construção da estrada de ferro. Para esses estudos foi montada uma expedição que contava com especialistas renomados como o engenheiro Theodoro Sampaio e o geólogo Orville Derby. A partir de suas observações foram publicados livros e fizeram propostas de melhoria dos portos fluviais do São Francisco e a construção da ferrovia.

> O incremento de vias de comunicação tornava-se preocupação generalizada em todas as instâncias administrativas; a própria Constituição

> Estadual de 1891, no seu item II, Art. 109, §1º, estabelece como competência dos Conselhos Municipais a fiscalização e fixação de impostos sobre a viação, navegação e transportes que tenham os seus pontos inicial e terminal dentro do perímetro municipal. Isso não só indica a preocupação, como era também uma forma de estimular o melhoramento das comunicações internas ao município (MELLO, 1989, p. 44).

Nos primeiros anos de governo dos Coquís em Morro do Chapéu, começou a ser implementado um programa de reestruturação viária do município, com a construção de pontes e estradas, que facilitavam o transporte de cargas e pessoas e consequentemente, o escoamento das mercadorias.

Não havia muitos problemas com o transporte de diamantes e carbonatos dos garimpos que ficavam próximos à sede do município. As estradas que lhes davam acesso estavam em condições razoáveis de tráfego. Entretanto, nos garimpos mais distantes que ficavam nas cercanias do Arraial do Ventura, as estradas não estavam em boas condições de tráfego, o que aumentava o tempo e o risco nas viagens, sobretudo, quando a viagem era de animal. O mesmo acontecia para o escoamento da produção de outras atividades econômicas. Isso levava as vilas mais distantes da sede a comercializarem com outras cidades, dadas as péssimas condições de viação.

Com a facilitação da circulação de mercadorias, através da melhoria das redes de transporte, o mercado interno da região, fechado em si mesmo, integrou o município como um todo, influenciou o mercado externo, que era competitivo, baseado na troca de produtos não perecíveis e comercializado a grandes distâncias. Embora sejam instituições com funções e objetivos distintos, tanto o mercado in-

terno quanto o externo da região de Morro do Chapéu foram dominados pelo mesmo grupo, interessado na integração econômica regional e na transformação desta integração em dividendos políticos.

Para tanto, entre os anos de 1904 e 1907, foram recuperadas ou construídas vias de acesso para esses lugares, iniciando pelos mais próximos e/ou ligados à pecuária, como os distritos de Riachão de Utinga e Brejinho, – as principais áreas de pecuária do município – e, o escoamento da produção que por questões de logística era feito para Lençóis e Jacobina respectivamente, voltou a ser atraído a Morro do Chapéu e de lá enviado ao Recôncavo Baiano, reestabelecendo o antigo comércio de bois do norte da Chapada Diamantina com o litoral, decadente desde o fim do século XIX.

A reestruturação dos canais de comunicação tornou possível a circulação maior de pessoas e produtos, estimulando as atividades produtivas. Isso possibilitou um melhor escoamento do que era produzido. Assim, as localidades antes isoladas foram integradas ao restante do município e a outros locais da região, favorecendo uma ampliação na arrecadação de impostos estaduais e municipais. Para além disso, houve uma integração política inserindo essas comunidades. Isso foi fundamental para a ampliação da influência de grupos políticos melhores articulados.

Embora não esteja descrito nos livros de atas do Conselho Municipal, o conceito de progresso dos Coquís passa pela integração do município com outras cidades importantes da região e com a capital do Estado. Desde o início do século XX, com a instalação de uma agência dos Correios e Telégrafos que as informações chegavam e saíam da cidade com mais rapidez, ao invés de irem a lombo de burros das tropas ou à cavalo, através dos "positivos", pessoas enviadas pelos ricos locais, para levar cartas ou telegramas urgentes para Jacobina.

Mesmo com as notícias se deslocando mais rápido, as pessoas e mercadorias também necessitavam dessa agilidade, para isso, era necessária a reestruturação da Estrada Real que dava acesso à Jacobina e Lençóis. A estrada ligava os dois extremos da Chapada Diamantina: iniciava na cidade de Jacobina, que se localiza um pouco além do nordeste da Chapada, atravessando-a por completo até a cidade de Rio de Contas, na extremidade sul. A referida estrada foi concebida no século XVIII, para facilitar o transporte de víveres, principalmente carne, para as áreas de mineração de ouro em Jacobina e, diamantes na região de Rio de Contas.

Morro do Chapéu funcionava como um entreposto entre as duas extremidades abastecendo de carne a ambas, com as boiadas que vinham do oeste e ganhavam peso nos tabuleiros da Chapada. No início do século XX, a pecuária ainda era um item importante na economia da região, embora o poder econômico nesse momento estivesse mudando de mãos, deixando de ser exclusividade dos fazendeiros e gradativamente ficando concentrado nas mãos dos comerciantes de pedras.

Ainda que o comércio de carne fosse importante para as regiões mineradoras, a maior parte do que era produzido nas fazendas era enviado para o Recôncavo através da antiga estrada das boiadas seguindo o rio Jacuípe. O rebanho de Morro do Chapéu que estava diminuindo, nos últimos anos do século XIX e início do XX, era "engrossado" pelos bois de Mundo Novo e Camisão, que também ficavam nessa estrada. Juntos, ajudavam a abastecer o litoral. Os animais eram transportados até Feira de Santana ou São Gonçalo dos Campos, ali ficavam por alguns dias para recuperar o peso e então seguiam para a vila de Cachoeira, para serem distribuídos pelo Recôncavo e Salvador.

No caso dos diamantes e carbonatos, por ser uma carga de menor volume, era mais fácil de transportar embora de valor fosse muito maior que o gado. Provavelmente eram transportados sob escolta de jagunços, muito bem armados até a vila do França, hoje, distrito de Piritiba, distante de Morro do Chapéu pouco mais de 70 Km, onde ficava uma estação ferroviária da Leste Brasileiro. De lá eram enviados a Salvador.

Fazia parte também dos planos dos Coquís, restaurar a estrada que seguia de Morro do Chapéu a Feira de Santana, passando pelo França e, utilizar a influência do Coronel Dias Coelho, para conseguir que um ramal da via férrea ligando Morro do Chapéu ao França fosse construído. A ideia fora teoricamente efetivada em 1907, com a concordância do governador do Estado. Porém, a estrada de ferro nunca fora construída.

> A melhoria dos portos fluviais do São Francisco e a construção da ferrovia que ligava Juazeiro à Alagoinhas, dinamizou a economia da região do Médio São Francisco e Chapada Diamantina, com isso, passou a ser transportada uma grande quantidade de pessoas e mercadoria. (MELLO, 1989, p. 47).

Essa ferrovia passava por Jacobina e pela vila do França, próximo ao município de Morro do Chapéu, antes de seguir para Salvador. Dias Coelho entendia que era importante um canal ferroviário de ligação entre a vila de Morro do Chapéu e a estação da vila do França. Era pretensão dos Coquís, conseguir junto ao governo estadual a construção do ramal, o que quase foi efetivado no apoio do coronel ao candidato a governador, Araújo Pinho, que venceu o

pleito. Chegando ao ponto do governador José Marcelino anunciar os estudos de sua viabilidade no *Diário de Notícias*.

Reformas na educação

O Coronel Dias Coelho e seus partidários pretendiam tomar medidas mais efetivas para que o grupo se consolidasse e se mantivesse no poder. Ele sabia que desde as fatídicas eleições de 1899, os Coquís deveriam se empenhar em aumentar o número de eleitores oriundos das camadas mais baixas da sociedade local. Para isso foi implementado um projeto de alfabetização no município, que criava escolas, ou contratava professores para classes mistas em todo o município. Em 1898, havia apenas uma escola estadual com 28 alunos matriculados.

Quando Nery Batista assumiu a presidência do Conselho Municipal pela primeira vez, na virada do século XIX para o XX, foram criadas escolas municipais de primeiras letras, nos distritos mais importantes. Nos locais onde não havia condições de instalar uma escola regular, foram contratados professores para lecionarem em classes mistas que chamaremos de "classes avulsas". Por não se tratar de escolas formais, tinham como único objetivo alfabetizar uma quantidade de alunos, determinada pelo Conselho Municipal. Os professores eram contratados pela Intendência Municipal por um período de um ano e deveriam formar turmas de, no máximo, 25 alunos pobres, de ambos os sexos, indicadas, segundo o texto do *Livro de Atas*, pelos chefes políticos do distrito e fiscalizados pelo próprio Conselho com informações da comunidade onde estava situada a classe.

No período compreendido entre a primeira eleição disputada pelos Coquís em 1898 e, quando conquistaram a Intendência

Municipal, em 1903, o crescimento no número de eleitores foi de 47,5%, um número relativamente pequeno se comparado ao crescimento obtido nos anos posteriores. De 1903 a 1915, período que compreende da primeira vitória dos Coquís à última eleição do Coronel Dias Coelho, o crescimento foi de 329,9%.

Muito embora o crescimento dos investimentos educacionais em Morro do Chapéu não tenha sido diretamente proporcional ao número de eleitores, houve um crescimento 2.250% no número de alunos registrados pelo Conselho Municipal. Este número é significativo considerando que de 1899 até 1903, quando o grupo do Coronel Dias Coelho ainda não estava no poder, os investimentos em educação foram praticamente os mesmos, somente uma escola estadual existia no município e não houve nenhuma ampliação. Nos quatro anos posteriores, sob o mando dos Coquís, o número de escolas passou de uma para seis e foram contratados cinco professores para ministrar aulas avulsas. A partir de 1910, o Coronel Dias Coelho deixou a tesouraria e a contadoria da Intendência e começou a governar de fato e de direito o município, os investimentos ficaram ainda maiores a partir de então. Em 1911, já eram sete escolas e oito professores.

No primeiro governo de Dias Coelho houve um maior crescimento na quantidade de escolas, que passou de sete para dez e dobrou o número de professores contratados para locais onde não havia condição de implantar uma escola. Nesse mesmo período houve um crescimento de 293,7% no número de alunos alfabetizados por esses professores. Isso comparado com o aumento de 49,5% no número de eleitores.[42]

42 Os números de alunos e eleitores foram obtidos na observação dos livros de atas do Conselho Municipal de Morro do Chapéu de 1898 a 1915, esses livros encontram-se no Arquivo da Câmara Municipal de Morro do Chapéu.

Embora em termos absolutos haja uma disparidade entre eleitores e alunos alfabetizados, percentualmente, o aumento do número de alunos foi muito maior, como o processo educativo é lento, os resultados são observáveis somente algum tempo depois. Não há documentos como relatórios de aproveitamento, evasão e repetência nas escolas. Por isso não temos como fazer uma análise mais aprofundada dos métodos e dos resultados, e nem este é o foco do estudo. Porém, observa-se, que tanto as escolas municipais quanto as classes avulsas dos mestres-escolas contratados, tinham como único objetivo a alfabetização e, que a finalidade, ao menos a princípio, não era somente "produzir" eleitores, uma vez que as escolas e os professores contratados para as classes avulsas tinham como público-alvo turmas mistas, numa época em que indivíduos de diferentes gêneros, eram educados em classes escolares distintas. Essas turmas formadas por indivíduos do sexo masculino e feminino, juntos na mesma sala de aula, talvez significasse um avanço para a época, ou, o mais provável, uma economia de recursos públicos, pagando a um mesmo docente para uma turma única, ao invés de abrir novas turmas e contratar novos professores.

Não parece que havia, pelo menos nas atas, um projeto eleitoreiro, uma vez que somente aos homens era permitido o direito ao voto. Porém, isso não impedia que houvesse dividendos eleitorais com o investimento na alfabetização das meninas, uma vez que, elas poderiam ajudar, em casa, na alfabetização dos pais, irmãos e maridos, potenciais eleitores. Mesmo não sendo diretamente intencional, havia uma relação da alfabetização no município com os propósitos eleitorais. As votações nos Coquís seguem a mesma trajetória de ascensão dos números de escolas e professores em relação ao número de eleitores, o que nos leva a inferir que muitos desses

alunos, ao serem alfabetizados, serviriam de multiplicadores, auxiliando na alfabetização de pais e familiares.

Mesmo que as meninas alfabetizadas não chegassem a ser eleitoras, ao menos até a década de 1930, poderiam ter melhores oportunidades de vida e, seus pais e maridos que poderiam votar, teriam o ônus da gratidão aos partidários do Coronel Dias Coelho pela oportunidade de ascensão das filhas, estabelecendo ou reafirmando os laços de dependência e paternalismo. Na sociedade brasileira do início do século XX, o magistério era uma posição de prestígio. Ser professora era das poucas profissões socialmente aceitas para as mulheres, refletia em *status* para as filhas de todas as camadas sociais. Nas camadas populares, o referido prestígio era uma oportunidade de trabalho.

Na primeira década do século XX, em Morro do Chapéu, a possibilidade de ser "professora formada", ou seja, aquela que terminava o Curso Normal, ainda era um sonho distante para as famílias pobres, que não tinham condições de mandar seus filhos para estudar em outros lugares com mais recursos educacionais. O primeiro ginásio teve sua construção iniciada em 1916, e concluída anos após a morte do coronel em 1919. Isso não impediu que muitos desses egressos das escolas de primeiras letras e classes avulsas fossem contratados como professores leigos e se tornassem também alfabetizadores. Concluímos que, durante a primeira década do século XX, o trabalho de alfabetização no município, coadunado com a construção da imagem pública do Coronel Dias Coelho, se converteu paulatinamente em votos para os Coquís e consequentemente para o coronel, culminando na sua eleição para o Conselho Municipal em 1909 e posteriormente para a Intendência.

Além das ações educacionais anteriormente citadas, o governo dos Coquís se empenhou no melhoramento da infraestrutura do município de Morro do Chapéu, que na época era um dos maiores municípios baianos abrangendo um vastíssimo território, com características variadas de clima, de vegetação e da economia.

O apoio dado pelo Coronel Dias Coelho ao governador José Marcelino nas eleições de 1906, que resultou na eleição de Araújo Pinho para governador, foi de suma relevância, já que o apoio e os votos dos coronéis do sertão foram determinantes para o resultado do pleito. Com isso, esses coronéis liderados por Dias Coelho estavam em posição de fazer exigências ao governador eleito.

Alguns meses antes da eleição, no *Diário de Notícias*, edição de 15 e 16 de abril foi anunciado que os coronéis do sertão apoiavam a candidatura de Araújo Pinho, que pretendia suceder José Marcelino. Havia uma promessa de se construir um ramal de acesso à ferrovia que ligava Juazeiro a Alagoinhas. No dia 13 de maio, o *Diário de Notícias* anunciou que se iniciariam os estudos de viabilidade técnica para a construção de um ramal. A notícia repercutiu em toda a região, para a população era reafirmada a liderança regional do coronel e o prestígio que o mesmo tinha perante o governo estadual. Dois dias depois do anúncio do apoio ao governado, fora noticiado no jornal *O Diário de Notícias*, em Salvador, que a construção seria em breve viabilizada.[43] A dita construção também foi reafirmada nas correspondências do governador à Assembleia Estadual, em 1907, assim ele defende a ligação:

> A ligação descrita de Vila Nova da Rainha a Sítio Novo, passando por Jacobina, Mundo

43 Diário de Notícias, 18 de abril de1907.

> Novo, Orobó e Morro do Chapéu, se os estudos não se opuserem a passagem por este município, aliás, de grande importância pelas suas riquezas agrícolas e mineralógicas, suponho preferível ao traçado que de Jacobina procure Feira de Santana por Monte Alegre, Camisão por ser aquela zona muito mais talhada a desenvolvimentos pelas suas variadas riquezas naturais. (SOUZA, 1907).

A citação acima demonstra que mesmo após as eleições havia a intenção do governador de construir a ferrovia, dadas as possibilidades econômicas que são explicitadas, e, que inclusive servem de argumento em se preterir outra possibilidade, é a influência do Coronel Dias Coelho que está implícita, ao menos para quem estava inteirado das notícias estaduais.

Porém, a tão propalada estrada de ferro nunca foi construída, não encontramos na documentação nada que justificasse a não construção. Ao que aparenta, as promessas foram esquecidas junto com as cobranças. Talvez, como compensação, um ano depois, a vila de Morro do Chapéu foi elevada à categoria de cidade. Em decorrência da elevação à cidade, foi aumentado o número de cargos públicos estaduais que obviamente seriam indicados pelos Coquís na figura do Coronel Dias Coelho.[44]

Reformas urbanas

Antes do governo de Dias Coelho, Morro do Chapéu era uma cidade pequena, de ruas estreitas e com um comércio em expansão

44 Arquivo da Câmara Municipal de Morro do Chapéu – Bahia. Livro de atas de 1898 a 1915, p. 78.

graças à atividade mineradora que movimentou a economia tanto local quanto regional. Embora fosse a sede do município, Morro do Chapéu nem sequer era a maior vila, era menor que o Arraial do Ventura em economia e em número de habitantes. Contudo, a sede concentrava as lideranças políticas, principalmente, após a ascensão de Dias Coelho e dos Coquís que conseguiram que o referido não fosse emancipado. A partir do governo de Dias Coelho, a cidade experimentou um momento de crescimento, sendo completamente reestruturada, assumindo ares de modernidade, procurando se parecer cada vez mais com as cidades "bem estruturadas" do início do século XX, embora, nessa semelhança, não fosse levado em conta o tamanho da cidade que ora estamos tratando.

O motivo que levou a Intendência Municipal a tomar medidas efetivas de reestruturação da cidade de Morro do Chapéu foi o surto de varíola de 1910. As primeiras providências tomadas pela população para o combate à varíola, afastando as pessoas infectadas do convívio social, não fizeram o efeito desejado. Foi então necessário que o governo do município interviesse, adotando medidas drásticas para o controle da doença. Não há documentos que comprovem a data exata em que a varíola chegou a Morro do Chapéu, o que se tem, são relatos orais e poucos relatos de memorialistas.

Sabe-se, no entanto, que em meados de 1910, a "bexiga" chegou à região. Provavelmente o surto foi iniciado no Arraial do Ventura, onde foram conhecidos os primeiros casos, mesmo não havendo comprovação documental. Testemunhos orais contam que a bexiga fora trazida de Salvador pelos senhores Bolí e Marcolino Andrade,

comerciantes locais que viajavam com frequência à capital do Estado, aparentemente eles retornaram infectados para o Ventura.[45]

Os sintomas eram sempre os mesmos: febre alta e constante, e o aparecimento de pústulas fétidas que se espalhavam por todo o corpo e em pouco tempo levava o doente à debilitação e à morte. Ainda no Arraial do Ventura, foi adotado como prática de prevenção o afastamento dos infectados pelo vírus da varíola para os morros próximos ao arraial. Por força da tradição, esse local ficou conhecido como Serra dos Bexiguentos.

Em poucos dias o surto se espalha por toda a região chegando a Morro do Chapéu. Dada à gravidade da doença e às precárias condições de tratamento, as primeiras mortes começaram a acontecer e a cidade entrou em pânico. A "bexiga" era altamente contagiosa, e, logo se tornou um inimigo quase invencível. Os remédios e os tratamentos utilizados para o combate da doença eram quase sempre ineficientes. Esses tratamentos baseados no conhecimento popular não demonstraram resultados satisfatórios. Com isso, o número de vítimas fatais aumentou consideravelmente.

As primeiras medidas foram tomadas, seguindo o que já fora feito no Ventura, o isolamento dos doentes nas serras que ficavam cerca de dois quilômetros ao sul da cidade. Isolados, os enfermos deveriam ser tratados com álcool com cânfora, porém existia a dificuldade de encontrar álcool etílico hidratado, que ainda hoje é utilizado na medicina. Como alternativa as pessoas em Morro do Chapéu substituíam por cachaça, abundante em quase todo lugar, depois as pústulas eram perfuradas com espinhos de laranjeira ou mandacaru e, colocava-se cachaça com cânfora para impedir a infecção e a proliferação

45 Segundo depoimento concedido ao autor/pesquisador por Dona Maria Medrado de Souza, em 1997, então com 96 anos, na cidade de Morro do Chapéu.

das bexigas, contudo esse tratamento além de ser um paliativo, parecia não dar melhores resultados.

Essas foram as formas de tentar evitar a proliferação do vírus em Morro do Chapéu. Tentou-se afastar todos os possíveis infectados para um local estrategicamente escolhido, a "serra", para onde os doentes eram levados. Posteriormente, e até os dias atuais, ficou conhecida como "Serra dos Bexiguentos" – o mesmo nome do lugar que abrigou os variolosos no Arraial do Ventura – a decisão foi questionada pela Intendência. Pouco tempo depois, o local não era considerado com boa posição, levando em consideração o pensamento médico da época, em que se acreditava que as doenças eram transmitidas pelos "miasmas" maus fluidos transmissíveis pelo ar. A cidade era cercada de morros e a dita serra não parecia ser o melhor local por apresentar o risco de trazer a doença com o vento, que sopra da serra para a cidade. Os administradores chegaram à conclusão que mesmo com o afastamento dos infectados, estes continuariam a contaminar a cidade.

No local existem algumas reentrâncias nas rochas que são denominadas pelos moradores locais como "locas" onde as pessoas infectadas se abrigavam do frio e da chuva na expectativa de receber tratamento.

Todas as pessoas infectadas pela varíola deveriam ser retiradas da cidade e evadas a esse local, embora não existisse nenhuma determinação legal, a retirada dos doentes para a Serra dos Bexiguentos provocou pânico generalizado. As pessoas sadias se apavoravam com os boatos de que um dos seus vizinhos estava contaminado. Aqueles que tinham alguém da sua casa infectado apavoravam-se com a possibilidade de serem levados para os Bexiguentos, por se tratar, na prática, de uma quase sentença de morte. No caso dos doentes ficarem

em casa, representava o risco de contaminar os outros membros da família, além de provocar a ira dos vizinhos que se apavoravam com a possibilidade de ficarem doentes também. Portanto, a medida tornou-se pouco eficaz, pois, dentre outras coisas, quem tinha alguém infectado preferia esconder de todos até que o enfermo melhorasse, fosse descoberto ou viesse a falecer. O tratamento nos bexiguentos foi assim descrito por um antigo morador da cidade:

> [...] O tratamento do bexiguento, era, o sujeito tinha primeiro que colocar cachaça e cânfora, tomar e usar, apanhava a cânfora e botava na cachaça para poder botar nas feridas e botar talco, ele botava Lépido, qualquer coisa assim para sugar aqueles miasmas, depois fazia a higiene pessoal, naquele tempo acho que nem tinha nem sabonete, só aquele sabão de soda, não tinha querosene a luz era de azeite. No frio tinha o fogo, fazia o fogo e ficava ao derredor, devia ser terrível ficava 5, 6 ou oito dias ao derredor do fogo só sentindo os outros gemerem, não é terrível?[46]

Assim, as pessoas encaminhadas aos Bexiguentos praticamente não eram tratadas, a não ser pelos próprios companheiros de malogro. Poucos retornavam e os que morriam eram sepultados por lá mesmo. Uma pessoa não doente e que não tinha medo de ser contaminado, era designado para levar mantimentos e tratar das pessoas no local, esse indivíduo ficava impedido de retornar à cidade sem fazer a devida assepsia, ou seja, antes de entrar novamente na cidade deveria tomar um banho de cachaça e também, queimar as roupas

46 As informações sobre o tratamento da varíola em Morro do Chapéu foram fornecidas por Tolentino Oliver Guimarães, farmacêutico de Morro do Chapéu, em 1997. Na época da entrevista, ele contava com 81anos de idade.

usadas na serra e vestir roupas novas que eram deixadas próximas à cidade quando voltasse.

Pode-se observar que este tipo de tratamento tanto era precário como ineficiente. Como se tratava de uma virose em que o contágio se dava através do ar, a doença se espalhou com rapidez e infectou uma grande quantidade de pessoas em pouco tempo. A melhor forma de combater a varíola era a prevenção através da vacinação. Apesar de a vacina estar disponível na cidade, inclusive com vacinadores pagos pelo Estado desde fins do século XIX, a população de Morro do Chapéu se recusava a ser vacinada.

> Nessa época, a vacinação era feita braço a braço, retirando com uma agulha, pus das feridas de alguém já vacinado, para que os anticorpos fossem transmitidos de uma pessoa a outra. Durante uma ou duas semanas o recém-vacinado apresentava os sintomas da doença de maneira mais branda. As pessoas de maneira geral acreditavam que estavam sendo contaminadas e se recusavam a serem vacinadas. Somente com o surto os moradores declinaram das suas posições quanto à vacina e uma vacinação em massa começou a ser feita. (CHALHOUB, 1996).

Dessa forma, o que se poderia fazer era um tratamento paliativo, cuidando dos sintomas e rezando para que a vítima sobrevivesse. Com o acompanhamento dos sintomas, o objetivo era não permitir o aparecimento de doenças oportunistas como a pneumonia e a gripe, seguidas normalmente na varíola, de uma fraqueza geral e tumoração que tem que ser acompanhada com uma assepsia com femol (um antisséptico geral, descongestionante e fortificante), fazia-se tudo, inclusive tratar as bexigas com maior cuidado para não infectar.

O desenvolvimento farmacêutico na época não permitia a produção de remédios em escala industrial, nem tampouco uma oferta grande de medicamentos, principalmente para os municípios mais distantes dos grandes centros. Mesmo assim, a função do farmacêutico, ou boticário, era essencial, o próprio Coronel Dias Coelho havia trabalhado nesta profissão por muito tempo, na época do surto de varíola. Ele não mais trabalhava como boticário, mas ainda mantinha algum conhecimento da área e possuía duas farmácias, uma no Arraial do Ventura e outra na cidade, ambas levavam o seu nome. O Senhor Tolentino Oliver Guimarães, antigo boticário da cidade assim relata como alguns medicamentos eram fabricados:

> [...] eu tinha tudo, balança de precisão de Roberval, eu pesava tudo e fazia o remédio, fazia o remédio era com Estricnina, Cocaína, um bom anestésico Cocaína, tava aí, mas ninguém abusava, não tinha esse negócio de cheirar, eu mesmo muitas vezes tive Cocaína apenas fazia a solução para poder anestesiar. Remédio de laboratório tinha, mas, a maioria era eu mesmo que fazia, eu fiz muito parto, então naquele tempo remédio era Licor de João Paz, um sedativo, alguns desses remédios ainda tem hoje aqui, Biotônico Fontoura, biotônico é vinho de Málaga só é um vinho gostoso, o resto é propaganda, aqui tinha um Tônico Bayer, era da Bayer, era muito falado naquele tempo. O impaludismo foi uma das doenças terríveis, sabe o que é impaludismo? Malária, pois é, naquele tempo, tinha para vender aqui, Elixir de Wintersmith, era elixir americano, amargava você nem queira saber o quanto, combatia a Malária, depois veio o Nistaquino, o Sulfato de

> Quinino, veio a Metodina, hoje você dá uma dose ao sujeito e ele tá bom.[47]

Na região não havia médicos em quantidade suficiente para atender à população, mesmo quando não havia epidemia. Em Morro do Chapéu, periodicamente vinha um médico, mas, isso não era uma constante, por isso os serviços do boticário eram essenciais. A maioria deles não tinha formação acadêmica, aprendiam o ofício com outros boticários mais experientes e com a prática do dia a dia, prestavam um importante serviço à população, realizando partos, fabricando os remédios e medicando os enfermos.

Em agosto de 1910, a Intendência Municipal reage ao surto de varíola promulgando a Lei Municipal n. 31. Essa lei era composta do *Código de Posturas Municipais* e das normas específicas para a tentativa de erradicação da varíola no município.[48] Embora o maior motivo das reformas tenha sido a epidemia, o projeto de lei vai além disso, buscando modernizar a cidade, fazendo com que essa se diferenciasse das outras, na região e no Estado.

No primeiro momento foram adotadas medidas específicas para o combate à varíola. O que se pregava na ciência médica da época é que, os miasmas eram o maior fator de transmissão das doenças. Tratava-se de "maus fluidos" exalados por matéria orgânica em decomposição quando em contato com o ar que não circulava, um forte vetor de doenças. Era necessário possibilitar que o ar circulasse livremente por todas as ruas e casas, com espaços amplos e abertos, preferencialmente arborizados. No caso da varíola, que se tratava de uma virose, o contágio não se dava pelos miasmas, mas,

47 Tolentino Guimarães na mesma entrevista.

48 Lei n. 31, de 1910, Livro de Leis do Conselho Municipal de Morro do Chapéu. Arquivo da Câmara Municipal de Morro do Chapéu.

era facilmente propagado pelo ar. Assim, seguiu-se a ideia de tratamento iniciada como o afastamento das pessoas sadias das doentes, utilizados nos primeiros momentos, porém fundamentados com base científica. Inicialmente foi necessário restringir ao mínimo o contato dos doentes com os sadios, fora criado um local específico na cidade para o tratamento das pessoas que fossem infectadas, para que estas recebessem o tratamento adequado, sem o risco de contaminar outras pessoas.

No entanto, para que a tentativa de evitar as contaminações fosse eficaz, era necessário que alguns elementos da estrutura urbana fossem modificados. A primeira dessas mudanças foi a realocação do cemitério. Como era de costume no Brasil desde os tempos de colônia, os mortos eram enterrados dentro ou atrás das igrejas. Em Morro do Chapéu, no início do século XX, o cemitério não estava localizado nas cercanias da igreja e também não mais se sepultava no seu interior. O cemitério local havia sido transferido para os limites do perímetro urbano desde o início do século passado. Com o crescimento da cidade este já se encontrava dentro da cidade. A primeira medida tomada foi a de se mudar novamente o cemitério para mais longe, então foi instalado em uma colina distante mais de um quilômetro ao norte da cidade, no extremo oposto a Serra dos Bexiguentos para não correr o risco de trazer para a cidade os miasmas exalados pelos corpos em decomposição, pois em nenhuma época do ano corria-se o risco do vento soprar do cemitério para a cidade. A ideia de se modificar o local do cemitério não era nova, em outros locais isso já havia ocorrido; em Salvador, provocou revoltas; em Paris, o Cemitério dos Inocentes também fora retirado do centro da cidade e instalado fora dos seus limites como forma de prevenir doenças.

Essa não foi a única medida adotada. Com relação aos falecidos, a partir dessa lei, foi abolido o costume de se utilizar o caixão da misericórdia e adotada a prática de se sepultar com urnas funerárias, ou seja, ao invés de se utilizar o caixão da igreja somente para o transporte até o cemitério e depois trazido à urna mortuária, para ser novamente utilizado, aqueles que falecessem após a lei, deveriam ser enterrados dentro dos caixões que não mais retornariam para a cidade. Aqueles moradores comprovadamente pobres que não tivessem condições de comprar um caixão receberiam um da Intendência. Os que faleciam na cidade deveriam ter um velório rápido e ter o trajeto fúnebre por fora da cidade pelo lado oeste até o cemitério, sem correr o risco de atravessar a cidade, de forma que o vento não soprasse para a cidade evitando o risco dos miasmas serem trazidos e contaminar a população. Todas as roupas dos mortos deveriam ser incineradas, também em locais afastados da cidade logo após os funerais.

As normas eram ainda mais rígidas para os mortos pela varíola, os "bexiguentos" não poderiam receber a extrema-unção, a não ser que estivessem convalescendo fora dos limites da cidade, como medida de segurança, também estava proibida a missa de corpo presente, uma vez que a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Graça ficava no centro da cidade, tanto para chegar quanto para sair da igreja, vindo de qualquer direção, o féretro teria que atravessar a cidade, o que era proibido pelo *Código de Posturas Municipais*. Nesses casos, além de perder o seu ente querido, os parentes não tinham nem a possibilidade de se despedir do morto nas cerimônias de velório, o falecido, deveria ser sepultado imediatamente, com as roupas que vestia no instante em que morreu, e, no prazo máximo de 12 horas e todas as suas roupas e pertences de uso pessoal deveriam ser incinerados

fora dos limites da cidade, sempre numa posição que não trouxesse a fumaça, e consequentemente os miasmas, para a cidade.

Havia próximo à entrada de Morro do Chapéu uma árvore que ficou conhecida como "pau de rede", recebia este nome porque os mortos, na maior parte das vezes, eram conduzidos de locais próximos para a cidade em padiolas feitas por uma rede e uma trave. Como os mortos estavam impedidos de adentrar na cidade, ao chegar próximo, eram transportados para um caixão e a rede pendurada na árvore para ser incinerada, junto com as roupas do defunto.

Essas medidas tomadas pelo Coronel Dias Coelho na Intendência envolviam muito mais do que a simples condução dos mortos para o cemitério local, estavam em jogo também, os conceitos religiosos pregados pela igreja, como a absolvição dos pecados no momento da morte ou a missa para encomenda da alma que ficaram impossibilitadas. Para os parentes, a impossibilidade de um velório, sem o tempo necessário para se despedir daqueles que conviveram consigo por anos, deveria aumentar ainda mais a dor da perda. No entanto, mesmo normatizando coisas tão íntimas de cada família e intrometendo-se em questões de foro íntimo relacionadas à fé, não se tem registrado nenhum movimento de revolta, seja porque não foram registradas, seja por não existirem mesmo. Ao que parece, o respeito ao coronel, que obviamente deveria contar com o apoio do padre, aliado ao medo que a doença imprimiu na cidade, havia multa para quem descumprisse essas normas, mas não foram encontradas nem nos documentos da Intendência e nem nos arquivos judiciários, processos contra alguém que tivesse descumprido essas regras.

No âmbito da cidade, as mudanças também ocorreram na estrutura urbana do município, na *belle époque* as cidades eram consideradas

organismos vivos, cortadas por artérias largas para permitir a circulação de pessoas e de mercadorias.

O projeto do Coronel Dias Coelho também contemplava isso, para tanto, foi determinado pela Intendência a normatização das construções urbanas, respeitando novas metragens para as ruas e casas. As ruas deveriam ter a metragem mínima de 14 metros de largura e as praças 30 metros, as casas que não obedecessem a essa metragem deveriam ser demolidas e construídas seguindo o novo alinhamento das vias. A cidade então fora reconstruída com ruas largas e retas com uma avenida principal que media 18 metros de largura, paralela a outras duas com 14 metros cada uma; essas ruas eram cortadas por artérias menores que faziam a ligação entre elas que nunca mediam menos que os 14 metros estabelecidos no projeto. Durante o trajeto das avenidas principais que seguiam no sentido norte-sul, eram cortadas por três praças, uma delas com metragem maior que os 30 metros, unia as três avenidas principais e as outras duas uniam cada uma das ruas paralelas à principal.

As reformas de Morro do Chapéu foram similares às que aconteceram em Paris anos antes. Com as reformas capitaneadas por Haussmann, administrador da cidade na época, foram construídas ruas, avenidas, pontes e praças ligando os principais pontos da cidade, de forma que ela era cortada por dois eixos, um norte-sul e outro leste -oeste que possibilitava a comunicação do centro com a periferia. Para facilitar a circulação, as ruas foram alargadas com vias de 18 metros chegando alguns bulevares a atingir 30 metros (ORTIZ, 1991).

Em Morro do Chapéu as reformas ocorreram também em âmbito público, com a remoção do cemitério, pavimentação, arborização e alargamento das ruas que nunca deveriam ser inferiores a 12 metros de largura. Atingiu também o âmbito privado na construção

das casas determinando a altura de quatro metros e meio para as casas térreas e quatro metros por andar para os sobrados, todas rebocadas e caiadas ao menos uma vez ao ano.

As ruas assumiram um aspecto mais "moderno", todas retilíneas e formando quadras, evitando-se a construção nos morros ao redor da cidade. As moradias do centro foram destinadas à elite dominante com exceção da residência do Coronel Dias Coelho que preferiu construir sua casa mais afastada do centro, talvez mais perto dos pobres, ainda que distante dos territórios não recomendáveis para a liderança local.

O projeto de reurbanização também previu algumas medidas de ordem meramente estéticas. Era estabelecido também no *Código de Posturas* que todas as residências do perímetro urbano deveriam ser caiadas ao menos uma vez por ano durante as comemorações do dois de julho, novamente, para aqueles que não poderiam arcar com a pintura caberia à Intendência fazê-lo. Embora não tenha relação direta com o tratamento das doenças, dava à cidade um aspecto de limpeza e saúde melhorando ainda mais o aspecto para quem a visitava, as ruas retas e largas estavam sempre limpas e as fachadas sempre caiadas; impressionava a quem chegava e orgulhava os moradores. Os estudantes desfilavam fardados ao som da filarmônica e a população era convidada a participar das festividades.

Outros fatores parecem não ter uma preocupação higiênica, apenas estética. Havia a obrigação legal de todas as casas serem caiadas no dia do aniversário da Independência do Brasil.[49] É perceptível que, a administração de Dias Coelho incorporou uma noção de progresso vinda de fora. As reformas urbanas deram a Morro do

49 Cabe lembrar que no século XIX e início do século XX a Independência do Brasil na Bahia era comemorada no dia 02 de julho.

Chapéu um padrão estético importado, mais adaptado à cidade do pensado para ela, porém, percebe-se também que as modificações na cidade surtiram o efeito desejado, o surto de varíola foi controlado e a cidade assumiu novas feições. Com uma economia já lastreada no comércio, o impacto das secas se torna menor e a própria pecuária se recupera, embora, em mãos de administradores mais competentes.

Após o perigo de a varíola ter passado, as mudanças urbanas continuaram a ser implantadas pelo *Código de Posturas*. Havia uma preocupação especial com a higienização e a saúde pública. Era determinado na lei n. 31 que todos os animais, que viessem a ser abatidos para serem comercializados na feira da cidade, deveriam passar por uma inspeção e serem sacrificados em local apropriado. Esses locais ficaram conhecidos como "currais de matança". Foi determinado pelo Conselho Municipal que deveriam ser construídos esses "abatedouros" em todos os distritos. O curral de matança de Morro do Chapéu, ficava um pouco afastado das ruas. Como forma de se cumprir a lei, havia uma rígida fiscalização na feira e a carne proveniente de abatedouros clandestinos era apreendida e o comerciante multado. Caso o fiscal falhasse nas suas funções, também receberia multa e poderia ser demitido.

Para as feiras no município foram construídos barracões tanto na cidade como nos distritos maiores, a reunião de todos os feirantes no mesmo lugar facilitava o controle, a fiscalização de produtos irregulares bem como a cobrança de impostos.

As medidas de higiene atingiram também as lavadeiras. Ficava proibido pelo *Código de Posturas* que elas exercessem as suas funções dentro do perímetro urbano, isso atingia principalmente as lavadeiras de ganho. Elas utilizavam o leito do rio Jacuípe que passava alguns metros por trás das casas na margem sul da cidade.

Para a resolução do problema foi construída uma lavanderia pública distante das casas, mas, de fácil acesso, chamada fonte do Pó-Só, com uma estrutura montada para que não prejudicasse a higiene da cidade, nem tampouco impossibilitasse o trabalho das lavadeiras. A água da lavanderia era filtrada por canais de decantação e devolvida ao rio Jacuípe pouco mais adiante.

O projeto de reurbanização não se restringe somente ao *Código de Posturas* da lei n. 31, a cidade passou durante todo o período de governo do Coronel Dias Coelho e mais efetivamente de 1910 a 1919, por uma modernização, assumindo ares do que se chamava na época civilizada. Nesse período foi instalada iluminação a gás em todo o perímetro urbano e a cidade de Morro do Chapéu, que já tinha uma vida social agitada para o seu tamanho, contando com teatros, e apresentações frequentes de filarmônicas e grupos teatrais, foi ainda mais impulsionada com a possibilidade dos espetáculos entrarem noite adentro com mais conforto, além de proporcionar aos transeuntes maior segurança para sair à noite aumentando o trânsito noturno na cidade. Além da cidade somente dois distritos foram agraciados por Dias Coelho com a iluminação a gás, por serem os maiores: o distrito do Brejinho e o Arraial do Ventura.

Apesar das leis servirem para todo o município, as reformas não atingiram todos os distritos. Os mais distantes ou menores não passaram pelas reformas, mesmo nos distritos maiores como no Brejinho ou no Arraial do Ventura, as ruas e casas não foram substancialmente modificadas, ficando a modernidade propalada pelos Coquís reservada somente à cidade.

O projeto de Dias Coelho atingiu as áreas cruciais do Município. Além das implicações não somente econômicas, representavam um avanço para a época. Nos seus discursos, prometia

progresso e modernização para o município, o que de certa maneira foi cumprido.

A morte abrevia o governo de Dias Coelho

O município reconhecia no coronel a liderança necessária e incorporava as mudanças e os novos modos de pensar e agir na cidade. Não encontramos nos relatórios do Conselho Municipal, críticas abertas ao coronel, é possível que elas tenham sido suprimidas ou não registradas, mas, é provável também que o coronel negro tenha conseguido cativar os moradores de forma tal que não houvesse uma oposição forte o suficiente para demonstrar outra realidade.

O coronel antes de assumir a administração já era um homem admirado, algumas de suas características foram aperfeiçoadas. Com os anos de política era astuto, sabia negociar e tinha forte influência em todas as camadas da sociedade local. Durante toda sua vida conseguiu superar muitos preconceitos.

O governo do Coronel Dias Coelho foi finalizado em fevereiro de 1919, com o falecimento do líder. Os seus seguidores ainda permaneceram por pouco tempo no poder, sem no entanto empreenderem modificações substanciais no município, o que nos leva outra vez a questionar se o projeto de modernização estava concluído, ou se era um projeto pessoal do líder em questão?

Ao final de 16 anos no poder, sendo que desses somente nove foram efetivos na Intendência, a cidade de Morro do Chapéu estava entre as mais importantes do Estado, todo o município estava interligado por estradas que levavam à sede, e esta, estava ligada por estradas às principais cidades do Estado da Bahia, principalmente a Salvador, mesmo que o tão sonhado ramal da estrada férrea nunca tenha saído do papel. As escolas alcançaram todo o município e

houve um aumento significativo no número de professores. Havia teatros, orquestras filarmônicas, grêmio literário e biblioteca pública. As ruas eram retas e largas, não havendo mais o temor de epidemias. Com a saúde pública constantemente vigiada a população tinha acesso, nas principais ruas, a água encanada e iluminação a gás.

Depois da morte do líder, o projeto começa a desmontar. A lei n. 31 que fundamentava o *Código de Posturas Municipais deixou* de ser cumprida. Despois de 1930, mais precisamente em 1932, com a decadência do carbonato, conjuntamente com uma seca de grandes proporções, o município decaiu econômica e politicamente, deixando de influenciar o Estado da Bahia.

Mesmo com o fim da reforma urbana, a imagem do coronel continuou presente na cidade por alguns anos, até que fosse apagada dos registros em Morro do Chapéu. As circunstâncias da morte e o apagamento da memória, serão tema da próxima seção.

A MORTE DO HOMEM E O FIM DO MITO

Dois meses após completar 54 anos de idade, fechava os olhos pela última vez Francisco Dias Coelho. Diferente do seu nascimento, a morte foi cheia de pompa e coberta de homenagens. Se poucos presenciaram o dia do seu nascimento, no dia da sua morte mediavam a tristeza da família e amigos mais próximos, e a curiosidade da população do Estado da Bahia, ainda que fosse conhecido pelos grandes comerciantes e políticos do Estado.

Nos últimos momentos de vida era um homem extremamente rico, importante comerciante de pedras preciosas na Bahia com ramificações comerciais em outros Estados do Brasil. Mas seus negócios iam além do comércio de minérios, era também fabricante de aguardente, criador e exportador de gado, proprietário de casas comerciais em Morro do Chapéu e cidades próximas, além de Salvador.

Com a sua morte, chegava ao fim um período de ascensão econômica, política, social, pessoal e familiar, de alguém que galgou o topo da pirâmide social baiana. Era rico, prestigiado e celebrado pela população local, e isso também era manifestado pelas elites econômicas e políticas da capital da Bahia. Como em toda a sua vida política e econômica, a morte também foi espetacularizada e cheia de

representações. Desde a rápida decadência da sua saúde até o momento em que faleceu, o jornal local noticiava e mantinha a população informada. Depois que o coronel sucumbiu, outro espetáculo foi montado, por mais de um mês os jornais informaram as missas e homenagens que aconteciam tanto na cidade do interior quanto na capital do Estado.

A população pobre que se identificava com a sua ascensão e atitudes – demonstrando o quão eficazes foram as estratégias utilizadas em vida para dominar a região – chorava, os sócios comerciais não tão próximos, demonstravam algum pesar e certamente, buscavam adaptar os seus negócios a novos tempos, enquanto os políticos locais e estaduais procuravam ser vistos como amigos próximos que sofriam tanto quanto a família e a população, também buscando adaptar-se a um novo período sem o apoio de Dias Coelho nas eleições.

Foi um pesar misturado com festa, despedida juntamente com novas relações onde as estratégias deveriam ser adaptadas a novos nomes que iriam substituir o coronel morto. Entretanto, aos políticos locais que estavam eclipsados pelas ações do coronel negro não interessava, em um período longo, manter a imagem do chefe, e com o passar dos anos foi paulatinamente esquecido, até que no fim do século XX, pouco ou quase nada na cidade rememorava aquele que pode ter sido o seu filho mais ilustre.

Assim, o objetivo da seção seguinte é analisar as circunstâncias da morte do Coronel Francisco Dias Coelho, a repercussão do fato na cidade e na capital do Estado da Bahia, assim como, a continuidade da política local até a imagem do homem fenecer. Para isso, foram utilizados jornais da cidade e da capital da Bahia, fotografias e livros de memórias depositados em arquivos privados.

As circunstâncias da morte de Dias Coelho

Em 19 de fevereiro de 1919, faleceu o Coronel negro Francisco Dias Coelho em Morro do Chapéu. A notícia rapidamente chegou à cidade e região próxima, e, em pouco mais de 24 horas o corpo sem vida baixou à sepultura na pequena capela de Nossa Senhora da Soledade, que anos antes fora erigida ao lado da sua residência. Nesse lugar estava uma imagem da santa de mesmo nome, supostamente presenteada por uma empresa de comércio de carbonatos francesa ante uma recusa do coronel de viajar à França poucos anos antes. Era o fim da vida do homem, mas não da utilização da sua imagem pública por parte dos seus seguidores, que ainda continuaram a explorar o legado político e de propaganda do coronel por algum tempo, até que o partido se adaptou a novos tempos sem a necessidade da figura lendária de Dias Coelho.

A notícia do passamento não foi uma completa surpresa, meses antes, o jornal local – *O Correio do Sertão* – noticiava semanalmente a evolução do estado de saúde do seu chefe político. Como fora anteriormente dito, esse periódico foi fundado dois anos antes com a intenção de tornar públicas as ações do partido. Nesse jornal, todas as ações do líder eram reportadas e havia certa simbiose entre as obras do partido e as do seu chefe, as inaugurações ou visitas importantes, propostas políticas ou administrativas, assim como, notícias sobre a vida pessoal do coronel que estavam sempre nas matérias publicadas. Os leitores estavam acostumados a ler com riqueza de detalhes as comemorações do seu aniversário, mas nos últimos meses, as mais importantes notícias do jornal eram as que informavam sobre o estado de saúde do chefe.

Em 23 de dezembro, o *Correio do Sertão* divulgou a notícia de que o coronel havia convocado um médico da cidade próxima de

Mundo Novo. O doutor André Curvelo era um antigo e experiente médico, muito conhecido na região. A notícia da sua vinda causou certa preocupação entre os correligionários uma vez que, o chefe tinha em sua casa um bacharel em medicina, seu filho, o doutor Deusdedith Dias Coelho, que havia estudado na capital e retornou a Morro do Chapéu para exercer a profissão, passando a impressão que o problema era maior do que a capacidade técnica do jovem médico. Por sua vez, o jornal minimizou a informação avisando a população que a opinião do outro médico apenas indicou um tratamento mais acurado para o coronel a ser realizado na capital, que seria iniciado em pouco tempo.

A forma de abordar a notícia era sempre a mesma, ao passo em que uma notícia demonstrava preocupação, imediatamente ao fim da nota se publicava melhorias no estado de saúde, envolvendo os leitores na luta do chefe pela sua vida. Em 19 de janeiro de 1919, o *Correio do Sertão* publicou:

> Vai gozando uma melhora satisfatória o nosso Chefe (sic) Coronel Dias Coelho. Ultimamente tem se sentido mais forte, já se preocupando em serviços de seu gabinete. Tenciona ele, logo que possa viajar para a Bahia (Salvador) –tratar de sua saúde. Desejamos-lhe completo restabelecimento.[50]

A notícia parecia ser um prenúncio de que coisas piores estariam por acontecer. A construção mencionada pela matéria do jornal, se referia a um ginásio, que era o maior projeto administrativo do coronel na área de educação pública. Havia na época um vazio em termos de edu-

50 Correio do Sertão, 19 de janeiro de 1919, p. 1. Arquivo do *Correio do Sertão*, Morro do Chapéu, Bahia.

cação além das primeiras letras para a região. Os jovens que concluíam a educação primária e queriam continuar os estudos, tinham que sair da cidade e a opção mais próxima estava a 80 quilômetros, no município de Wagner, que fora distrito de Morro do Chapéu, onde havia a presença de missionários presbiterianos que construíram uma escola, um hospital e uma igreja. Contudo, a população de Morro do Chapéu não simpatizava com a ideia de protestantes educarem os seus filhos, por isso era intenção do coronel manter um ginásio custeado pelo município.

Mas não somente essa era a grande realização do coronel como benemérito. No princípio daquele ano, antes do dia 19 de janeiro, o periódico noticiou uma epidemia de gripe espanhola no distrito do Ventura, também exultava o mandatário que doou naquele momento, de seu próprio bolso, uma soma considerável de dinheiro junto com a verba do município que pretendia combater a moléstia.

Um mês depois, as condições de saúde do coronel pareciam piorar, o tom animador das notícias anteriores, deu lugar a preocupação. A presença do médico contratado em Mundo Novo foi noticiada como uma visita de cortesia, porém, já se especulava que as coisas não estavam tão bem e que a morte era eminente. Sete dias depois da notícia da suposta visita de cortesia, ocorreu o que já se esperava, o Coronel Francisco Dias Coelho havia falecido, as suspeitas da população se confirmaram, a partir deste momento, os correligionários se preparavam para as homenagens póstumas.[51]

51 *Correio do Sertão*, 19 de fevereiro de 1919. AJCR, Morro do Chapéu.

Como o jornal da cidade reportou a morte do Coronel

A tão indesejada notícia do falecimento foi divulgada, em 23 de fevereiro de 1919. Foi noticiada a morte do Coronel negro Francisco Dias Coelho de Morro do Chapéu. A matéria foi publicada com uma grande quantidade de adjetivos e coberta de elogios ao chefe recém -extinto, em uma edição que mesclava poemas, declarações pessoais de pessoas importantes do local e da capital, conjuntamente com as impressões que os jornalistas tinham do momento.

Assim foi descrita a morte e o enterro do coronel:

> A mão inexorável da morte acaba de roubar ao Morro do Chapéu o maior de seus filhos - O Coronel Francisco Dias Coelho. Com ambas as mãos trementes a suster-lhe a fronte macilenta, a sua terra-natal chora, neste momento, a memória de seu grande morto, que em vida, soube manter a honestidade, a concórdia, o bem comum, o enaltecimento, da terra que lhe serviu de berço. Coração nobre, grande, magnânimo, nobre de bondade, grande de benemerência, magnânimo de caridade. O Coronel Francisco Dias Coelho, com um sorriso nos lábios, cativava ao forasteiro, animava ao fraco, mostrava o caminho do dever ao viajante perdido da existência, protegia aos pobres numa paciência exemplar e digna de apreço. A sua morte abriu um vácuo imenso no coração do município de Morro do Chapéu; a sua falta será impreenchível. Chefe modelo, de fino trato, de largos ideais, ele abafava o alvoroço da política, a fim de cumprir a toda risca o seu programa governamental, a fim de manter a ordem progressista de seu município guardando silenciosamente no escrínio de sua

> alma todas as contrariedades que lhe apareciam momentaneamente na escabrosa rotina da política. O Coronel Francisco Dias Coelho parecia dormir. Durante todo dia, de hora em hora, momento em momento, de diferentes lugares do município chegavam pessoas amigas que vinham render-lhe o derradeiro tributo de amizade e gratidão ao seu inesquecível chefe. Às oito horas da manhã do dia 20 de fevereiro efetuou-se o seu enterramento na capela de Nossa Senhora da Soledade.[52]

A matéria qualificava o coronel com um caráter quase que messiânico, a quantidade excessiva de adjetivos se aproximou do exagero no momento da sua morte, colocando o chefe acima dos cidadãos comuns do município.

Em outra reportagem, o jornalista afirma que mais de 600 pessoas estavam presentes no momento do funeral, e que todo o velório foi realizado em sua residência, que, como em outros dias de festas e espetáculos, era aberta à população. No momento do espetáculo da morte não foi diferente, mesmo com um amplo espaço em frente à capela que está ao lado da casa de morada, o número de pessoas citadas pelo jornal, parecia ser uma multidão. Nessa mesma reportagem, o autor descreve entre os presentes, as pessoas mais destacadas da população, recebimento de telegramas e cartas vindos de vários lugares da Bahia, e ainda justifica a ausência de alguns membros do partido por estarem em viagem no momento do funeral e não haver tempo para voltar à cidade. Com referência à redação da notícia era sempre a mesma: cheia de exageros e adjetivos.

52 *Correio do Sertão*, 23 de fevereiro de 1919. AJCR, Morro do Chapéu.

A palavra "catástrofe" utilizada para qualificar a morte do coronel, pretendia indicar todo o pesar e tristeza da população que foi seguida pelas autoridades. O Conselho Municipal decretou luto oficial e convocou a população para decidir quais seriam os destinos da cidade sem o chefe. Como forma de demonstração pública das autoridades locais, outras instituições oficiais decretaram as medidas de expressão de sentimentos. O município decretou luto oficial por sete dias, e, as escolas estaduais e municipais suspenderam as suas atividades por igual período.[53]

Duas questões chamam a atenção: a primeira é que havia o costume na Bahia, desde séculos anteriores, que o momento da morte era a hora de fazer as pazes com a religião. Para os católicos, esse momento era decisivo para a entrada nos céus ou purgar no inferno pela eternidade, assim, rituais eram necessários para demonstrar a bondade e o arrependimento do defunto, ainda que fosse feito na hora da morte ou imediatamente depois disso. Era comum ser enterrado com as melhores roupas ou com vestes de significado cerimonial, como: hábitos de ordens católicas, principalmente franciscanas, a utilização de carpideiras e doação de esmolas como provas à Deus de sua bondade e diminuir a distância para o céu. O historiador baiano Reis (1991, p. 90) afirma que a ritualização teria o objetivo de tornar a passagem dessa vida para o "além", mais tranquila protegendo seus mortos de serem atormentados por almas perdidas.

No caso de Dias Coelho, a espetacularização da sua vida seguiu em sua morte, seu maior símbolo de *status*, a farda da Guarda Nacional, foi a veste escolhida por parentes e amigos, além da missa realizada pelo padre local, pouca coisa foi descrita como ato religioso, mesmo o defunto sendo conhecido como um bom católico e homem

53 *Correio do Sertão*, 02 de março de 1919, p. 2. AJCR, Morro do Chapéu.

religioso, nas reportagens do jornal local, parece que ele mesmo era um tipo de divindade com todas as características sobre- humanas que o colocavam em posição de destaque frente aos demais cidadãos.

A segunda, é que o jornal cumpriu a função para a qual foi fundado, de levar ao público as ideias do partido político liderado pelo coronel, e, também como instrumento de construção e manutenção da imagem pública do mesmo. Neste momento, o principal interessado na manutenção da imagem estava morto, os outros membros do partido aproveitariam os dividendos políticos que a morte do líder geraria para a continuação do programa de poder, dessa maneira, era fundamental que a imagem de homem extraordinário se mantivesse e fosse passada aos que viriam a comandar depois dele.

Importa frisar que, a repercussão da morte do coronel negro não foi somente local, os setores políticos e econômicos da capital também se manifestaram diante do falecimento e funeral do chefe sertanejo, ao longo de alguns dias os principais jornais de Salvador noticiaram a morte e as homenagens póstumas prestadas a Francisco Dias Coelho. A introdução de cabos telegráficos, alguns anos antes foi fundamental para que a notícia chegasse a todos os lugares. Em Salvador, os principais jornais relataram o fato com mais ou menos intensidade conforme a orientação política do meio de comunicação.

O que disseram os jornais da capital

As primeiras notícias foram veiculadas três dias depois, em 22 de fevereiro pelos principais jornais que apoiavam o governo, que desde 1915, era dominado pelo Partido Republicano Democrático, comandado por J.J. Seabra, um antigo chefe político estadual que foi inimigo de Dias Coelho nas eleições de 1906, mas que neste momento eram aliados. Desde 1912, que o P.R.D. controlava a política

baiana através do legislativo baiano e das alianças com os coronéis sertanejos que desarticularam quase por completo a oposição na Bahia (SAMPAIO, 1975, p. 89).

Era natural que o jornal oficial do partido fosse o primeiro a reportar o fato, e o fez dessa maneira:

> Telegramas particulares trouxeram-nos a dolorosa notícia de haver falecido o Coronel Francisco Dias Coelho, nome vantajosamente conhecido como chefe político de real valor e benéfica influência nos municípios de Morro do Chapéu e Wagner e cidadão possuidor das mais belas virtudes. Ele era correligionário do Partido Democrático do que se dedica há muito, tendo compreendido e realizados nos domínios da política e da administração, o ideal do progresso e honestidade, tudo havendo feito em benefício da terra de seu berço que muito prosperou e floresceu ao influxo de seus reconhecidos sentimentos patrióticos.
>
> O Coronel Francisco Dias Coelho era depositário de maior confiança do alto comércio na rica zona de sua residência. A morte de tão lastimável cavalheiro, benquisto chefe sertanejo que, pela sua fineza habitual, granjeava grandes simpatias, veio abalar profundamente o espírito da nossa sociedade, notadamente dos seus inúmeros amigos dedicados correligionários que confiantes e solícitos recebiam sua criteriosa orientação naqueles municípios.[54]

54 *O Democrata*, 22 de fevereiro de 1919, p. 1. Arquivo de Biblioteca Central dos Barris, Salvador-BA.

Existe uma suspeita na redação acima, por se tratar de um jornal que representava diretamente um partido político, e não somente isso, era também o partido ao qual o coronel figurava como um dos principais líderes, por certo, o jornalista não poderia utilizar adjetivos desqualificantes para um dos membros ainda que morto, sob o perigo de todos os membros vivos também serem susceptíveis a más ações políticas. Ainda assim, foi mais econômico nos elogios que o jornal da cidade de Morro do Chapéu.

No mesmo dia, o jornal mais lido na Bahia, o *Diário de Notícias*, escreveu uma nota sobre a morte do coronel:

> O sertão da Bahia acaba de perder um dos seus mais distintos filhos, pelo seu caráter, pela sua inteligência, e que, embora político, ao contrário do que sucede com a maior parte dos nossos homens, lutava pelo progredimento das zonas onde podia exercer alguma ação. A notícia da morte do Coronel Dias Coelho, ocorrida a 19 e trazida por telegrama para esta capital ecoou dolorosamente entre todos os que o conheciam. Uma das mais sólidas fortunas, não a empregava apenas para o seu gozo pessoal, e o provam os benefícios feitos, as obras que deixou por si mesmo custeada. Alma boa, o Coronel Dias Coelho contava grande número de amigos, não só naquelas regiões longínquas, como nesta capital. Como representante de casas comerciais daqui, tinha a satisfação dos louvores dos seus representados, em vista da sua honestidade.
>
> Por diversas vezes o Coronel Dias Coelho, a que a morte acaba de cortar a ação útil, foi intendente de Morro do Chapéu e Wagner. A distinta família enlutada e privada dos carinhos

> desse chefe extremoso e dedicado, o Diário de Notícias envia sinceros pêsames, solidários com o pesar que essa perda representa para a Bahia sertaneja.[55]

A linguagem na reportagem desse jornal, contava com outros informes fúnebres da mesma edição, que davam a notícia sem tecer tantos elogios. Mas demonstra um pouco mais que o jornal anterior, as características pessoais e a condição de comerciante bem relacionado com as elites comerciais de Salvador foram ressaltadas, provavelmente por este jornal atingir um público mais amplo, composto pela elite comercial da Bahia que mantinha relações comerciais com o defunto. Essa reportagem foi maior que o que foi dito em outros noticiosos na capital sobre o falecimento do coronel, mas ainda parece que não agradou aos leitores, pois, três dias depois, publicou a notícia outra vez, agora com mais espaço (metade da primeira página) exaltando a personalidade e as ações políticas. Ainda que não se desculpasse oficialmente por economizar nos elogios, a nova publicação funcionou como um pedido de desculpas não oficial da elite baiana. Assim a notícia foi novamente publicada pelo *Diário de Notícias*:

> Telegramas recebidos nesta capital trouxeram a dolorosa notícia que já ligeiramente nos referimos na passada edição, de haver falecido a 19 do corrente na cidade de Morro do Chapéu, o coronel Francisco Dias Coelho uma das figuras de maior destaque em nosso meio sertanejo, já pela grande influência política de que gozava, já pelas relações comerciais tanto em nosso estado como nos de Goiás, Minas e Piauí. Grandemente relacionado à nossa praça,

55 *Diário de Notícias*, 22 de fevereiro de 1919. Arquivo de Biblioteca Central dos Barris, Salvador-BA.

cujos principais casas comerciais o honravam com a sua confiança e as que ele representava naquela zona, causou o mais profundo pesar à divulgação de tão triste acontecimento. Intendente do município de Morro do Chapéu, cujos destinos ele dirigia com maior critério e a mais severa probidade, deixa eloquentes atestados de seu devotamento à terra que lhe serviu de berço, na difusão de sua instrução pública, no impulsionamento de sua lavoura, no desenvolvimento de suas indústrias e mais que tudo, no escrupuloso emprego das rendas municipais, dos quais tudo ele não permitia o menor desvio para fins outros, que não fosse o interesse e utilidade direta da comuna. Chefe político de grande e real prestígio, sempre se prevaleceram da real influencia que ele exercia naquela imensa zona do nosso sertão, para manutenção da ordem efetividade da paz evitando com a sua solicita e benéfica intervenção, o explodir de ódios e paixões, que tanto nos deprimem e infelicitam. Trabalhador infatigável, espírito adiantado, concorreu poderosamente para o progresso de seu querido torrão natal, ao qual prestou os mais relevantes e assinalados serviços sendo por toda aquela população verdadeiramente idolatrada. Filho do próprio esforço ocupou os cargos públicos mais elevados naquele município que ora lentamente sentidamente a morte de tão ilustre e prestante cidadão digno de todos os títulos de merecida estima de reconhecida, de reconhecida gratidão, por quanto Francisco Dias Coelho foi para Morro do Chapéu um verdadeiro benemérito. O coronel Dias Coelho era casado com a Exma. Senhora Maria de Oliveira Coelho e deixa um filho o Doutor Deusdedith Dias

> Coelho ilustre médico clínico naquela cidade Grande fazendeiro e industrial, representava naquela importante zona do nosso estado as casas comerciais de Moraes & C., Rodrigues Fernandes & C., Antonio Seixas Sales & Filhos, Rodolpho Martins & C., N. Monteiro & C., F. Motta & C., Ballolai & Jatobá, Wesphalen Boch & c., Augusto Carvalho & C. Viterbo & C. Silva Lima C. Diário de Notícias e firma Iona & C. – Pedras Alagoas. Lamentando sinceramente a perda de tão ilustre cidadão apresentamos a sua Exma. Família e ao município de Morro do Chapéu os nossos sentimentos de pêsamenes. Sabemos que amigos dedicados do saudoso extinto reunir-se-ão brevemente nesta capital para deliberar sobre as manifestações de pesar que lhe serão prestadas. O Diário de Notícias solidário com esta lembrança aplaude-a incondicionalmente.[56]

A segunda publicação tem uma melhor estrutura de redação para agradar aos leitores, e principalmente, aos anunciantes, pois dessa vez, os proprietários de grandes firmas comerciais atuantes em Salvador são nomeados na reportagem. A primeira parte da notícia é praticamente uma repetição do que foi dito anteriormente, informando a chegada do telegrama e a data da morte, mas nessa parte, há uma informação que na notícia anterior era mais simplificada. Ainda que pouco, a segunda edição era mais detalhada, na segunda parte, descreve o coronel como um grande comerciante baiano não somente em sua região e na capital, mas também com ramificações comerciais com os Estados de Goiás e Piauí, que nessa época eram regiões produtoras de gado, e tradicionalmente,

56 *Diário de Notícias*, 25 de fevereiro de 1919. Arquivo de Biblioteca Central dos Barris, Salvador-BA.

exportavam carne para a capital da Bahia, e também com o Estado de Minas Gerais, conhecido pela sua exploração de ouro, e pela compra e venda de gado. Assim, enquanto a primeira notícia era direcionada ao público em geral da capital do Estado, a segunda era dirigida especificamente aos ricos comerciantes da Bahia, classe da qual Dias Coelho era membro.

Relacionando esse fragmento com o que se tem da economia baiana e dos negócios do coronel negro, entende-se que a compra e venda de gado, era, conjuntamente com a exploração de diamantes e pedras preciosas as atividades principais dele, e que impactavam na balança comercial da Bahia na época. Depois, ressalta as suas ações enquanto administrador público, anteriormente, a notícia trazia uma crítica aos políticos da época, qualificando Dias Coelho como homem de caráter e inteligência, ainda que político, indicando que essas características faltavam aos homens públicos daquele momento. O jornal, na segunda vez, limitou-se a descrever as realizações no campo da educação pública, impulso à agricultura, desenvolvimento das atividades industriais e respeito às finanças públicas. Com todas essas qualidades, o Coronel ainda era um chefe político respeitado tanto na zona onde vivia como em todo o Estado da Bahia, o que não é questionado pela oposição e ainda que tenham sido econômicos nos elogios, a reportagem termina com a lista de sócios comerciais na capital, que não coincidentemente também eram os principais anunciantes do jornal e os pêsames à família.

Ainda que não fosse afirmada na reportagem uma retratação pela economia dos elogios na primeira notícia, parece ser uma satisfação necessária aos anunciantes que eram sócios do coronel evidenciando o poder políticos e econômico do chefe sertanejo na capital, ao que parece, visava mais agradar às elites comerciais e políticas da

capital baiana do que aos leitores em geral, pois, a notícia do falecimento já havia sido publicada três dias antes e não necessitava de maiores informações.

Os jornais oposicionistas eram mais econômicos nos elogios, procuravam noticiar com o cuidado de não enaltecer ao partido e sim à pessoa, seguindo uma rota contrária aos jornais situacionistas. A explicação mais rápida a isso é que no início de 1919, a situação política era tensa na Bahia. Havia uma forte crise econômica, refletindo o prolongamento da crise mundial causada pela Primeira Guerra Mundial, finalizada em 1918, mas cujas consequências, principalmente econômicas, ainda estavam presentes no mercado mundial. Na Bahia, os salários estavam congelados e os preços de gêneros alimentícios aumentavam consideravelmente o número de desempregados provocando tumultos e greves, conduzindo os trabalhadores aos protestos (SAMPAIO, 1975).

Nesse momento, a oposição ao Partido Democrático estava dividida entre os conservadores, discordantes do governo, os inimigos de J.J. Seabra e as organizações operárias, haviam entre eles o domínio dos outros jornais de Salvador, em comum entre os dois primeiros interessava noticiar as coisas boas do Partido Democrático. Aos conservadores interessava que tivessem os coronéis e grandes comerciantes em suas fileiras, e muitos destes eram amigos ou sócios de Dias Coelho, sendo conveniente então somente enaltecer a figura do coronel, sem demonstrar maiores informações que levassem a enaltecer o partido. Quanto aos operários, ainda que houvesse uma ligação com a origem étnica do coronel por ser negro, que no sertão se identificava com a maioria da população, não lhes interessava enaltecer a um coronel. Dessa maneira, as notícias da oposição sobre o passamento de Dias Coelho foram mais simples, pois, mesmo

depois de morto havia a possibilidade de influenciar nas disputas políticas estaduais na Bahia da época.

O *Diário da Bahia*, jornal ligado à oposição assim divulgou a morte do coronel:

> Um distinto conterrâneo desapareceu com a morte; o Coronel Francisco Dias Coelho, sertanejo de real e benéfica influência na ampla zona do interior, merecida e geralmente acatado por seu caráter e inteligência que punha sempre com devoção, no serviço do progresso das zonas em que influía, tendo muitos benefícios às suas custas levar a cabo.[57]

Quanto ao jornal de orientação operária, *O Imparcial*, foi ainda menos enfático, limitou-se somente a publicar a notícia. Mas em rápidas palavras acentuou uma crítica às elites baianas.

> Uma grande perda no Sertão
>
> Conforme telegrama que nos acaba de chegar, fomos inteirados do falecimento no Morro do Chapéu do digno Coronel Francisco Dias Coelho que gozava ali não só de largas simpatias e consideração com abastado fazendeiro e proprietário, mas também por seu benéfico e incontestável prestígio, tanto no Morro do Chapéu donde era intendente como em toda a zona compreendida pelo sertão de Jacobina.
>
> É uma morte que sinceramente lamentamos porque dispondo de prestígio e de recursos tão abundantes, como ele, poucos temos conhecidos nos ínvios sertões baianos que tão pacífico

57 *Diário da Bahia*, 25 de fevereiro de 1919. Arquivo de Biblioteca Central dos Barris, Salvador-BA.

> ordeiramente hajam sabido encaminhar e resolver as constantes desavenças sertanejas.
>
> No Morro do Chapéu tem sido bastante lamentada a sua morte, ocorrida ontem, ao seu enterro, realizado ontem, soubemos ter comparecido quase toda população local. Aqui foi igualmente sentida a sua morte.
>
> Filhos daquela zona vão prestar homenagem à memória desse homem de cor, cuja alma faria inveja a muitos da raça dita superior.
>
> Nós lamentamos a perda desse digno cavalheiro e apresentamos pêsames a sua família.[58]

O que chama a atenção nessa notícia é o caráter mais próximo por parte de um jornal oposicionista e operário, foi a única vez em que esse jornal noticiou a morte ou outros acontecimentos relacionados ao Coronel Dias Coelho, não obstante, ainda que tratando de um coronel, o jornalista reconhece a distinção desse com relação à imagem que os coronéis cultivavam e a antipatia que os trabalhadores organizados nutriam na capital por esses chefes sertanejos, sempre olhados com desconfiança e reconhecidos pela sua violência. Também é a única vez em que aparece alguma menção à cor da pele, de maneira provocativa, com relação às elites brancas da capital. Ainda assim, era membro do Partido Democrático, e estender-lhe elogios poderia significar render-se ao governo, ao menos aos olhos dos leitores do jornal, talvez por isso não fosse adiante nas reportagens a respeito do falecimento de Dias Coelho.

Durante o final do mês de fevereiro e metade do mês de março, as notícias diminuíam diariamente, o *Diário de Notícias* e *O*

58 *O Imparcial*, 25 de fevereiro de 1919. Arquivo de Biblioteca Central dos Barris, Salvador-BA.

Democrata, anunciavam a chegada de telegramas de pêsames de políticos e comerciantes importantes de Salvador. Enquanto isso, uma comissão programava as homenagens da missa de 30º dia. A notícia da missa foi amplamente divulgada em todos os jornais, parecia ser uma matéria encomendada, pois o texto era igual para todos os jornais que publicaram.

> A comissão abaixo firmada tendo de mandar celebra no dia 18 do corrente às 8 horas e nessa da manhã na igreja do Convento de São Francisco, solenes exéquias em sufrágio à alma do Coronel Francisco Dias Coelho, falecido a 19 de fevereiro na cidade de Morro do Chapéu, tem a honra de convidar para assistir a estes atos de piedade cristã as altas autoridades civis e militares do estado, aos amigos do ilustre extinto, ao comércio e a colônia sertaneja domiciliada na capital que antecipamos os agradecimentos.
>
> José Abrahan Cohim
> Bernardo Martins Catharino
> Vicente Ferreira Lins do Amaral
> Dr. J. Barreto de Araújo
> Pedro Grassi

A comissão organizadora das homenagens ao defunto na capital era composta pelos mais importantes representantes do comércio e política do Estado. Entre eles estavam: o comendador Bernardo Martins Catharino, um imigrante português que enriqueceu na Bahia nas últimas décadas do século XIX e nos primeiros anos do XX, era considerado nessa época como o mais importante comerciante da Bahia e estava envolvido com o comércio e indústria, era também um sócio comercial de Dias

Coelho; Abraão Cohim e Vicente Ferreira Lins do Amaral, coronéis da Guarda Nacional, também eram comerciantes e ligados ao Partido Democrático, Amaral era também o proprietário do *Diário de Notícias*, que fez as mais floridas homenagens para Dias Coelho nos jornais da capital; e por último, Pedro Grassi, filho de um comerciante italiano, que mantinha negócios em Morro do Chapéu, também era o representante comercial de Dias Coelho na capital.

A missa foi realizada no dia programado e também noticiada nos jornais, ainda que com maior atenção no *Diário de Notícias*, mas de maneira econômica em outros jornais da capital. A presença das mais importantes autoridades civis e militares na ocasião, como também importantes comerciantes indicam a posição social e econômica do morto, e que essa mesma posição não foi ocupada pelos seus sucessores no interior.

> Realizaram hoje no majestoso templo dos religiosos franciscanos as solenes (sic) exéquias em sufrágio à alma do distinto e benemérito sertanejo Coronel Francisco Dias Coelho falecido na sua residência na cidade de Morro do Chapéu, mandadas celebrar pelos seus dedicados amigos desta capital representados pela comissão composta dos ilustres cidadãos Coronel e senador José Abrahão Cohim, Comendador Bernardo Martins Catharino, Dr. Joaquim Barreto de Araújo, negociante Pedro Grassi e Coronel Vicente Ferreira Lins do Amaral. A Esse imponente cerimonial fúnebre, merecida homenagem prestada aos méritos e adamantino caráter do extinto, compareceram o alto Comércio desta praça, avultadíssimo número de amigos particulares, os poderes do Estado, na pessoa do Sr. Governa-

> dor e Secretários, representantes da imprensa, e o Sr. Senador Seabra, tocando durante o ato a banda de música do primeiro corpo da Brigada Policial.[59]

A presença do governador do Estado e do senador federal J.J. Seabra foi importante, demonstrava os novos rumos da política, que naquele momento estaria em dias turbulentos. Os comerciantes e oposicionistas estavam também presentes na missa, mas para a população pobre de Salvador não significou muito, o coronel não era conhecido pela sua origem tanto em condição social quanto pela cor da pele nas camadas mais baixas da população soteropolitana. Embora amplamente divulgado nos jornais, a população mais pobre que não tinha acesso aos meios de comunicação da época era também analfabeta, se os jornais não eram tão lidos pelas elites, pouco conseguiam penetrar nas camadas mais baixas da população soteropolitana.

Para a população em Morro do Chapéu, pouco interessava as relações de situação ou oposição na capital. O *Correio do Sertão* transcrevia as notícias dos jornais de Salvador com a intenção de demonstrar o prestígio do coronel na capital, mas não analisava de onde vinha a informação, nem quem a divulgava, bastava informar ao povo de Morro do Chapéu que o governador, secretários de Estado e senadores estavam presentes, somente os nomes e nível de ligação com o coronel eram mencionados para dar importância ao morto. Aos pobres e elites de Morro do Chapéu não era importante de que lado estavam, e sim, a importância que deva ser amigo de Dias Coelho.

Entretanto existem poucas informações sobre a repercussão da morte e as homenagens ao coronel em Morro do Chapéu. As mais

59 *Diário de Notícias*, 18 de março de 1919. Arquivo de Biblioteca Central dos Barris, Salvador-BA.

profícuas são as notícias pouco isentas do *Correio do Sertão*, que seguramente exagerava nas informações de como se deu o momento. Se a notícia for completamente verdadeira, estavam presentes ao enterro mais de 600 pessoas, pelas análises das fotografias não se tem uma ideia de quantas pessoas pelo ângulo escolhido pelo fotógrafo, cabe saber se isso foi ou não intencional. Entretanto, se for verdade, correspondia a uma soma considerável de pessoas, haja vista que a cidade de Morro do chapéu não tinha um contingente populacional tão elevado, neste caso, mais da metade dos residentes do lugar estavam presentes ao enterro. Muitos dos habitantes contados como moradores da cidade, em realidade residiam nas fazendas ou povoados próximos. Como o enterro concorreu 28 horas depois da morte, é possível que uma parcela da população não soubesse do ocorrido a tempo de se fazer presente ao velório. Haviam muitos problemas de comunicação na época para o interior da Bahia, principalmente no sertão a mais de 400 quilômetros da capital, o mais rápido meio de comunicar notícias era o telégrafo, mas, este não estava presente nas comunicações com o interior do município. Portanto, a presença de 600 pessoas ao enterro pode ser considerada significativa.

Ainda assim, a notícia repercutiu pelo município, existe um relato de um pequeno comerciante de gado residente na região que estava de viagem para povoados não tão próximos que descreveu o momento, para ele, a morte do coronel significava uma perda de um ícone, que o mesmo qualificou de "deus dessa terra". Para as elites políticas significou o fim forçado de um período de expansão de uma nova camada da população, negros e mestiços que haviam enriquecido com a atividade mineradora, mas que centralizavam a sua atuação política na figura do coronel. A comoção dos pobres era claramente uma demonstração de que as estratégias de construção

da imagem pública do chefe lograram êxito, e concluiu com a dominação política, mas agora, o grande líder estava morto e não houve tempo para construir um sucessor.

Ainda em vida, o Coronel Francisco Dias Coelho sabia o que pensavam as pessoas a respeito da cor da sua pele, esse desafio foi vencido em sua ascensão econômica, política e principalmente social, tanto na Chapada Diamantina, como na capital do Estado da Bahia. Ainda que pouco visível em Morro do Chapéu, as discriminações de raça sempre aconteciam, expressas mesmo em pessoas aliadas ao chefe. Isso fica patente mesmo depois de muito tempo da morte, nas comemorações do 30º ano de falecimento, o mesmo jornalista que o chamava de estrela de primeira grandeza, e o cobria de qualidades, também demostrava o racismo, não somente dele, mas de toda a Bahia do momento com uma suposta homenagem:

> A 19 deste mês passará o trigésimo aniversário do falecimento, nesta cidade, do Coronel Francisco Dias Coelho – o grande filho de nossa terra, que, nos anais de nossa história, deixou o seu nome brilhantemente imortalizado para sempre. Apesar da cor da sua epiderme, Dias Coelho, distinto, generoso, trabalhador e progressista, tinha como que o condão de atrair a simpatia de quem o aproximava. Foi realmente um homem raro, de envergadura notável, de caráter sem jaça e de um valor extraordinário – o orgulho de um povo, o dínamo que fazia gerar a vida, progresso e alegria para Morro do Chapéu. Há trinta anos que Dias Coelho morreu. Mas sua memória vive na gratidão e no respeito daqueles que tiveram a felicidade de o conhecer, daqueles que notaram de perto o seu valor social e a exem-

> plar abnegação pelo bem comum. A Dias Coelho, o "Correio do Sertão" presta esta modesta homenagem, sincera e respeitosa.

O fim do mito

Quando em vida, uma das estratégias de dominação de Dias Coelho era a construção de uma imagem pública que reforçava a visibilidade da cor da pele para a identificação com as camadas populares da sociedade local, e a cultura erudita nas vestimentas e costumes para as elites, mas, ainda depois de 30 anos de morte, as mesmas pessoas que o acompanharam em vida mantiveram os seus preconceitos, talvez escondidos quando o chefe ainda era vivo, demonstra também que ele era tolerado pela elite branca local, mas não aceito. O jornalista em questão era membro do partido político desde os primeiros momentos e o acompanhou durante toda a sua vida política, a frase acima é emblemática, demonstra como pensavam algumas pessoas que o seguiam, que apesar da cor da sua epiderme era um homem de bem, ou seja, todos os negros eram maus cidadãos, e que apesar disso ele superava a natureza imposta a todos da sua cor.

Depois da morte de Francisco Dias Coelho, os membros do partido mudaram as estratégias, primeiro foi eleito o filho como substituto político do pai, mas não houve comunicação com as camadas populares da cidade, não havia o carisma pessoal necessário, o médico que viveu muitos anos em Salvador sentia o desejo de se branquear, a sua morte prematura pouco tempo depois de assumir o lugar do seu pai extinguiu o clã Dias Coelho do poder local.

Com a morte do filho, restou ao amigo de muitos anos, aliado político e também coronel da Guarda Nacional, além de comerciante, Antônio de Souza Benta assumir a sucessão, governou por mais

de uma década, mas também sem o mesmo brilho e carisma pessoal. Os tempos mudaram, a economia do carbonato decaiu para nunca mais voltar e o mito do antigo coronel negro começou a ser destruído. A reportagem de 30 anos de morte do Coronel Dias Coelho foi a última homenagem.

Nos anos posteriores, paulatinamente, os monumentos públicos nomeados em sua memória foram trocados oficial ou extraoficialmente. Desde então o homem mais rico do sertão e um dos dez mais influentes coronéis da Bahia foi esquecido em sua terra natal para existir somente na memória das pessoas mais velhas que na medida em que morriam, levavam um pouco da memória, até que nos anos 90 do século XX, poucas pessoas sabem quem foi Francisco Dias Coelho, o Coronel negro da Chapada Diamantina.

CONCLUSÃO

Ao fim de 54 anos de idade, fechou os olhos pela última vez o Coronel Francisco Dias Coelho, depois de uma vida cheia de vitórias. Sua morte cheia de pompa contrastou com a invisibilidade do seu nascimento. A ascensão econômica e social do coronel negro foi o auge de uma ascensão familiar que se desenrolou durante quase um século. Seus avós que foram agregados, mesmo que nem todos tenham sido escravos na Chapada Diamantina do final do século XVIII e todo o XIX, apresentaram uma escalada econômica e familiar tímida quando comparada ao mais importante membro da família.

Certamente, chegar ao ponto mais alto na estrutura política e econômica da região, possivelmente era um objetivo muito alto, ficando somente nos sonhos de qualquer criança pobre nascida na Chapada Diamantina em meados do século XIX, e tão grande sucesso pessoal, de certa maneira eclipsou a ascensão econômica de outros membros da família Dias Coelho, que de agregados passaram a ser comerciantes ou pequenos proprietários, o que representa por si algo interessante de ser pesquisado na região. Entretanto, a trajetória do Coronel Francisco Dias Coelho revela ainda mais os

limites estabelecidos pela historiografia para a ascensão de subalternos nas regiões sertanejas da Bahia, provaram estar embasadas das possibilidades demonstradas pelas fontes documentais, e a utilização de uma metodologia adequada aos arquivos regionais apontam para isso. As transformações econômicas possibilitaram o aparecimento de uma nova classe social, que estabeleceu estratégias distintas tanto de ascensão, diferente de outros subalternos do período anterior e ao chegar ao poder, também estabeleceu estratégias diferentes dos antigos dominadores, comprovando as inúmeras possibilidades políticas, econômicas e sociais no sertão.

As transformações econômicas proporcionavam as brechas necessárias para que indivíduos que não haviam nascido nas condições propostas pelos estudos tradicionais chegassem aos postos mais altos da política e da sociedade sertaneja da Bahia. Mas, ainda que ricos, os negros e mestiços capitaneados pelo Coronel Dias Coelho, teriam que conviver com as permanências mentais que ainda persistiam desde o período da escravidão, dessa maneira poder e raça estavam ligados, mas não dependentes, ou seja, a trajetória de Dias Coelho demonstra que haviam dificuldades por ser negro, as condições eram mais difíceis pela cor de sua pele, que como foi demonstrado, até pessoas próximas a ele pensavam como os antigos dominadores, mas isto não foi um impeditivo para que chegasse ao poder.

Outra questão, é que a riqueza acumulada pelos comerciantes negros de pedras preciosas e as relações com estrangeiros que importavam sua mercadoria, proporcionaram outro olhar sobre o coronelismo, contrariando a tese de que o coronelismo era condicionado pelo isolamento da população, por estar distante e sem meios eficientes de transporte e comunicação que deixava os habitantes das

regiões interiores, pobres e esquecidas pelo Estado à mercê dos coronéis que mandavam quase que tiranicamente, sob uma dominação baseada na tradição desde tempos imemoriais. Ao contrário, o que se vê na Chapada Diamantina é que a produção de diamantes e carbonatos conecta a região à Bahia e ao mundo, os garimpeiros do sertão poderiam nem saber onde ficava a Europa, mas certamente sabiam que existia, enquanto a elite local se apropriou do gosto e dos costumes do outro lado do mundo, de certa maneira aproximando Morro do Chapéu de Paris ou Londres.

Os estudos de História para essa região, demonstram o que não poderia ser visto sob uma análise macro-histórica: as mudanças econômicas em regiões ainda que pequenas, produzem transformações que modificam a maneira como os sistemas políticos se manifestam nos distintos lugares, ou seja, as peculiaridades regionais conduzem à plasticidade dos sistemas – e se compreende o coronelismo como um sistema político – acentuando características do mesmo, de maneira que as elites dominantes modificam a forma de se relacionar com os de baixo. Quando existe uma troca de elites, os novos dominadores têm que se relacionar com outras estratégias se aproximando ou distanciando das antigas elites ou dos subalternos com maneiras diferentes de dominar tanto os que descendem na pirâmide, quanto com os que sempre estiveram no mesmo lugar.

A análise do coronelismo utilizando fontes primárias e tendo como objeto principal a trajetória de um coronel negro demonstra a possibilidade de analisar o coronelismo de outras maneiras. A novidade nesta pesquisa foi perceber que o coronelismo pode ser verificado sobre outros olhares, entre eles, as relações econômicas envolvidas, partindo da perspectiva de que indivíduos que acederam de classes subalternas poderiam chegar ao domínio

local, desde que utilizassem estratégias de dominação que permitissem concentrar poderes e elaborar projetos. Apesar de não encontrar outro coronel negro na história política na Bahia e possivelmente no Brasil, o que confere originalidade a temática, não invalida a perspectiva de plasticidade do coronelismo enquanto sistema para a cultura política do Brasil.

O coronelismo não envolvia somente relações políticas, também estavam em cena as relações econômicas, raciais, de classe e de mentalidade, onde os que dominam conhecem a conjuntura local ou regional, e desenvolvem estratégias de poder adequadas ao lugar, com isso, e apoiado nas fontes citadas ao longo deste trabalho, verifica-se que o sistema adaptou-se a novos momentos e lugares, criando situações onde indivíduos alheios ao poder em algum momento puderam chegar ao cume da pirâmide social e política. Ao abordar o indivíduo em seu lugar, analisando sua trajetória e o sistema coronelista, reduzindo a escala de observação, verifica-se outras possibilidades de desenvolvimento e manutenção do sistema político que vão além do que foi pensado baseado nos chefes políticos do sudeste do Brasil, mas que não são ideais ou parâmetros para os coronéis de todo o país. Dessa maneira, Francisco Dias Coelho é um negro, mas domina não por sê-lo, e sim por aproveitar as condições do momento que os estudos tradicionais dizem ser impossíveis.

A interpretação do coronelismo como fenômeno político característico do período inicial da República no Brasil, somente foi possível por considerar o sertão como um lugar distante, incivilizado, e ancorado nas relações de dominação pela força – física ou política – a partir de coronéis, que também eram os proprietários de terras, de todas as fontes de trabalho e obtenção de renda dos agregados – livres ou escravos –, que eram dominados pelos detentores do

poder por serem completamente dependentes da vontade dos chefes políticos por não terem terras – alguns nem sequer sua própria liberdade – e dessa maneira, submissos ao poder do coronel que se perpetuava pelas gerações seguintes com a tradição de manutenção do poder dentro das famílias dominadoras criando uma maneira familiocrática de manutenção e transmissão de poder.

Além disso, admite-se por um olhar de fora do sertão, que esse lugar era distante dos centros de civilização e das decisões políticas, e que o único elo entre a população e o poder do Estado eram os coronéis. Com isso, os chefes locais eram interpretados como dominadores, que assumiram para si a presença das instituições estatais, usurpando dessa maneira as atribuições governamentais. Conferindo a eles mesmos as ações que eram públicas houve uma apropriação do público pelo privado, e uma consequente hipertrofia do poder pessoal. Aos agregados restava somente obediência por não conseguir independência pessoal ou econômica, que não por poucas vezes, representava também uma dependência jurídica à vontade inquestionável do potentado, causando uma imobilidade econômica e social na sociedade sertaneja.

Essa análise seria eficiente considerando a Chapada Diamantina antes das transformações econômicas advindas da mineração de diamantes e carbonatos em meados do século XIX e considerando também as fontes exteriores ao lugar.

Ao contrário do que diziam os estudos anteriormente citados sobre o sertão, essa área não era isolada, incivilizada ou propensa à barbárie. Em um olhar a partir do regional, baseado na Chapada Diamantina, e utilizando os arquivos locais, se percebe que desde muito cedo, no período colonial, havia um fluxo comercial do interior do Brasil para as zonas litorâneas, isso ainda mais forte partindo do sertão

da Bahia para o Recôncavo. Esse comércio bidirecional com produtos manufaturados e açúcar de um lado e gado do outro, caracterizou forte trânsito de gente, animais, e mercadorias tanto indo quanto vindo do sertão, e com isso uma economia dinâmica completamente integrada à economia da província que perdurou pelo período imperial e republicano no Brasil.

Não somente a capital e a zona canavieira eram os destinos dos produtos sertanejos. Outros mercados foram crescendo desde o século XVIII, as descobertas de ouro e pedras preciosas no sudeste da Bahia e província de Minas Gerais geraram demanda pela carne que era o produto que mais gerava riqueza no sertão tanto da Bahia quanto nas províncias interiores de Goiás e Piauí. A Chapada Diamantina era a parte cêntrica das rotas desse comércio, o gado das províncias interiores com destino à capital da Bahia ou às zonas mineiras passavam por essa área. E com isso, se converteu desde muito cedo em uma zona de recria de animais para enviá-los aos mercados consumidores, dessa maneira, foram formadas ainda no período colonial as classes sociais no sertão.

Nesse período, os ricos e dominadores eram os proprietários de terras e comerciantes de gado que compravam nas províncias interiores ou áreas próximas para enviá-los para as zonas consumidoras. Em oposição, os pobres e dominados eram os agregados, livres ou escravos que trabalhavam com gado e enquanto estavam na região, esses opositores se aproximavam ou distanciavam nas relações cotidianas que definiam e demarcavam os limites sociais e econômicos. Apesar de estarem em oposição, proprietários e agregados eram interdependentes nas negociações e as relações entre eles determinavam a mobilidade ou a imobilidade social.

À margem da economia regional estavam os pequenos comerciantes que subsistiam em quantidade diminuta em uma sociedade que bordeava a autossuficiência, além do gado e outros produtos destinados ao comércio regional, pouco se comprava e pouco se vendia localmente. Ainda assim, era uma sociedade dinâmica que permitia ascensões e decadências sociais, mesmo que não fossem fáceis nos seus momentos iniciais, com o passar do tempo e as transformações econômicas de pecuária para a mineração de diamantes e carbonatos, se tornaram cada vez mais frequentes.

Ali estavam os ascendentes de Francisco Dias Coelho. Sua família paterna era de agregados negros, porém livres, residentes na Fazenda Gurgalha, que pertencia ao coronel Quintino Soares da Rocha. Eles estavam ligados ao proprietário por laços econômicos e de dependência, por trabalharem em terras que não eram suas, e por afinidade quando os filhos eram apadrinhados pelo coronel e sua esposa, ou por partidários do potentado. Mas se distinguiam das outras famílias de agregados, em primeiro lugar eram livres, distintos de famílias agregadas que eram escravas. Segundo, porque eram pequenos proprietários, possuíam um pequeno sítio, e uma casa na vila de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu, ainda que essa propriedade não lhes conferisse autonomia com relação ao grande latifundiário local, lhes dava uma posição um pouco melhor de negociação frente aos outros agregados em situação inferior.

O lado materno demonstra outra trajetória, tanto em origem quanto em ascensão. O patriarca da família materna chegou à região como escravo e com a primeira onda de mineração (os diamantes) ascendeu, comprou a sua própria liberdade, terras, casas comerciais e residências na vila, além de escravos, entre eles aquela que viria a

ser a sua esposa. Isso foi emblemático, pois apesar de iniciar com a pecuária como escravo vaqueiro, o que possibilitou a sua maior ascensão, foi a mineração e o comércio na vila, se distinguindo da família anterior em suas atividades e superando-a economicamente, tomando a evolução do patrimônio como parâmetro de ascensão.

A união pelo matrimônio dessas duas famílias de agregados que viriam a ser os pais biológicos do futuro coronel negro, demonstra que distintas formas de ascensão familiar eram possíveis na Chapada Diamantina até o último quarto do século XIX, que poderia modificar a realidade e oferecer melhores condições de vida, mas, alcançar o cume da pirâmide social ainda era um sonho distante.

Depois da transição econômica do diamante de 1841, até o último quarto do século com a mineração e expansão do comércio de carbonatos, a antiga atividade marginal dos comerciantes começou a ganhar força na região e, em pouco tempo, os comerciantes se tornaram a principal classe, dominando a economia, a sociedade e a política local, tendo um negro como o principal chefe, e a concretização de um sonho distante.

Daí se conclui que desde os princípios da colonização até o século XIX, o sertão não estava isolado das áreas mais proeminentes da província ou do país, ao contrário, era parte integrante da economia e da sociedade brasileira, tanto como produtora como consumidora de gêneros importantes da pauta de produção brasileira. Internamente, também era uma sociedade dinâmica, baseada em normas e regras socialmente construídas que se baseavam nas negociações entre os proprietários e agregados. Mas ao percorrer o século XIX, mudanças econômicas significativas possibilitaram avanços nas maneiras de ascensão, possibilitaram que um negro,

descendente de escravos ocupasse a posição de maior destaque na política e na sociedade local.

Para o coronelismo segue-se a mesma lógica. A análise regional indicou outras possibilidades necessitando de um conceito novo que pudesse explicar o sistema a um olhar direcionado ao regional e tendo como chave empírica a trajetória do Coronel negro Francisco Dias Coelho, fundamentado na documentação regional dos arquivos locais de Morro do Chapéu. Foi possível concluir que o coronelismo foi um sistema político e social, presente na política local do Brasil desde os tempos imperiais, cujas raízes se encontram ainda no período anterior, com a transição do Império para a República no Brasil, ganhou forças e representatividade com as transformações nas leis eleitorais que possibilitaram a utilização – com mais ou menos intensidade – do poder econômico e social, seja pelo convencimento ou intimidação para conseguir votos para si mesmo ou para seus correligionários, comercializado o apoio e votos em troca de dinheiro, obras ou favores para os próprios coronéis ou para o município confundido o poder privado com o público. Ainda que houvesse uma decadência do poder local com o fim da Guarda Nacional Brasileira na década de 30 do século XX, os coronéis sem patente permaneceram na política, não obstante sem a mesma força vista nos primeiros 30 anos da República no Brasil, mas ainda assim atuantes.

O coronelismo demostrou ser um sistema político extremamente plástico e moldável às condições regionais, que em poucos aspectos distinguiam a ação dos chefes locais e os obrigava a adotar estratégias de dominação de poder, mas algumas características o faziam comum para a manutenção como, clientelismo, mandonismo, fraudes eleitorais e trocas de favores. Em última instância, a origem do poder residia na capacidade de reunir votos para negociá-los com

as lideranças regionais e estaduais e estas com as nacionais, formando uma cadeia de poder. Esses votos conseguidos pelo convencimento do eleitor, coação ou fraudes eleitorais demonstravam que os "compradores" em instâncias maiores o domínio que o chefe local mantinha na sua população e aumentava ou diminuía o seu prestígio. Então, era preponderante para todos os coronéis manter os seus eleitores em constante domínio, sob a possibilidade de perder o poder para os seus opositores.

Para conseguir esse domínio os coronéis utilizavam o seu poder econômico, estabelecendo relações que iam desde a laboral até as familiares para manter o controle, com isso não era utilizada somente a força, ainda que esta fosse utilizada quando julgada necessária, mas também, estabelecendo uma rede de relações, confundindo o público com o privado, tanto nas ações e relações quanto na administração, mantendo e utilizando as instituições públicas: escolas, cargos públicos, justiça como intensão da sua empresa privada a cargo dos seus correligionários e servindo aos interesses dos que o apoiavam. Ser membro da Guarda Nacional Brasileira facilitava a inserção necessária para a institucionalização do poder privado no domínio público, entretanto, era necessário estar entre os oficiais superiores como condição predominante para manter o controle da população e dos opositores.

Ainda que nos anos 70 do século XX, a historiadora brasileira Jeane Berrance de Castro aponte que fosse possível a negros participar de cargos superiores na Guarda Nacional, isso nunca foi analisado pela historiografia brasileira, permanecendo como uma probabilidade. Mas, a trajetória de Francisco Dias Coelho vai além da possibilidade, contudo o que foi descrito ao longo deste trabalho, permitiu perceber nos conceitos acima uma contradição com os

conceitos tradicionais descritos nos primeiros momentos deste trabalho. No coronelismo tradicional faltava a cor da pele em um período muito próximo ao da abolição da escravatura no Brasil, Dias Coelho era descendente de escravos e todos na região sabiam, também não tinha apoio em uma tradição familiocrática desde tempos imemoriais, e por fim, não era latifundiário proprietário da maioria das terras da região que dominava pela força das armas. Mas, o coronel negro existiu, as fotografias da época comprovam e existem documentos que acompanham sua trajetória.

Tudo o que foi dito reforça um novo conceito, era determinante ser o comandante superior da Guarda Nacional do lugar, e para isso, deveria estar entre os mais ricos, além de também ser necessário manter um partido político com o objetivo de dominar e minimizar os riscos de perder o poder que poderiam advir de uma não adaptação às transformações econômicas regionais. Por fim, era necessário também estabelecer estratégias de construção de imagem e de administração pública, conhecendo a dinâmica da política regional. Foi isso que possibilitou a existência de Francisco Dias Coelho como coronel.

A análise do coronelismo na Bahia, utilizando a História Regional, considerando a trajetória de um personagem alheio ao que dizem os clássicos sobre o tema, agrega outros condicionantes. Os conceitos de raça, poder e classe social, observados a partir do regional, permitiram ver o coronelismo com outras lentes, modificando a maneira de olhar os coronéis da Bahia, e ainda mais, possibilitando a visualização de um indivíduo por muito tempo esquecido na história do Brasil e nunca visitado pela historiografia brasileira, ainda que as fontes nos arquivos regionais e estaduais sejam abundantes, e que o mesmo fosse figura opaca na política e sociedade baiana da sua época.

Assim se encerra este trabalho, ainda que não esgote a temática, como uma demonstração de que se pode avançar nos estudos regionais no Brasil.

REFERÊNCIAS

ABREU, C. D. **Capítulos de história colonial**. Rio de Janeiro: Fundação da Biblioteca Nacional, 2005.

AMADO, Janaína. **Região, sertão, nação**. Estudos históricos, v. 8, nº 15, 1995. p. 145-151.

ANTONIL, A. J. **Cultura e opulência no Brasil, por suas drogas e minas**. Lisboa: Oficina Real Deslanderina, 1711.

BANDIERI, S. Nuevas investigaciones, otra historia: la Patagonia en perspectiva regional. In: FERNÁNDEZ, S. **Más Allá del territorio**: la historia regional local como problema. Discusiones, balances y proyecciones. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2007. p. 47-72.

BOAVENTURA, E. A. **Fidalgos e vaqueiros**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1989.

BRUTON, E. **Diamantes**. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1983.

BURKE, P. **A fabricação do rei**: a construção da imagem pública de Luís XIV. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

CALMON, P. **História da Casa da Torre**: uma dinastia de pioneiros. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.

CAMINHA, P. V. de. **Carta ao Rei D. Manuel dando notícias do descobrimento da terra de Vera Cruz, hoje Brasil, pela armada de Pedro Álvares Cabral.** Brasil: [s.n.], 1500. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000292.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2015.

CARVALHO, J. M. D. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997.

CASTRO, J. B. D. **A milícia cidadã**: a Guarda Nacional de 1831 a 1850. 2. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1979.

CATARINO, M. **Garimpo - garimpeiro - garimpagem**. Rio de Janeiro: Polibiblion, 1970.

CHAGAS, A. **O chefe Horácio de Matos**. São Paulo: Difel, 1982.

CHALHOUB, S. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

DALLA CORTE, G.; FERNANDEZ, S. Límites difusos en la historia y el espacio local. In: FERNANDEZ, S.; DALLA CORTE, G. **Lugares para la historia**: espacio, Historia Regional e Historia Local en los estudios contemporaneos. 2. ed. Rosario: UNR Editora, 2005.

DAVIS, N. Z. **Culturas do povo**: sociedade e cultura no inicio da França moderna. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DIDIEU, J. P.; WINDLER, C. La familia: una clave para entender a historia política? El ejemplo de la España moderna. **Studia Historica. Historia Moderna**, Salamanca, n. 18, p. 201-236, 1998.

FAORO, R. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 16. ed. São Paulo: Globo, 2004.

FERNÁNDEZ, S. Los estudios de la historia regional y local: de la base territorial a la perspectiva teórico-metodológica. In: FERNÁNDEZ, S. **Más alla del territorio:** La historia regional

y local como problema. Discusiones, balances y proyecciones. Rosario: Prohistoria, 2007.

FERNANDEZ, S. **Más alla del territorio**: La historia regional y local como problema. Discusiones, balances y proyecciones. Rosario: Prohistoria, 2007.

FERREIRA, M. R. **A Evolução do Sistema Eleitoral Brasileiro**. 2. ed. Brasília: Secretaria de Documentação e Informação/Tribunal Superior Eleitoral, 2005.

FRAGA FILHO, W. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX**. 1994. 234 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1994.

FRANCO, M. S. D. C. **Homens livres na ordem escravocrata**. 3. ed. São Paulo: Kairós, 1983.

FREYRE, G. **Sobrados e mucambos**. 15. ed. São Paulo: Global, 2005.

GOMES, J. Povoamento da Chapada Diamantina. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, n. 11, p. 221-239, 1952.

GONÇALVES, G. R. **As secas na Bahia do século XIX**: sociedade e política. 2000. 169 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

GONZÁLES, L. **El Pueblo en vilo**: microhistoria de San José de Gracia. 2. ed. México: El colegio de Mexico, 1972.

GRIMBERG, K. **O fiador dos brasileiros**: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Rebouças. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GUDEMAN, S.; SCHWARTZ, S. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos no século XVIII. In: REIS, J. J.

Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Basil. São Paulo: Basiliana, 1988.

GUINZBURG, C. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

HILL, C. **O eleito de Deus**: Oliver Cromwell e a Revolução Inglesa. São Paulo: Cia das letras, 1988.

HOLLOWAY, T. H. **Imigrantes para o café**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LEAL, N. **Coronelismo, enxada e voto**. 5. ed. São Paulo: Alfa-omega, 1986.

LEVI, G. **A herança imaterial**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2000.

LINS, W. **O médio São Francisco**. Salvador: Progresso, 1960.

LORIGA, S. A biografia como problema. In: REVEL, J. **Jogos de escala**: a experiência de microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 225-249.

MACHADO, C. As muitas faces do compadrio de escravos: o caso da freguesia de São José dos Pinhais (Pr), na passagem do século XVIII para o XIX. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 49-77, dez. 2006.

MARTINHO DE NANTES, P. **Relação de uma missão no Rio São Francisco**. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

MATOSO, K. **A Bahia no século XIX**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

MELLO, M. A. G. M. **História política do Baixo e Médio São Francisco**: um estudo de caso de coronelismo. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1989.

MEYER, J. **Historia Nación y región**. Michoachan: El Colegio Michoachan, 2007. T. I, p. 29-38.

MORAES, W. **Jagunços e heróis**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

MORAIS, F. **Chatô**: o rei do Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

MOREL, M. Animais, monstros e disformidades: a zoologia política na construção do Império do Brasil. **Estudos Históricos**, São Paulo, v. 13, n. 24, p. 251-265, 1999.

NEVES, E. F.; MIGUEL, A. **Caminhos do sertão**: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia. Salvador: Arcádia, 2007.

ORTIZ, R. **Cultura e modernidade**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

PANG, E. S. **Coronelismo e oligarquias**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1979.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1976.

QUEIROZ, M. I. P. D. **O mandonismo local na vida política brasileira (Da Colônia à Primeira República)**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

QUEIROZ, M. I. P. D. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, B. **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, v. I, 1975.

REGUERA, A. El significado de la historia local en la región de la frontera sur. El caso de Tandil. In: FERNÁNDEZ, S. **Más Allá de territorio**: la historia regional y local como problema. Discussiones, balances y proyecciones. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2007. p. 73 - 94.

REIS, C. A. A reabilitação do negro e do mestiço na História do Brasil: Manuel Quirino e seu projeto de identidade nacional. In:

NASCIMENTO, J.; GAMA, H. **Personalidades negras**: trajetórias e estratégias políticas. Salvador: Quarteto, 2012. p. 56-103.

REIS, J. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

RONIGER, L. Mediería y fuerza de trabajo rural: algunas ilustraciones del caso brasileño. **Estudios Interdisciplinarios de America latina y El Caribe**, Tel - Aviv, v. 2, n. 1, enero/jun. 1991. Disponível em: <http://www.tau.ac.il/eia/ll_1/roniger.htm>. Acesso em: 13 ago. 2012.

RONIGER, L.; EISENSTADT, S. N. **Patrons, clients and friends**: Interpersonal ralations and the structure of trust in society. New York: Cambridge University Press, 1984.

RUSSEL-WOOD, J. **Histórias do Atlântico português**. São Paulo: Ed. UNESP, 2014.

SABORIT, I. T. I. La Historia de las estructuras y la Historia de la vida. Reflexiones sobre las formas de Relacionar la Historia local y la Historia General. In: FERNANDEZ, S.; DALLA CORTE, G. **Lugares para la Historia**: Espacio, Historia Regional e Historia Local en los estudios contemporáneos. 2. ed. Rosario: UNR Ed., 2005. p. 179- 208.

SALDANHA, F. H. D. **Os oficiais do povo**: a Guarda Nacional em Minas Gerais oitocentista. 1831-1850. São Paulo: Anna Blume, 2006.

SAMPAIO, C. N. **Os partidos políticos na Bahia da primeira República**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1975.

SANTOS FILHO, L. **Uma comunidade rural no Brasil antigo**: aspectos da vida patriarcal da Bahia nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1956.

SANTOS, M. Região, globalização e identidade. In: LIMA, L. C. **Conhecimento e reconhecimento**: uma homenagem ao geógrafo cidadão no mundo. Fortaleza: Educel/LCR, 2003. p. 53-64.

SCHWARCZ, L. M. **As Barbas do Imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

SILVA, E. **D. Obá II D´África, o príncipe do povo**: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

SILVA, I. A. C. E. **Memórias históricas, e políticas da Província da Bahia**. Rio de Janeiro: Gráfica do Correio Mercantil, 1835.

SLANES, R. W. Senhores e subalternos no Oeste Paulista. In: ALENCASTRO, L. F. D. **História da vida privada no Brasil. Império**: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

SLATTA, R. W. **Cowboys of the Americas**. Austin: Yale University, 1990.

SLATTA, R. W. **Gauchos & the Vanishing Frontier**. Nebraska: University of Newbraska, 1992.

SODRÉ, N. W. **Panorama do Segundo Império**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.

SOUZA, J. M. de. **Mensagem apresentada a Assembleia Geral Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 1ª Sessão Ordinária da 9ª Legislatura**. 1907. Disponível em: < http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u013/000645.html>. Acesso em: 12 nov. 2008.

STERN, S. **La Historia secreta del género**: mujeres, hombres y poder en México en las postrimerias del periodo colonial. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**: ou um planetário de erros. Porto Alegre: Cap. Swing e Ludistas Sensuais, 2009.

VAN YOUNG, E. Haciendo Historia Regional: Consideraciones metodológicas y teóricas. In: PÉREZ, P. H. **Región e historia en México (1700-1850)**. México DF: Instituto Mora/UAM, 1991. p. 99-122.

VIEIRA FILHO, R. R. **Os negros em jacobina (Bahia) no século XIX**. 2006. 240 f. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

WEBER, M. **A política como vocação**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

Formato: 150 mm x 210 mm
Fonte: Minion Pro, Chalet NY-NS e Myriad Pro
Papel miolo: Pólen Soft, 80 g/m²
Papel capa: Cartão Supremo, 300 g/m²
Impressão: Julho / 2017
Egba - Empresa Gráfica da Bahia

SOBRE O AUTOR

Moiseis de Oliveira Sampaio

Doutor em Humanidades e Artes com ênfase em História pela Universidade Nacional de Rosário (UNR, Argentina). Mestre em História Regional e Local e graduado em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Professor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e pesquisador da História Regional e Cultura Política no sertão da Bahia.

http://eduneb.uneb.br

ISBN: 978-85-7887-317-2